

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

PEDRO ROMERO MARQUES

**A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL:
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E CAPITALISMO MUNDIAL**

Porto Alegre

2017

PEDRO ROMERO MARQUES

**A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL:
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E CAPITALISMO MUNDIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Marques, Pedro Romero

A economia política do sistema monetário internacional: desenvolvimento desigual e combinado e capitalismo mundial / Pedro Romero Marques. -- 2017.

188 f.

Orientador: Marcelo Milan .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Sistema monetário internacional. 2. Desenvolvimento desigual e combinado. 3. Capital. 4. Estado. 5. Karl Marx. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO ROMERO MARQUES

**A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL:
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E CAPITALISMO MUNDIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

Profa. Dra. Gláucia Angélica Campregher
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Porque esta dissertação trata, em grande medida, da capacidade transformativa do trabalho realizado pelos seres humanos em sociedade, esses agradecimentos só podem se dirigir, primeiramente, à soma de todos os trabalhos de homens e mulheres que, de alguma forma, proveram os meios materiais e intelectuais para a realização dessa pesquisa. Em termos concretos, todavia, esse esforço social conjunto só pode ser ilustrado aqui por meio da minha gratidão a pessoas que, como indivíduos ou instituições, foram fundamentais para a construção dos argumentos a serem discutidos ao longo deste texto.

Dessa forma, em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo comprometimento com a expansão e com o aprimoramento de um espaço público de ensino e de pesquisa aberto a diversas camadas da sociedade. Também sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido ao longo desses dois anos de pesquisa, sem o qual não seria possível centralizar meus esforços na produção desta dissertação. Ainda nesse contexto amplo, gostaria de ressaltar o exemplo daqueles professores, professoras e colegas da Faculdade de Ciências Econômicas que prezam pelo debate interdisciplinar, pela importância de articular as ciências sociais e, principalmente, que são críticos à produção acadêmica em série; à transformação do fazer científico em mercadoria. É essa concepção de construção de conhecimento que este trabalho faz questão de enfatizar e que, particularmente, me parece como a única maneira possível de instrumentalizar o que é produzido na universidade na direção de melhorias sociais efetivas.

Por fim, quero fazer algumas menções individualmente dirigidas. Primeiro, a meu orientador Marcelo Milan, a quem sou grato não apenas por ter acreditado no potencial deste trabalho, mas por ter entendido as dúvidas existenciais que costumam passar na cabeça de jovens acadêmicos e, assim, ter me recebido como orientando. Em segundo lugar, agradeço aos meus queridos amigos, que me acompanharam nos bons e maus momentos dessa trajetória; em especial àqueles – Mariana, Bernardo e Martin – que estiveram ouvindo minhas ideias ao longo desses dois anos, permitindo, por meio de suas críticas, o aprimoramento dos argumentos expressos neste trabalho. Por último, agradeço à minha família, especialmente a meus pais, que vêm sendo, há anos, a base de sustentação da minha trajetória pessoal e profissional.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar, com base no materialismo histórico, as forças sociais que condicionam a realização do capitalismo enquanto um modo de produção mundial e que determinam, por conseguinte, as manifestações peculiares de sua ocorrência, neste caso, o sistema monetário internacional. Procura-se responder como o funcionamento da economia mundial capitalista e, por conseguinte, do sistema monetário internacional, pode ser compreendido a partir de uma interação orgânica entre Estado e capital, levando em consideração a complexidade imbuída na relação entre essas categorias. A hipótese aqui proposta é de que duas contradições ou leis gerais condicionam essa conexão no que diz respeito ao modo de produção capitalista e cumprem, dessa forma, um papel fundamental na explicação da dinâmica da economia mundial capitalista e do funcionamento do sistema monetário internacional. A primeira é a condição desigual e combinada do desenvolvimento social material, cuja manifestação completa só seria verificável na realização de uma economia mundial capitalista – quando o intercâmbio é generalizado, a produção material é integrada e especializada e o dinheiro assume papel de equivalente geral universal. A segunda, que aparece como decorrência da primeira, sugere que a essência e a dinâmica da economia mundial capitalista seriam condicionadas pela tensão entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, as quais estão associadas, respectivamente, à essência da acumulação de capital e aos limites que as realidades políticas particulares impõem sobre esta. Por ser relacionada tanto à circulação de mercadorias no capitalismo quanto à macrounidade política representada pelo Estado, a categoria dinheiro discutida por Marx pode ser analisada a partir da tensão entre as lógicas apresentadas na medida em que se realiza enquanto dinheiro mundial e, nesse sentido, pode ser instrumentalizada para o entendimento da essência e das formas do sistema monetário internacional. Tem-se, como resultado desse processo analítico, uma proposta de reinterpretação do sistema monetário internacional, que procura não apenas demonstrar a interação orgânica entre Estado e capital, lógica universal do capital e lógica dos capitalismo nacionais, mas inclusive a relação entre desenvolvimento desigual e combinado e a ação do dinheiro enquanto equivalente geral universal.

Palavras-chave: Sistema monetário internacional. Desenvolvimento desigual e combinado.

Capital. Estado. Marx.

ABSTRACT

The present dissertation aims to understand the social forces that condition the occurrence of capitalism as a global mode of production and therefore affect its particular manifestation represented by the international monetary system. The central question to be addressed is how the dynamics of the world capitalist economy and, as a consequence, of the international monetary system, can be understood by analyzing the organic interaction between National States and capital. We propose that two contradictions or general laws shape the organic connection between States and capital and, because of that, play a fundamental role in explaining the dynamics of world capitalist economy and, as a consequence, of the international monetary system functioning. The first is the uneven and combined condition of social material development, which would only be completely verifiable when capitalism turns global - when the exchange is widespread, the material production is integrated and specialized, and the money assumes the role of the universal equivalent. The second, which appears as a result of the first, suggests that the essence and the dynamics of the world capitalist economy result from the tension between the universal logic of capital and the logic of national capitalisms. Both are associated, respectively, with the essence of the accumulation of capital and the limits imposed by particular political realities on it. Being a category, as Marx proposes it, money is related both to the circulation of commodities in capitalism and to the political macro-unity represented by the state. Therefore, we can associate it with the contradiction between the two presented logics; insofar it assumes the form of universal money. In this sense, money can be used to understand the essence and the forms of the international monetary system. As a result of this analytical process, we propose a reinterpretation of the international monetary system. It might be able not only to demonstrate the organic interaction between state and capital and between the universal logic of capital and the logic of national capitalisms, but also the connection of uneven and combined development and the action of money as universal equivalent.

Keywords: International Monetary System. Uneven and combined development. Capital. State. Marx.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DO INTERNACIONAL AO MUNDIAL: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	14
2.1	A derivação sociológica da dimensão internacional a partir do desenvolvimento desigual e combinado.....	15
2.1.1	<i>Repensando o fenômeno do internacional: do Realismo Estrutural ao Desenvolvimento Desigual e Combinado</i>	<i>15</i>
2.1.2	<i>Desenvolvimento Desigual e Combinado: A visão de Leon Trotsky.....</i>	<i>21</i>
2.1.3	<i>A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado e a derivação do fenômeno do internacional.....</i>	<i>25</i>
2.2	Os limites teóricos do desenvolvimento desigual e combinado: a trans-historicidade e o modo de produção capitalista	34
2.2.1	<i>O caráter trans-histórico do Desenvolvimento Desigual e Combinado</i>	<i>36</i>
2.2.2	<i>O caráter dominante do Desenvolvimento Desigual e Combinado no modo de produção capitalista</i>	<i>39</i>
2.3	Conclusões sobre o Desenvolvimento Desigual e Combinado: é possível utilizar o conceito enquanto ferramenta analítica para entender o internacional?.....	50
3	A ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA E A LÓGICA UNIVERSAL DO CAPITAL	55
3.1	Da Economia Mercantil à Economia Capitalista: aspectos teóricos e conceituais	57
3.1.1	<i>A esfera da circulação e a Fórmula Geral do Capital.....</i>	<i>57</i>
3.1.2	<i>A Esfera da Produção: processo de trabalho, processo de valorização e mais-valia</i>	<i>61</i>
3.1.3	<i>Taxa de mais-valia, massa de mais-valia e taxa de lucro</i>	<i>65</i>
3.2	A lógica do capital: acumulação, concentração e centralização.....	69
3.2.1	<i>Acumulação de capital, concorrência e progresso técnico.....</i>	<i>69</i>
3.2.2	<i>Lei de tendência à queda da taxa de lucro, concentração e centralização de capital</i>	<i>71</i>
3.2.3	<i>As implicações teóricas da lógica universal do capital</i>	<i>75</i>
3.3	A lógica do capital: do capitalismo industrial à dominância do capitalismo financeiro	77

3.3.1	<i>Concorrência, Monopólio e a sociedade anônima</i>	79
3.3.2	<i>Capital Financeiro: os bancos e a tendência à monopolização</i>	84
4	ESTADO, POLÍTICA E A LÓGICA DOS CAPITALISMOS NACIONAIS	90
4.1	Aspectos gerais sobre o Estado enquanto categoria de análise	92
4.2	O Estado no modo de produção capitalista	95
4.2.1	<i>Da lógica universal do capital à lógica dos capitalismos nacionais: a relevância do Estado</i>	96
4.2.2	<i>Política comercial, exportação de capital e imperialismo</i>	103
4.3	Uma síntese: a economia mundial capitalista e o desenvolvimento desigual e combinado	109
5	DINHEIRO E MOEDA EM MARX: A CONEXÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL	119
5.1	Prolegômeno: o sistema monetário internacional como objeto de estudo	119
5.2	A categoria dinheiro e as suas funções	121
5.2.1	<i>A dualidade dinheiro-mercadoria e a função medida dos valores e padrão dos preços</i> 122	
5.2.2	<i>A função meio de circulação: a metamorfose das mercadorias e a circulação do dinheiro</i>	125
5.2.3	<i>A função meio de circulação: a moeda e a economia nacional</i>	127
5.2.4	<i>A função dinheiro de fato: entesouramento e meio de pagamento</i>	132
5.3	Dinheiro Mundial: a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismos nacionais	137
6	REINTERPRETANDO O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: UMA NOVA CONCEPÇÃO LÓGICO-HISTÓRICA	145
6.1	Dinheiro mundial, moeda territorial e Estado nacional	146
6.2	Sistema monetário e sistema de crédito internacional	150
6.3	Sistema de pagamentos internacional: a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismos nacionais	153
6.4	Sistema Homogêneo e Sistema Fragmentado	157
6.5	Hierarquia monetária e relações de poder na ordem monetária internacional	162
6.6	O elo final: dinheiro, SMI e desenvolvimento desigual e combinado	171
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	180

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura entender as forças sociais que estruturam o capitalismo enquanto um modo de produção eminentemente mundial. Especificamente, procura apreciar as contradições que engendram a dinâmica da economia mundial capitalista e que condicionam o funcionamento de suas manifestações particulares – neste caso, o sistema monetário internacional (SMI). Para que isso seja possível, é preciso reconhecer a complexidade da economia mundial capitalista, a qual é definida como a totalidade das relações sociais de produção em um período histórico específico, sendo este caracterizado pela coexistência entre um mercado mundial capitalista e um sistema político interestatal¹.

As especificidades destes e de outros conceitos fundamentais são tratados ao longo do trabalho. Por ora, importa destacar que esta dissertação se apresenta como uma crítica à separação analítica entre variáveis econômicas e variáveis políticas no que diz respeito à dinâmica social internacional. Nesse sentido, ela afasta-se do realismo estrutural com relação às teorias de relações internacionais (WALTZ, 1979), aproximando-se das visões associadas à disciplina de Economia Política Internacional (EPI). Acredita-se, todavia, que as abordagens convencionais de EPI², muito embora procurem discutir a conexão entre relações políticas e relações econômicas para além do limite territorial imposto pelos Estados (COHEN, 2008), tiveram pouco sucesso na formulação de um modelo teórico livre de determinismos ou de reificações. Tendo em vista essas dificuldades, propõe-se aqui que o materialismo histórico pode contribuir para uma melhor apreciação destas conexões (ROSENBERG, 2006, 2013).

¹ Embora não seja possível determinar com precisão um momento específico de realização da economia mundial capitalista, que aparece aqui mais como uma categoria de análise do que como um fato concreto existente em toda sua potencialidade; esta pode ser entendida como um fenômeno do capitalismo em sua fase superior, na qual a atividade industrial desenvolvida nos centros dinâmicos de acumulação torna-se associada à atuação do capital bancário e expande-se rapidamente para a periferia do sistema. Esse processo é verificável a partir da segunda metade do século XIX e se estende ao longo do século XX, podendo ser ilustrado pela dominância do capital financeiro, pelas práticas imperialistas, pela crescente exportação de capital e pela realização de um sistema monetário internacional capaz de integrar os fluxos monetários e creditícios entre os Estados nacionais capitalistas (BUKHARIN, 1984; LENIN, 1984; HILFERING, 1985; FIORI, 2000a; HOBBSAWM, 2014a;).

² Por abordagens convencionais entende-se o que Cohen (2008) chama de escolas norte-americana e britânica. É importante, no entanto, reconhecer que o autor enfatiza os esforços críticos alternativos em EPI desenvolvidos, por exemplo, na França e na Alemanha. Com relação à América Latina, pode-se dizer que a tradição estruturalista cepalina fornece as bases para uma perspectiva regional da EPI. Em especial no caso brasileiro, pode-se verificar uma intenção deliberada de promover análises mais amplas a partir de variáveis interconexas. A explicação para essa postura da tradição brasileira associada à EPI talvez resida na proximidade de abordagens como Fiori (2000, 2000a, 2014), Medeiros (2004), Medeiros e Serrano (1999), Tavares (2000), Belluzzo (1995, 2000), Tavares e Belluzzo (2004) de uma forte tradição econômica heterodoxa, por vezes fundamentada no materialismo histórico. Também segue esta linha o manual de EPI produzido por Gonçalves (2005).

Uma vez que a noção de totalidade imbuída na filosofia de Marx e Engels permite considerar o caráter social generalizado das relações humanas, é possível, em termos de abstração, suspender temporariamente, e para fins de análise, as formas específicas de manifestação dessas relações. Assim, interações econômicas e políticas podem ser compreendidas como integrantes de uma única realidade social e por meio das mesmas condições ontológicas e epistemológicas³.

Assumida tal premissa, a qual será qualificada posteriormente, pode-se explicitar o problema central desta dissertação, que consiste em responder como o funcionamento da economia mundial capitalista e, por conseguinte, do SMI, pode ser compreendido a partir de uma interação orgânica entre Estado e capital. A nossa hipótese é de que duas contradições ou leis gerais determinam essa conexão e, no que diz respeito ao modo de produção capitalista, cumprem um papel explicativo fundamental acerca das dinâmicas que competem à economia mundial capitalista e ao SMI. A primeira, mais estrutural, refere-se ao processo de desenvolvimento desigual e combinado da força produtiva social do trabalho (LUKÁCS, 1979; LENIN, 1984; MARX, 1982; TROTSKY, 1977). Mais do que uma manifestação aplicável às relações entre Estados, a desigualdade seria uma condição primária característica e determinante do processo de desenvolvimento social material, cujas origens estariam relacionadas à própria ação do trabalho humano sobre a natureza. Essa condição desigual de desenvolvimento, todavia, adquiriria um caráter efetivamente combinado apenas na realização de uma economia mundial capitalista, isto é, no momento em que a troca se transforma uma atividade dominante, em que a produção material integra-se mundialmente e em que o dinheiro assume o papel de equivalente geral universal.

A segunda contradição, por sua vez, é típica do modo de produção capitalista e propõe que a dinâmica da economia mundial capitalista resultaria da tensão entre duas condições que agem sobre o processo de acumulação de capital – uma universal e outra particular. Por um lado, a acumulação de capital estaria condicionada apenas às leis imanentes da circulação e da

³ É necessário enfatizar, todavia, que este trabalho preserva a condição primária do materialismo histórico, a qual reside no papel transformador das relações sociais de produção. Como afirma Marx (1982), as manifestações sociais – das mais simples às mais complexas – existem como decorrências mais ou menos diretas da necessidade de garantir o sustento material da vida humana. Encontra-se, portanto, na base da existência da vida em sociedade, a ação do trabalho humano sobre as condições naturais inerentemente impostas, cuja síntese dinamiza o processo histórico e fornece os arcaibouços necessários para o erguimento de formas de manifestação social diversas, como por exemplo, as estruturas políticas de dominação. Essa interação entre ser social e natureza ocorre marcada pelas condições materiais de cada período histórico e define, dessa maneira, as formas pelas quais se manifestam as diferentes realidades sociais específicas (LUKÁCS, 1979; MARX, 1982). A partir dessas considerações, a Economia Política Internacional pode ser concebida como uma realização particular da economia política de Marx e Engels; uma ciência essencialmente histórica que se encontra em constante mudança e que oferece algumas “[...] poucas leis bem universais” capazes de explicar fenômenos que decorrem da produção e da troca material (ENGELS, 2015, p. 117).

produção de mercadorias e se manifestaria como um fenômeno universal, independentemente das restrições impostas pelas realidades sociais específicas. Por outro, no entanto, as especificidades do processo de desenvolvimento histórico das sociedades, em especial no que diz respeito à existência de macrounidades políticas, determinaria a fragmentação do território econômico em Estados nacionais e condicionaria, assim, a acumulação de capital universal a uma lógica de apropriação nacional. Portanto, como afirma Bukharin (1984), haveria, concomitante à tendência à concentração do capital mundial, uma tendência à nacionalização deste mesmo capital. A síntese derivada do choque entre essas lógicas definiria a complexidade e a dinâmica da economia mundial capitalista, bem como o funcionamento e as formas do SMI.

Em termos metodológicos, esta abordagem busca propor novas considerações teóricas associadas à hipótese apresentada, o que se dá a partir de uma revisão da literatura centrada em três eixos bibliográficos majoritários. O primeiro é a recente proposta revisionista da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que contrapõe tanto as formulações teóricas mais ortodoxas em relações internacionais, quanto suas críticas atuais. O segundo abrange a teoria do valor e do capital de Karl Marx e suas interpretações associadas à abordagem clássica do imperialismo. Por fim, o terceiro remete às contribuições brasileiras e estrangeiras à EPI, em especial no que diz respeito à questão do dinheiro, da moeda e do SMI. Como forma de articular analiticamente esses três eixos, este trabalho procura entender os principais conceitos por meio da noção de categoria de análise, isto é, enquanto concepções abstratas que são compreensíveis em sua totalidade apenas na medida em que a realidade concreta do desenvolvimento das forças produtivas torna-se suficientemente complexa para evidenciá-las⁴. A partir de então, torna-se possível identificar os movimentos contraditórios que, contrapostos e sintetizados, permitem compreender a maneira pela qual as forças sociais específicas do processo histórico incidem sobre a totalidade do desenvolvimento das forças produtivas, em especial no modo de produção capitalista.

Para que seja possível conduzir essa análise de maneira completa, alguns objetivos específicos devem ser destacados. Primeiramente, descrever o recente debate que revisita o conceito de desenvolvimento desigual e combinado na tentativa de afirmá-lo como elemento capaz de dissolver a incompatibilidade teórica entre o doméstico e o internacional nas teorias de relações internacionais. Busca-se, nesse sentido, contribuir para que o conceito não perca sua validade teórica, ao propô-lo como parte integrante e diretamente associável à teoria do valor-trabalho de Marx (1982, 1983). Assim, ele torna-se capaz de servir à explicação da

⁴ O conceito de categoria de análise será abordado mais detalhadamente no primeiro capítulo.

realidade específica do capitalismo, ao mesmo tempo em que é verificável anteriormente à instauração do modo de produção.

Em segundo lugar, procura-se analisar a trajetória que o processo de acumulação de capital realiza desde a sua ilustração mais básica – a inversão da lógica da economia mercantil simples – até sua forma mais complexa – a integração entre capital bancário e capital industrial, que define o capital financeiro e permite conceber a acumulação de capital como um fenômeno essencialmente universal. Nessa etapa, o objetivo é aproximar as reflexões de Marx (1983, 1983b, 1983c) acerca do funcionamento da lógica de acumulação de capital com a análise de Hilferding (1985), que permite identificar o capital financeiro e a tendência à monopolização como elementos fundamentais para a realização do capitalismo enquanto modo de produção mundial.

Em terceiro lugar, objetiva-se contribuir para o debate acerca do Estado no materialismo histórico, de forma a resgatar a possibilidade de pensar a macrounidade política como um elemento basilar no condicionamento das realidades específicas determinadas pelas relações sociais de produção. Nesse sentido, procura-se aproximar as sucintas observações que Marx e Engels realizam acerca do Estado com algumas interpretações marxistas promovidas pela teoria do imperialismo (LENIN 1984; BUKHARIN, 1984) e pelas abordagens de longa duração em EPI (WALLERSTEIN, 1984, 1995; ARRIGHI, 1994). Tem-se, como foco, a consideração do Estado nacional como um elemento próprio ao modo de produção capitalista e condicionante da economia capitalista mundial.

O quarto objetivo, por sua vez, pode ser resumido na tentativa de contribuir para a discussão acerca de uma visão alternativa do dinheiro e da moeda em Marx (1982, 1983). Procura-se analisar as contradições engendradas pela interação das funções do dinheiro, atentando especificamente para sua associação não apenas com o valor e com a forma mercadoria, mas também com a figura política do Estado, que assegura a efetiva circulação das peças monetárias.

Por fim, busca-se associar a condição de dinheiro mundial expressa em Marx (1982, 1983) com uma das particularidades da economia mundial capitalista, que é o SMI. Nesse sentido, investiga-se como autores marxistas e não marxistas (estes identificados com a EPI) teorizam acerca da realidade monetária que se institui a partir de uma interação mundial entre Estado e agentes do capital. O objetivo aqui consiste em reunir tais considerações tendo como ponto central as reflexões acerca do dinheiro em Marx (1982, 1983), etapa que só se torna atingível na medida em que todos os objetivos anteriores são verificados, uma vez que Estado,

capital, dinheiro, economia mundial capitalista e desenvolvimento desigual e combinado precisam ser, enfim, articulados organicamente⁵.

Este trabalho se justifica, primeiramente, porque propõe a reconsideração e a atualização de uma visão teórica estruturalista, assentada na ideia de totalidade. Ao longo dos últimos anos, essa tradição tem sido progressivamente substituída, nos debates centrais em teoria das relações internacionais e EPI, por narrativas pós-estruturalistas centradas na determinação da identidade ou de aspectos culturais sobre as relações sociais (TESCHKE, 2014). Por outro lado, pode-se afirmar que o trabalho também serve ao fortalecimento da crítica materialista às teorias convencionais dominantes em EPI e em relações internacionais, ao articular interpretações marxistas ainda não aproximadas e propor, assim como enfatizam Allinson e Anievas (2009) e Rioux (2014), que a teoria do valor-trabalho de Marx deve servir de recurso último à sustentação dos argumentos desenvolvidos nesse sentido. Finalmente, acredita-se que a reinterpretação do fenômeno do SMI aqui realizada propõe uma visão alternativa para se considerar, em termos analíticos, às relações internacionais no modo de produção capitalista. Ainda com relação a essa reinterpretação, crê-se que ela pode, ao identificar a dinâmica por meio da qual os padrões monetários se instituem e, portanto, se colocam como condicionamentos restritivos ao desenvolvimento dos países periféricos, expandir as considerações e abrir frentes de investigação acerca dos possíveis contornos a essas imposições, passíveis de serem realizados por meio de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e regional⁶.

Por fim, deve-se atentar para a estrutura de capítulos que se segue a esta introdução⁷. O primeiro capítulo fundamenta a concepção de desenvolvimento desigual e combinado a ser utilizada neste trabalho, de acordo com o debate teórico contemporâneo nas relações internacionais. Parte-se, nesse sentido, da recente proposta de recuperação do conceito, que procura endereçar o problema histórico da separação analítica entre realidade doméstica e realidade internacional (ROSENBERG, 2006, 2013). Ao rever as críticas e discutir as premissas

⁵ É preciso esclarecer algumas lacunas deste trabalho. Em primeiro lugar, por remeter às principais contradições da economia mundial capitalista, a proposta acaba referindo-se majoritariamente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir de sua manifestação em seus centros dinâmicos. Apesar disso, é importante enfatizar que não se adota aqui qualquer perspectiva histórica “etapista” e que se reconhece a complexidade específica dos casos particulares, como prevê o próprio conceito de desenvolvimento desigual e combinado. Em seguida, deve-se reafirmar que o foco da abordagem é absorver de Marx e Engels e de seus principais intérpretes as contribuições para uma concepção materialista acerca da economia mundial capitalista. Nesse sentido, pouco se desenvolve a argumentação sobre a reprodução do capitalismo em termos domésticos, bem como da relação deste com o Estado e com as tensões sociais de classe internas àquele.

⁶ Para um debate mais específico, ver Medeiros e Serrano (2000) e Stephen (2014).

⁷ A numeração dos capítulos leva em consideração esta introdução. Dessa forma, o primeiro capítulo é aquele de número dois e assim sucessivamente.

da proposta, o capítulo procura fortalecer o conceito de desenvolvimento desigual e combinado ao considerá-lo como uma manifestação histórica específica do capitalismo, mas passível de ser sustentada pela interpretação material do processo histórico.

A partir das reflexões realizadas no primeiro capítulo, os dois capítulos seguintes têm como discussão central a apreciação das condições gerais de funcionamento e de reprodução do capitalismo mundial sob a perspectiva de Marx e de algumas interpretações de sua obra. O objetivo, ao final dos dois capítulos, é compreender o caráter contraditório que rege o funcionamento da economia capitalista mundial: por um lado ela obedece a uma lógica de reprodução do capital que é universal; por outro, ela está sujeita a uma condição de fragmentação ou segmentação – a uma lógica dos capitalismo nacionais – que associa os ganhos com essa acumulação universal à limitação territorial expressa pelos Estados nacionais.

O quarto capítulo realiza uma apreciação da categoria dinheiro a partir de Marx (1982, 1983) e procura mostrar, por meio de suas funções, que ela é capaz de ilustrar a conexão entre Estado e circulação de mercadorias no que diz respeito à economia mundial capitalista. Assim, a categoria dinheiro torna-se diretamente relacionável às lógicas propostas nos capítulos anteriores e pode ser operacionalizada para o entendimento da essência e das formas do SMI. Tal processo é operacionalizado no quinto e último capítulo que, ao concatenar as reflexões realizadas nos capítulos anteriores, propõe uma reinterpretação do SMI. Esta procura defender, a partir da discussão do SMI enquanto realidade própria à economia mundial capitalista, não apenas a interação orgânica entre as lógicas propostas, mas também a relação entre a condição desigual e combinada de desenvolvimento e o dinheiro em sua forma de equivalente universal.

2 DO INTERNACIONAL AO MUNDIAL: O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

It is 'society' which provides man with food, clothing, a home, the tools of work, language, the forms of thought, and most of the content of thought; his life is made possible through the labor and the accomplishments of the many millions past and present who are all hidden behind the small word 'society'. (EINSTEIN, 1949, s/p).

O presente capítulo possui o objetivo geral de discutir a relevância da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (ROSENBERG, 2006, 2009, 2010, 2013) como um potencial marco analítico em Economia Política Internacional (EPI). Especificamente, procura-se defender o conceito de desenvolvimento desigual e combinado como uma ferramenta útil no que diz respeito à análise da dinâmica das relações internacionais no modo de produção capitalista, assumindo a longa duração do processo de efetivação deste como um fenômeno dominante em termos mundiais (BRAUDEL, 2005).

Para tanto, atenta-se para o alcance e as limitações da noção de desenvolvimento desigual e combinado na tentativa de conceber uma explicação da dinâmica internacional que reconheça a interação entre diferentes formas de relações sociais – econômicas, políticas, entre outras. Por isso, o processo reflexivo parte de uma revisão ontológica da dimensão internacional, a qual visa fornecer uma derivação sociológica desse fenômeno e, por consequência, estabelecer uma conexão entre as múltiplas relações que ocorrem nesse domínio, as quais vão além das relações políticas entre os Estados nacionais. Um objetivo final é associar os recentes tratamentos dados ao desenvolvimento desigual e combinado com o materialismo histórico, relacionando-o, em primeira instância, com a produção e a circulação de mercadorias e com o trabalho enquanto gerador de valor.

Nesse sentido, este capítulo divide-se em três seções principais. A primeira procura discutir como a retomada da abordagem do desenvolvimento desigual e combinado por Rosenberg (2006, 2013) se embasa em Leon Trostky (1977) na tentativa de promover uma crítica às concepções convencionais nas teorias de relações internacionais, tendo como foco a reconsideração ontológica e, portanto, do potencial analítico, do que concebemos como dimensão internacional. Em seguida, procura-se reconhecer os limites da abordagem apresentada, atentando especificamente à crítica promovida pela literatura recente, ao mesmo tempo em que se defende a relevância analítica do desenvolvimento desigual e combinado a partir da proposição de uma conexão mais sólida com o materialismo histórico de Marx e

Engels. Finalmente, procuram-se discutir as conclusões que o debate realizado proporciona à utilização do desenvolvimento desigual e combinado como ferramenta para a análise da totalidade das interações na EPI e nas Relações Internacionais.

2.1 A derivação sociológica da dimensão internacional a partir do desenvolvimento desigual e combinado

A postura crítica que caracterizou o despontar da EPI pode ser identificada como resultado da percepção entre alguns teóricos das relações internacionais de que, para explicar a complexidade dos fenômenos mundiais, era imprescindível a substituição dos modelos tradicionais por abordagens que atentassem fundamentalmente para a interconexão entre variáveis de diversas naturezas – econômicas, políticas, sociais, ideológicas (COHEN, 2008). Levando-se em consideração os obstáculos próprios a essa tarefa, especialmente no que diz respeito à manutenção de um rigor científico e de capacidade teórica explicativa, não é exagero afirmar que a reavaliação das premissas ontológicas das relações internacionais aparece como uma etapa a ser considerada nesse processo, dado que dificilmente podem surgir novas alternativas teóricas sólidas regidas pelas mesmas condições que sustentaram as abordagens criticadas.

Parece lógico pensar que o centro do estudo das relações internacionais está justamente na consideração ontológica do que consiste a dimensão internacional, suas dinâmicas características e seus fenômenos imanentes. Todavia, talvez pelo próprio sucesso dos modelos clássicos, centrados na política internacional, em explicar certos fenômenos específicos dessa dimensão, uma análise mais detalhada acerca dos fundamentos do internacional passou incólume ao longo das críticas que se seguiram. Essa necessidade, longe de ser arbitrária, deriva do próprio choque entre a intenção de promover uma explicação generalizada das interações mundiais com o arcabouço teórico até então sedimentado e disponível para utilização. A dimensão internacional, portanto, é considerada aqui o elemento central a ser repensado na tentativa de expandir a qualidade analítica dos modelos teóricos em relações internacionais.

1.1.1 Repensando o fenômeno do internacional: do Realismo Estrutural ao Desenvolvimento Desigual e Combinado

Como mencionado, a institucionalização da EPI fez parte de um movimento amplo de retomada e de revisão das premissas surgidas e tratadas pelas teorias das relações internacionais

mais utilizadas, em especial o neorrealismo ou realismo estrutural de Kenneth Waltz. Resumidamente, sabe-se que a proposta de Waltz (1979) sedimenta-se sobre a consideração dos Estados nacionais enquanto agentes principais do sistema internacional, os quais, regidos por uma anarquia interestatal sistêmica, procuram garantir sua sobrevivência através de padrões e mecanismos de interação fundamentados na *realpolitik*, resultando em fenômenos de balanceamento de poder. De maneira a contrapor a influência dominante da teoria de Waltz sobre a análise das relações internacionais, – e de certa forma confirmando a força do neorrealismo enquanto programa de pesquisa – novas abordagens propuseram-se a questionar as premissas dessa corrente, denunciando a racionalidade política universal, a centralidade do Estado nacional para as relações internacionais e, por fim, a questão da ordem internacional anárquica (ROSENBERG, 2013; TESCHKE, 2014).

De acordo com Teschke (2014), esse processo de reavaliação foi marcado por três momentos, ou ondas, relevantes. Primeiramente, houve o resgate das explicações de caráter sociológico sistêmico, que procuraram superar a pouca interconexão entre as forças sociais domésticas e a realidade internacional. Em seguida, fortaleceram-se as abordagens mais orientadas ao marxismo, que visavam à integração da lógica de acumulação capitalista e da luta de classes à dinâmica de poder e ao uso da força em termos internacionais. Finalmente, já no século XXI, tais concepções passaram a ser preteridas graças à ascensão de uma tendência pós-estruturalista que, ao criticar a compreensão sistêmica das relações internacionais, direcionou seu enfoque para questões voltadas aos estudos de identidade, de cultura e de gênero¹ (TESCHKE, 2014).

Apesar de heterogênea, essa reação teórica generalizada caracterizou-se por certas dificuldades peculiares. Por um lado, aquelas abordagens que se propuseram a adotar uma perspectiva sistêmica como forma de rever as limitações de escopo do neorrealismo incorreram tanto em reconsiderações da própria teoria que criticavam, quanto em novas simplificações e

¹ A primeira onda, ativa nos anos 1980, fundamentou-se na retomada dos textos clássicos de Karl Marx e Max Weber. Apesar de ter revisto a consideração das relações internacionais para além do determinismo geopolítico, acabou reaproximando-se das premissas do realismo estrutural em última instância. Esta crítica foi fundamentada na sociologia histórica weberiana, juntamente com a Escola Inglesa e algumas abordagens marxistas e construtivistas, fundamentalmente baseadas nas obras de Charles Tilly, Theda Skocpol, Anthony Giddens e Michael Mann. A segunda onda, na passagem para a década de 1990, incorporou mais consistentemente as heranças da teoria marxista acerca do desenvolvimento capitalista. O seu ponto fraco, no entanto, parece ter derivado de sua própria heterogeneidade, que dificultou avanços explicativos para a teorização do internacional em termos sintéticos. Essa onda seguiu pelo mesmo caminho da primeira, embora tenha apresentado uma conexão mais direta com o marxismo através das obras de Antonio Gramsci, Immanuel Wallerstein, Perry Anderson, Robert Brenner e Fernand Braudel. Por fim, a terceira e última onda, cuja ocorrência se fez a partir dos anos 2000, consistiu na tentativa pós-moderna de superar as contribuições estruturalistas que sustentaram à reação ao *mainstream* até então (TESCHKE, 2014).

limitações teóricas. Por outro, as investidas que tentaram um rompimento com o estruturalismo constituíram-se enquanto programa de pesquisa alternativo, afastando-se dos problemas tratados pelo realismo estrutural e, por conseguinte, abrindo mão da capacidade de um diálogo direcionado (TESCHKE, 2014).

Não obstante a contemporaneidade com relação ao surgimento do pós-estruturalismo e a motivação comum no questionamento das abordagens precedentes, a proposta teórica revisionista do Desenvolvimento Desigual e Combinado (ROSENBERG, 2006, 2010, 2013) consiste em uma exceção pontual ao evitar o rompimento tanto com as considerações sistêmicas quanto com as bases sociológicas anteriores². Por tais razões, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado tornou-se imediatamente reconhecida por seus críticos como um instrumento analítico potencialmente relevante na tentativa de repensar a essência e o funcionamento da dinâmica internacional (CALLINICOS; ROSENBERG, 2008; ALLINSON; ANIEVAS, 2009; ASHMAN, 2009; DAVIDSON, 2009; TESCHKE, 2014). Apesar de Rosenberg (2006, 2010, 2013) retomar e admitir os avanços das contribuições precedentes, o foco de seu argumento reside não apenas na revisão dos fundamentos teóricos, mas principalmente das premissas ontológicas destas abordagens, em especial com relação à consideração da realidade internacional. Para o autor, embora as críticas ao neorealismo tenham sido eficazes no sentido de explicar os processos de mudança e a interação entre as formas históricas apresentadas pelas macrounidades políticas, elas foram incapazes de superar as limitações que historicamente impedem uma teoria geral das relações internacionais, uma vez que não se preocuparam em questionar os fundamentos sociais e o porquê da existência de uma dimensão internacional³. Nesse sentido, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado apresenta-se como um modelo que se propõe a superar o problema da separação

² É preciso ressaltar também a recente revisão teórica das abordagens acerca do imperialismo, majoritariamente representadas pela obra de Callinicos (2007, 2009). Embora não represente o arcabouço teórico central deste trabalho justamente porque se aproxima demasiadamente da lógica proposta pelo Realismo Estrutural (CALLINICOS; ROSENBERG, 2008), o debate acerca da teoria de Callinicos tem seus méritos enquanto proposta teórica de reinterpretação do materialismo histórico para as Relações Internacionais e cumpre um papel secundário, porém extremamente relevante ao longo deste trabalho.

³ Os esforços de Rosenberg (2013) mostraram não ser possível identificar em nenhum arcabouço teórico anterior qualquer explicação lógica que assegure a obrigatoriedade analítica da divisão entre realidade doméstica e realidade internacional. Mais ainda, o próprio reconhecimento da existência de uma conexão entre ambos os domínios funciona como premissa para deduzir que há, inevitavelmente, uma continuidade ontológica entre eles, o que elimina a hipótese da impossibilidade de uma análise unificada. O autor afirma que o próprio Kenneth Waltz não via sentido nessa dicotomia e considerava possível a construção de uma teoria unificada, embora, diante de sua impossibilidade em concebê-la, preterisse tal proposta em prol de sua Teoria da Política Internacional. Assim sendo, na opinião do autor, a incompatibilidade analítica do doméstico e do internacional só se manifesta enquanto uma consequência da assimilação de premissas ontológicas desfavoráveis para a construção teórica em relações internacionais.

analítica entre a realidade doméstica e a realidade internacional nas Relações Internacionais, sem precisar incorrer em reificações ou determinismos⁴.

O problema ontológico do internacional teria sido inaugurado pelo realismo estrutural – e a partir de então jamais reconsiderado – na medida em que a explicação sociológica para sua existência fundamentou-se na noção clássica de sociedade (ROSENBERG, 2013). Mais especificamente, assim como o conceito de sociedade representava um elemento analiticamente uno nas teorias sociais, a realidade internacional foi entendida socialmente enquanto um “singular, unitário e autocontido”, um todo único e universal, capaz de diferenciar-se apenas pela evolução institucional de seus processos sociais, a dizer, pela formação de unidades políticas (ROSENBERG, 2013, p. 188, tradução nossa)⁵. Como consequência, o realismo estrutural teria repassado às outras teorias das relações internacionais as bases ontológicas frágeis que dificultaram o avanço da discussão referente à dinâmica das interações mundiais. Ao tornar equivalentes o fenômeno do internacional e a estrutura interativa derivada exclusivamente da multiplicidade política estatal, o realismo estrutural teria desassociado a dimensão internacional do processo de desenvolvimento social e, então, imposto a ela a condição de externalidade, isto é, a incapacidade de ser sociologicamente derivada.

De acordo com Rosenberg (2013), a noção de anarquia adotada pelo realismo estrutural consiste em um exemplo emblemático para demonstrar a ausência de explicação sociológica para a derivação da dimensão internacional. Waltz (1979, p. 102-128) afirma que a ordem internacional é anárquica porque apresenta ausência de governo. Isso a diferencia, portanto, da realidade doméstica, a qual funciona sob uma ordem hierárquica fundamentada no uso legítimo da força por parte dos Estados. Por essa lógica, o sistema internacional não apresenta os mesmos padrões de funcionamento de um sistema nacional porque, ao contrário da estrutura social que se desenvolve sob a autoridade do Estado, se baseia na necessidade de cada unidade estatal de promover a sua própria sobrevivência (*self-help*) frente à ameaça de uso da força por unidades análogas. A estrutura internacional deriva, assim, da convivência entre esses diferentes Estados, e a anarquia, portanto, é a sua característica imanente.

Waltz (1979), ao conceber a diferenciação entre os domínios do internacional e do nacional de forma politicamente orientada, assume que, assim como a política doméstica pode ser explicada a partir de sua condição hierárquica, a política internacional também adquire sua

⁴ Para Rosenberg (2013, p. 189), uma reificação consiste na falácia de se tratar elementos que são resultados de processos sociais como unidades independentemente constituídas e dotadas de poderes e atributos, mas cuja existência se deve apenas graças aqueles processos sociais.

⁵ Do original: “*singular, unitary and self-contained*”. É possível confirmar tal consideração em Waltz (1979), quando há a referência a uma sociedade de Estados.

explicação por meio de sua condição anárquica. Para Rosenberg (2013), tal fato corresponde a um problema ontológico cuja origem reside nas bases sociológicas de Waltz (1979). Dado que, para o último, a explicação de um fato social reside na natureza social em si mesma deste fato, é possível identificar a origem social do nacional, mas não a do internacional. Se a diferença entre ordem anárquica e ordem hierárquica indica naturezas sociais diferenciadas – uma realidade internacional e uma realidade doméstica –, a explicação social da dimensão internacional é barrada pela incapacidade de se derivar sociologicamente sua própria natureza social - uma sociedade de Estados – sem que seja preciso apoiar-se nos processos que caracterizam a realidade doméstica⁶. Nesse sentido, embora Waltz (1979) consiga descrever a organização e o funcionamento do fenômeno do internacional, fica impedida a possibilidade de explicar suas fundações sociais e de se estabelecer uma base ontológica para tal (ROSENBERG, 2013).

Rosenberg (2006, 2013) busca reverter esse caráter de externalidade do fenômeno do internacional refazendo o processo de derivação de sua existência a partir do desenvolvimento social em primeira instância. Sua solução, portanto, consiste em apresentar o internacional como um fenômeno sociologicamente determinado e organicamente contido, ou seja, advindo diretamente das relações sociais fundamentais, mas dotado de uma essência e de uma dinâmica específicas. Tal saída, todavia, só se torna possível diante da percepção de que o internacional não pode constituir uma singularidade social, mas sim é resultado da existência de um conjunto de várias sociedades; uma “[...] dimensão da realidade social que advém especificamente da coexistência, interna a ela, de mais de uma sociedade.”⁷ (ROSENBERG, 2006, p. 308, tradução nossa). O internacional emerge, então, como o ambiente onde se verificam as relações intersociais.

Importa perceber, todavia, que tal ambiente não se restringe às relações intersociais. A razão disso é que sua definição, ao mesmo tempo em que indica a existência de múltiplas e diferentes sociedades, reconhece que as mesmas relações sociais que ocorrem internamente a uma sociedade, também ocorrem na conexão entre várias sociedades. Tem-se, assim, que tanto uma realidade intra-social quanto uma realidade intersocial passam a ser intrinsecamente constituintes e coexistentes à existência social como um todo. A diferenciação entre as sociedades, por sua vez, decorre do fato de que o desenvolvimento material da humanidade

⁶ A abordagem de Anderson (1993) acerca das comunidades imaginadas ajuda a esclarecer como os Estados existem como unidades administrativas que servem a vínculos orgânicos sociais mais profundos.

⁷ Do original: “*the dimension of social reality which arises specifically from the co-existence within it of more than one society*”.

acontece de forma desigual, implicando a existência de condições materiais primárias distintas que segmentam os processos de organização social e criam, portanto, a partir da interação dinâmica dessas diferentes estruturas sociais, um âmbito intersocial⁸.

É importante adiantar, todavia, que a crítica de Rosenberg (2006, 2013) reorganiza a compreensão do conceito de internacional em seu conteúdo, mas não propõe a reconsideração de sua denominação. Possivelmente, Rosenberg (2006, 2013) evita discutir o termo internacional porque procura dialogar com os termos expressos em Waltz (1979), o que, de fato, é uma vantagem na sua argumentação⁹. Por outro lado, como se verá a seguir, embora seja possível pensar no internacional a partir das relações intersociais, estes dois termos não expressam, por definição, essas interconexões. Essa escolha de preservar os termos convencionais não é, no entanto, irrelevante. Ao assumir o conceito de internacional da maneira como o faz, Rosenberg (2006, 2013) acaba validando-o como referência para a dinâmica das relações intersociais desde os primórdios das organizações sociais humanas, ou seja, ao longo de todo o período histórico em que se verificam interações entre sociedades, o que não necessariamente corresponde a uma realidade. Por exemplo, se tomarmos o conceito de internacional por definição, é necessário pressupor a existência de um “nacional”, isto é, de uma limitação específica entre o âmbito intra-social e âmbito intersocial. A separação entre intra-social e intersocial, contudo, precede a própria díade nacional-internacional, uma vez que, como afirma Hobsbawm (1992), termos como nação e Estado Nacional só passaram a ser considerados a partir do século XVIII, associados à política e ao território, e representando, por

⁸ É importante lembrar a existência de abordagens que, embora reconheçam a importância do desenvolvimento material, enfatizam outros aspectos relevantes no processo de diferenciação social e consolidação das sociedades humanas como, por exemplo, a diferenciação genética, a linguística, a realidade cultural, entre outras manifestações sociais (CAVALLI-SFORZA, 2001; DIAMOND, 1997; HARARI, 2016).

⁹ Em Waltz (1979) o sistema internacional desponta como um sinônimo de sistema interestatal, embora este seja, paradoxalmente, apenas uma das formas apresentáveis pelo primeiro: “*One useful point is thereby suggested, although it is a point that Wallerstein strongly rejects: namely, that different national and international systems coexist and interact. The interstate system is not the only international system that one may conceive of. Wallerstein shows in many interesting ways how the world economic system affects national and international politics. But claiming that economics affects politics is no denial of the claim that politics affects economics and that some political outcomes have political causes. Wallerstein argues that ‘in the nineteenth and twentieth centuries there has been only one world-system in existence, the capitalist world-economy’ (p. 390). The argument confuses theory with reality and identifies a model of a theory with the real world, errors identified in Chapter 1. An international-political theory serves primarily to explain international-political outcomes. It also tells us something about the foreign policies of states and about their economic and other interactions. But saying that a theory about international economics tells us something about politics, and that a theory about international politics tells us something about economics, does not mean that one such theory can substitute for the other. In telling us something about living beings, chemistry does not displace biology*” (WALTZ, 1979, p. 38). Como se pode ver, Waltz (1979) separa sistema político internacional de sistema econômico internacional como forma de priorizar as relações que lhes dizem respeito. Ele claramente reconhece que fatores econômicos e políticos incidem uns sobre os outros, mas abre mão de tratá-los como parte complexa de uma totalidade e, portanto, de compreendê-los em sua extensão completa. Não obstante represente um recorte analítico possível, essa atitude trata das variáveis em questão e não da essência do fenômeno do internacional.

vezes, definições difusas¹⁰. A solução que propomos a esse dilema, portanto, consiste em considerar a divisão entre nacional e internacional um fenômeno historicamente determinado, característico de um período específico da história social humana; e, por conseguinte, conceber o internacional como uma forma específica de manifestação do ambiente de relações intersociais¹¹. Uma vez instituída essa ressalva prévia pode-se, finalmente, derivar analiticamente o internacional a partir da condição de desenvolvimento desigual e combinado.

2.1.1 *Desenvolvimento Desigual e Combinado: A visão de Leon Trotsky*

A noção de desenvolvimento desigual e combinado aparece pela primeira vez de forma organizada na contribuição de Leon Trotsky à teoria do imperialismo, como uma extensão teórica de elementos encontrados em Karl Marx e em Friedrich Engels¹². Especificamente, Trotsky (1977) procurou explicar como a instauração do modo de produção capitalista na Rússia czarista contara com peculiaridades históricas que condicionaram a ocorrência ulterior de um processo revolucionário operário antes de uma revolução burguesa-capitalista. *Grosso modo*, a especificidade do processo de industrialização russo – coordenado pela elite czarista e fruto da necessidade política de sobrevivência do regime – teria se misturado com uma estrutura social semifeudal ainda baseada, em certos casos, na propriedade comunal da terra, o que teria potencializado o choque de classes antagônicas e fornecido condições históricas para a articulação de um movimento operário unificado (TROTSKY, 1977; MARX; ENGELS, 2013).

¹⁰ Acredita-se que o uso do termo “internacional” tenha sido registrado pela primeira vez em 1781, no trabalho de Jeremy Bentham, *An introduction to the Principles of Moral and Legislation*, na tentativa de diferenciar a aplicação do direito interno e do direito para além das fronteiras do Estado: “*Principles of legislation in matters betwixt nation and nation, or, to use a new though not inexpressive appellation, in matters of international law*” (BENTHAM, 2000, p. 10, grifos originais).

¹¹ Nesse sentido, o internacional corresponde, de fato, ao objeto de tratamento deste trabalho e será utilizado exatamente de acordo com a definição proposta.

¹² Rosenberg (2006) subestima o papel desempenhado por Marx na concepção do desenvolvimento desigual e combinado. Embora Trotsky (1977) seja identificado como seu expoente porque tratou de forma mais detalhada dessa concepção, ela já havia aparecido em Marx, mais especificamente em uma resposta à correligionária russa Vera Ivanovna Zaslucht, em fevereiro de 1881. Nela, Marx discute a possibilidade de o processo revolucionário proletário ocorrer na Rússia czarista antes mesmo da irrupção de uma revolução burguesa, salientando a importância do processo desigual de desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, da capacidade que a estrutura econômica e social de um país possui de se apropriar de mudanças ocorridas em outras estruturas análogas: “[...] para explorar as máquinas, os barcos a vapor, as ferrovias, a Rússia foi forçada, a exemplo do Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica? Que eles mesmos me expliquem de novo como fizeram para introduzir entre eles num piscar de olhos rodo o mecanismo de trocas (bancos, sociedade de crédito, etc.) cuja produção custou séculos ao Ocidente? [...] na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de *todas as conquistas positivas* e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis” (MARX; ENGELS, 2013, p.89, grifos originais).

Assim, Trostky (1977) tentou mostrar que as condições materiais de diversos países são, por razões que remetem à origem da produção social organizada, modificadas em ritmos diferentes, o que resulta na coexistência de sociedades mais atrasadas e outras mais avançadas com relação ao grau de desenvolvimento material. A presença dessa situação de atraso condiciona o processo dinâmico de apropriação dessas conquistas materiais por parte dos países menos avançados, ou seja, demonstra a tendência de uma sociedade atrasada de assimilar os progressos materiais dos países adiantados¹³. Este não consiste, todavia, em um processo linear e uniforme, uma vez que ocorre a partir do choque entre as estruturas sociais vigentes e as conquistas materiais absorvidas por um país. Como resultado, sintetizam-se diversas realidades históricas específicas, caracterizando um processo que, embora seja motivado pela trajetória percorrida pelos países mais desenvolvidos, não reproduz nem as etapas de seu passado nem os seus resultados originais (VAN DER LINDEN, 2007).

Tem-se, assim, a lei da desigualdade como uma lei geral do processo histórico, passível de verificação diante da situação econômica dos países menos desenvolvidos comparada à dos mais desenvolvidos. O desenvolvimento combinado, por sua vez, seria corolário da lei da desigualdade. Nesse caso, tal condição aparece de forma a evidenciar o caráter essencialmente internacional do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e, dessa forma, a pressão que ele exerce sobre estruturas pré-capitalistas:

Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1977, p. 25, grifo do autor).

Nesse sentido, a lei do desenvolvimento desigual e combinado desponta como a mais sólida abstração lógica do processo de industrialização russo, sendo possível compreendê-la como uma condição geral do desenvolvimento do capitalismo em termos internacionais, que remete à explicação de por que o processo de assentamento do capitalismo enquanto a lógica produtiva socialmente dominante ocorre de maneiras distintas em diferentes sociedades. Em certo sentido, ela concede ao fenômeno do capitalismo a sua condição mundial enquanto modo

¹³ Em Trotsky (1977) a referência a “país” já está condicionada à existência do Estado enquanto macrounidade política. Em termos essenciais, todavia, não há prejuízos, para a análise aqui proposta, dessa consideração da realidade política. O processo de desenvolvimento desigual e combinado é concebido como uma assimilação de práticas produtivas diferenciadas entre sociedades distintas, que se encontram, todavia, condicionadas às unidades políticas. Essa questão ficará mais clara ao longo do trabalho.

de produção dominante e garante, ainda assim, que ele se manifeste de formas distintas em estruturas sociais diferentes, o que mostra a peculiaridade de cada processo histórico de construção social (BIANCHI, 2000). Dessa forma, as conquistas materiais uma vez realizadas por uma sociedade ficam potencialmente à disposição de outras sociedades e fornecem condições de assimilação desses avanços sem que seja necessária a reprodução do processo original ¹⁴.

Para Trotsky (1977), a questão russa permite observar alguns padrões nos processos de desenvolvimento material dos países e, dessa forma, explicar as especificidades da instauração do modo de produção capitalista em cada estrutura social, inclusive no que diz respeito às características políticas, institucionais e culturais que definem tais sociedades. Três dessas observações ficam explícitas em Trotsky (1977) e servem de base para a construção de um arcabouço teórico em torno da noção de desenvolvimento desigual e combinado. Em primeiro lugar, ressalta-se que o desenvolvimento desigual e combinado produz “[...] um amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.” (p. 25), o que implica dizer que qualquer interação entre modos de produção e suas peculiaridades geram, como síntese, estruturas sociais diferenciadas em todo o seu conjunto material. Em segundo lugar, tem-se o “privilegio de uma situação historicamente atrasada”, o qual representa a capacidade de uma sociedade de assimilar, em menor tempo, as conquistas materiais de outras sociedades, passando por etapas que foram necessárias anteriormente e que então deixam de ser (TROTSKY, 1977, p. 24). Por fim, atenta-se para o “chicote das necessidades externas”, o qual consiste na condição que obriga uma sociedade a avançar rapidamente na direção da condição material superior. Não há clareza acerca da essência por trás desse último mecanismo, embora seja possível inferir, pelas condições apresentadas acerca da questão russa, que ela é constituída tanto por questões relacionadas à sobrevivência material e física da sociedade em questão quanto à lógica produtiva e ao poder das elites dominantes (NOVACK, 1972; TROTSKY, 1977).

É importante notar que os três fundamentos do desenvolvimento desigual e combinado estão dialeticamente conectados: a lei da desigualdade origina a condição de atraso e a lei do

¹⁴ Tal condição encontra respaldo na diferenciação entre desenvolvimento clássico e não clássico na ontologia marxiana. O primeiro consiste naquele em que as forças econômicas se manifestam de forma mais clara, sem desvios e interferências causados por especificidades observadas em outros casos. O segundo, por sua vez, corresponde justamente no caso em que essas especificidades são evidentes. Essa dualidade não implica qualquer juízo de valor, mas sim a característica pioneira de certa sociedade no desenvolvimento de certas práticas produtivas. Nesse sentido, as formas sociais derivadas de um desenvolvimento não clássico podem superar quantitativa e qualitativamente aquelas que lhe deram origem (LUKÁCS, 1972). Mesmo assim, é importante ressaltar o caráter potencial dessa superação, uma vez que há a existência de restrições concretas relacionadas ao processo combinado de desenvolvimento material (exemplos, no capitalismo, são marcas, patentes e direitos de propriedade).

desenvolvimento combinado serve de elemento capaz de superar esse atraso. O privilégio do atraso existe porque o contato material entre as diferentes sociedades ocorre através da formação do amálgama de estruturas sociais. Todavia, ele só ocorre de fato porque é forçado pelo chicote das necessidades externas, que fornece um tom de obrigatoriedade à própria formação do amálgama de estruturas sociais.

Embora não seja possível afirmar com certeza, é provável que Trotsky (1977, 1985) tenha compreendido o desenvolvimento desigual e combinado como um fenômeno presente na totalidade da história social humana, mas condicionado às características específicas dos diferentes períodos, já que consiste em uma tendência diretamente derivada da atividade produtiva. Isso explicaria inclusive o porquê de sua análise considerar, de forma igualmente relevante à produção material, elementos culturais e políticos (LOWY, 1995; NOVACK, 1972; BIANCHI, 2000): o desenvolvimento desigual e combinado se manifestaria independentemente da lógica de mercado, da economia mercantil e da presença do capital e considera, portanto, categorias sociais relevantes em outros momentos da história social humana.

A despeito dessa possibilidade, parece difícil verificar empiricamente que o processo de desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas tenha historicamente ocorrido de forma tão marcante quanto no capitalismo. Ademais, a própria história parece mostrar que, embora seja possível identificar diversos níveis e de técnicas de produção material em diferentes sociedades, essa tendência de universalização das etapas de desenvolvimento produtivo através de uma combinação de fases parece ser um fenômeno recente e não necessariamente aplicável para estruturas sociais pré-capitalistas. Por isso, o próprio Trotsky (1977) reconhece tal obstáculo teórico e o contorna ao definir o seu objeto de análise – o modo de produção capitalista – e ao enunciar a capacidade peculiar do capitalismo de promover a integração universal e dinâmica desse processo de desenvolvimento desigual e combinado, em contraste com o passado pré-capitalista:

O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambientes sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações (TROSTKY, 1977, p. 24).

Admitidas, assim, as condições do argumento de Trotsky, importa compreender a maneira pela qual Rosenberg (2006, 2010, 2013) procura refundar o internacional a partir da noção de desenvolvimento desigual e combinado. Nesse caso, o conceito discutido

anteriormente adquire maior amplitude e assume deliberadamente um caráter teórico mais fundamental. Mais especificamente, aparece como a premissa básica que explica a derivação sociológica do fenômeno do internacional, que, por sua vez, fornece condições para superar a incompatibilidade entre realidade externa e realidade doméstica como forma de cumprir o objetivo do autor de obter uma teoria do internacional (CALLINICOS; ROSENBERG, 2008; ROSENBERG, 2013).

2.1.2 A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado e a derivação do fenômeno do internacional

A consideração do internacional enquanto dimensão das relações intersociais pressupõe a identificação das condições sociais prévias que possibilitam a sua explicação. Rosenberg (2006) encarrega-se desse complexo processo na medida em que determina a desigualdade como uma condição social universal e o desenvolvimento combinado como o elemento dinâmico dessa desigualdade. O autor parte da ideia de que somente é possível conceber a existência da dimensão internacional uma vez que se reconhece o caráter múltiplo e diferenciado de suas unidades constituintes. Independentemente da forma assumida por diversas estruturas sociais, tem-se que a diferença entre elas consiste em uma característica amplamente identificável e generalizada, sendo perceptível através da análise do processo histórico (ROSENBERG, 2006, 2013).

De tal observação decorre a hipótese de que o desenvolvimento social humano seria regido por uma norma inerente à sua ocorrência – a condição desigual e combinada –, cujo principal efeito consistiria na realização de uma totalidade social formada por várias sociedades, as quais apresentariam características irregulares ou heterogêneas. Com efeito, se atentarmos para a experiência histórica, a existência social é verificada pela interação entre diversas sociedades distintas. Esse fato, todavia, evidencia-se a despeito da ausência de empecilhos lógicos à consideração de uma sociedade humana tida como única e singular. A explicação dessa contradição, nesse sentido, consiste no ponto de partida da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (ROSENBERG, 2006, 2010, 2013).

Em Rosenberg (2006, 2013), a lei da desigualdade mencionada por Trotsky (1977) assume um caráter de lei universal, ou seja, passa a ser considerada como uma generalização descritiva da história social. Ela adquire, na visão do autor, uma função causal, impondo-se como condição primária para a existência das relações sociais como um todo na medida em que determina o processo de diferenciação material entre as sociedades. A origem desta condição

de desigualdade entre as sociedades estaria relacionada à divisão do trabalho existente nos primeiros grupos sociais, bem como condicionada pelas características geográficas do ambiente e pela disposição de recursos materiais no momento do estabelecimento desses grupos¹⁵. Especificamente, este momento histórico corresponderia ao abandono de um modo de vida nômade caçador-coletor em prol de uma forma sedentária de vida, fixada em um território específico¹⁶ (ROSENBERG, 2006, 2010). Baseando-se nas considerações de Buzan e Little (2000), Rosenberg (2010) afirma que, embora fosse possível verificar um alto grau de interação entre os grupos de caçadores-coletores, somente a alteração na sua forma de organização social, qual seja, o estabelecimento de uma vida sedentária, tornou possível o processo de diferenciação e multiplicação das unidades sociais, fornecendo condições para a efetivação de um ambiente de relações intersociais:

Na visão de Buzan e Little, os grupos de caçadores-coletores podem ser descritos como ‘indiferenciados’ em pelo menos três sentidos, os quais, cada um de sua maneira, têm um papel importante para a natureza não-internacional de sua conexão. Primeiro, o fato de esses pequenos grupos não diferenciarem o trabalho, em contrapartida à emergência de uma divisão do trabalho (para além daquela biologicamente residual entre os sexos), a qual pode ter proporcionado o surgimento de uma diferenciação ‘setorial’ entre, por exemplo, funções econômicas, políticas, militares e religiosas. O segundo ponto, relacionado ao primeiro, diz respeito à falta de diferenciação vertical entre líderes e liderados, isto é, da estratificação que constitui o ‘político’ enquanto uma dimensão distintiva. Finalmente, tem-se que a natureza simbiótica da interdependência reprodutiva entre os grupos de caçadores-coletores obstrui essa diferenciação lateral entre as unidades, sem a qual uma distinção clara entre o ‘interno’ e o ‘externo’ seria impossível de ser estabelecida. [...] Os humanos

¹⁵ Em 1754, Rousseau já havia afirmado conceber duas espécies de desigualdade relacionada à existência humana. A primeira, natural ou física, é determinada pelos condicionamentos da natureza e sua fonte, por definição, é dispensável de questionamento: “A diferença dos terrenos, dos climas, das estações, forçou-os (os homens) a estabelecê-la na maneira de viver. Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões escaldantes, que tudo consomem, exigiram deles uma nova indústria. Ao longo do mar e dos rios, inventaram a linha e o anzol, e se tornaram pescadores e ictiófagos. Nas florestas, fizeram arcos e flechas, e se tornaram caçadores e guerreiros. Nos países frios, cobriram-se de peles de animais por eles mortos. O trovão, um visão, ou qualquer feliz acaso, lhes fez conhecer o fogo, novo recurso contra o rigor do inverno.” (ROUSSEAU, 2001, s/p). A segunda, por sua vez, seria a desigualdade moral ou política, que remeteria aos privilégios de alguns que são autorizados ou consentidos pelos demais. A desigualdade moral ou política teria relação com a questão da propriedade, com a riqueza e com o poder. É nesse sentido que se compreende a afirmação da vida social entre os homens: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.” (ROUSSEAU, 2001, s/p).

¹⁶ Ao discorrer acerca do embate entre tribos maoris e morioris na Polinésia do século XIX, Diamond (1997) fornece substrato histórico à condição universal material de desigualdade e seus efeitos sobre o desenvolvimento social: “A tragédia dos morioris se parece com muitas outras ocorridas tanto no mundo moderno quanto no mundo antigo, quando povos numerosos e bem equipados enfrentam adversários menos numerosos e mal equipados. O que torna o choque entre os maoris e os morioris tão esclarecedor é que os dois grupos tinham uma origem comum menos de um milênio antes. Ambos eram povos polinésios. Os modernos maoris descendem de fazendeiros polinésios que colonizaram a Nova Zelândia no ano 1000 da Era Cristã. Pouco depois, um grupo desses maoris colonizou as ilhas Chatham e se tornou moriori. Nos séculos em que se seguiram, os dois grupos evoluíram em direções opostas, sendo que os maoris do norte da ilha desenvolveram uma organização política e tecnológica mais complexa enquanto os morioris ficavam para trás. Os morioris voltaram a ser caçadores-coletores, enquanto os maori intensificaram o cultivo da terra. Essa evolução em sentidos opostos intensificou o desfecho de seu choque final.” (DIAMOND, 1997, p. 54).

se estabeleceram primeiro em locais de abundância de recursos naturais, um movimento que proporcionou tanto novas possibilidades quanto novas exigências. Para a vida sedentária, muda a lógica da ‘estabilização ambiental’. Com os requerimentos básicos da mobilidade suspensos, os excedentes sazonais de alimentos podem ser acumulados e armazenados para permitir a subsistência durante o ano, o que ocorre em detrimento da dependência direta de outras unidades sociais (ROSENBERG, 2010, p. 173, tradução nossa) ¹⁷.

O resultado desse processo representou a formação de diversas sociedades que, marcadas pela desigualdade material inicial, desenvolveram suas estruturas econômicas, políticas e jurídicas de formas distintas, como consequências posteriores da dinâmica social como um todo (NOVACK, 1972). É a partir desse ponto que, de acordo com Rosenberg (2013), torna-se possível romper a ontologia singularizada que marca o entendimento do fenômeno do internacional: a lei da desigualdade material inviabiliza a noção singular de sociedade internacional porque carrega consigo a premissa original da diferenciação e da multiplicidade de sociedades¹⁸.

O processo descrito anteriormente mostra que é a partir da diferenciação e do surgimento de múltiplas unidades sociais que se pode considerar a existência de um ambiente intersocial, ou seja, da essência característica do fenômeno do internacional. Aquele surge não como uma analogia à dinâmica social interna, mas sim como uma face legítima e emergente do próprio desenvolvimento social material: o ambiente intersocial enquanto abstração é consequência do desenvolvimento desigual real porque pressupõe a diferenciação entre múltiplas unidades sociais. Dessa forma, o internacional enquanto ambiente de relações

¹⁷ Do original: “*In Buzan and Little’s account, hunter-gather bands can be described as ‘undifferentiated’ in no less than three senses, each of which, in its own way, plays into the non-international nature of their interconnection. First, their small size and necessary monility work against the emergence of a division of labour (beyond the residual biological one of the sexes) which could lead to the emergence of a ‘sectoral’ differentiation of, say, economic, political, military and religious functions. Second, and relatedly, they also lack the vertical differentiation of rulers and ruled – stratification – which constitutes ‘the political’ as a distinctive domain. And finally, the symbiotic nature of their reproductive interdependence with other bands obstructs that lateral differentiation from other units without which a clear distinction between ‘inside’ and ‘outside’ cannot be established. [...] Humans first settled at sites of natural abundance, a move that led both to new possibilities and to new exigencies. For sedentary existence changes the logic of ‘environmental buffering’. With the basic requirement of mobility lifted, seasonal food surpluses can be accumulated and stored to enable year-round subsistence, weakening in turn the direct dependence on other social units*”

¹⁸ Marx e Engels (2007), assim como Hegel, enxergam o Estado a partir de suas contradições com a sociedade civil. Para Hegel, a sociedade civil consistia em um domínio estabelecido para além do Estado, porém não condicionado exclusivamente pelas relações produtivas. Tal âmbito, formado por redes de instituições ou associações autônomas que ordenariam a economia em algum grau de coerência, teria que ser complementado pela capacidade política do Estado na promoção de valores de integração (THOMAS, 1994). Marx e Engels (2007, p. 74), pelo contrário, afirmam a condição primária das relações produtivas e concebem a sociedade civil como o “conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado de forças produtivas”. Nesse sentido, ela também seria mais ampla do que o Estado, porque englobaria o conjunto das relações econômicas desse estágio específico. Todavia, a medida que se desenvolvem às forças produtivas, ela afirma-se “ante ao exterior como nacionalidade” e se articula “no interior como Estado”.

intersociais adquire aqui uma explicação sociológica que independe da, mas está atrelada à realidade de cada sociedade (ROSENBERG, 2006).

É importante atentar para o fato de que, a partir dessa lógica, o surgimento das unidades políticas ocorre apenas em decorrência da diferenciação material entre as múltiplas sociedades. Nesse sentido, a vida política é uma consequência do processo de desenvolvimento social. Conforme Rosenberg (2010) a mudança na organização social para uma vida sedentária culmina na existência de um excedente de produção que conecta a lógica da sobrevivência material às outras nuances da vida em sociedade, como a da política. Por um lado, o excedente representa um alvo de apropriação a ser defendido de outras sociedades, por outro, um recurso para alimentar pretensões de dominação internamente à sociedade em questão (ROSENBERG, 2010). Nesse sentido, multiplicidade política e tensões entre grupos sociais emergem como processos sociais autênticos e interconectados, condicionados pela norma do desenvolvimento desigual, a qual, dessa forma, ocasiona um processo de diferenciação tanto internamente às sociedades quanto em âmbito intersocial¹⁹.

Pode-se derivar da conclusão de Rosenberg (2006, 2013) que seria justamente a multiplicidade política a condição que garante as formas específicas do ambiente intersocial ao longo da história, por meio da institucionalização de macrounidades políticas que assim se reconhecem. Por estar associada à delimitação territorial, a multiplicidade política desponta como um processo social que se impõe sobre a interação social generalizada, promovendo, de fato, uma diferenciação entre o doméstico e o externo. Essa diferenciação, por ser apenas política e derivar dos processos sociais, não determina a essência das relações intra-sociais e intersociais, mas condiciona, como contrapartida, as dinâmicas que seguem, uma vez que impõe certa restrição política que não pode ser desconsiderada.

Todavia, assim como em Trotsky (1977), a desigualdade universal somente adquire dinamismo e torna-se capaz de explicar os processos históricos quando associada à noção de desenvolvimento combinado. Por isso, novamente, este se configura como corolário da lei da desigualdade, mas difere em Rosenberg (2006, 2013) porque transcende a lógica do modo de produção capitalista e assume caráter universal. Para Rosenberg (2006, 2013), o desenvolvimento combinado deriva da premissa de que as sociedades não se desenvolvem de forma isolada e, portanto, coexistem e mantêm um grau mínimo de interação²⁰. Como prevê a

¹⁹ É imprescindível reconhecer a relação entre multiplicidade social e multiplicidade política em Rosenberg (2010). Para o autor, a primeira é uma característica perene da existência social humana, enquanto que a segunda é um fenômeno emergente da primeira, fruto do próprio processo de desenvolvimento social.

²⁰ Note que a coexistência entre grupos sociais já se fazia presente na época dos caçadores-coletores mesmo Rosenberg (2010) reconhecendo que aqueles não consistiam em unidades sociais diferenciadas.

lei da desigualdade, as sociedades estão sujeitas a padrões diferenciados de desenvolvimento material desde o início da história social. Desses padrões emerge a diferenciação das unidades sociais e, portanto, sua multiplicação. É importante, no entanto, pensar que uma dinâmica que derive desses padrões e que dê sentido ao movimento do processo histórico só pode ser concebida caso eles se encontrem em constante interação. Uma vez que o ambiente de relações intersociais surge como consequência do desenvolvimento desigual, é possível aceitar que, na medida em que tais relações intersociais ocorram, os padrões de desenvolvimento material passem a interagir e a atuar sobre a totalidade das unidades sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a realidade de uma sociedade específica torna-se contingentemente associada à maneira como esses inúmeros padrões de desenvolvimento desigual incidem sobre sua estrutura em um determinado momento do processo histórico e em um determinado território. O choque dos padrões desiguais de desenvolvimento de cada sociedade com as estruturas sociais específicas destas produzem os efeitos que caracterizam o desenvolvimento ulterior de cada sociedade (ROSENBERG, 2006).

Uma vez que o desenvolvimento combinado é resultado do choque de padrões de desenvolvimento e, portanto, deve sua origem ao desenvolvimento de todas as sociedades, ele também figura, por causa dessa característica, como um fenômeno que não emana de um único centro causal²¹. Essa contradição básica de sua existência define sua manifestação como um fenômeno difuso, multilinear e descentralizado, ou seja, que não pode ser identificado a partir de origem e de destino, mas apenas enquanto interconexão²² (ROSENBERG, 2006). Graças a esse caráter, é possível complementar a derivação sociológica do âmbito das relações intersociais com a explicação de sua organicidade, que é resumida por seu caráter estrutural (WALTZ, 1979; ROSENBERG, 2010): a impossibilidade de identificar a origem das sínteses que resultam do encontro de diferentes padrões de desenvolvimento, somada à evidência dos efeitos dessas sínteses sobre as realidades sociais específicas confirmam, assim, a organicidade estrutural desse ambiente e sua diferenciação frente a outros domínios sociais²³. Dessa forma, dissolve-se a falsa distinção (ontológica) entre o ‘doméstico’ e o ‘internacional’, sem prejudicar,

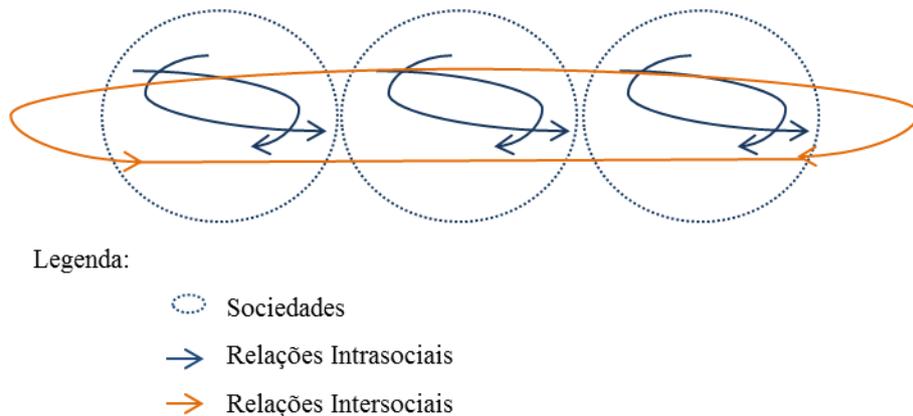
²¹ O fato de o desenvolvimento desigual e combinado não emanar de um único centro causal significa apenas que as sínteses das trajetórias de desenvolvimento se dão a partir de uma interação intersocial generalizada. Como se verá posteriormente, tal descentralização não impede o surgimento de hierarquias e de trajetórias de desenvolvimento condicionadas, apenas indica que, em maior ou menor grau, todas as sociedades se condicionam em termos de desenvolvimento material.

²² Rosenberg (2013) chega a mencionar a importância da noção de complexidade para a compreensão dessa dinâmica. Para maiores discussões sobre a Teoria da Complexidade em economia e relações internacionais ver Colander (2000), Kavalski (2007) e Lehmann (2012).

²³ Em Waltz (1979, p.81), a noção de estrutura está assentada no fato de que a interação combinada entre diferentes agentes leva a produção de diferentes resultados. A estrutura diz respeito à ordenação e ao arranjo entre as partes de um sistema.

no entanto, a possibilidade de uma distinção real (sociológica)²⁴: em sua essência, o que aparece como internacional consiste, como vimos, no ambiente de ocorrência das relações intersociais e se manifesta “[...] nem em um nível acima, nem em um espaço entre as sociedades, mas sim em uma dimensão de suas existências que atravessa esses dois ‘locais’ e atinge simultaneamente a constituição ‘doméstica’ daquelas mesmas sociedades [...]”, conforme demonstra a Figura 01 (ROSENBERG, 2006, p. 327, tradução nossa)²⁵.

Figura 1 - Dinâmica das Relações Sociais



Fonte: Adaptado de Rosenberg (2006).

Em outras palavras, essa característica transversal do ambiente de relações intersociais é o que garante que ele não se torne nem totalmente desconexo de outras facetas da realidade social, nem meramente redutível a elas, assegurando a sua existência enquanto dimensão social orgânica.

Chama a atenção o fato de que essa condição simultaneamente interconexa e orgânica do ambiente de relações intersociais remete à característica fundamental da dialética que envolve a dualidade entre o todo e suas partes (MARX, 1982, 2010; FURTADO, 1964). Ao discutir a existência do ser humano enquanto ser social em Marx, Lukács (1972) afirma que embora o indivíduo não possa ser considerado sem a sua conexão com a sociedade, ele constitui a unidade elementar dessa sociedade, ou seja, não há sociedade sem indivíduos. O indivíduo, portanto, é fundamental para a existência social, isto é, sua condição primária, embora só possa

²⁴ Do original: “While it indeed collapses the false (ontological) distinction between ‘the domestic’ and the international, it leaves intact a real (sociological) one which nonetheless obtains”.

²⁵ Do original: “[...] it (the international) subsists neither at a level above, nor in a space between, societies, but rather in a dimension of their being which cuts across both of these ‘places’ and reaches simultaneously into the ‘domestic’ constitution of those societies themselves.”

existir socialmente enquanto membro de uma coletividade. Dessa forma, o ponto de partida da existência social não é o indivíduo nem a sociedade, mas ambos:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com os outros – é, por isso, uma externalização e conformação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. [...] O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida (MARX, 2010, p. 107-108).

Essa condição parece estar clara na proposta de Rosenberg (2013). A totalidade das relações sociais corresponde, de forma análoga ao modelo de Marx, à existência humana genérica. A consideração da diferença entre as relações que ocorrem internamente e externamente às sociedades, portanto, não passam de existências particulares dessa totalidade representada pelas relações sociais. Nesses termos, nem as relações intersociais nem as relações intra-sociais podem constituir partes de uma natureza social independente da totalidade da existência social, até porque possibilitam e ao mesmo tempo decorrem do próprio fenômeno de interação social por essência. Como consequência, uma vez consideradas apenas as interações sociais, mesmo o externo e o doméstico figuram como realidades conexas por definição e a forma internacional, por sua vez, não pode ser pensada como uma mera externalização das relações intra-sociais.

Voltemos, no entanto, às condições teóricas de consideração do fenômeno do internacional. Uma vez que a lei da desigualdade se manifesta nas relações sociais indiscriminadamente, falta esclarecer por que o ambiente de relações intersociais adquire uma forma que se diferencia, por exemplo, da estrutura interna das sociedades, embora derive da mesma condição geral de desigualdade e de desenvolvimento combinado que as caracteriza. Para Rosenberg (2006), a resposta reside na própria condição de anarquia, que é expandida para além de sua definição referente ao funcionamento da política internacional (WALTZ, 1979). Mais especificamente, a anarquia desponta como um fenômeno geral, corolário do desenvolvimento desigual e combinado e consequência de sua condição multilinear, isto é, da ausência de um centro de causalidade que determina seu curso de ação. Nesse caso, a condição anárquica sistêmica deixa de representar a ausência de autoridade política no sistema político

internacional para ser uma característica generalizada das relações sociais humanas: a ausência de uma regra prévia de hierarquia intra-social e intersocial capaz de determinar causas e consequências das relações sociais humanas. É desse ponto que surge, portanto, a diferença do ambiente das relações intersociais com relação às dimensões intra-sociais, a qual explica, por sua vez, a existência de uma de suas formas específicas de manifestação, no caso, o internacional:

Indubitavelmente, todas as três características da causalidade intersocial – retalhada, iterada e descentralizada – possuem seus equivalentes no que diz respeito à desigualdade do desenvolvimento social doméstico. Esses equivalentes, todavia, operam sob um nível superior de organização política – Estado ou outra – que regula, interrompe e cerca a livre manifestação de seus efeitos. Na dimensão intersocial não há organizações superiores; e esses efeitos, portanto, operam apenas por meio de mecanismos emergentes do próprio caráter descentralizado. Balanceamento, *bandwagoning* e diversas outras formas de manobras geopolíticas podem ou não resultar desses mecanismos, impulsionadas pelos diversos imperativos diplomáticos de vantagem ou sobrevivência. Mas, em qualquer caso, a ‘ordem’ intersocial é uma propriedade autopoietica emergente da reprodução social (ROSENBERG, 2006, p. 323, tradução nossa)²⁶.

Por conseguinte, tem-se que a condição de anarquia, ao reger as relações sociais, entra em choque com as próprias tensões derivadas dessas relações sociais e, como resultado, faz emergir fenômenos sociológicos cuja intenção é promover certa ordem social. Essa superestrutura formada por mecanismos de organização, regulação, interrupção ou coerção das relações sociais, possibilita a diferenciação qualitativa entre o que ocorre abaixo e acima dela, ou seja, define as formas de doméstico e externo aparentes.

Uma vez que, portanto, a realidade concreta em sua totalidade existe enquanto consequência de diversas formas de interação internamente e entre as sociedades, ela resume-se, em essência, a fenômenos de mesma natureza: as relações sociais. As diferenciações que ocorrem a partir do desenvolvimento desigual e combinado não alteram, dessa forma, a capacidade de interconexão entre essas formas distintas. Assim, especificamente, tem-se que a guerra como manifestação intersocial da violência, a diplomacia como manifestação intersocial da política, o direito internacional como manifestação intersocial das relações jurídicas e a troca como a manifestação intersocial das relações produtivas ocorrem no domínio das relações intersociais assim como ocorrem, de outras formas, internamente às sociedades

²⁶ Do original: “*Doubtless, all three of these features of inter-societal causality — quilted, serial, decentred — have their equivalents in the domestic unevenness of social development. Those equivalents, however, operate beneath a higher level of political organization — state or otherwise — which regulates, interrupts and corrals the free play of their effects. In the inter-societal dimension, no such higher agency exists; and those effects therefore operate there in ways regulated only by mechanisms emergent within their peculiar decentred character. Balancing, bandwagoning and sundry other forms of geopolitical manoeuvre may or may not result, driven by the varying diplomatic imperatives of advantage or survival. But in any event, inter-societal ‘order’ is an emergent, autopoietic property of social reproduction.*”

(ROSENBERG, 2006). É nesse sentido, por exemplo, que o internacional, enquanto forma do ambiente de relações intersociais, evidencia especificamente uma conexão intrínseca entre a realidade nacional de cada Estado e a dinâmica interestatal. Na essência, a natureza das relações sociais que ocorrem dentro ou fora dos Estados é a mesma: relações políticas, econômicas, culturais, ideológicas são, fundamentalmente, relações sociais que assumem formas específicas diferenciadas. Assim, o internacional como dimensão das relações intersociais afirma sua organicidade e sua fluidez possibilitando, a partir de então, que os diferentes tipos de relações sociais mencionados sejam comparáveis e relacionáveis entre si, eliminando a necessidade teórica de uma eventual separação analítica.

Tal fato fica mais claro quando Rosenberg (2013) retoma os três atributos característicos do desenvolvimento desigual e combinado enunciados por Trotsky (1977) como forma de instrumentalizar a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado para explicação de processos históricos²⁷. Nesse caso, o amálgama entre formas arcaicas e modernas, o privilégio do atraso e o chicote das necessidades externas aparecem como os atributos que confirmam a condição social orgânica e interconexa da forma internacional. São essas propriedades do desenvolvimento desigual e combinado que possibilitam relacionar a existência de unidades políticas com o desenvolvimento material, ou, de maneira mais genérica, que possibilitam avaliar como as diferentes formas de manifestações sociais – nesse caso as relações políticas e econômicas – interagem no âmbito das relações intersociais, de modo a promover as mudanças que caracterizam o dinamismo do processo histórico mundial.

Mais especificamente, o amálgama que deriva da interação entre os padrões de desenvolvimento indica a especificidade das trajetórias históricas que cada sociedade possui no que diz respeito ao seu nível material, e, por isso, a existência de instituições e práticas diferentes para cada sociedade sob um mesmo modo de produção dominante. O chicote da necessidade externa, por sua vez, conecta a lógica produtiva social ao uso da força pelas unidades políticas, de forma a inserir a geopolítica como fator atuante no mecanismo de desenvolvimento desigual e combinado. Por fim, o privilégio do atraso explica o ritmo e a possibilidade de mudança a partir dessas conexões diante das condições materiais existentes (ROSENBERG, 2013).

²⁷ Para maiores detalhes sobre a aplicação teórica do desenvolvimento desigual e combinado ver as explicações tanto de Rosenberg (2013) para o processo de constituição da Rússia moderna, quanto de Matin (2007) para a formação do Irã pré-moderno.

2.2 Os limites teóricos do desenvolvimento desigual e combinado: a trans-historicidade e o modo de produção capitalista

A despeito da proposta teórica de Rosenberg (2006, 2010, 2013) não ter a intenção explícita de dialogar com as abordagens clássicas em Economia Política Internacional, ela acaba trazendo, a partir da reconsideração do internacional, uma solução ontológica para os problemas elencados por Robert Cox e Timothy Sinclair (1996) e Susan Strange (1994). Em certo sentido, tanto Cox e Sinclair (1996) quanto Strange (1994) preocuparam-se em construir modelos teóricos capazes de expandir as análises acerca da disputa de poder mundial para além da racionalidade geopolítica, por meio da inclusão e da interconexão entre outras manifestações sociais relevantes para a realidade internacional, principalmente as relações econômicas internacionais e suas consequências ideológicas. A convergência do desenvolvimento desigual e combinado com essas abordagens confirma sua postura crítica às teorias de relações internacionais mais tradicionais e o fortalece enquanto mecanismo analítico.

Ao reconhecer a relevância do Estado enquanto ator internacional no realismo estrutural e a importância do dinamismo do processo histórico no marxismo, Cox e Sinclair (1996) realizam prospecções acerca da distribuição de poder global a partir de uma formulação teórica baseada na interconexão entre as capacidades materiais, as instituições e as ideias. Tais forças se apresentariam, respectivamente, como manifestação das relações de produção, das formas do Estado e das diferentes ordens mundiais. Independentemente do potencial teórico de sua proposta, Cox e Sinclair (1996) reconhecem que produção, instituições políticas e ordem mundial são níveis inter-relacionados pelas forças sociais responsáveis pelo processo dinâmico de mudança da realidade histórica ao longo do tempo. Mais ainda, essas forças sociais não determinam as mudanças de forma orientada, mas sim criam pressões e constrangimentos que agem de forma a limitar o comportamento dos indivíduos ou grupos sociais. Em certo sentido, essa interação difusa parece remeter à própria lógica multilinear da lei do desenvolvimento desigual e combinado:

O relacionamento entre os três níveis não é, todavia, simplesmente unilinear. As forças sociais transnacionais influenciaram Estados através da estrutura mundial, como evidenciado pelo efeito do expansivo capitalismo do século XIX, *les bourgeois conquérants*, sobre o desenvolvimento das estruturas estatais tanto no centro quanto na periferia.[...] As forças sociais não devem ser pensadas como existentes apenas entre Estados. [...] O mundo pode ser representado como um padrão de forças sociais interativas no qual os Estados cumprem um papel intermediário, porém autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e as configurações locais das forças sociais

em cada país específico. Esta deve ser chamada a perspectiva política-econômica do mundo. (COX; SINCLAIR, 1996, p. 98-105)²⁸.

De maneira similar, Strange (1994) também retoma o caráter sociológico primário das relações internacionais e chega a reconhecer os avanços realizados por Cox e Sinclair (1996), embora proponha uma construção teórica alternativa. Nesse caso, o esforço é realizado no sentido de produzir um método de análise que integre os efeitos das circunstâncias sociais, políticas e econômicas e elimine a incapacidade de comunicação entre essas esferas. A partir da noção de que cada sociedade define as prioridades de sua existência e de reprodução a partir de diferentes valores sociais básicos – segurança, riqueza, liberdade e justiça –, as relações internacionais refletiriam o choque entre esses valores, fenômeno não ordenado, porém historicamente dependente das decisões sociais humanas (STRANGE, 1994).

Em consonância, ao conceber o internacional enquanto ambiente de relações intersociais, o desenvolvimento desigual e combinado possibilita a interconexão da vasta lista de fenômenos sociais que emergem das relações humanas elementares e adquirem proporções mundiais, sem que haja, dessa forma, prejuízo a sua essência sociologicamente determinada. Uma vez reconhecida a importância das relações sociais, não importa escaloná-las em grau de relevância assim como fazem Strange (1994), Cox e Sinclair (1996) e todo o debate que contrapõe política e economia. Deve-se, ao contrário, admitir que, independentemente da forma como se manifestam e da importância que possuem em um determinado momento da história, é a totalidade dessas interações que, condicionada pelo desenvolvimento material, fornece dinamismo ao processo histórico social.

A identificação de certa convergência entre os temas tratados pela abordagem do desenvolvimento desigual e combinado e os problemas historicamente concebidos pela EPI já justifica a tentativa de pensar a primeira como um instrumento analítico complementar. Importa, todavia, atentar para as possíveis lacunas da proposta de Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013) e discutir o alcance de suas pretensões generalizantes, como forma de sedimentar a conexão com o programa de pesquisa mencionado através de um refinamento de sua aplicabilidade em termos científicos. Necessariamente, portanto, essa etapa passa por uma

²⁸ Do original: “*The relationship among the three levels is not, however, simply unilinear. Transnational social forces have influenced states through the world structure, as evidenced by the effect of expansive nineteenth century capitalism, les bourgeois conquérants, upon the development of state structures in both core and periphery. [...] Social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. [...] The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediate though autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries. This may be called a political-economy perspective of the world*”

retomada dos fundamentos teóricos e metodológicos apresentados por Marx (1982, 1983, 1983a).

2.2.1 *O caráter trans-histórico do Desenvolvimento Desigual e Combinado*

Em certo sentido, grande parte da argumentação que busca apontar as limitações da tese defendida por Rosenberg (2006, 2013) se foca em dois aspectos principais: o caráter de lei geral trans-histórica ou intertemporal do desenvolvimento desigual e combinado e a razão pela qual ele se manifesta de forma mais marcante sob as relações sociais de produção capitalistas. Com relação à primeira questão, a crítica se dá no sentido de que o desenvolvimento desigual e combinado não poderia consistir em uma lei geral válida para explicar os processos sociais independentemente do período histórico e do modo de produção em questão. Com efeito, sob o ponto de vista crítico, a extensão da validade do desenvolvimento desigual e combinado, de forma a tê-lo como lei histórica geral, desconsidera os próprios efeitos do desenvolvimento material sobre sua condição desigual e combinada e acaba, finalmente, por se afastar do materialismo histórico de Karl Marx.

A razão para esse impasse pode ser identificada em Ashman (2009) e Davidson (2009), para quem a consideração do fenômeno enquanto lei geral corresponderia a uma rejeição da própria influência do processo histórico no desenvolvimento material. Em outras palavras, os autores assumem que o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado enquanto uma característica social trans-histórica acarretaria necessariamente a eliminação do próprio peso da história para a realização concreta desse processo. Para Ashman (2009), o desenvolvimento desigual e combinado enquanto abstração não possui poder explicativo amplo, uma vez que falha em demonstrar a diferenciação entre o dinamismo de sua ocorrência no capitalismo em comparação com outros modos de produção dominantes em outros períodos históricos. Como consequência, o desenvolvimento desigual e combinado não poderia ter suas premissas expandidas para além de uma teoria específica do modo de produção capitalista. Em Davidson (2009), essa hipótese se manifesta ainda de forma mais marcante, sob a alegação de que apenas o capitalismo industrial forneceria as condições necessárias e suficientes para que o desenvolvimento desigual e combinado fosse verificado de maneira dominante.

Allinson e Anievas (2009) discordam da posição dos autores precedentes com relação à incapacidade do desenvolvimento desigual e combinado de atuar como um fenômeno característico da totalidade do processo histórico da humanidade, embora também rejeitem a ideia de que o mecanismo explicativo possa representar plenamente um fenômeno causal

intertemporal. Segundo os autores, é justamente essa insistência de Rosenberg (2006, 2010) em propor uma teoria geral o fator que limita a capacidade explicativa do desenvolvimento desigual e combinado: a tentativa de afirmação da proposta teórica ocorre concomitantemente ao afastamento progressivo dos fundamentos básicos do materialismo histórico e torna, dessa forma, mais difícil a concepção de explicações plausíveis para o caráter diferenciado que o modo de produção capitalista confere ao desenvolvimento desigual e combinado quando comparado a outros períodos históricos.

Na tentativa de resolver esse impasse, Allinson e Anievas (2009) procuram resignificar o caráter trans-histórico do desenvolvimento desigual e combinado por meio do entendimento metodológico das abstrações em Marx. Como hipótese, os autores propõem que a validade geral do fenômeno ao longo do processo histórico encontra, de fato, respaldo na realidade concreta, embora esteja sempre condicionada às especificidades de cada modo de produção. Dessa forma, visto que o capitalismo fornece as condições específicas para sua manifestação plena, o desenvolvimento desigual e combinado pode apenas se realizar em sua totalidade durante as fases dominantes deste modo de produção.

A proposta de Allinson e Anievas (2009) remete ao elemento metodológico das categorias simples de análise (MARX, 1982). Estas representam a denominação específica das determinações abstratas as quais funcionam como simplificações analíticas da realidade concreta, articulando e organizando o seu entendimento. As categorias possuem uma conexão inerente com o ato social de produção, ou seja, com a atividade do trabalho humano. Nesse sentido, “[...] aparecem como categorias da produção e da reprodução da vida humana” (LUKÁCS, 1972, p. 14), elementos abstraídos da realidade que “[...] se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial [...]”, na tentativa de explicar o desenvolvimento social sob a ótica da produção material nos mais variados sistemas econômicos (MARX, 1982, p. 14)²⁹.

Não obstante consistam em instrumentos analíticos abstratos, as categorias de análise só podem existir a partir de um vínculo com a realidade concreta, ou seja, enquanto simplificações que derivam das relações sociais reais em sua totalidade (RODOLSKI, 1968). Elas não são, portanto, abstrações weberianas ideais e isoladas que pretendem dar sentido ao

²⁹ Essa qualificação materialista, longe de constituir um determinismo que reside nas relações econômicas é uma consideração analítica baseada na observação da realidade concreta, fruto da aplicação dialética: foi possível, para Marx, mediante a observação das relações sociais de produção que se destacavam à sua época, reconstituir o processo histórico passado daquele tipo específico de sociedade.

mundo, mas representam, ao contrário, relações históricas efetivas, interações reais que estão caoticamente diluídas no todo concreto:

Já que no âmbito do ser social é ontologicamente impossível isolar realmente os processos singulares mediante experimentos efetivos, tão somente os experimentos ideais da abstração permitem aqui a investigação teórica de como determinadas relações, forças, etc. de caráter econômico atuariam se todas as circunstâncias que habitualmente obstaculizam, paralisam, modificam, etc. a presença delas na realidade econômica fossem mentalmente eliminadas (LUKÁCS, 1972, p. 43).

As categorias de análise, todavia, aparecem como determinações abstratas compreensíveis em sua totalidade apenas no momento em que a realidade concreta apresenta as relações sociais suficientemente complexas para que se possa então deduzi-las. Isso não significa que tais categorias não existam previamente, mas apenas que a própria sociedade não desenvolveu as condições necessárias e/ou suficientes para que seja possível evidenciar sua compreensão³⁰. Dessa forma, as categorias de análise são tais que podem manifestar relações dominantes em uma realidade menos desenvolvida ou relações subordinadas em uma realidade mais desenvolvida, ou seja, se sustentam como elementos presentes durante o processo histórico, mas só são capazes de fornecer explicações acerca deste quando as relações sociais que elas evidenciam tornam-se historicamente dominantes (MARX, 1982):

Seria, pois, impraticável colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade [...] Trata-se da hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa (MARX, 1982, p. 19).

Nesse sentido, pode-se entender a consideração abstrata do desenvolvimento desigual e combinado como uma categoria de análise identificável em sua totalidade e, portanto, manifestável em sua maior complexidade, durante a vigência do modo de produção capitalista. A lei geral do desenvolvimento desigual e combinado representaria, na verdade, uma abstração derivada da observação concreta do desenvolvimento material na fase capitalista, mas que

³⁰ Deixar claro a ausência de linearidade no processo histórico permite, por exemplo, que Marx explique a existência do fenômeno do dinheiro antes mesmo do desenvolvimento de uma sociedade capitalista: “O dinheiro pode existir e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado” (1982, p. 15). Da mesma forma que a realidade concreta imediata guarda resquícios de relações sociais outrora dominantes, realidades históricas passadas tinham a capacidade de manifestar concretamente em formas complexas relações sociais ainda não desenvolvidas em sua complexidade.

sempre existiu, sujeita às mudanças nas relações de produção e ao processo histórico de desenvolvimento como um todo (MATIN, 2007; ALLINSON; ANIEVAS, 2009).

Assim, pode-se resolver a crítica relacionada à característica trans-histórica do desenvolvimento desigual e combinado. Por um lado, porque as categorias de análise podem existir concretamente antes de sua manifestação dominante, é possível considerar a validade da associação do desenvolvimento desigual e combinado às primeiras organizações sociais humanas. Por outro lado, contudo, visto que somente na dominância do modo de produção capitalista é que ela atinge sua forma histórica mais complexa, a lei geral do desenvolvimento desigual e combinado prova estar igualmente sujeita às vicissitudes da história, rejeitando as críticas feitas por Davidson (2009) e Ashman (2009) e aproximando o conceito da sua concepção original em Trotsky (1977).

2.2.2 O caráter dominante do Desenvolvimento Desigual e Combinado no modo de produção capitalista

Com efeito, se partimos dessa consideração metodológica e epistemológica, o dinamismo com que o desenvolvimento desigual e combinado se manifesta no modo de produção capitalista não necessariamente tende a deslegitimar a ideia de Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013), embora reduza seu caráter de teoria geral. Todavia, não obstante Allinson e Anievas (2009) tenham sugerido uma solução para a questão da validade histórica do desenvolvimento desigual e combinado, não há, em sua abordagem, uma teorização consistente que se refira às causas primárias da existência do desenvolvimento desigual e combinado nem explicações consistentes das suas formas de manifestação (RIOUX, 2014).

Rioux (2014), assim como Allinson e Anievas (2009), critica Rosenberg (2006, 2010, 2013) por afastar-se de uma concepção de desenvolvimento desigual e combinado melhor fundamentada no materialismo histórico. Além disso, para o autor, o debate crítico posterior teria se mantido distante das premissas materialistas e, por conseguinte, dado continuidade à existência de uma incógnita acerca da capacidade explicativa do desenvolvimento desigual e combinado enquanto mecanismo analítico, mesmo sendo possível reconhecê-lo como um fenômeno concretamente verificável, ao menos no modo de produção capitalista. Para Rioux (2014), ao invés de promover uma reconsideração do materialismo histórico para a explicação das relações intersociais, o desenvolvimento desigual e combinado teria sido empregado apenas como uma substituição da noção de trabalho humano enquanto categoria de análise elementar da vida social, prejudicando, portanto, a própria validade teórica do argumento apresentado:

Mais amplamente, a incapacidade desta tradição de superar os limites de sua abordagem trans-histórica está relacionada ao fato de que ao substituir o trabalho como uma abstração geral, o desenvolvimento desigual e combinado é perpetuamente incapaz de fundamentar-se historicamente e perenemente impotente em proporcionar uma teoria do materialismo histórico renovada, capaz de dar conta das relações intersociais. Marx argumentou que a ‘produção em geral’ é uma abstração racional na medida em que realmente traz e fixa o elemento comum e assim nos salva a repetição’, observando ainda que ‘ela é mesma segmentada muitas vezes’ em épocas de produção historicamente específicas (RIOUX, 2014, p. 26, tradução nossa)³¹.

Com efeito, embora as explicações de Rosenberg (2006, 2010) sobre a relação entre o desenvolvimento desigual e combinado e o processo de diferenciação e multiplicação de sociedades apresente uma lógica interna, não há clareza acerca do fator que fornece a origem social externa a esse fenômeno. Mesmo quando se verifica uma tentativa mais veemente de se atrelar a lógica do desenvolvimento desigual e combinado à teoria de Marx, Rosenberg (2010) não é assertivo em explicitar como o desenvolvimento desigual e combinado se sustenta enquanto ação transformadora da vida social. Rioux (2014), entretanto, trata como uma inconsistência teórica o que parece ser a solução para o problema apresentado. Entre trabalho humano e desenvolvimento desigual e combinado não há uma substituição conceitual, mas sim uma complementação, que segue a lógica proposta por Marx (1983).

2.2.2.1 O trabalho humano como elemento de transformação social

O trabalho humano possui uma importância elementar na consideração da dinâmica histórica do desenvolvimento social em Marx (1983) porque é a categoria de análise que explica o processo de como o ser humano nega progressivamente seu caráter natural original e promove, concomitantemente, a construção de uma vida social. Essa dinâmica origina-se da inegável existência do ser humano enquanto espécie biológica sujeita às leis naturais em primeira instância. De forma a tornar-se um ente social, o ser humano não tem escolha a não ser a negação desse caráter natural de sua existência (LUKÁCS, 1972). Esse processo, que se realiza na medida em que o ser humano transforma a natureza de forma a suprir as suas necessidades de sobrevivência, determina a posição do trabalho humano como essência da existência social, uma vez que o concebe enquanto seu elemento motor: “[...] como criador de

³¹ Do original: “*More largely, the inability of this tradition to overcome the limits of its transhistorical approach is related to the fact that in substituting U&CD to labour as a general abstraction, it is perpetually unable to ground itself historically and perennially powerless in providing us with a theoretically renovated historical materialism capable of accounting for inter-societal relations. Marx argued that “production in general” is a “rational abstraction in so far as it really brings out and fixes the common element and thus saves us repetition”, further noting that it “is itself segmented many times over” into historically specific epochs of production*”

valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 1983, p. 50).

Nasce dessa interação realizada pelo trabalho humano útil e socialmente necessário uma dualidade que resume a dinâmica latente no processo de desenvolvimento social da humanidade, a qual consiste na transformação do homem em sujeito social e, em contrapartida, na transformação da natureza em objeto social³²:

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS, 1972, p.16).

Essa conexão primária entre homem e natureza que define sujeitos e objetos sociais não por acaso está conectada ao desenvolvimento desigual e combinado: ela é o mecanismo primário que lhe fornece sentido lógico e material. Conforme Lukács (1972), a desigualdade do desenvolvimento material em Marx é uma condição constante e contínua da vida econômica humana, sendo responsável pela geração de novas situações as quais permitem, às sociedades, diversas formas de realização do próprio desenvolvimento material ulterior. Assim como proposto por Rosenberg (2006), essa condição remete aos fatos elementares da vida social, ou seja, origina-se no nascimento da produção econômica, da relação dos grupos sociais com sua posição geográfica ou com tamanho do seu contingente populacional. Na medida em que esses grupos sociais realizam o desenvolvimento material, a unidade existente entre eles se desvai e, como consequência, transforma-se o caráter do próprio desenvolvimento em termos globais (LUKÁCS, 1972).

O ponto crucial, todavia, consiste no fato de que, porque o desenvolvimento desigual e combinado é uma característica da vida humana em sociedade, a sua realização se dá concomitantemente – e como consequência – da ação do trabalho humano, “[...] à medida que recuam as barreiras naturais, à medida que se tornam cada vez mais puramente sociais tanto a

³² Independentemente de sua constituição, o seu valor só pode ter origem no processo básico de formação social, a dizer, o trabalho. Nota-se, nesse ponto, a questão do surgimento da propriedade, como afirma Marx (2010): “quando, por um lado, para o homem em sociedade a efetividade objetiva se torna em toda parte efetividade das forças essenciais humanas enquanto efetividade humana e, por isso, efetividade de suas *próprias* forças essenciais, todos os objetos tornam-se a objetivação de si mesmo para ele, objetos que realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos *seus*, isto é, *ele mesmo* torna-se objeto. *Como* se tornam seus para ele, depende da *natureza do objeto* e da natureza da força essencial que corresponde a *ela*, pois precisamente a *determinidade* desta relação forma o particular e *efetivo* da afirmação.” (p.110, grifos originais).

estrutura social quanto as forças motrizes dela.” (LUKÁCS, 1972, p. 127). Essa tendência de socialização aumenta na proporção em que a produção econômica cresce e articula-se mundialmente. Tal conexão explica porque o desenvolvimento desigual e combinado atinge seu caráter dominante no modo de produção capitalista, uma vez que é durante esse momento histórico que a produção econômica atinge suas características mais desenvolvidas e mais integradas:

Roma e a China conheceram desenvolvimentos econômicos totalmente diversos; mas, tendo em vista que, na prática, elas não exerceram nenhuma influência uma sobre a outra, é difícil enquadrar essa diversidade no desenvolvimento desigual; no máximo — e hegelianizando — se poderia dizer que, naquele estágio, o desenvolvimento desigual já estava presente em-si, sem ter realizado porém o seu próprio ser para-si. De modo que a primeira produção realmente social, a capitalista, constitui também o primeiro terreno adequado à plena explicitação do desenvolvimento desigual. Quando menos porque a vinculação econômica faz com que, a partir de territórios cada vez mais extensos e ligados economicamente, se crie um sistema de relações econômicas cada vez mais ricas e intrincadas, em cujo âmbito as diversidades locais podem influir — positiva ou mesmo negativamente — com cada vez mais intensidade e facilidade sobre a direção do desenvolvimento global (LUKÁCS, 1972, p. 127).

Desse modo, ao invés de substituir o trabalho humano enquanto categoria abstrata elementar, o desenvolvimento desigual e combinado aparece como decorrência simultânea da ação transformadora deste trabalho. Em certo sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento desigual e combinado é a realização concreta da relação sujeito-objeto, uma vez que, ao considerar as especificidades históricas dessa dualidade, torna-se capaz de demonstrar, quando em suas capacidades plenas de manifestação – ou seja, no capitalismo – a história do trabalho humano e suas consequências sobre as relações sociais. O desenvolvimento desigual e combinado, dessa forma, se afirma enquanto categoria de análise, mas que apenas predomina quando a realidade social adquire as condições necessárias para a manifestação completa de tal fenômeno (ALLINSON; ANIEVAS, 2009).

2.2.2.2 Circulação e Produção de Mercadorias: intercâmbio, integração produtiva e divisão social do trabalho

Superada a indefinição da origem lógica do desenvolvimento desigual e combinado por meio de sua conexão com a ação do trabalho humano, deve-se discutir que fatores foram determinantes para que tal fenômeno adquirisse, durante o modo de produção capitalista, tamanha importância no sentido de condicionar fortemente os processos sociais, especialmente no que concerne ao domínio das relações intersociais. Nesse caso, é necessário atentar para a maneira pela qual se dá o funcionamento do modo de produção capitalista, desde sua

emergência enquanto prática mercantil até sua apoteose industrial: a circulação e a produção de mercadorias tornam-se assim essenciais para a manifestação dominante do desenvolvimento desigual e combinado³³.

Em *O Capital*, Marx (1983) admite a circulação e a produção de mercadorias como os pontos de partida sobre os quais se desenvolve “[...] a moderna história da vida do capital.” expressa, a partir século XVI, nas figuras do mercado e do comércio mundial (MARX, 1983, p. 125). Nesse sentido, há o reconhecimento da mercadoria como a forma elementar da riqueza das sociedades no modo de produção capitalista, assumindo sua importância como categoria de análise dominante nesse período, ou seja, aquela que se apresenta como a chave para a compreensão das complexas relações da totalidade dessa realidade. A mercadoria, portanto, confirma a importância da dualidade entre sujeito e objeto ao figurar não como um elemento que emana seu significado de si mesmo, mas que existe enquanto produto social do trabalho humano, que lhe confere forma e sentido durante o processo social de produção (MARX, 1983).

Em primeira instância, a mercadoria é apresentada como um resultado do processo de trabalho humano concreto, que, ao gerar produtos qualitativamente diferentes que suprem necessidades diferentes, apresenta-se como a fonte do valor de uso dessa mercadoria. O valor de uso, por sua vez, consiste no conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social desta. Independentemente se enquanto mercadoria ou enquanto qualquer outro produto do trabalho, a riqueza é expressa pelo valor de uso, pela importância que ela possui na satisfação das necessidades humanas (MARX, 1983). Nota-se que como resultado imediato do trabalho, a criação de valor de uso é o que define as motivações para as interações sociais ao longo da história, inclusive para além do que diz respeito apenas às relações econômicas³⁴. Nesse sentido,

³³ Afirmar que a circulação e a produção de mercadorias são essenciais para a manifestação dominante do desenvolvimento desigual e combinado é, em certo sentido, garantir a conexão deste mecanismo com a lei geral do capital, que sintetiza o funcionamento do modo de produção capitalista. Sabe-se, pela lei geral, que o capitalismo torna-se dominante quando a lógica mercantil M-D-M altera-se de forma a priorizar a valorização do valor, afirmando a lógica capitalista D-M-D'. O fato é que o diferencial entre D e D' só é explicado em Marx (1983) através do processo de trabalho e do processo de valorização, indicando a importância da geração de mais-valia pela força de trabalho durante o processo de produção de mercadorias. A mais-valia, no entanto, só se efetiva na esfera da circulação, no momento em que as mercadorias podem ser vendidas por um valor acima daquele representado pelo seu custo de produção. Nesse sentido, o processo de valorização, ou seja, de formação de capital, ocorre na produção e na circulação. Explicar a relevância do desenvolvimento desigual e combinado pelos processos de produção e de circulação, portanto, indica que ele está intimamente conectado à lógica de reprodução do capital.

³⁴ Antes de se referir à economia capitalista, o valor de uso é a consequência da ação do trabalho que dá sentido à satisfação das necessidades humanas; seu caráter essencial encontra-se, portanto, fora das considerações específicas da análise do capitalismo (MARX, 1983). Uma vez considerada a importância da materialidade para a explicação do desenvolvimento social humano, o valor de uso, independentemente de sua forma, desponta enquanto uma abstração da vida humana em sociedade. A discussão sobre o valor de uso não diz respeito a este trabalho, para o qual importa apenas a consideração da mercadoria e de seu valor de troca, embora se reconheça a necessidade da existência do valor de uso justamente para conceber a lógica do modo de produção ao qual nos referimos: a acumulação de capital passa pela consideração do próprio valor de uso

o valor de uso só é parte da economia política quando influi ou recebe a influência específica das relações de produção (RODOLSKY, 1968). No que diz respeito especificamente às mercadorias, os valores de uso são as motivações para que as necessidades humanas sejam satisfeitas através do mecanismo do intercâmbio, o qual demanda, como pressuposto, a existência de um valor de troca.

Nesses termos, portanto, o valor de troca corresponde apenas à equivalência quantitativa de diferentes valores de uso. Essa equiparação ocorre graças ao fato de que, medidos por meio do trabalho humano em primeira instância, todos os valores de uso tornam-se passíveis de comparação. Assim, o valor de troca emana da necessidade de se corresponderem objetivamente os valores de uso e, atrelado a estes, permite que os produtos do trabalho tornem-se mercadorias, realizáveis, deste modo, apenas por meio do ato social do intercâmbio. Por conseguinte, uma vez que a mercadoria é a expressão da riqueza material no capitalismo, deduz-se que o objetivo da produção material da economia capitalista deve necessariamente passar pela realização desse ato de intercâmbio. São, portanto, o intercâmbio enquanto relação social e o valor de troca enquanto categoria analítica os elementos fundamentais para se compreender a lógica da circulação intra e intersocial no modo de produção capitalista (MARX, 1983).

Nota-se aqui o ponto de inflexão que a circulação de mercadorias, através da generalização da troca mercantil, representa para o desenvolvimento desigual e combinado. O fenômeno do intercâmbio é uma relação social que se torna dominante na medida em que a mercadoria assume a posição de expressão elementar da riqueza material. Isso, no entanto, só ocorre na medida em que o ato social da troca se realiza a partir de uma noção universal de valor, uma equivalência entre todos os produtos do trabalho humano abstrato. Logo, não é por acaso, que esse processo se manifeste concretamente não pelo escambo generalizado, mas sim pela existência de um equivalente universal, uma expressão de valor capaz de funcionar como uma mercadoria trocável por todas as outras mercadorias, ou seja, o dinheiro (MARX, 1983).

É importante perceber que o ato social da troca, independentemente da relevância que desempenha em cada período histórico, é um fenômeno essencialmente intersocial – desenvolve-se primeiramente através do contato entre diferentes sociedades – e intertemporal – ou seja, característico da interação entre diferentes sociedades em diferentes períodos

que o capital possui para o capitalista. No capitalismo, o papel da mercadoria enquanto categoria econômica dominante determina que o valor de uso de cada mercadoria não interessa em termos analíticos, desde que, considerada a partir da noção de trabalho abstrato, ela possa ser equivalente a outras mercadorias por meio do valor de troca. Para se compreender as épocas em que a mercadoria não consistia na categoria econômica dominante, os valores de uso dos objetos, qual seja, a forma de satisfação das necessidades humanas, parece ter um papel fundamental e deve ser estudado mais a fundo.

históricos. O que ocorre no capitalismo, no entanto, é que o intercâmbio torna-se uma relação intersocial determinante no que diz respeito à satisfação das necessidades sociais, tornando-se assim uma prática regular e dominante porque é imprescindível para o sistema econômico em ascensão:

A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular (MARX, 1983, p. 82).

Essa regularidade do intercâmbio enquanto relação intersocial consiste em um dos elementos que elevam o potencial do mecanismo de desenvolvimento desigual e combinado para a explicação das relações internacionais no modo de produção capitalista. Assumindo que o ato social da troca é pré-condição para a circulação de mercadorias, sua generalização no modo de produção capitalista indica que o desenvolvimento material das sociedades passa a ser condicionado por este tipo de relação social. Porque a troca é uma relação intersocial, um aumento da sua relevância conectado à lógica produtiva em questão indica necessariamente uma crescente interconexão e interdependência das sociedades, especialmente no que diz respeito à organização da produção material e à satisfação das necessidades específicas de cada uma dessas sociedades:

Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas: essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente *in loco*, mas em todas partes do mundo, ao mesmo tempo. As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A autossuficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações (MARX; ENGELS, 2015, p. 30).

A característica social regular da troca confere, assim, ao desenvolvimento desigual, um caráter efetivamente combinado. Nota-se, todavia, que a existência do intercâmbio enquanto relação intersocial já ocorria antes da instauração do capitalismo como modo de produção dominante, o que significa afirmar que o caráter combinado estava presente, embora não

desempenhasse o papel fundamental que passa a desempenhar no momento em que se torna imprescindível fazer as mercadorias circularem, como forma de garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência nas sociedades e entre elas.

Esse raciocínio, no entanto, só se torna completo quando a esfera da produção é explicada de forma a complementar a circulação das mercadorias, dando sentido à dualidade entre processo de trabalho e processo de valorização, ou seja, à lógica capitalista. Ao analisar as transformações sociais que decorrem da decadência da produção artesanal e que resultam na consolidação da grande indústria, Marx (1983, 1983a) atenta para o momento de transição entre essas duas formas de produção, representado pela manufatura. Tal atividade se origina através de dois processos que mostram, assim como na circulação, o aumento da importância do caráter combinado do desenvolvimento. Por um lado, a manufatura congrega trabalhadores de diferentes ofícios em um espaço físico único e com o objetivo de produzir um bem final que integra esses diferentes ofícios. Por outro, ela segmenta a atividade dos trabalhadores que realizavam ofícios semelhantes, promovendo uma especialização da atividade de cada trabalhador como forma de obter mais produtos em menos tempo de trabalho (MARX, 1983, p. 268).

Nota-se, assim, o surgimento de duas condições fundamentais do capitalismo: em primeiro lugar, há a integração da produção e a articulação entre diversos setores produtivos de diferentes características; em seguida, há o processo de divisão do trabalho, ou seja, da segmentação e da especialização das atividades de produção. Essa dualidade, motivada pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas, projeta-se no ambiente de relações intersociais potencializada pela importância do intercâmbio para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, sofre pressões de outros padrões de desenvolvimento à medida que entra em contato com eles. Desenha-se assim, como consequência, a divisão do trabalho sob a lógica capitalista dentro das sociedades e, por conseguinte, entre as sociedades, o que caracteriza o surgimento de diferentes variedades de capitalismo em diferentes lugares³⁵. O processo de desenvolvimento desigual e combinado, então, pode ser resumido da seguinte maneira:

A divisão do trabalho dentro da sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho dentro da manufatura, a partir de pontos opostos. Dentro de uma família, e com desenvolvimento ulterior, dentro de uma tribo, origina-se uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com

³⁵ Uma abordagem relevante com relação ao tratamento dessas variedades é a proposta por Hall e Soskice (2003), que relaciona as características dos capitalismos de certos países com o papel das instituições, em especial de como o comportamento das firmas responde às condições históricas específicas de cada local.

o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra. Por outro lado, como já observei anteriormente, o intercâmbio de produtos origina-se nos pontos em que diferentes famílias, tribos, comunidades entram em contato, pois nos começos da civilização não são pessoas privadas, mas famílias, tribos etc. que se defrontam autonomamente. Comunidades diferentes encontram meios diferentes de produção e meios diferentes de subsistência em seu meio natural. Seu modo de produção, modo de vida e produtos são portanto diferentes. É essa a diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrarem em contato as comunidades, provoca o intercâmbio recíproco dos produtos e portanto a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependes de uma produção social global. Aqui surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre esferas de produção originalmente diferentes porém independentes entre si. Onde a divisão fisiológica do trabalho constitui o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo diretamente conexo desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas dá o impulso principal, e se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é medida pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias. Em um caso, é a dependentização do que era autônomo, no outro, a autonomização dos antes dependentes (MARX, 1983, p. 277).

Assim, a economia mercantil – através da troca – e a produção manufatureira – através da integração produtiva e da divisão do trabalho – indicam por si só um caráter mais combinado do desenvolvimento no capitalismo, em comparação com outros modos de produção. Além disso, a partir desta conclusão, é possível progredir no entendimento da preponderância do desenvolvimento desigual e combinado ao relacioná-lo diretamente com a maneira pela qual o trabalho humano é empregado especificamente pelo modo de produção capitalista.

2.2.2.3 Força Produtiva do Trabalho e Desenvolvimento Desigual e Combinado

Viu-se anteriormente que os valores de uso são resultados do esforço realizado pelo trabalho humano concreto na objetivação da natureza. Por tal razão, o valor de uso dos produtos que resultam do processo produtivo pode ser abstraído de forma a representar “[...] apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho.” (MARX, 1983, p. 47). É isso que permite, por exemplo, considerar o trabalho enquanto a categoria capaz de superar a diferença qualitativa dos valores de uso e, deste modo, possibilitar uma equivalência universal de valor, expressa pelo valor de troca das mercadorias: uma vez que se abstrai o valor de uso de um produto, abstrai-se também a própria utilidade do trabalho, o que permite considerá-lo apenas enquanto trabalho social útil e indiferenciado, ou seja, trabalho abstrato³⁶. Nesse sentido, a realização

³⁶ É importante entender o trabalho abstrato não apenas como um conceito ideal, mas sim como um efeito real do processo histórico da vida em sociedade caracterizada pela troca generalizada. Por um lado, é possível propor que a mercadoria só pode assumir caráter dominante quando o trabalho humano adquire a característica de ser comparável de forma universal. Todavia, essa comparação entre trabalhos concretos pressupõe, por isso,

efetiva do trabalho abstrato em um produto real implica que a noção universal de valor – ou seja, aquilo que determina que produtos úteis sejam cambiáveis – derive necessariamente do emprego do trabalho social útil ³⁷.

O valor de troca, portanto, também se encontra atrelado à atividade do trabalho humano. Isso porque é somente através de uma equivalência entre os diferentes esforços médios realizados na confecção de produtos, considerados enquanto trabalho abstrato, que se pode conceber uma equivalência entre os valores de uso das mercadorias produzidas. Nessa consideração, o valor da mercadoria é definido por meio do tempo médio de trabalho socialmente necessário empregado em sua produção, o que suspende a diferenciação dos processos de produção que ocorrem em diferentes espaços e por diferentes tipos de trabalhadores. Na prática, entretanto, o valor de uma mercadoria, ao corresponder à medida média de trabalho abstrato, resulta de um processo real de produção, de utilização de trabalho vivo concreto (MARX, 1983).

Essa é a razão pela qual a condição de desigualdade material que caracteriza a diferenciação entre as sociedades torna-se imprescindível em termos analíticos. Essa desigualdade material incide indiretamente sobre o valor das mercadorias, uma vez que tem efeito sobre a força produtiva do trabalho, isto é, a capacidade do trabalho de produzir produtos em um período determinado de tempo. Como resultado, tem-se que o desenvolvimento desigual das sociedades afeta as condições da reprodução primária da força produtiva do trabalho, ou seja, as próprias formas de interação sujeito-objeto por meio do trabalho humano:

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de

a ausência de hierarquia com relação ao trabalho humano realizado, ou seja, a consideração do trabalho como fruto da ação de seres humanos indiferenciados. Isso significa afirmar que o valor de troca só pode ser medido em tempo médio socialmente necessário de produção a partir da emergência do trabalho abstrato, que nasce da equivalência de trabalhos concretos realizados por homens livres, independentes e iguais perante a lei. Nesse sentido, conclui-se que uma das condições essenciais para a dominância da mercadoria e, portanto, para a emergência do capitalismo, é a garantia jurídica da igualdade dos trabalhos realizados. Em outras palavras, pode-se entendê-la como o direito burguês e seus fundamentos de igualdade.

³⁷ Conforme Marx (1983, p. 49), valor de uso não pressupõe um valor e trabalho somado à utilidade não pressupõe uma mercadoria: “Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É o caso, quando a utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. [...] Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor.”

produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. [...] Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor (MARX, 1983, p. 48-49).

Pode-se retirar da passagem anterior a semelhança entre as condições que determinam a força produtiva do trabalho com a ideia de desigualdade proposta por Rosenberg (2006), mais especificamente, com os padrões de desenvolvimento que dizem respeito a diferentes realidades sociais. A força produtiva do trabalho remete, logicamente, à categoria trabalho enquanto elemento transformador da realidade social humana, ou seja, representa um elemento intertemporal, de ocorrência independente das formas de produção. A sua intensidade e, portanto, a sua diferenciação quantitativa entre as sociedades, todavia, encontram-se afetadas pelas inúmeras condições que incidem sobre o processo produtivo, o que permite pressupor que a condição de desigualdade material advém, de fato, dos primórdios do processo produtivo social. Conectam-se, através da relação entre ser social e natureza exterior, desenvolvimento desigual e trabalho humano.

A atuação da força produtiva do trabalho é, dessa forma, o elemento que relaciona a desigualdade do desenvolvimento ao processo de trabalho propriamente dito, uma vez que é ela que demonstra como diferentes formas de exploração do trabalho humano realizam-se em diferentes montantes de riqueza produzida. Como exemplo específico, percebe-se que a transição da produção mercantil artesanal e manufatureira para a grande indústria sob a lógica da acumulação de capital é garantida pelo incremento da força produtiva social do trabalho, o qual se dá, no primeiro momento, por meio do esforço simultâneo de um número cada vez maior de trabalhadores:

Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc., que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho (MARX, 1983, p. 259).

Esse aumento da força produtiva do trabalho resulta, por sua vez, da organização do esforço conjunto do trabalho humano, isto é, da cooperação, um fenômeno que se apresenta como característica histórica do processo de produção social. No capitalismo, no entanto, a cooperação em torno do trabalho humano é explorada a partir de uma lógica específica que visa à acumulação de capital, qual seja, o ganho do capitalista a partir de uma quantidade de mais-

valor produzida pelo trabalho, a qual, sob o efeito da circulação de mercadorias, possibilita a transformação de dinheiro em mais dinheiro:

A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio, o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital. [...] Nesse confronto, a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente. Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital (MARX, 1983, p. 265).

Nesse caso, essa modificação do processo de trabalho também fornece condições para que se possa afirmar a maior aderência da lei do desenvolvimento desigual e combinado no modo de produção capitalista. Ela consiste, por sua vez, na transformação do trabalho em um processo social generalizado, ou seja, na consolidação ampla de relações sociais de produção fundamentadas na direção e na exploração, por parte do capital, do trabalho humano em cooperação (MARX, 1983, 1983a). Em suma, a peculiaridade com relação ao modo de produção capitalista reside, portanto, na possibilidade que as etapas de circulação e produção de mercadorias fornecem para que a reprodução da desigualdade material através da atuação da força produtiva de trabalho sobre diferentes condições ocorra de forma mais combinada entre as sociedades. Nesse sentido, o desenvolvimento desigual, condicionado à dominância do intercâmbio, do processo de divisão do trabalho e da integração produtiva, torna-se efetivamente combinado e assume a posição de mecanismo fundamental para explicar o funcionamento do modo de produção capitalista e seus efeitos sobre a totalidade das relações sociais.

2.3 Conclusões sobre o Desenvolvimento Desigual e Combinado: é possível utilizar o conceito enquanto ferramenta analítica para entender o internacional?

Uma vez identificado seu potencial explicativo para a produção teórica em EPI, o presente capítulo buscou promover uma apreciação da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013) de forma a utilizá-la como instrumento analítico para compreender a dinâmica internacional no modo de produção capitalista de maneira convergente às concepções do materialismo histórico. Primeiramente, identificou-se que a concepção de desenvolvimento desigual e combinado é capaz de superar uma

consideração ontológica singular para o fenômeno do internacional a partir da existência de múltiplas e diferentes sociedades. Enquanto domínio das relações intersociais, o que entendemos por internacional elimina, por um lado, a exclusividade do fenômeno político expresso pelas relações interestatais e, por outro, a divagação acerca de quais outras relações devem ser inseridas nesse contexto. Ademais, ao figurar como um domínio emergente das relações sociais generalizadas, o internacional adquire explicação sociológica e capacidade de abranger a totalidade das interações que ocorrem entre as sociedades – levando em consideração inclusive as suas forças internas – independentemente da forma a qual elas assumem. Nesse sentido, o internacional, como ambiente de ocorrência das relações intersociais, tem seu significado essencial definido antes de ser condicionado pelo caráter das macrounidades políticas que o constituem, ou mesmo pelo modo de produção³⁸.

Em segundo lugar, ponderou-se a validade do desenvolvimento desigual e combinado simultaneamente enquanto instrumento analítico descritivo e teoria social fundamental. Apesar do caráter aparentemente determinante da lei da desigualdade no que diz respeito ao desenvolvimento social, esta não se sustenta sociologicamente na abordagem de Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013) porque não é explicada a partir de uma origem social específica, mas sim concebida como essa própria origem. Ademais, embora Rosenberg (2006, 2013) apresente um forte argumento ao afirmar que é o caráter complexo, multilinear e descentralizado da interação intersocial o fator que fornece organicidade à dimensão internacional por meio da interação entre diferentes padrões de desenvolvimento, a manifestação dessa dinâmica, tomada quase consensualmente no que diz respeito ao modo de produção capitalista, torna-se menos crível na análise de outros períodos históricos, inclusive porque a desconsideração da importância do momento histórico pretere o caráter teórico do desenvolvimento desigual e combinado em prol de sua utilização como mera descrição dos processos intersociais.

Nesse sentido, em terceiro lugar, diante das dificuldades teórico-metodológicas de Rosenberg (2006, 2013) de afirmar o desenvolvimento desigual e combinado como uma teoria das relações internacionais, optou-se por expandir a conexão do conceito com os fundamentos sociológicos que são latentes ao seu entendimento. Isto é, atentou-se para o materialismo histórico na tentativa de encontrar o significado do desenvolvimento desigual e combinado com relação à lógica do desenvolvimento das forças produtivas por meio do trabalho humano. Nesse

³⁸ Ademais, a reconsideração do fenômeno da anarquia como uma manifestação social geral, limitada pelos processos sociais que se desenvolvem *a posteriori*, potencializa a explicação mais genérica fundamentada nas relações sociais como um todo. Permite, inclusive, que se atente para as delimitações proporcionadas por esses processos sociais, como por exemplo, a emergência das unidades políticas que passam a diferenciar o doméstico do interno, sem, no entanto, ser concebida enquanto uma reificação.

sentido, assumiu-se que o desenvolvimento desigual e combinado é uma determinação abstrata fundamentada na experiência concreta, mas que teria sua forma de realização sujeita às condições históricas. Assim, o desenvolvimento desigual e combinado passou a ser pautado por uma condição dialética essencial. Por um lado, ele não é exclusivo do modo de produção capitalista, porque possui suas origens nos primórdios da vida humana em sociedade³⁹. Por outro lado, no entanto, o desenvolvimento desigual e combinado consiste em um fenômeno específico do modo de produção capitalista, porque é diante dessas relações materiais que encontra condições para tornar-se dominante.

Assumiu-se, dessa forma, que a manifestação específica do desenvolvimento desigual e combinado deveria encontrar no funcionamento do modo de produção capitalista a sua *raison d'être*. Com efeito, confirmando a plausibilidade da hipótese, mostrou-se que o desenvolvimento desigual e combinado estava conectado tanto à lógica da circulação, por meio da relação de troca, quanto à lógica da produção, por meio da divisão e da integração produtiva. Além disso, mostrou-se que sua dominância enquanto mecanismo determinante dos processos sociais no modo de produção capitalista está ligada diretamente à forma pela qual a força produtiva do trabalho e a capacidade de cooperação são exploradas, nesse caso, pelo capital.

Como consequência desse processo analítico, a primeira conclusão a ser observada é que o fenômeno do internacional – enquanto forma específica do ambiente intersocial – e o modo de produção capitalista possuem uma relação peculiar de ocorrência interconexa. Ao longo do capítulo foi possível perceber que, abstratamente, o ambiente de relações intersociais representa o espaço onde os processos sociais transcendem os limites de uma sociedade para se manifestarem a partir do contato entre várias sociedades. Esse momento, no entanto, não chega a existir de fato, porque as sociedades são apenas partes de um todo social interconectado. Sendo assim, todos os processos sociais “domésticos” são igualmente “externos” e obedecem aos mesmos princípios em essência, o que permite afirmar, por exemplo, que fenômenos políticos e econômicos garantem, na condição de processos sociais, a sua conexão inalienável. Especificamente aqui, é essencial o papel da anarquia enquanto condição geral de ausência de ordem acerca das causas e consequências dos processos sociais. É justamente por ela ser uma característica que deriva da condição desigual e combinada do desenvolvimento material que este age de forma a superá-la em diversas esferas sociais⁴⁰.

³⁹ Mais especificamente, a desigualdade material é interconectada com a diferenciação entre as primeiras organizações sociais e o desenvolvimento combinado com as relações instituídas entre aquelas.

⁴⁰ O surgimento das classes sociais, dos Estados e das instituições internacionais pode corresponder a diferentes exemplos desse mecanismo.

Cabe lembrar que, no entanto, estando a sobrevivência material na origem da existência destas sociedades – e por isso o trabalho realiza-se como forma de suprir essas necessidades –, o próprio ambiente de relações intersociais precisa estar primariamente conectado a esta lógica de produção material⁴¹. Isso explica, portanto, por que a sobrevivência dos Estados importa para a Teoria da Política Internacional de Waltz (1979): mais do que uma questão política, ela diz respeito à própria sobrevivência material das sociedades humanas e de seus processos sociais. Ademais, essa premissa também determina que, embora o internacional seja o espaço indiferenciado das interações intersociais, ele é apenas uma das formas que o ambiente de relações intersociais pode assumir, uma vez que sua aparência decorre de leis sociais imanentes e, portanto, da complexidade do processo histórico de desenvolvimento material das sociedades. Em outras palavras, o internacional enquanto forma do ambiente de relações intersociais corresponde a um período histórico específico em que estas relações, ao menos nas suas formas políticas e econômicas, remetem, respectivamente, à figura do Estado nacional e à lógica do modo de produção capitalista, atingindo a totalidade da existência social humana. Nesse sentido, a forma internacional pode ser entendida como a manifestação concreta superior do ambiente de relações intersociais, o qual pode, então, ser entendido como uma categoria de análise, que realiza sua forma mais completa – até então – no capitalismo. Tem-se, assim, que o ambiente de relações intersociais altera suas formas aparentes na medida em que ocorre o processo histórico de desenvolvimento material: antes de a mercadoria ser a categoria econômica dominante, de o intercâmbio ser generalizado e de o valor de troca condicionar a dinâmica das relações de produção, o ambiente de relações intersociais não se apresentava a partir da forma pela qual concebemos o internacional. Primeiro, era marcado por outras macrounidades políticas e outras formas de produção material e, como decorrência disso, menos complexo, uma vez que não apresentava tamanha interdependência e interconexão social, a qual é, em contrapartida, definida pela dominância do desenvolvimento desigual e combinado no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, pode-se propor a hipótese de que, em razão da capacidade previamente apresentada da produção e da circulação capitalista de promover a generalização da troca, a divisão do trabalho e a integração produtiva em termos mundiais e de maneira indiscriminada,

⁴¹ A consideração das relações produtivas dessa forma não implica, necessariamente, em uma desconsideração das outras relações sociais, nem as condiciona de maneira direta à lógica econômica, apenas situa a produção como elemento último da existência social humana, uma vez que ela é fruto imediato do trabalho. Essa complexidade também está sujeita à dinâmica do todo e suas partes: não apenas de relações produtivas se configura a realidade concreta, o que implica que a totalidade da existência humana permite a observação de inúmeros fenômenos sociais. Todavia, estando o trabalho humano na origem do ser social, torna-se impossível desconsiderá-lo como elemento essencial deste mesmo todo.

a forma do internacional existente se realiza como resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Uma vez que o capitalismo só pode se desenvolver plenamente quando a mercadoria torna-se a forma dominante de riqueza e passa a circular de forma ampla – porque assim permite transformar-se em capital –, a expansão da produção e da circulação de mercadorias já antevê a generalização, em termos intersociais e intra-sociais, do modo de produção de capitalista como forma de produção material na totalidade da existência humana. O internacional como forma do ambiente de relações intersociais é, portanto, necessariamente uma decorrência do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo; uma esfera específica de análise das relações intersociais em um todo representado pela economia mundial capitalista. Isso não significa, todavia, que ele se realize de forma imediata, sem dilemas ou contradições, como se verá nos capítulos a seguir.

Ademais, é importante clarificar que tal afirmação não representa a desconsideração de outras relações intersociais para além daquelas diretamente evidenciadas pela lógica econômica, tampouco implica em um determinismo econômico nas relações internacionais; ela apenas reafirma a condição material primária do processo de desenvolvimento social⁴². Mais ainda, embora declare, por exemplo, o vínculo das relações políticas com a lógica do capital, tal conexão, assim como propõe o método expresso pelas categorias de análise, é apenas dominante. No caso, isso significa a possibilidade de que certas interações políticas não precisam estar primariamente associadas à reprodução do capital. Estas manifestações, porém, podem atuar de forma secundária na construção da história do modo de produção capitalista.

⁴² Pelo contrário, ela apenas determina um ponto de partida sociológico: situa a produção como elemento último da existência social humana, uma vez que ela é fruto imediato do trabalho. Essa complexidade também está sujeita à dinâmica do todo e suas partes: não apenas de relações produtivas se configura a realidade concreta, o que implica que a totalidade da existência humana só existe como realização de todas as outras relações sociais. O fato, no entanto, é que a ação do trabalho, estando na origem do valor de uso e, portanto, da maneira pela qual os seres humanos se organizam em sociedade, acaba assumindo a posição de condição primária deste mesmo todo. A lógica produtiva, ou seja, a realização social do ser humano por meio do trabalho como criador de valor, está na origem de todas as relações sociais. Estas, por sua vez, não são consequências diretas da lógica produtiva, mas sim da complexidade que emerge do processo social de negação da condição natural e de desenvolvimento da condição social. Não decorrem, portanto, linearmente da produção, mas sim simultaneamente a própria articulação dessas relações, como consequência direta do estabelecimento dos vínculos sociais.

3 A ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA E A LÓGICA UNIVERSAL DO CAPITAL

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais (TROSTKY, 1985, p.04).

Ao longo do capítulo anterior foi possível enfatizar certas premissas que fornecem a base de sustentação para a argumentação que se segue. Em primeiro lugar, observou-se que o desenvolvimento desigual e combinado pode ser considerado como um fenômeno predominante no modo de produção capitalista. Enquanto a origem da desigualdade material remete ao processo humano de negação da vida no sentido biológico e, simultaneamente, de construção da vida no sentido social a partir da objetivação da natureza através do trabalho e da produção material; o caráter combinado desse desenvolvimento advém da interconexão entre diferentes níveis de produção material de diferentes sociedades, as quais se tornam mais ou menos dependentes entre si a depender da forma dominante de organização da produção material. No capitalismo, a generalização do ato social de intercâmbio enquanto forma de satisfação das necessidades materiais das populações e, simultaneamente, a crescente distribuição, especialização e divisão da força produtiva do trabalho humano sob a ação do capitalista e sob a lógica do capital elevam o desenvolvimento desigual e combinado à condição de característica fundamental do funcionamento dessa forma específica de produção material. Como consequência desse processo lógico-histórico, foi possível propor o argumento de que o modo de produção capitalista exhibe características que denotam o seu caráter de fenômeno essencialmente internacional. Isso se dá graças ao grau de interconexão que a produção capitalista impõe às sociedades – mais pontualmente, entre as diferentes macrounidades políticas que emergem dos processos fundamentais de organização humana em sociedades hierarquizadas –, expresso pela generalização do intercâmbio e pela divisão e especialização do trabalho humano.

Tal afirmação, embora tenha sido apresentada, não teve suas razões fundamentais discutidas. Este é, portanto, o objetivo deste e do próximo capítulo, que buscam promover um entendimento mais detalhado acerca dessa conexão entre o modo de produção capitalista, o desenvolvimento desigual e combinado e o fenômeno do internacional. A intenção da argumentação é justamente conceber que o funcionamento do modo de produção capitalista em escala mundial resulta de algumas contradições específicas, as quais derivam, primeiro, da

lógica de funcionamento do capital enquanto categoria abstrata, segundo, da diferenciação e multiplicidade social gerada pelo processo de desenvolvimento desigual, as quais se relacionam, em última instância, com uma realidade internacional definida e condicionada pela existência de macrounidades políticas específicas, a dizer, os Estados Nacionais.

Mais especificamente, procura-se fundamentar a hipótese de que o capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala mundial apresenta uma contradição que nasce da seguinte oposição: a lógica universal de reprodução do capital entra em conflito com a realidade social produzida pela desigualdade material e pela diferenciação e multiplicidade social que dela resulta. Enquanto o capital é universal e tende a expandir-se sem respeitar diferenciações determinadas por espaços físicos, a desigualdade material histórica condiciona a existência de diferentes graus de desenvolvimento, o que acaba por produzir, para além da dicotomia entre trabalhadores e capitalistas, diferentes tipos de capital e de trabalho, os quais refletem as condições distintas de desenvolvimento das forças produtivas em diferentes espaços físicos geograficamente determinados. Desse emaranhado complexo de variáveis, infere-se que o Estado nacional cumpre um papel fundamental como macrounidade política que, dentre outras funções, atua tanto a favor da lógica universal do capital quanto a favor das especificidades dos diferentes capitalismo nacionais: ao compor parte ativa do processo de monopolização do capital, permite que este se torne mundial, ao mesmo tempo em que garante, por outro lado, a possibilidade de inserção internacional dos capitalistas nacionais, os quais estão dispostos em diferentes estruturas sociais.

Assim sendo, o presente capítulo procura atentar para o funcionamento detalhado do modo de produção capitalista, tendo como foco o entendimento do que consiste o fenômeno do capital, como ele se realiza e como ele condiciona, a partir das leis que regem sua acumulação, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Nesse caso, procura-se retomar a questão da transformação do dinheiro em capital através dos processos de trabalho e de valorização, e compreender como a lógica de acumulação tende à concentração e à centralização do capital. Em seguida, relaciona-se tal movimento com o nascimento do capital financeiro monopolista, que deriva da união entre capital industrial e capital bancário e permite que a acumulação de capital torne-se um fenômeno de escala mundial¹.

¹ A concepção de capital financeiro utilizada neste trabalho aproxima-se daquela mencionada por Corazza (2002) e se afasta da crença de que a análise de Hilferding (1985) tem um caráter especificamente direcionado para o caso da Alemanha à época. Para Corazza (2002, p. 680-681), o capital financeiro em Hilferding (1985) indica uma forma superior de capital, capaz de unificar as manifestações comercial, industrial e bancária deste a partir da consideração das altas finanças: “[...] o capital financeiro é a unidade de todas as suas formas, a mais geral, abstrata e dominante do capital”. Mesmo assim, importa enfatizar que o capital financeiro não precisa estar necessariamente associado com os bancos e com o papel que eles cumprem na obra de Hilferding (1985). Existem

3.1 Da Economia Mercantil à Economia Capitalista: aspectos teóricos e conceituais

Tratou-se, no capítulo anterior, de alguns elementos básicos que caracterizam o modo de produção capitalista. Esclareceu-se, por exemplo, a diferença entre valor de uso e valor de troca e se enfatizou a importância deste último para a generalização do ato social do intercâmbio através da mercadoria, a qual assume a forma de expressão fundamental da riqueza no capitalismo (MARX, 1983). Embora tal elucidação tenha sido suficiente para pressupor que o modo de produção em questão apresenta uma lógica essencialmente intersocial, ela traz poucas reflexões acerca de como tal fato se realiza. Mais ainda, a consideração de um modelo de economia mercantil simples é um facilitador explicativo, mas a compreensão do modo de produção capitalista em suas fases superiores exige um estudo atento sobre as regras que regem a dinâmica da forma produtiva em questão, a dizer, da essência e das leis que condicionam a existência e a reprodução do capital.

3.1.1 A esfera da circulação e a Fórmula Geral do Capital

Conforme Marx (1983) a apresenta, a economia mercantil simples é caracterizada pela generalização da prática do intercâmbio de mercadorias (circuito M-D-M), cujo objetivo é satisfazer diferentes necessidades por valores de uso. Esse ato de intercâmbio representa um contrato tácito entre compradores e vendedores e suas relações recíprocas chegam ao fim quando os valores de uso são finalmente adquiridos. Nesse modelo, os membros da economia em questão consistem em detentores de mercadorias, as quais, por serem frutos de trabalho humano socialmente objetivado, representam diversos valores de uso comparados a partir de diferentes valores de troca, reflexo dos distintos tempos de trabalho médio socialmente necessários para sua produção. Essas mercadorias, por sua vez, não são trocadas diretamente entre si, mas sim por meio de uma mercadoria que assume o papel de equivalente geral, ou seja, que passa a ter a capacidade de representar o valor de troca de todas as mercadorias. Essa mercadoria é o dinheiro, cujo valor de uso torna-se justamente sua capacidade de servir enquanto valor de troca universal² (MARX, 1983).

outras maneiras pela qual o capital financeiro se articula de forma a dar continuidade ao processo de acumulação, como fica expresso nas próprias estruturas financeiras internas às grandes empresas. Todavia, a análise de Hilferding (1985) serve aos propósitos explicativos deste trabalho, o qual procura indicar as condições lógico-históricas de ascensão e reprodução do capital financeiro como forma superior de capital.

² A questão do dinheiro será abordada de forma mais detalhada no quarto capítulo. Por ora, basta considerá-lo como um equivalente geral e forma de valor. Ou seja, deve-se ter em mente, que “tanto mercadoria quanto dinheiro são apenas formas que o valor assume ao longo de seu processo de circulação.” (MARX, 1983, p.130).

Resume-se, dessa breve descrição, a dinâmica da economia mercantil simples: um possuidor de mercadorias realiza uma primeira transação, a venda, e troca sua mercadoria por uma quantidade equivalente de dinheiro (M-D). Em seguida, realiza uma segunda transação, a compra, em que utiliza a quantidade de dinheiro especificada para adquirir outra mercadoria, cujo objetivo é satisfazer suas necessidades pessoais (D-M). Da união dessas duas etapas nasce o ciclo M-D-M, que caracteriza o funcionamento da economia mercantil simples. É importante atentar para algumas características relevantes desse processo. Em primeiro lugar, nota-se que o modelo de economia mercantil simples resume-se no ato de vender para comprar, ou seja, começa e termina em uma mercadoria. Isso significa que ele é essencialmente motivado pela satisfação de uma necessidade por meio de um valor de uso, ou, como afirma Marx (1983), que o gasto do dinheiro está apenas direcionado para adquirir uma mercadoria a ser consumida no fim do ciclo. Nesse sentido, o ciclo da economia mercantil simples pode ser considerado finito: o consumo da mercadoria comprada representa a sua retirada de circulação e, dessa forma, o fechamento do processo expresso por M-D-M. Assim sendo, tem-se que a circulação de mercadorias sob essa lógica indica apenas uma troca de equivalentes, a qual não pressupõe, em sua essência, possibilidade de ganhos quantitativos, ou seja, derivados do valor de troca. No máximo, a circulação mercantil simples adiciona ganhos relacionados aos valores de uso, os quais são satisfeitos após o ato social do intercâmbio³.

Esse cenário altera-se quando Marx (1983) apresenta outra maneira de considerar a circulação de mercadorias. Ao atentar para o mesmo processo, mas considerando o dinheiro como ponto de partida, obtém a seguinte formulação: primeiro, o possuidor de dinheiro compra uma mercadoria (D-M); depois, vende a mesma mercadoria pelo seu valor (M-D), formando o ciclo D-M-D. Não obstante ambos os ciclos sejam decompostos nas mesmas fases – compra e venda –, confrontem os mesmos elementos – mercadoria e dinheiro – e contenham o mesmo número de “personagens econômicas” – o comprador, o vendedor, e o que realiza ambas as funções (MARX, 1983, p. 126) –, o ciclo D-M-D traz consigo um problema essencial, que o diferencia do anterior: no caso das mercadorias, cuja diferenciação qualitativa se dá a partir do valor de uso, faz sentido uma transação que apresente, em cada um dos seus extremos, duas mercadorias diferentes; todavia, em se tratando de dinheiro, essa mesma transação perde a sua racionalidade, uma vez que o dinheiro, por ter seu valor de uso determinado pela sua capacidade de agir enquanto valor de troca, só é possível de se diferenciar quantitativamente. Assim,

³ Como afirma Marx (1983, p. 133), podem até ocorrer ganhos quantitativos se as mercadorias são vendidas acima de seus valores, “mas esse desvio aparece como violação da lei da troca de mercadorias. Em sua figura pura, ela é uma troca de equivalentes, portanto, não um meio de enriquecer em valor.”.

simplificadamente, assumindo que o valor da mercadoria é equivalente à quantidade de dinheiro pela qual ela é vendida ou comprada, não existe qualquer motivação, considerando o ciclo D-M-D, em trocar certa quantidade de dinheiro pela mesma quantidade de dinheiro.

Para Marx (1983), por conseguinte, o ciclo D-M-D só pode adquirir sentido real se a quantidade final de dinheiro obtida com a venda de mercadorias for superior à quantidade de dinheiro utilizada na compra dessa mercadoria. Quando se trata de D-M-D, portanto, o objetivo da transação não pode ser outro a não ser obtenção de mais dinheiro: o detentor de dinheiro “[...] libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele (o dinheiro) é, portanto, apenas adiantado.” (MARX, 1983, p.127). Nesse sentido, o ciclo reconfigura-se a partir da nova fórmula D-M-D’, onde D’ corresponde ao dinheiro adiantado na abertura da transação (D) somado a um valor adicional (ΔD), o qual Marx (1983) chama de mais-valia. Dado o fato que tanto a mercadoria quanto a quantidade que a equivale em dinheiro são, na prática, formas diferentes de manifestação do mesmo valor, pode-se afirmar que o ciclo que transforma dinheiro em mais dinheiro precisa incluir, como condição essencial, uma etapa de adição de valor, isto é, de produção de mais-valia, a qual é responsável por dar existência ao capital: “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.” (MARX, 1983. p. 128). Como consequência lógica, portanto, assume-se que o capital resulta de um processo de adição autonomizada de valor, tem sua fórmula geral expressa pelo ciclo D-M-D’ e pode, conseqüentemente, ser entendido “[...] como valor que se valoriza.” (MARX, 1983a, p. 153).

Finalmente, importa atentar que essa relação entre valor e capital tem fundamento no caráter metamórfico da categoria valor. Como demonstra Marx (1983), tanto mercadoria quanto dinheiro são formas diferentes assumidas pelo valor ao longo do processo de circulação. Nesse sentido, a alternância entre essas formas é essencial para que se estipule a dinâmica de formação do capital que, generalizadamente, é dinheiro e também é mercadoria⁴:

[...] o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio da mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização (MARX, 1983, p. 130).

⁴ “Capital é dinheiro, capital é mercadoria. Por meio de mudanças constantes de forma entre dinheiro e mercadoria, o valor consegue modificar sua própria grandeza, autovalorizando-se [...] o valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo” (MARX, 1983, p. 130-131).

Para além da concepção de capital, a fórmula geral apresenta ainda outra reflexão a ser destacada. Ao contrário do que ocorre na economia mercantil simples, o ciclo D-M-D' não possui um fim determinado. Enquanto no ciclo M-D-M a mercadoria final é consumida e, portanto, retirada de circulação; no ciclo do capital, o dinheiro gerado continua em circulação, uma vez que não é utilizado para outra necessidade que não a aquisição de novas mercadorias para venda. Como o objetivo da transação explicitada pelo ciclo do capital não reside fora da circulação, ou seja, não pressupõe o consumo de uma mercadoria como ato de satisfação de uma necessidade, a dinâmica desse processo tende a ser ininterrupta. Essa continuidade da geração de capital é, nesse sentido, uma das características marcantes que condicionam o funcionamento do modo de produção capitalista:

O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. (MARX, 1983, p.129).

Embora a apreciação da fórmula do capital sob a ótica da circulação de mercadorias ofereça argumentos lógicos para sustentar a impossibilidade de que a quantidade de dinheiro recebida com a venda de mercadorias seja inferior àquela empregada na compra dessas mesmas mercadorias, ela não é capaz de demonstrar como ocorre esse processo de adição de valor, ou seja, não explica nem a origem, nem o significado da mais-valia e nem porque ela é a fonte de sustentação para o capital. Apesar da apreciação do processo de circulação ter utilidade prática no sentido de pressupor logicamente esse processo de valorização do valor, não há nenhum processo explícito nela que explique o acontecimento fundamental de criação do capital, isto é, a geração de mais valor a partir do próprio valor. Como foi visto, quando a forma mercadoria e a forma dinheiro entram na esfera da circulação, já estão dados os seus valores, os quais só podem ter sido gerados anteriormente ao ato social do intercâmbio, pela produção material realizada através da ação do trabalho humano. Nesse sentido, partindo do pressuposto que as trocas entre mercadorias são trocas de equivalentes, Marx (1983) conclui que existe, latente ao ciclo D-M-D' e fora da esfera da circulação, a etapa onde se realiza a produção material como

mecanismo gerador de valor, a qual explicita as razões da existência do excedente a ser contabilizado no final do ciclo⁵.

3.1.2 *A Esfera da Produção: processo de trabalho, processo de valorização e mais-valia*⁶

Da mesma forma que Marx (1983) deriva da lógica da economia mercantil simples o funcionamento da circulação de mercadorias no capitalismo, a esfera da produção pode ser pensada da mesma maneira. Em termos gerais, sabe-se que a produção material está associada à realização do trabalho humano, que atua sobre a natureza de maneira a transformá-la, isto é, consiste em um ato social de objetivação desse ambiente para a obtenção de fins específicos, os quais satisfazem certos valores de uso (MARX, 1983). Essa atividade define o ser humano enquanto ser social e conecta-se com diferentes realidades históricas por meio da forma pela qual ela assume, ou seja, pela maneira pela qual o trabalho social organiza-se em um determinado espaço e período de tempo. No modo de produção capitalista, especificamente, ela se dá pela articulação da força produtiva do trabalho humano sob a figura do detentor dos meios de produção, que a utiliza no sentido de gerar mais valor.

Contudo, antes de analisar mais atentamente a essência do processo produtivo no capitalismo, devem ser explicitadas as condições sociais específicas que determinaram as possibilidades da reprodução plena deste modo de produção. Isso significa assumir que, embora o dinheiro, a mercadoria e o capital já existissem previamente, a capacidade dessas categorias de determinar a dinâmica das relações sociais exigiu uma série de condições favoráveis, as quais estão na origem da transformação da lógica do capital em fenômeno dominante (MARX, 1983a).

Sabe-se que tal mudança estrutural se deu com a reorganização das relações sociais de produção, cuja ocorrência se manifestou sincronicamente à decadência do aparato produtivo feudal⁷. Tal rearranjo foi paulatinamente dando forma a duas categorias sociais específicas – os

⁵ “[...] A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca equivalente sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele.” (MARX, 1983, p. 138).

⁶ Mais-valia e mais-valor correspondem, neste trabalho, ao mesmo conceito. Por respeito à tradução utilizada, optou-se pela reprodução do termo “mais-valia” quando se faz referência imediata ao “O Capital”. Acreditamos, todavia, que o termo mais-valor indica uma maneira mais simples e literal de compreender em que consiste o excedente gerado a partir do trabalho social humano.

⁷ É importante enfatizar que esse desenvolvimento do modo de produção capitalista é exclusivo de um período e de uma estrutura social específica, isto é, representa o desenvolvimento clássico na ontologia marxiana, aquele em que as forças econômicas recebem menos interferências de especificidades que as distanciam da abstração

detentores e os não detentores dos meios de produção – que passaram a caracterizar a estrutura social ulterior e que, portanto, constituem o cerne do entendimento das relações sociais no modo de produção capitalista:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho (MARX, 1983a, p. 262).

Tem-se, a partir desse ponto, a concepção do capitalista e do trabalhador como as representações respectivas do detentor e do não detentor dos meios de produção⁸. O último vende a sua força de trabalho para o primeiro em troca de um valor em dinheiro que o permite adquirir seus meios de subsistência⁹. Nesse caso, o valor da força de trabalho corresponde ao salário pago ao trabalhador de forma que este consiga garantir sua subsistência e sua reprodução¹⁰. Percebe-se, dessa afirmação que o trabalhador então se torna duplamente livre, porque passa a deter a liberdade de escolher onde, quando e para quem vender a sua força de trabalho (diferenciam-se, portanto, dos escravos e servos); mas, de outra maneira, porque se encontra livre de posses materiais, desprovido de qualquer meio de produção e, portanto, detentor apenas de sua força de trabalho – a qual ele é obrigado a vender, sob o prejuízo da incapacidade de subsistência¹¹.

Assim sendo, torna-se possível compreender o sentido da produção capitalista. Por um lado, ela continua representando o processo de trabalho da maneira como ele já havia sido concebido, um processo gerador de valor e fruto da cooperação humana. A diferença é que, no caso do capitalismo, como se retira da própria análise da circulação, o objetivo da produção capitalista está condicionado à criação ou à valorização do valor, ou seja, à geração de capital por meio da extração de mais-valia. O produto produzido é propriedade do capitalista,

(ver nota nº21). O capítulo da acumulação primitiva de capital ilustra mais detalhadamente esse caso específico, o qual se refere à sociedade inglesa entre os séculos XV e XVIII (MARX, 1983a).

⁸ A utilização do termo capitalista se dá de forma a facilitar o emprego do termo “detentores do meio de produção” neste trabalho. Tem-se consciência da problemática desta aplicação, uma vez que uma das críticas ao programa de Gotha realizada por Marx e Engels (2015a) é justamente a ausência do proprietário de terras no conjunto dos detentores dos meios de produção.

⁹ Ao detalhar a experiência inglesa Marx (1983a) explica que a acumulação primitiva de capital consiste em um processo que representa a transição de uma estrutura social feudal para uma estrutura social capitalista. Há, nesse caso, uma pressão constante sobre o camponês autônomo para que ele abra mão de sua propriedade campesina e torne-se parte do exército industrial de reserva.

¹⁰ No sentido biológico, mas também no sentido amplo relacionado à força de trabalho: para que o trabalhador gere descendentes aptos a vender sua força de trabalho ao capitalista.

¹¹ Na verdade, essa liberdade de escolha da força de trabalho é condicionada à ação da classe detentora dos meios de produção. O trabalhador não é, portanto, livre de fato.

propriedade privada de uma pessoa que não está necessariamente envolvida de maneira direta no processo produtivo, ou melhor, que não é a única pessoa envolvida no processo produtivo:

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção (MARX, 1983, p.154).

Esclarecidas as condições sociais que permitem ao capital a sua constituição, passemos, então, para a compreensão específica do processo de produção capitalista. De acordo com Marx (1983), a mais-valia consiste na quantidade de valor gerado a partir do trabalho médio socialmente necessário que ultrapassa, em termos temporais, o número de horas de trabalho socialmente necessárias para se pagar o valor da mercadoria força de trabalho, ou seja, o custo da mão de obra em termos da cesta de mercadorias necessárias à manutenção da mesma. Isto significa, portanto, que a mais-valia refere-se à quantidade excedente de trabalho empregado na produção, isto é, a uma quantidade determinada de trabalho socialmente necessário a qual gera valor sem ser remunerada. Esse excedente de trabalho não-pago pode ser obtido, por um lado, por meio da expansão da jornada de trabalho de um dia para além do mínimo necessário para cobrir os custos com a força de trabalho. Nesse caso, ela é chamada mais-valia absoluta. Todavia, uma vez que a delimitação temporal expressa pela jornada de trabalho atinge sua extensão máxima no limite da capacidade física do trabalhador ou em fatores institucionais determinados pela luta de classes, a mais-valia absoluta é restrita a certas horas de trabalho adicionais. Assim, a mais-valia também pode ser obtida a partir da expansão da quantidade de trabalho extra realizado e, portanto, de valor excedente, em um período determinado de tempo, pela redução do valor da cesta de subsistência do trabalhador. Nesse caso, ela é chamada de mais-valia relativa, uma vez que considera invariável o tamanho da jornada de trabalho. Para que ela se realize, é preciso reduzir as horas de trabalho necessárias para se pagar os custos com a força de trabalho, ou seja, reduzir, por meio do progresso técnico que incide sobre máquinas, ferramentas e processos de organização do trabalho coletivo, o tempo de trabalho necessário para a produção de meios de subsistência e das mercadorias produzidas – o que permite que se produza mais mercadorias em menos tempo (MARX, 1983)¹².

¹² Mais-valia absoluta e mais-valia relativa estão diretamente conectadas: “A produção de mais valia absoluta é a base do modo de produção capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa, que remete à extensão do tempo de trabalho. Trabalho necessário e mais-trabalho dividem, portanto, a jornada de trabalho. A mais-valia relativa “revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais: ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e

A produção de mais-valia, portanto, consiste na geração de valor excedente, de utilização da força de trabalho durante mais tempo do que aquele necessário para cobrir seus custos de reprodução. É a partir dessa concepção que, finalmente, se torna possível compreender o fenômeno latente ao processo D-M-D'. Há, entre M-D', um momento em que a mercadoria comprada sai do processo de circulação e é sujeitada, de alguma forma, a um processo produtivo, cuja característica fundamental é a geração de valor por meio do trabalho. Nesse sentido, o caminho M-D' esconde que, na verdade, o processo de produção (P) adiciona valor à mercadoria adquirida (M), transformando-a em uma nova mercadoria, com um novo valor (M'). Essa mercadoria, no entanto, não é capaz de realizar seu valor fora da circulação. É somente quando ela retorna a tal esfera, ou seja, quando é disposta ao ato social do intercâmbio novamente, que se torna possível trocá-la por uma quantidade de dinheiro equivalente (D')¹³. Com efeito, o processo D-M-...P...M'-D' mostra que, em última instância, o processo de trabalho também consiste, no sentido específico do modo de produção capitalista, em um processo de valorização. Ao fazer com que a força de trabalho atue ativamente no processo produtivo mais horas do que o necessário para produzir o valor de sua subsistência, a produção resulta em mercadorias que possuem, devido à quantidade extra de trabalho não pago, um excedente de valor. Nesse sentido, uma determinada quantidade de mercadorias, produzida em um determinado tempo de trabalho, contém, por sua vez, uma determinada quantidade de mais-trabalho e, portanto, de mais-valia. É essa mais-valia que permite ao valor inicial adiantado na produção se valorizar, ou seja, que fornece condições para a realização existência do capital (MARX, 1983). É por isso que, segundo Marx (1983a, p. 105) deve-se conceber o trabalho produtivo no modo de produção capitalista não apenas como a interação entre sujeito e objeto, trabalhador e produto do trabalho, mas sim como uma relação de produção especificamente social, na qual o trabalhador representa o meio direto para a valorização do capital.

Importa ainda perceber que a força de trabalho desempenha, para além da geração de valor, outra atividade fundamental para o processo produtivo, que é a transferência dos valores contidos nos meios de produção e nas matérias-primas para o produto final. Como demonstra Marx (1983), o processo produtivo é constituído de fatores que assumem formas distintas na materialização do produto, os quais podem ser divididos entre aqueles que, ao negar seu valor de uso em prol de um novo valor de uso, transferem a totalidade de seu valor original para o produto final – as matérias-primas e os meios de produção – e aqueles que, além de conservar

condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital". (MARX, 1983a, 106).

¹³ A mais-valia, portanto, dialeticamente ocorre e não ocorre na circulação (MARX, 1983).

seu valor, são capazes de fornecer valor adicional – a força de trabalho. O fato é que o primeiro processo não é passível de ocorrência caso não seja intermediado pela ação da força de trabalho, uma vez que os objetos não transferem seu valor por vontade própria. Por outro lado, o processo de adição de valor também necessita das condições impostas pelos meios de produção e pelas matérias-primas e, assim, a criação de valor tem como pré-condição a existência de valores antigos, já que o trabalho deve servir a algum valor de uso específico (MARX, 1983, p. 170). Dessa forma, no processo produtivo, o valor disposto a sofrer o processo de autovalorização pode ser entendido a partir da seguinte concepção: a parte que não altera seu valor no processo de trabalho, ou seja, que consiste em “matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho” (MARX, 1983, p. 171) é, por isso, chamada de capital constante; por outro lado, a parte que altera o seu valor, ou seja, reproduz seu valor e ainda produz um excedente, isto é, a força de trabalho, recebe o nome de capital variável. A soma de ambos os valores consiste, portanto, na totalidade do capital empregado, a dizer, o capital social total.

3.1.3 *Taxa de mais-valia, massa de mais-valia e taxa de lucro*

O processo de produção e de circulação de mercadorias no modo de produção capitalista pode, assim, ser resumido em três etapas. A primeira consiste no adiantamento de um valor específico na forma dinheiro para a compra de dois tipos de mercadoria - matérias-primas/meios de produção e/ou força de trabalho – os quais passam a representar, respectivamente, o capital constante e o capital variável e, conjuntamente, o capital total. A segunda etapa, por sua vez, consiste na produção de outra mercadoria e representa a realização do valor de uso da força de trabalho, qual seja, transferir o valor do capital constante às mercadorias produzidas e, concomitantemente, gerar novo valor. Organizado sob a autoridade do capitalista, esse processo não apenas gera o valor necessário para pagar o adiantamento do valor inicial do capital total, mas também produz mais-valia por meio da exploração da força de trabalho¹⁴. Por fim, tem-se a terceira etapa, que consiste na inserção desse novo produto na esfera da circulação, onde é possível verificar de maneira concreta o acréscimo de valor ocorrido durante o processo de produção, uma vez que ele é trocado por uma quantidade de dinheiro maior do que aquela que foi adiantada.

A consideração da totalidade desse processo teve como objetivo resumir as condições teóricas mais fundamentais acerca da lógica do capital e do capitalismo. Tal descrição foi

¹⁴ No capítulo sobre cooperação, Marx (1983) descreve que o capitalista tem como função, no processo produtivo, o comando e o controle da unidade representada pela força de trabalho.

necessária porque ela representa a estrutura basilar pela qual pode ser derivado um entendimento específico do funcionamento concreto do modo de produção capitalista. Em um sentido mais específico, tem-se que a compreensão do processo de valorização do valor, das partes componentes do capital e do conceito de mais-valia representa o arcabouço necessário para que se possa ter um mínimo entendimento acerca do lucro na teoria marxiana¹⁵. Tal conceito importa porque é nele que se observam tendências estruturais fundamentais quando se propõe uma análise mais ampla da economia mundial a qual se pretende neste trabalho.

Como afirma o próprio Marx (1983c), a questão do lucro está vinculada a uma manifestação mais concreta da fórmula geral do capital, indicando um grau menor de abstração se comparada com os conceitos de mais-trabalho ou mais-valia. Para Marx (1983c, p.34) “[...] mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos.”. O lucro é, portanto, o ponto de partida na realidade concreta; e, como se verá a seguir, a taxa de lucro representa, em termos gerais, uma manifestação mais superficial e menos abstrata da taxa de mais-valia.

Entretanto, antes de concebermos especificamente o significado de ambas as taxas, importa pensar o lucro de maneira menos técnica. De acordo com Marx (1983c), o capitalista enquanto agente possui um interesse muito determinado em produzir e trocar mercadorias: ele apenas pretende adquirir excedente sobre o capital adiantado. Retira-se dessa afirmação que, generalizadamente, o capitalista não está preocupado com os componentes do capital, nem com a importância deles para o processo de produção, conquanto que haja, ao final do ciclo D-M-D’, geração de excedente:

Ao capitalista é indiferente considerar a questão como se ele adiantasse o capital constante para extrair lucro do capital variável, ou se adiantasse o capital variável para valorizar o capital constante; como se gastasse dinheiro em salários para dar um valor mais alto a máquinas e matérias-primas, ou se adiantasse o dinheiro em maquinaria e matérias-primas para poder explorar o trabalho. [...] Como o capitalista só pode explorar o trabalho por meio de adiantamento de capital constante, e como ele só pode valorizar o capital constante mediante adiantamento do variável, ambos coincidem por igual em sua imaginação [...] (MARX, 1983c, p. 33-34).

¹⁵ A questão do lucro, de seus determinantes e de sua conexão com a mais-valia abre espaço para um intenso debate o qual não compete ao objetivo deste trabalho. Todavia, para que se possam compreender os processos que caracterizam o funcionamento do capitalismo enquanto modo de produção faz-se necessária a compreensão mínima do que consiste a taxa de lucro e como ela pode ser relacionada com a mais-valia, bem como das leis que condicionam sua ocorrência. É importante ter em mente que a taxa de lucro está relacionada com o preço, o qual se diferencia do valor porque remete à circulação das mercadorias especificamente, à concorrência, ao tempo de realização das transações comerciais e, finalmente, à distribuição dos ganhos do capital.

Ou seja, ao capitalista importa apenas a quantidade de mais-valia que foi gerada sobre a totalidade do capital adiantado, isto é, sobre o capital total. É essa a quantidade que ele consegue computar empiricamente e, portanto, que importa para que ele dê continuidade ao processo de acumulação de capital em termos concretos¹⁶. A taxa de lucro é, portanto, resumida na razão entre mais-valia e capital total. Como consequência, nota-se que a taxa de lucro do capitalista está condicionada ao processo de valorização do capital total, o que implica a desconsideração, para este cálculo, das causas dessa valorização, isto é, da identificação das condições específicas que permitem a realização da mais-valia, como por exemplo, o valor do capital constante e do capital variável.

Ao contrário da taxa de lucro, a taxa de mais-valia representa a relação específica entre o valor excedente gerado (mais-valia) e o valor do capital que desempenha o papel na formação do valor, qual seja, o capital variável. Nesse sentido, a taxa de mais-valia mede especificamente a relação entre o trabalho excedente gerado e o trabalho necessário para remunerar o valor da força de trabalho. Ela representa, assim, o grau da exploração da força de trabalho, ou seja, a proporção de trabalho não-pago gerado pela força de trabalho que é apropriada pelo capitalista. Por conseguinte, tem-se que “[...] a taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia. A taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza.” (MARX, 1983c, p.34).

De acordo com Marx (1983), embora a taxa de mais-valia determine o grau de exploração da força de trabalho, o capital variável é mensurável de forma generalizada, ou seja, considerando a totalidade da força de trabalho utilizada no processo produtivo. Nesse sentido, a taxa de mais-valia, não obstante mostre a relação entre horas de trabalho excedente e horas de trabalho necessário sobre a totalidade do capital variável, não é uma expressão quantitativa desse mais-trabalho gerado. Para tanto, é necessário considerar a quantidade de trabalhadores empregados nesse processo produtivo determinado. Por isso, a massa de mais-valia surge como a representação da multiplicação entre a taxa de mais-valia e a soma total do capital variável, ou, de forma mais simples, da multiplicação resultante entre o valor da força de trabalho média, a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário e o número dos trabalhadores empregados (MARX, 1983, p. 240). Dessa forma, tem-se que a massa de mais-valia consiste

¹⁶ A acumulação de capital é o processo contínuo de transformação de mais-valia em capital. (MARX, 1983a, p. 163).

na totalidade de mais-valor adicionado em uma jornada de trabalho específica por uma dada quantia de capital variável adiantado.

O conceito de massa de mais-valia é relevante porque fornece o mecanismo para compreender a relação entre taxa de lucro e taxa de mais-valia. Uma vez que a massa de mais-valia depende tanto da taxa de mais-valia quanto do valor total do capital variável, é possível conceber que alterações em ambas as variáveis em questão produzem resultados diferenciados: se o valor do capital variável é reduzido, porém a taxa de mais-valia aumenta na mesma proporção, tem-se inalterada a massa de mais-valia gerada e o mesmo ocorre se a taxa de mais-valia é reduzida e o capital variável aumenta na mesma proporção. Por exemplo, consideramos uma jornada de trabalho de 9 horas em que 6 horas de trabalho são necessárias para cobrir o valor do capital variável:

Se de acordo com os pressupostos anteriores, o capitalista tem de adiantar 100 táleres para explorar diariamente 100 trabalhadores e a taxa de mais-valia é de 50%, então esse capital variável proporciona uma mais-valia de 50 táleres ou de 100 x 3 horas de trabalho. Se a taxa de mais-valia duplica ou a jornada de trabalho se prolonga, em vez de 6 a 9, de 6 a 12 horas, então o capital variável reduzido à metade, a 50 táleres, proporciona igualmente uma mais-valia de 50 táleres, ou de 50 x 6 horas de trabalho. Uma diminuição no capital variável pode, portanto, ser compensada por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho, ou o decréscimo do número dos trabalhadores empregados por prolongamento proporcional do dia de trabalho (MARX , 1983, p. 240).

O que a relação entre massa e taxa de mais-valia propõe, dessa forma, é que alterações na taxa de mais-valia, ou seja, no grau de exploração da força de trabalho podem ou não alterar o total da mais-valia gerada, a depender de outras condições específicas relacionadas à capacidade produtiva da força de trabalho. Como se verá a seguir, assim como a massa de mais-valia, ou seja, a massa de trabalho excedente gerado em sua totalidade depende não apenas da taxa de mais-valia, mas também das condições do capital variável, o mesmo pode ser pensado para a taxa de lucro. Uma vez que a taxa de lucro corresponde à relação entre mais-valia e capital global e o último, por sua vez, corresponde à soma entre capital variável e capital constante, tem-se que alterações na taxa de mais-valia e alterações no capital variável também incidem e fazem variar a taxa de lucro. Nesse sentido, dada uma taxa de mais-valia, não é possível determinar especificamente o valor da taxa de lucro, embora a primeira cumpra um papel fundamental na definição da segunda. A razão desse fenômeno e como ele ocorre são objetos da seção que segue.

3.2 A lógica do capital: acumulação, concentração e centralização

A seção anterior resumiu a essência do funcionamento do modo de produção capitalista. A partir de condições históricas específicas, desenvolveu-se uma estrutura de produção social caracterizada pela divisão em classes de detentores e de não detentores dos meios de produção, cuja característica principal consiste na organização e na apropriação do trabalho dos últimos pelos primeiros seguindo a realização da fórmula geral $D-M-D'$, em que o valor se valoriza dando forma ao capital. Esse resumo deixa clara a existência da tensão social fundamental da sociedade capitalista, que Marx e Engels (2015) chamam de luta de classes. Essa não consiste, todavia, no único embate social entre as classes sociais do modo de produção capitalista. Como a mais-valia é gerada na produção e realizada na circulação, sua apropriação efetiva não depende apenas da exploração direta do trabalho, mas também das condições as quais os capitalistas dispõem para realizá-la, bem como para inserir seus produtos no mercado. Há, nesse sentido, uma disputa interna à classe capitalista, a qual diz respeito, entre outros aspectos, à competição pela exploração do trabalho de maneira mais lucrativa possível, isto é, à redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, o que indica, por consequência, que esta terá seu valor reduzido em favor de um aumento proporcional na quantidade de mais-trabalho gerado e, portanto, de mais-valia a ser apropriada (MARX, 1983).

3.2.1 *Acumulação de capital, concorrência e progresso técnico*

É possível compreender melhor o caráter dessa competição quando se percebe, na fórmula geral do capital, que o objetivo do capitalista não consiste na obtenção do lucro como fenômeno isolado, mas sim na constante transformação de dinheiro em capital, ou seja, na necessidade de se gerar cada vez mais lucro (MARX, 1983, 1983a). Esse processo contínuo, que pode ser entendido simplesmente como uma multiplicação progressiva da riqueza, isto é, acumulação de capital, tem importância fundamental porque condiciona a maneira pela qual se pode enxergar o capitalismo enquanto uma forma de produção social dinâmica: em termos simples, o capitalista não promove a acumulação da mais-valia obtida em um processo anterior senão com o intuito de obter uma soma superior a esta quantidade no fim do ciclo, nos moldes da fórmula geral¹⁷.

¹⁷ De acordo com Marx (1983a), a figura individual do capitalista deve reconhecer, em si e para si, a função desempenhada por ele em uma economia capitalista. Isso significa afirmar que o portador de dinheiro transforma-se em capitalista ao incorporar, conscientemente a lógica do capital. A acumulação de capital torna-

Nesse sentido, torna-se interessante conceber o capitalista aqui enquanto categoria econômica abstrata, enquanto elemento representativo de uma classe social. Sob essa consideração, ao personificar a lógica do capital, o capitalista visa à acumulação de capital e defronta-se, na realidade concreta, com pares que possuem, por conseguinte, o mesmo objetivo individual. Esse embate – que aparece enquanto fenômeno social generalizado no modo de produção capitalista – representa a realização dos interesses privados individuais dessa classe social específica, isto é, o fenômeno da concorrência, cuja manifestação se dá na esfera da circulação (MARX, 1983a). Em termos mais precisos, a concorrência pode ser entendida a partir da condição pela qual as mercadorias produzidas são colocadas no mercado por cada capitalista e pelos diferenciais que eles obtêm entre o preço de venda e o valor da mercadoria produzida (MARX, 1983c)¹⁸. Em termos mais gerais, no entanto, a concorrência pode ser entendida como uma consequência da indeterminação na distribuição dos ganhos com o capital, os quais estão sujeitos a diversas variáveis que escapam à lógica exclusiva de sua reprodução. Em outras palavras, a concorrência representa o estado de competição entre os capitalistas pelas condições de obter a maior parcela dos ganhos relacionados ao capital. Embora essa dinâmica esteja superficialmente relacionada ao preço das mercadorias e represente, por isso, um fenômeno relativo à circulação, ela tem sua base condicionada pela capacidade que cada capitalista adquire de vender mais mercadorias que seus pares, isto é, de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de cada mercadoria e, portanto, de reduzir o valor unitário adicionado a elas.

Entendidos conjuntamente, os fenômenos da concorrência e da necessidade acumulação de capital trazem à tona a contradição que ilustra a interação entre mais-valia e lucro. Estando a produção capitalista submetida às duas condições, é possível compreendê-la, simplificada, como um processo dinâmico cujo objetivo é reduzir a quantidade de trabalho necessária para a produção de mercadorias e, com isso, reservar mais horas de produção de mais-valia. Diante de qualquer impossibilidade de aumentar a jornada de trabalho, ou seja, de expandir os ganhos com mais-valia absoluta, o mecanismo de acumulação precisa apoiar-se na mais-valia relativa, isto é, precisa aumentar a força produtiva do trabalho sem

se a única e principal razão de sua ação e ele funciona, portanto, como “capital personificado, dotado de vontade e consciência” (MARX, 1983a, p. 129). Em certo sentido, se considerada a questão do reconhecimento de classe para si, Marx e Engels (2007) afirmam que a identificação do trabalhador como membro de uma classe trabalhadora não é imediata, mas passa pela necessidade de engajamento e organização sob um partido político.

¹⁸ A questão que envolve valor e preço representa um tópico polêmico ainda hoje acerca da teoria marxista. Embora ela explique com mais detalhamento as nuances da taxa de lucro e do fenômeno da concorrência, ela não é de relevância essencial para o problema ao qual procuramos tratar nesse trabalho. Para questões recentes acerca desse debate, ver Frölich (2013) e Moseley (2016).

necessariamente dispor de mais horas de trabalho. Para tanto, “[...] tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, [...], mediante o aumento da força de trabalho reduzir o valor da força de trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor.” (MARX, 1983, p. 251).

Concebendo essa “revolução das condições técnicas e sociais” como a inserção de tecnologias ou práticas organizacionais cujo objetivo é produzir mais mercadorias em menos tempo, tem-se que, sucessivamente, um número determinado de trabalhadores opera com uma crescente quantidade de meios de trabalho, máquinas e matérias-primas, os quais desempenham, por sua vez, cada vez mais funções¹⁹. Vê-se, assim, um aumento relativo do capital constante frente ao capital variável já determinado, o que implica em alterações na proporção destes com o capital social total²⁰. Por meio de seu emprego progressivo, os meios de produção permitem que cada vez mais mercadorias sejam produzidas com menos tempo de trabalho, ou seja, que os produtos resultantes apresentem, gradualmente, uma reduzida inserção de trabalho propriamente dito e, portanto, sofram um crescente barateamento²¹. Tal fato, todavia, produz em si uma contradição. Embora haja o barateamento dos produtos graças ao aumento do número de mercadorias produzidas; no longo prazo, a redução da quantidade de trabalho necessária em cada mercadoria indica que cada vez menos valor será agregado a esta e, então, mantido constante o grau de exploração da força de trabalho, menor será a quantidade de mais-valia resultante do processo de produção de mercadorias (MARX, 1983c).

1.1.2 Lei de tendência à queda da taxa de lucro, concentração e centralização de capital

A contradição abordada anteriormente somente pode ser concebida de forma completa e relevante para o estudo do capitalismo em termos mundiais se relacionada com a questão do lucro. Viu-se que, embora conectadas, as taxas de lucro e de mais-valia consistiam em formas distintas de avaliar a mais-valia produzida com relação ao capital adiantado no processo produtivo: a taxa de mais-valia representa a razão entre a mais-valia e o capital variável, enquanto que a taxa de lucro diz respeito à razão entre mais-valia e capital total. Ademais,

¹⁹ A “revolução das condições técnicas e sociais” não é um fenômeno uniformemente generalizado. É local, promove a diferenciação material e está associado ao desenvolvimento desigual na medida em que se apresenta a partir de níveis diferentes em cada sociedade.

²⁰ Esse aumento da extensão física dos meios de produção frente à quantidade de força de trabalho empregada denomina-se aumento da composição técnica do capital. Quando ela refere-se à valor ou à capital propriamente dito, essa relação é reconhecida como composição orgânica do capital. (MARX, 1983c)

²¹ “cada produto individual, considerado em si, contém uma soma menor de trabalho do que em estágios inferiores da produção, onde o capital desembolsado em trabalho está numa proporção incomparavelmente maior em relação ao desembolsado em meios de produção” (MARX, 1983c, p. 164).

observou-se que é um fundamento da lógica própria do modo de produção a necessidade do capitalista de produzir cada vez mais capital e que, para confrontar a concorrência, isso é realizado por meio da redução da quantidade de trabalho necessário para a produção de uma determinada mercadoria. Esse processo representa, por essência, o desenvolvimento da força produtiva social de uma economia capitalista, porque indica um aumento na capacidade dessa força produtiva social de gerar riqueza material em termos desiguais. A sua contrapartida, todavia, consiste no progressivo aumento do capital constante em relação ao capital variável empregado na produção. Esse aumento relativo, no entanto, ocorre simultaneamente a um aumento absoluto de ambas as partes, ou seja, do capital total, uma vez que o objetivo da produção é justamente gerar mais valor a partir do valor adiantado (MARX, 1983c).

Em termos gerais, a alteração da proporção entre capital constante e capital variável indica que a massa de trabalho vivo empregada, ou seja, de capital variável, torna-se cada vez menor com relação à massa de trabalho objetivada, isto é, aquela que representa os meios de produção. Uma vez que, necessariamente, uma parcela desse trabalho vivo realizado não é remunerada, uma redução de seu emprego implica também na redução da mais-valia gerada com a produção de cada mercadoria. Tal fato, no entanto, não representa uma redução necessária da produção global de mais-valia, isto é, da quantidade de massa de mais-valia gerada. Uma vez que a quantidade de mercadorias produzidas em um determinado período de tempo pode aumentar de forma a compensar a queda da mais-valia por unidade, essa relação é sujeita às condições específicas do processo produtivo em questão (MARX, 1983c).

Pensemos, a partir da mesma lógica, sobre a taxa de lucro. Dado seu condicionamento à grandeza do capital total, não é difícil imaginar que um aumento do capital constante ocasione, mantido o grau de exploração do trabalho, uma redução na taxa de lucro:

[...] num estágio do desenvolvimento capitalista em que a composição do capital $c : v$ é $50 : 100$, uma taxa de mais-valia de 100% se exprime numa taxa de lucro de $66 \frac{2}{3}\%$, [...] num estágio mais elevado, em que $c : v$ é $400 : 100$, a mesma taxa de mais-valia se expressa numa taxa de lucro de apenas 20% (MARX, 1983c, p.165).

Desse acontecimento generalizado, Marx (1983c) deduz a existência de uma lei de tendência à queda da taxa de lucro, a qual completa a explicação sobre a necessidade de acumulação de capital²². Conforme Marx (1983c), o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social no capitalismo indica, necessariamente, um aumento do valor produzido, um

²² Assim como a relação entre valor e preço, a tendência à queda da taxa de lucro consiste em um tema polêmico na teoria marxista contemporânea. Para mais detalhes recentes sobre esse debate, ver Heinrich (2013) e Potts e Kliman (2015).

aumento do trabalho objetivado e, portanto, um aumento do mais-trabalho. Tal fato significa afirmar que a produção capitalista orienta-se necessariamente para produzir mais massa de mais-valia e, conseqüentemente, mais lucro. O problema é que esse direcionamento, por reduzir a massa de trabalho vivo empregado, tende a apresentar uma tendência à queda da mais-valia absorvida na produção de cada mercadoria e, portanto, à queda da taxa de lucro. Dessa forma, as mesmas causas que fazem cair a taxa de lucro são aquelas que estimulam a acumulação de capital (MARX, 1983c, p. 167)²³.

Considerando a acumulação de capital como um ciclo finito no tempo, percebe-se que, ao seu fim, encontra-se, em geral, um capital total maior que o capital adiantado anteriormente, mas, no entanto, uma taxa de lucro menor. Uma vez que se reinicia o processo e se supõe que o novo capital adiantado representa exatamente o mesmo valor que iniciou o ciclo antecedente, tem-se que a nova proporção entre capital variável e capital constante coloca uma massa de trabalho vivo menor em atividade e gera, assim, um valor relativamente menor. Essa desvalorização se manifesta na produção reduzida de massa de mais-valia, ou ainda, de lucro. Dada a impossibilidade lógica que esse resultado apresenta – o capitalista não vai adiantar capital sem que veja possibilidade de valorização –, chega-se à conclusão de que o capital adiantado no presente deve ser sempre maior do que o adiantado no processo anterior, como forma de compensar a tendência à queda da taxa de lucro e preservar a massa de lucro gerada. Assim, o processo de valorização do valor torna-se uma necessidade para o capitalismo: “[...] quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente.” (MARX, 1983c, p. 171).

Esclarecida a importância da lei de tendência para o processo de acumulação de capital, merecem destaque dois corolários desse fenômeno, ambos relacionados à concorrência e à condição individual do capitalista. O primeiro deles é a chamada concentração de capital. Uma vez que se torna pré-condição para a acumulação a mobilização de um capital cada vez maior como forma de colocar em movimento processos de trabalho em escalas maiores, o montante de capital adiantado no início do ciclo D-M-D’ deve ser cada vez mais representativo, em se considerando cada estabelecimento produtivo individual (MARX, 1983c, p. 168). Esse aumento do capital individual, por sua vez, corresponde simplesmente à concentração de meios de produção que são utilizados para comandar uma força de trabalho mais ou menos

²³ É importante enfatizar que Marx (1983c) apresenta a lei do valor não como uma realização prática evidente e imediata, mas sim como uma abstração cuja realização depende de condições específicas e encontra, dessa forma, causas contrariantes. O mesmo vale para a tendência declinante da taxa de lucro.

representativa na produção de mais mais-valia. Essa concentração de capital na figura do capitalista é paralela, como afirma Marx (1983a), à própria acumulação, isto é, corresponde ao aumento progressivo do capital total disposto por um capitalista e, portanto, do capital social como um todo.

Justamente por representar um fato assentado na figura individual do capitalista, a concentração do capital tem como contrapartida o que Marx (1983a, p. 196) chama de “repulsão recíproca entre muitos capitais individuais”, isto é, uma tensão de disputa concorrencial entre os diferentes capitalistas²⁴. Essa decorrência, por sua vez, é contrabalanceada pelo segundo corolário da acumulação, a chamada centralização de capital. Assim como a concentração de capital, a centralização também remete ao aumento do capital total disponível ao capitalista. A diferença, no entanto, é que ela remete ao capital já constituído por outros capitalistas, isto é, diz respeito à absorção de capitais menores por capitais maiores, ao processo de compra e venda de capital individual por capitalistas. Por isso, a centralização de capital não necessita estar limitada ao crescimento da riqueza social, uma vez que remete ao capital já produzido. Graças a tal característica, a centralização difere da concentração e da acumulação de capital (MARX, 1983a). Tem-se assim que

A marcha do desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista condiciona processos de trabalho em escala cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento individual. Crescente concentração dos capitais (acompanhada ao mesmo tempo, mas em menor medida, por um número crescente de capitalistas) é, pois, tanto uma de suas condições materiais como um dos resultados produzidos por ela mesma. Lado a lado, em interação com isso, transcorre a expropriação progressiva dos produtores mais ou menos diretos (MARX, 1983c, p.168).

A concentração e a centralização de capital são fenômenos que caracterizam o movimento da realidade histórica do modo de produção capitalista, como se verá mais adiante. Por ora, importa ter em mente que, ao pressupor um capital cada vez mais concentrado e cada vez mais centralizado, pode-se conceber a tendência de monopolização desse capital, isto é, a superação da condição de livre-concorrência como regra dominante. Isso não quer dizer que a concorrência deixa de existir – pelo contrário, pode se tornar acirrada sob certas condições

²⁴ Deve-se atentar que a própria realidade social que permite a acumulação e a concentração também possibilita, mesmo que de forma menos expressiva, o surgimento de novos capitais autônomos, isto é, a multiplicação dos capitalistas. Exemplo desse fenômeno são as partilhas de heranças (MARX, 1983a, p. 196).

monopolísticas –, mas sim que, uma de suas formas específicas ao ser relegada a um segundo plano, permite inaugurar uma nova fase de desenvolvimento da acumulação de capital²⁵.

3.2.2 *As implicações teóricas da lógica universal do capital*

Ao relacionar força produtiva social do trabalho, mais-valia e lucro na tentativa de resumir em que consiste a lei de tendência, Marx (1983c) acaba fornecendo um substrato importante para fortalecer o argumento até então desenvolvido neste trabalho, possibilitando, a partir disso, conceber o desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo como uma espécie de decorrência dessas interconexões teóricas. Vejamos como essa afirmação se sustenta.

Retomando a descrição feita anteriormente, pode-se perceber que a condição máxima da acumulação de capital – a geração de mais mais-valia e, portanto, de mais lucro – é função de algumas variáveis específicas: grau de exploração da força de trabalho, tamanho da jornada de trabalho, valor da força de trabalho, produtividade do trabalho, composição orgânica do capital, dentre outros. A lei de tendência, considerada de forma geral, é a expressão fundamental do resultado da interação entre essas variáveis, se analisado o processo produtivo capitalista. Isso implica assimilá-la não como uma regra imediata, nem como a única possibilidade, mas sim como a demonstração modelar do comportamento dominante que decorre da lógica do capital. Com efeito, considerando uma crescente necessidade de valorização do valor pela introdução de progressos técnicos e, portanto, aumento do capital constante, é lógico pensar que, na condição mais pura e excetuando-se todos os outros efeitos paralelos a essa regra geral, a taxa de lucro tende a cair.

Como decorrência desse entendimento da lei de tendência, tem-se que as variáveis supracitadas interagem, quando considerada a realidade concreta do capitalismo, de maneira a constituir arranjos diversos, condicionados aos diferentes tipos de sociedades e períodos históricos específicos. Como afirma Marx (1983c), a queda da taxa de lucro não apenas representa uma lei tendencial interna a uma esfera econômica determinada, ou seja, uma lei que incide sobre os diferentes setores dessa economia, como também se aplica, mantendo incólume sua validade teórica, na consideração dos setores de outras economias. Os arranjos das variáveis

²⁵ Deve-se ter em mente que a concorrência não diz necessariamente a respeito do tamanho das unidades jurídicas representadas pelas empresas, mas sim à competição entre capitais. Bukharin (1984), Hilferding (1985) e Lenin (1984) e parecem utilizar a empresa como forma concreta de verificar esse comportamento. Para maiores detalhes acerca da concorrência em Marx e de sua diferenciação com relação aos modelos clássicos, ver Shaikh (1978, 1980).

determinadas pelas condições específicas da força produtiva social do trabalho em cada economia expressam, por conseguinte, etapas diferentes de desenvolvimento material, que apresenta, portanto, seu caráter desigual. Nesse sentido, dependendo de como estão dispostas as condições de exploração do trabalho pelo capital em cada setor da economia e, por conseguinte, em cada sociedade, realizam-se possibilidades distintas para a mais-valia e para o lucro:

O que é válido para diversos estágios de desenvolvimento num país vale para diferentes estágios de desenvolvimento existentes lado a lado, simultaneamente, em diferentes países. No país desenvolvido, em que a primeira composição do capital constitui a média, a taxa de lucro geral seria $66 \frac{2}{3}\%$, enquanto no país do segundo estágio muito superior de desenvolvimento ela seria = 20%. [...]. Em países em diferentes estágios de desenvolvimento da produção capitalista, e portanto com diferente composição orgânica do capital, a taxa de mais-valia (um dos fatores que determinam a taxa de lucro) pode estar mais alta no país em que a jornada de trabalho normal é mais curta, do que naquele em que é mais longa” (MARX, 1983c, p. 165-166).

Retiram-se dessa análise algumas considerações relevantes. Em primeiro lugar, nota-se que as premissas que fundamentam a acumulação de capital são universais (ou mundiais). Isto é, há, na consideração do modo de produção capitalista como estrutura social de produção dominante, fenômenos intrínsecos a sua própria sustentação que se manifestam independente das especificidades de cada caso. Em sua consideração abstrata, a lógica do capital é única, embora se realize de formas diferentes, a depender do estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho em cada sociedade. A lei de tendência à queda da taxa de lucro demonstra essa distinção entre abstração e concretude, uma vez que se apresenta como fenômeno universal, mas realiza-se em graus diferentes em cada setor e em cada país. Percebe-se, todavia, que essa lógica do capital, justamente por ser universal, independe, abstratamente, da forma como as sociedades capitalistas se dispõem politicamente em termos concretos, porque deriva de relações sociais que se sustentam organicamente e independentemente da forma como a estrutura política está organizada²⁶. Isso não significa que o capitalismo não precisa da política para sua instituição como modo de produção dominante nem para sua sustentação enquanto tal, mas apenas que, por estar diretamente conectada à ação da força produtiva social do trabalho, a lógica do capital, quando considerada em seu sentido puro, origina-se diretamente das relações sociais de produção e dispensa outras conexões.

²⁶ A lógica do capital surge antes do modo de produção capitalista tornar-se dominante e antes do Estado Nacional estar adaptado a ela. Como Marx (1983) deixa transparecer no capítulo da acumulação primitiva de capital, a própria instituição política sofreu os efeitos dessa transformação social promovida pelo surgimento da lógica do capital.

Propôs-se no primeiro capítulo que a interação entre as sociedades está fundamentada a partir da reprodução das mesmas relações que ocorrem internamente a suas estruturas, com a diferença de estarem sendo reproduzidas para além desse limite. Essa consideração da totalidade das relações sociais, marcada pela desigualdade das condições de reprodução da força de trabalho a qual condiciona a diferenciação e a multiplicidade das sociedades, pode ser vista como válida no caso da lógica universal do capital. Por um lado, a diferença qualitativa entre setores e países pouco importa, uma vez que o livre fluxo de capitais garante o funcionamento da lógica do capital, isto é, se este assegura seu caminho de constante valorização. É expressa nesse ponto a validade universal dessa lógica em estruturas sociais capitalistas, isto é, a consideração do capital enquanto um fenômeno social identificado com a totalidade. Por outro lado, é somente a diferença qualitativa entre esses setores e esses países que motiva esse fluxo de capitais, ou seja, a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho cumpre um papel fundamental em diferenciar setores e países por meio dos valores das taxas de lucro e, assim, dar continuidade ao processo de valorização do capital.

Observou-se anteriormente que o capital possui um movimento irrevogável. Ele é universal, porque não depende da diferenciação que ocorre na esfera política, segue apenas o diferencial dos potenciais ganhos com sua valorização em diferentes setores de diferentes países. Uma vez garantida, em sua totalidade, a capacidade do capital de mover-se indiscriminadamente, a necessidade de gerar mais mais-valia direciona, sob certas condições, o capital para os setores e os países onde esses ganhos sejam mais relevantes (HILFERDING, 1985, ARRIGHI, 1994). Esse movimento representa, em última instância, a movimentação entre setores diferentes e países diferentes de trabalho realizado em valor, isto é, de uma relação social específica, que ocorre intersetorialmente e intersocialmente. Essa transação universal do trabalho humano aparece objetivada em mercadoria, em dinheiro e em capital; de forma latente, descentralizada e complexa — como se propõe a condição de desenvolvimento combinado tratada no capítulo anterior. Tal consideração, que encerra a relação entre desenvolvimento desigual e combinado e modo de produção capitalista, será retomada posteriormente.

3.3 A lógica do capital: do capitalismo industrial à dominância do capitalismo financeiro

Procurou-se, até então, identificar os fundamentos que condicionam a existência e a reprodução da lógica do capital e do modo de produção capitalista. A partir deles foi possível

construir uma linha de raciocínio que vinculou produção e circulação de mercadorias, mais-valia, lucro e as tendências relacionadas à acumulação de capital. Com o objetivo final de atingir a consideração de uma economia mundial capitalista e de analisar suas características estruturais, esta seção procura apresentar como a lógica do capital se reflete no desenvolvimento desigual das forças produtivas em geral e, por conseguinte, nas relações intra e intersociais que decorrem desse processo.

É importante conceber que essa trajetória do capital deve ser pensada em termos históricos, embora não de forma linear. Viu-se que a lógica de acumulação de capital é universal, isto é, uma lei orgânica ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sua ocorrência prática, todavia, está condicionada a inúmeras limitações que a realidade histórica impõe, especialmente relacionadas aos diferentes graus de desenvolvimento das diferentes sociedades, que implicam em condições distintas de reprodução da força produtiva social do trabalho. Por ora, todavia, importa considerar apenas que o desenvolvimento do modo de produção capitalista indica um aumento progressivo da quantidade de riqueza produzida. Para tanto, verifica-se uma constante adequação da maneira pela qual está organizada a produção, que ocorre com o objetivo de potencializar os ganhos com o capital diante das condições históricas específicas. Particularmente, esse processo fornece substrato para que se constate, na experiência histórica, a alteração das formas pelas quais o capital se faz dominante: capital comercial, capital industrial e capital financeiro (MARX, 1983a; HILFERDING, 1985; ARRIGHI, 1994). Cada forma representa, em sua dominância, uma etapa específica do desenvolvimento do capitalismo, a qual se constitui enquanto negação da etapa anterior e contém, em sua essência, o germe que fornece condições para que a etapa posterior ocorra²⁷. Ademais, indicam um grau crescente de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, de expansão do modo de produção capitalista e de universalização do capital, assim como pressupõe a análise feita nas seções anteriores. O foco desta seção está dirigido para o entendimento lógico do processo de transição da fase industrial para a fase financeira do modo de produção capitalista, que tem início entre o século XIX e o século XX no continente europeu e que permite, em seu auge, compreender o funcionamento da economia mundial capitalista.

²⁷ Capital comercial, capital industrial e capital financeiro são, simplificadaamente, capital; e consistem, portanto, apenas em formas específicas de manifestação concreta desse valor que se valoriza. Por tal razão, considerar uma fase de dominância de qualquer uma dessas formas não implica na inexistência das outras. Pelo contrário, as formas de capital existem antes mesmo de o capital tornar-se dominante e de ocorrer o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Há, assim, independentemente da forma dominante do capital, diferentes experiências históricas de interação entre essas formas antes e durante o modo de produção capitalista. Como exemplo, tem-se o momento de dominância do capitalismo comercial das cidades-estados italianas e o momento de dominância do capitalismo financeiro na segunda metade do século XX (HILFERDING, 1985; ARRIGHI, 1994).

3.3.1 *Concorrência, Monopólio e a sociedade anônima*

Começamos, assim, analisando as bases que sustentam esse processo de transição. Assumiu-se que a lógica universal do capital permite conceber a concorrência como um fenômeno que decorre da busca incessante pela valorização do valor, sendo ela, portanto, um traço orgânico da acumulação de capital (MARX, 1983c). Nesse sentido, o capitalista individual e a empresa capitalista são motivados pela obtenção do maior lucro possível, o que implica a necessidade de superação constante dos concorrentes, sob o risco de eliminação do mercado. Como decorrência lógica do próprio fenômeno da concorrência, tem-se, então, que um sistema de empresas individuais é desprovido de qualquer unidade racional diretora, isto é, representa uma totalidade desorganizada de empresas, para quem “[...] as leis econômicas são as leis anárquicas do mercado e da produção que lhe está submetida.” (BUKHARIN, 1984, p.25-26; HILFERDING, 1985).

Essa desordem característica da livre competição entre as empresas capitalistas pode ser considerada resultado do processo histórico de dismantelamento dos laços feudais e de destituição dos monopólios representados, por exemplo, pelas corporações medievais (MARX, 1983a; BUKHARIN, 1984). Da mesma forma que esse processo teve origem no âmago das relações produtivas feudais, não é inconsistente conceber que a própria lógica concorrencial possui, internamente à sua dinâmica, elementos específicos que tendem a promover sua própria negação. Nesse ponto, a concentração e a centralização do capital possuem um papel fundamental: ao aumentar o capital individual, os efeitos da acumulação reduzem o número de concorrentes e ampliam o tamanho das empresas mais bem-sucedidas neste processo. Como resultado, os mercados passam a ser cada vez mais restritos a poucas empresas, que adquirem, por meio da soma de capital acumulado, condições de eliminar as concorrentes inclusive por meio de sacrifícios deliberados de massas de lucro (MARX, 1983c; BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985). Chega-se, portanto, a um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, “[...] sequência lógica e histórica do processo de concentração e de centralização [...]”, representado pela associação monopolista capitalista (BUKHARIN, 1984, p. 58).

Tendo em vista o movimento apresentado, importa chamar a atenção para a dualidade fundamental que formam a livre-concorrência e o monopólio no modo de produção capitalista. Como se observou, a instauração da concorrência como prática social generalizada realizou-se enquanto negação do monopólio mercantilista e comercial característico do fim do período medieval; da mesma forma que, posteriormente, a sua própria existência passou a ser negada pelo monopólio capitalista. Esse processo dinâmico não indica, todavia, uma eliminação total

da concorrência ou mesmo uma instauração de um monopólio mundial, mas sim representa uma constante readaptação das formas pelas quais a produção social capitalista organiza-se de maneira a sustentar a lógica do capital. Livre-concorrência e monopólio, em seus sentidos mais abstratos, portanto, despontam não como elementos excludentes, mas sim como polos extremos de uma mesma racionalidade capitalista e geram, como síntese, diversas formas de organização da produção capitalista em diferentes espaços e em diferentes momentos históricos (BUKHARIN, 1984; WALLERSTEIN, 1995).

Uma vez compreendida a dualidade livre-concorrência e monopólio, entende-se que o fenômeno da monopolização e suas experiências concretas – trustes, cartéis, oligopólios – despontam como formas específicas dominantes de organização da produção e da circulação capitalista em um dado momento histórico. Partindo da mesma lógica que incide sobre as categorias de análise em geral, a preponderância dos monopólios capitalistas apenas indica que o núcleo do dinamismo da reprodução capitalista encontra-se, durante tal período, associado à atuação das formas monopolísticas. Em termos históricos, tal momento corresponde ao período de ascensão e de dominância do capital financeiro, que inicia ainda na segunda metade do século XIX (HILFERDING, 1985; BUKHARIN, 1984; LENIN, 1984; SWEEZY, 1983). Vejamos como esse processo pode ser entendido a partir dos elementos teóricos apresentados.

De acordo com Hilferding (1985), a ação capitalista na busca pelo maior lucro possível tem como consequência o estabelecimento de uma tendência à oscilação das taxas de lucros de diferentes capitais em torno de uma taxa de lucro média²⁸. Nesse sentido, todo o movimento de capital, uma vez considerada a premissa que garante o seu livre fluxo entre setores, passa a fluir das áreas com taxas inferiores para as áreas com taxas superiores à média. Na medida em que essa redistribuição de capital ocorre, verifica-se o já discutido processo de aumento das composições técnica e orgânica do capital, isto é, o crescimento do capital constante em relação ao capital variável. Os efeitos da tendência à queda da taxa de lucro impulsionam a incorporação progressiva de melhorias técnicas e organizacionais como forma de compensar a crescente redução da quantidade de trabalho necessária para a produção de mercadorias e mantêm, dessa forma, a tendência de expansão do capital constante. O fato novo aqui, todavia, é que esse progressivo aumento do capital constante implica também em sua crescente imobilização na forma de capital fixo, isto é, de capital que transfere seu valor às mercadorias mais lentamente, em um período de tempo maior:

²⁸ Como afirma Hilferding (1985, p. 183) a taxa média de lucro está condicionada às decisões de mercado, o que distancia o seu tratamento especificamente neste trabalho. Para um maior entendimento sobre a taxa média de lucro ver Marx (1983c).

Enquanto o capital de giro se transforma de novo em dinheiro, depois do transcurso de todo o período de rotação, e por isso pode ser investido em qualquer outro ramo da produção, o capital fixo fica imobilizado por uma grande série de períodos cíclicos no processo de produção; seu valor transfere-se gradativamente ao produto e reflui, também gradativamente, em forma de dinheiro. A rotação do capital total se prolonga. Quanto maior o capital fixo, quanto mais importante seu volume, tanto mais cai seu peso na balança dos investimentos, tanto maior será a porção do capital total que compõe e tanto maior será a dificuldade de realizar, sem grandes prejuízos, o valor por ele representado e de, então, transferir o capital para um setor mais favorável (HILFERDING, 1985, p. 184).

Ou seja, o aumento do capital fixo atrasa progressivamente a realização do capital adiantado em mercadorias e, portanto, o seu refluxo na forma de capital monetário e sua transformação em capital produtivo²⁹. Isso implica não apenas uma crescente dificuldade de retomar o ciclo de acumulação, que exige uma quantidade de capital cada vez maior, mas também de transferir parte do capital total para os setores cuja taxa de lucro encontra-se acima da média. Tem-se, assim, perdas no processo global de acumulação de capital, uma dificuldade crescente de transformação de capital monetário em capital industrial³⁰ (HILFERDING, 1985).

Em termos concretos, frente aos potenciais prejuízos desse processo sobre o lucro dos capitalistas, foi necessário desenvolver formas diferenciadas de mobilização desse capital fixo. Atenta-se aqui para a principal dessas formas, que se destaca por estar apenas indiretamente conectada ao refluxo produtivo que o capital deve realizar: a compra e venda de ações de empresas. Esse ato, que só é possível de ocorrer em escala social reduzida, isto é, conduzida por um número específico de capitalistas, dá origem à sociedade anônima, uma empresa capitalista que se diferencia da empresa individual porque atinge um grau de associação e socialização do capital cada vez maior (LENIN, 1984; HILFERDING, 1985). A estrutura da sociedade anônima permite que o capital adiantado no processo produtivo possa ter diversas origens, ao contrário de como ocorre na empresa tradicional, onde há necessidade de estar conectado a um capitalista individual. Nesse sentido, como afirma Hilferding (1985), o capital acumulado pelo capitalista individual industrial deixa de ser imprescindível para mover o ciclo

²⁹ O capital monetário consiste em capital na forma de dinheiro, que é empregado como adiantamento do valor da força de trabalho e dos meios de produção, isto é, transforma-se em capital produtivo para a realização do processo de produção de mercadorias (MARX, 1983b).

³⁰ Marx (1983b, p. 43) define em que consiste o capital industrial: “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que não só a apropriação de mais-valia, ou, respectivamente, mais-produto, mas, ao mesmo tempo, também sua criação é função do capital. Condiciona, por isso, o caráter capitalista da produção; sua existência implica a contradição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida em que se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. As outras espécies de capital, que apareceram antes dele em meio a condições sociais de produção pretéritas ou decadentes, não só lhe são subordinadas e modificadas, de acordo com ele, no mecanismo de suas funções, mas só se movimentam ainda com base nele e, por isso, vivem e morrem, sustentam-se e caem”.

de acumulação, sendo substituído pelo capital monetário repassado pelos acionistas³¹. É por tal razão que a mobilização de capital por meio de ações conecta-se apenas indiretamente com a esfera produtiva: embora o capital monetário dos acionistas tenha, por definição, a obtenção de mais lucro como objetivo, esse valor retorna para os acionistas na forma de juro sob a quantidade de dinheiro adiantada, ou seja, apenas como uma parcela da massa de lucro adquirida diretamente pela extração de mais-valia no processo produtivo³². O refluxo de dinheiro para o capitalista, portanto, reduz sua conexão direta com a produção material, uma vez que a compra de ações representa apenas a aquisição de um direito a certa porção do lucro realizado pela empresa. Essa atividade resume-se, então, na simples transferência do título de propriedade sobre o lucro para o capitalista monetário, o que pode ser entendido como um processo de transformação do próprio lucro em mercadoria (HILFERDING, 1985)³³.

Para além da mudança nas condições que afetam a acumulação de capital, a existência da sociedade anônima representa a expansão dos limites da capacidade de se adquirir capital. Na medida em que esse novo modelo de empresa amplia as possibilidades de origens do dinheiro a ser adiantado no processo produtivo, a quantidade de capital necessária para alavancar o ciclo deixa de representar uma barreira à acumulação (HILFERDING, 1985). Isso significa que o modo de produção capitalista ganha, com a sociedade anônima, uma capacidade virtualmente ilimitada de adiantar o montante de capital necessário para dar continuidade ao processo de acumulação em patamares superiores³⁴. Assim, se retomarmos a conexão lógica imediata entre acumulação, concentração e centralização de capital tem-se que tal fato novo amplia a escala de realização desses três processos. Como resultado, apresenta-se um cenário

³¹ Hilferding (1985) chega a afirmar que o capitalista industrial é liberado de sua função de capitalista, tornando-se mais um organizador da produção, um gerente.

³² Para Marx (1983c) o juro é uma parte do lucro que o utilizador do capital repassa ao proprietário deste capital. Diante dessa obrigação contratual, tem-se que apesar de o lucro não consistir em uma certeza porque depende das condições de produção e de venda, a sua parcela que será direcionada ao portador do capital é previamente estipulada e faz com que o pagamento do juro esteja coberto por uma garantia jurídica.

³³ É importante mencionar aqui a questão do capital fictício, embora tal conceito não seja objeto de estudo deste trabalho. Para Hilferding (1985), essa transformação do lucro em mercadoria está relacionada à realização do capital fictício. O preço do rendimento das ações da empresa seria baseado no preço do rendimento futuro, isto é, baseado na capacidade de reprodução futura do capital industrial. Nesse sentido, esse preço refletiria imaginariamente o capital a ser produzido, isto é, um capital fictício. Corazza (2002) enfatiza o caráter fictício do capital ao considerar seu conteúdo, ou seja, seu valor, que acaba manifestando-se como inexistente. Tal fato ocorre porque o capital não está presente no momento de materialização de sua forma, a qual é, de fato, real, quando expressa em títulos e em ações de empresa. O conteúdo do capital fictício “ainda não existe, não está presente, podendo ser produzido no futuro ou apropriado de outros capitais” (CORAZZA, 2002, p. 677).

³⁴ “Na sociedade anônima tudo é diferente. Ela se empenha em fazer o capital acionário render juro. De um modo geral, a sociedade anônima pode existir enquanto não trabalhar com prejuízo. Para ela não existe absolutamente a obrigação de trabalhar com o lucro líquido, uma exigência catastrófica que existe para o capitalista individual quando ele reduz seu capital. Essa exigência afeta eventualmente o acionista e o obriga a vender suas ações. Mas essa venda deixa intato o capital ativo. Se o lucro líquido não desaparece, mas apenas diminui, então a sociedade anônima também pode continuar existindo por muito tempo” (HILFERDING, 1985, p. 129).

de destaque para as empresas de grande porte que se sustentam por meio de elevadas condições técnicas de reprodução de capital, as quais são progressivamente beneficiadas pela concentração e pela centralização de capital, uma vez que a acumulação exige uma quantidade de capital cada vez mais expressiva. A contrapartida se expressa na eliminação progressiva dos concorrentes, que proporciona um nivelamento técnico e econômico entre as grandes corporações. É fundamental, todavia, perceber que tal fato não necessariamente reduz a luta competitiva; pelo contrário, tende a acirrará-la em condições muito diversas daquelas que caracterizam o ambiente de concorrência de empresas individuais (LENIN, 1984; HILFERDING, 1985):

Não se trata de uma luta dos poderosos com os fracos, onde estes seriam aniquilados e o excesso de capital nesse setor eliminado, mas de uma luta entre iguais, que pode durar longo tempo indecisa e infligir sacrifícios a ambas as partes. Todas essas empresas devem sustentar essa luta, senão todo o imenso capital investido em cada uma se desvalorizaria. [...] assim, precisamente essas indústrias, com suas grandes massas de capital fixo, tornam-se cada vez mais sensíveis à concorrência e à queda da taxa de lucro por ela causada, enquanto ao mesmo tempo cresce, exatamente para elas, a dificuldade para alterar a distribuição do capital uma vez colocado. (HILFERDING, 1985, p. 187)

É necessário, no entanto, compreender a complexidade que se encontra latente à sociedade anônima. Pode-se inferir, a partir do que foi abordado, que a sociedade anônima e o mercado de ações indicam um aumento da interdependência da produção social material. Mais especificamente, os capitalistas passam a depender mais uns dos outros, não apenas com relação ao montante de capital monetário a ser adiantado para o processo produtivo, mas também à capacidade das sociedades anônimas de produzir mais lucros e garantir, dessa forma, a distribuição desses ganhos por meio dos juros sobre o capital adiantado. A partir de então, faz sentido conceber que a lógica do capital, para manter-se ativa, precisa ser adaptada às novas condições históricas das relações de produção³⁵. Frente a um provável cenário de acirrada competição de preços, de disputa por mercados e de prejuízos sobre os lucros, a empresa capitalista de grande porte opta pela associação com suas pares, isto é, pelo desenvolvimento de uma cooperação especificamente voltada à distribuição do mercado e à maximização dos lucros (LENIN, 1984; HILFERDING, 1985; BUKHARIN, 1984; ARRIGHI, 1994):

[...] entendemos por associação a união daquelas empresas capitalistas das quais uma fornece a matéria-prima a outra, e distinguimos essa união, que se origina da

³⁵ É importante enfatizar que, para Lenin (1984), a figura da sociedade anônima e, por conseguinte, a tendência rumo à situação monopolística indica uma crescente socialização da produção, isto é, uma participação cada vez mais ampla das sociedades na produção material que satisfaz a todas elas, embora a apropriação seja privada.

diversidade das taxas de lucro em distintos setores da indústria, da união entre empresas do mesmo ramo industrial. Esta última nasce com o objetivo de aumentar a taxa de lucro nesse setor para além de seu nível inferior médio, pela eliminação da concorrência. No primeiro caso, não são alteradas as taxas de lucro nos ramos industriais aos quais as empresas pertenciam antes de sua associação. Sua diferença perdura e desaparece somente para a empresa global associada. No segundo caso, espera-se a elevação do lucro nesse ramo industrial, em consequência da diminuição da concorrência. Esta se dá, teoricamente, pela associação de duas empresas, seja porque o cessar da concorrência já é de utilidade para as duas empresas seja porque as empresas unidas são suficientemente grandes para elevar os preços, com o que também se reduz o efeito da concorrência com relação às demais empresas (HILFERDING, 1985, p. 193)

Essa nova configuração da dualidade livre-concorrência e monopólio é um momento específico do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista e representa, assim, o início da era do capital financeiro³⁶ (LENIN 1984; HILFERDING, 1985).

3.3.2 *Capital Financeiro: os bancos e a tendência à monopolização*

A partir de então, deve-se considerar o papel dominante que o capital bancário passa a desempenhar, tendo em vista o avançado grau de concentração e centralização de capital e a existência da sociedade anônima. Não cabe a este trabalho, todavia, um estudo detalhado da origem, do funcionamento e da importância dos bancos para o modo de produção capitalista. Por isso, nossa atenção foca-se na função principal que esse tipo de instituição desempenha: o fornecimento de crédito na forma de capital (HILFERDING, 1985)³⁷.

Concebidos basicamente como intermediários e mediadores dos pagamentos entre capitalistas na era do capital comercial, os bancos foram aos poucos concentrando esses direitos de pagamento e eliminando as discrepâncias regionais que despontavam como entraves à circulação de dinheiro e de mercadorias. Com a dominância do capital industrial, o aumento da

³⁶ Como se percebe em Arrighi (1994), o capital financeiro já existia antes, embora assumisse formas distintas e menos desenvolvidas. O que ocorre com o processo de monopolização e com o crescimento da atividade bancária é a sua projeção como condição dominante de reprodução do modo de produção capitalista em um período específico.

³⁷ Importa conceber brevemente em que consiste o crédito em Marx (1983c, p. 258-259): “O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria *como capital*; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto, afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar após determinado prazo, a seu ponto de partida e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de produzir mais-valia”. Há um empréstimo de dinheiro que na verdade, não consiste em nenhuma transação de valor. Uma carta jurídica assegura que o valor não saia das mãos do emprestador, apenas mude de forma, de dinheiro para uma letra de câmbio.

produção e da circulação de mercadorias tornou disponível um maior volume de dinheiro creditício. Na medida em que se potencializou a concentração e a centralização do capital industrial, a necessidade de crédito tornou-se crescente e, por conseguinte, houve o desenvolvimento das funções desempenhadas pelos bancos. Progressivamente, tais instituições passaram a centralizar o fluxo de dinheiro e de títulos creditícios e, com isso, obtiveram condições e prerrogativas para coordenar o processo de transformação do dinheiro ocioso dos capitalistas em capital monetário ativo a serviço de outros capitalistas, obtendo, como retorno, uma valorização do valor adiantado na forma de juro (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984).

O fato é que a ascensão da sociedade anônima enquanto estrutura produtiva dominante ampliou as possibilidades de atuação dos bancos e fundamentou, em termos concretos, a passagem da era de dominância do capital industrial para a era de dominância do capital financeiro (LENIN, 1984). A primeira mudança nesse sentido consistiu na absorção, pelos bancos, dos processos relacionados ao sistema de compra e venda de ações de empresas, o que os tornou os principais intermediários do fluxo de capital e expandiu a quantidade de dinheiro disponível para crédito, ampliando a parcela do lucro direcionada à remuneração em juro. Mais ainda, dado o grau de capital monetário acumulado, os bancos adotaram uma postura ativa na compra de ações de sociedades anônimas, desenvolvendo uma relação orgânica entre os interesses do capital bancário e do capital industrial, isto é, conectando-se diretamente à esfera produtiva e consolidando, dessa forma, a ascensão do capital financeiro³⁸ (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984).

Há, todavia, que se considerar a diferença fundamental entre os ganhos realizados a partir da produção e da venda de mercadorias e, por outro lado, da remuneração do capital adiantado. Como afirma Marx (1983c, 1983d), os juros representam apenas uma rubrica particular de uma parte do lucro, cujo destino encontra-se na figura do proprietário do capital, mas cuja origem é, necessariamente, a mesmo do lucro industrial, ou seja, o processo de produção e venda de mercadorias. Os ganhos do capital financeiro, portanto, estão associados diretamente ao recebimento de juros, mas indiretamente e necessariamente ao sucesso dos empreendimentos industriais. Não obstante, ao contrário do capital industrial, para quem a concorrência acirrada e a possibilidade de prejuízos no curto prazo podem representar possibilidades de expansão e de eliminação da competição no longo prazo; para o capital

³⁸ Conforme Hilferding (1985), o capital financeiro consiste na união do capital bancário com o capital industrial. Lenin (1984) propõe a complementação da definição a partir da consideração do aumento da concentração da produção e do capital rumo ao monopólio. De acordo com Lenin (1984), o capital financeiro indica um novo papel dos bancos que, ao deter uma quantidade enorme de capital, subjugam o capitalista industrial aos seus interesses.

financeiro este comportamento padrão é, em grande parte, prejudicial. Como foi visto anteriormente, o crescimento das empresas sob a forma de sociedade anônima implica um cenário diferenciado de competição entre capitalistas, onde o grau de concorrência eleva-se a níveis em que sacrifícios de lucros se fazem prováveis. É nesse ponto que os bancos tendem a sair prejudicados³⁹: dado o grau de interconexão capitalista que surge com a sociedade anônima, não apenas um prejuízo causado pela acirrada competição entre as empresas indica necessariamente uma queda nos lucros obtidos pelos bancos, mas também a eliminação dos concorrentes indica, principalmente, uma perda do capital adiantado, isto é, o não pagamento dos empréstimos feitos. Por tal razão, os bancos tornam-se os maiores interessados em reduzir as tensões da livre-concorrência e promover a formação de associações monopolistas (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984; BUKHARIN, 1984):

Na medida em que as empresas concorrentes forem seus clientes, o banco só tem a esperar desvantagens. Daí o esforço supremo do banco pela supressão da concorrência entre as empresas nas quais participa. Mas todo banco está interessado também no lucro máximo. De resto, em paridade de circunstâncias, este alcançará novamente o mais alto nível, com a total supressão da concorrência num ramo da indústria. Daí a ambição dos bancos pela formação do monopólio. Assim, as tendências do capital bancário coincidem com as do capital industrial, depois da eliminação da concorrência. Ao mesmo tempo, porém, o capital bancário mantém cada vez mais poder para impor essa meta, mesmo contra a vontade de empresas individuais que talvez ainda preferissem a luta competitiva, apoiadas nas suas instalações especialmente favoráveis. Dessa forma, o capital individual deve ao apoio do capital bancário o fato de a supressão da concorrência ter lugar já num estágio do desenvolvimento econômico, onde a livre concorrência continuaria existindo não fosse a colaboração do capital (HILFERDING, 1985, p. 188)

Tem-se, portanto, a redefinição das condições pelas quais passa a se dar a reprodução do capital em termos dominantes. Como afirma Lenin (1984), a partir da segunda metade do século XIX, a livre-concorrência, que existia em seu ápice no continente europeu, passou a ser lentamente contrabalanceada pelo desenvolvimento progressivo de associações monopolísticas, estabelecidas com o objetivo de garantir parcelas consideráveis de lucro para um rol específico de grandes empresas. A partir de então se apresenta, no centro do desenvolvimento capitalista, um mecanismo em que as grandes empresas e os grandes bancos passam a apoiarem-se mutuamente – o rendimento industrial é assegurado pela redução da concorrência, pela distribuição dos mercados e pelo decorrente possível aumento dos preços; simultaneamente,

³⁹ Viu-se que capital industrial, capital comercial e capital monetário são apenas formas do capital que manifestam-se em relações específicas. Conforme Hilferding (1985, p. 174), capital bancário “significa apenas o capital colocado à disposição dos bancos e, em si, nada impede que todo capital passe pelos bancos. A maior parte desse capital bancário é, naturalmente, fictício, é apenas a expressão monetária do capital produtivo verdadeiramente fungível ou apenas título de mais-valia capitalizada. O aumento do capital bancário não é, pois, pressuposto para aumento de lucro, como ocorre na indústria”.

crece a possibilidade de expansão do capital bancário – formando estruturas contratuais como trustes e cartéis (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984; ARRIGHI, 1994)⁴⁰. Surge dessa associação um grupo de indivíduos específicos que concentra cada vez mais a propriedade sobre o capital industrial e concomitantemente sobre o capital bancário, que Lenin (1984) chama de oligarquia financeira. Esse grupo monopolista assume progressivamente o controle da maioria das transações comerciais e produtivas do modo de produção e atua de forma a pressionar a própria lógica da concorrência: mesmo que haja interesse do capitalista individual de competir livremente no mercado, ele encontra-se limitado às condições de crédito proporcionadas pelos bancos e pode, então, ser privado de adiantamentos vultosos de capital. O capital financeiro mostra, assim, seu caráter essencialmente monopolista (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984).

Ademais, algumas reflexões merecem destaque no que diz respeito às associações monopolistas. Em primeiro lugar, não importa aqui o tipo de associação – cartel, truste, fusão, entre outras – mas sim o que elas representam em essência para a estrutura econômica na qual estão inseridas. Como foi visto, a articulação crescente do capital bancário com o capital industrial na estrutura produtiva da sociedade anônima reorienta os interesses daqueles que detêm o capital, na direção de reduzir os riscos decorrentes da competição acirrada entre grandes empresas. Nesse sentido, o objetivo das associações monopolistas é justamente preservar e assegurar os ganhos mediante o constante aumento da taxa de lucro, o que se torna possível por meio do controle sobre os preços de mercado na medida em que se coordenam estratégias de eliminação dos concorrentes (HILFERDING, 1985). Retira-se dessa definição o caráter fundamental de uma associação monopolista: ela consiste em um acordo tácito ou declarado entre as grandes empresas do capital financeiro, cujos objetivos remetem ao acerto de condições de venda e compra, à negociação dos prazos de pagamentos, à repartição do mercado, ao estabelecimento de um nível de preços e, principalmente, à distribuição dos lucros a serem auferidos com a produção e a venda de mercadorias (LENIN, 1984).

É justamente esse caráter incerto da distribuição dos ganhos – que depende não apenas da capacidade de atuação das empresas, mas também dos mercados e de seus atributos específicos – que condiciona o fenômeno da associação monopolista como uma escolha que, embora se sujeite à lógica universal do capital, completa-se com elementos que estão além de seus termos essenciais. Isto é, a associação monopolista está, em primeira instância, conectada à acumulação, mas não existe apenas como uma decorrência daquela; é também fruto da

⁴⁰ “O cartel é uma comunidade de interesses, se possível de todas as empresas, com o objetivo de aumentar os preços e, com isso, o lucro mediante a conclusão mais completa possível da concorrência”. [...] “O truste é uma fusão com o mesmo objetivo a ser alcançado pelo mesmo meio”. (HILFERDING, 1985, p.193).

coordenação entre diferentes capitalistas, a qual se realiza na opção política de realização de um acordo. Para Arrighi (1994), por exemplo, apesar de as associações monopolistas serem resultados de métodos mercantis lógicos característicos das fases superiores do capitalismo, elas consistem no reconhecimento por parte do grande capital de que a livre-concorrência atingiu seu espaço limite e que, para a “segurança geral da lucratividade do comércio” (p. 95), isto é, para preservar ao invés de destruir a riqueza, faz-se necessária a coordenação.

O acordo, por sua vez, está sujeito às mudanças das condições de reprodução do capital e, portanto, pode ser desfeito e refeito na medida em que as partes deixam ou voltam a se interessar por ele. Nesse caso, evidencia-se uma contradição fundamental da lógica monopolista: é mais fácil limitar a concorrência quando ela é menos necessária do que quando ela é determinante. Como afirma Hilferding (1985), as associações monopolistas, por objetivarem o maior lucro por meio do aumento do preço, estão atreladas às condições de oferta e de demanda do mercado, tendo como base o lucro médio. Em condições prósperas de mercado, quando a tendência é a demanda crescer mais que a oferta e os preços apresentarem tendências ascendentes, há certa disposição à formação de contratos monopolísticos porque o benefício é geral: as empresas que produzem com condições menos favoráveis determinam o preço de mercado, enquanto que as que produzem com melhores condições acabam por auferir lucros extras acima da taxa média de lucro. Em contrapartida, há a expansão da produção e o aumento consequente da oferta, que atua de forma contraproducente sobre os preços acordados entre as associações monopolistas. Assim, com o início de um período de recessão tem-se a maior tendência de esfacelamento das associações monopolistas, uma vez que as empresas tendem a preservar seus ganhos frente a um cenário de preços declinantes, acirrando a competição.

O fato, todavia, é que como ação concentradora e centralizadora de capital, o processo de associação monopolista figura como uma tendência geral do capitalismo em sua fase financeira. Na medida em que as associações monopolistas maximizam seus lucros via aumento dos preços, tem-se que, necessariamente, tal fato ocorre em detrimento dos lucros daquelas empresas que estão fora dessa associação⁴¹. Ao longo desse processo, não restam opções para as empresas menores que não a própria associação, entre elas mesmas ou em relação aos grupos

⁴¹ Os preços, como manifestações relacionadas ao valor, mas referentes apenas à esfera de circulação e atrelados às condições de oferta e demanda, só podem ser deliberadamente alterados através de uma compensação com relação a outras etapas do processo produtivo. Nesse sentido, como afirma Marx (1983), um aumento deliberado de preços não significa uma alteração no valor e decorre, assim, da queda dos ganhos de algum detentor de meios de produção ao longo do processo produtivo em questão. É justamente esse mecanismo ao qual se refere a alteração de preços promovida pelas associações.

associados maiores. A partir dessa tendência, aumenta-se a composição do capital dentro de um espaço econômico específico e reduzem-se, progressivamente, as possibilidades de investimentos:

A cartelização supõe lucros excepcionais, e vimos que esses lucros extras são capitalizados e afluem aos bancos como massas concentradas de capital. Simultaneamente, porém, os cartéis significam um retardamento no investimento de capital: nas indústrias cartelizadas, porque a primeira providência é a restrição da produção; nas indústrias não-cartelizadas, porque a queda das taxas de lucro intimida os novos investimentos de capital. Dessa forma, cresce rapidamente, por um lado, a massa de capital destinado à acumulação, enquanto que, por outro, se contrai sua possibilidade de investimento (HILFERDING, 1985, p. 226).

Chega-se, assim, ao ponto crucial que determina o desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto um fenômeno mundial, objeto da presente pesquisa: na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho em determinados espaços econômicos alcança o nível superior caracterizado pela dominância do capital financeiro e pela forte tendência à monopolização, tem-se o esgotamento de uma possível concepção de economia fechada ou nacional. Por mais que já não fizesse sentido conceber uma economia capitalista sem considerar as trocas intersociais, a limitação das possibilidades de acumulação em um determinado espaço econômico torna irrevogável o caráter intersocial do capitalismo. Isso porque desponta, como solução principal dessa contradição, a possibilidade de deslocar o capital excedente para além do referido espaço econômico, na tentativa de que se possa promover continuamente a acumulação de capital em áreas onde a concentração e a centralização encontram-se ainda em estágios menos avançados. Nesse sentido, a associação monopolista “[...] aumenta repentinamente a contradição e cria o caráter agudo [...]” do fenômeno da exportação de capital, uma categoria específica que atinge seu momento dominante na era do capital financeiro e realiza, como consequência, a fase superior, internacional, do modo de produção capitalista (HILFERDING, 1985, p. 226). Eis então a essência do processo de transição de dominância do capitalismo industrial para a dominância do capitalismo financeiro, um fenômeno que passou a se consolidar no continente europeu, a partir da segunda metade do século XIX (LENIN, 1984)⁴².

⁴² A transição de dominância diz respeito ao centro dinâmico do capitalismo neste momento histórico específico. Como é possível verificar em Arrighi (1994), em diferentes lugares, as fases comercial, industrial e financeira ocorrem alternadamente ao longo do desenvolvimento do capitalismo. A partir da metade do século XIX, no entanto, a ascensão do capital financeiro deriva diretamente do processo de acumulação de capital industrial e condiciona a totalidade da dinâmica econômica e política internacional no século XX.

4 ESTADO, POLÍTICA E A LÓGICA DOS CAPITALISMOS NACIONAIS

A economia capitalista mundial em expansão era formada por um conjunto de blocos sólidos, mas também fluidos. Independente das origens das ‘economias nacionais’ que constituíam esses blocos [...], as economias nacionais existiam porque os Estado-nação existiam (HOBSBAWM, 2014a, p.70).

Percorreu-se, ao longo do capítulo anterior, uma trajetória cujo objetivo central era qualificar o que chamamos de lógica universal do capital, uma abstração que figura como lei essencial da dinâmica do modo de produção capitalista e que encontra seus fundamentos na base de reprodução do sistema – a produção e a circulação de mercadorias. Nesse sentido, procurou-se mostrar que é possível conceber a lógica universal do capital como um fenômeno amplamente reproduzível, cuja dinâmica nuclear é insensível às condições específicas do desenvolvimento das forças produtivas: uma vez instaurado o modo de produção capitalista, a acumulação de capital é a regra; e, se garantido o livre fluxo desse capital, a tendência é que essa lógica aplique-se universalmente, na medida em que o modo de produção torna-se dominante em diferentes sociedades e regiões.

Se considerarmos, no entanto, as condições específicas do processo histórico, temos que a lógica universal do capital encontra, a partir das peculiaridades que caracterizam o desenvolvimento generalizado do modo de produção capitalista, a sua própria contradição. Até o ponto em que o capital financeiro passa a cumprir um papel mais marcante, fundamentando a consolidação da sociedade anônima, da tendência à monopolização e da exportação de capital, o modelo trabalhado remetia a uma estrutura econômica determinada, isto é, a um espaço econômico delimitado para o qual as relações intersociais cumpriam um papel secundário. O fato, todavia, é que a concepção de exportação de capital – a qual pressupõe a existência de fronteiras dentro das quais se realiza a acumulação de capital em condições diversas e irregulares – já pressupõe a necessidade de considerar não apenas a divisão entre diferentes economias ditas nacionais, as quais estão associadas a um território econômico específico, mas também torna necessário o reconhecimento de uma economia mundial capitalista, um conceito que permite conectar essas economias particulares:

Assim como toda empresa individual constitui uma parte componente da economia nacional, cada uma dessas ‘economias nacionais’ é também parte integrante do sistema da economia mundial. A partir daí – e do mesmo modo que consideramos a luta entre empresas individuais como uma das manifestações da vida social econômica – é necessário encarar a luta dos corpos econômicos nacionais antes de todo como uma luta entre as diversas partes componentes da economia mundial (BUKHARIN, 1984, p. 17)

É diante dessa divisão proposta por Bukharin (1984) que se torna possível identificar por que a concepção de uma lógica universal do capital, se levadas em consideração as condições históricas específicas de reprodução da acumulação de capital, engendra uma contradição inerente que qualifica o funcionamento da economia mundial capitalista em sua totalidade. Por um lado, o conceito de exportação de capital serve à confirmação da lógica universal do capital, uma vez que descreve uma trajetória que não é mais do que uma continuação, em escala mundial, dos processos de acumulação, de concentração e de centralização do capital para além do “doméstico” ou do “nacional”. Por outro, todavia, ele evidencia a necessidade de repensar a real universalidade da lógica do capital, na medida em que se confirma a existência de uma divisão político-econômica que, por essência, tem potencial de restringir a condição universal de livre movimentação do capital¹.

Nesse sentido, podemos afirmar que, assim como ocorre com as categorias de análise em Marx, a exportação de capital aparece neste trabalho antes que seja possível conceber a totalidade de seu significado, o que se torna factível apenas ao se reconhecer outros atributos da reprodução do modo de produção capitalista em termos mundiais que se encontram associados, mas vão além da lógica universal do capital. Especificamente neste caso, como se verá ao longo deste capítulo, sustenta-se a hipótese de que o capital financeiro permite ao modo de produção capitalista a realização completa de seu caráter mundial por meio da exportação de capital, mas que, dada a diferenciação entre economia nacional e economia mundial, não é possível compreender a complexidade desse fenômeno sem que se considere o papel desempenhado pela figura do Estado no modo de produção capitalista.

É a partir de então que se abre a possibilidade de relacionar aspectos políticos e a lógica de acumulação de capital de uma forma específica que determina as contradições necessárias para compreender manifestações mais gerais do capitalismo mundial, como por exemplo, a existência de um sistema monetário internacional. Para que isso seja plausível, portanto, a argumentação que se segue procura, primeiramente, promover uma reflexão geral acerca do Estado na visão de Marx e Engels e discutir suas especificidades no modo de produção capitalista. Assim, pode-se finalmente entender a dinâmica contraditória entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, a qual decorre dessa análise específica acerca

¹ Livre movimentação do capital diz respeito não apenas ao capital monetário, mas também ao capital em sua forma mercadoria. Ainda, pode-se pensar o capital variável, isto é, a força de trabalho, como um elemento a ser considerado aqui. Finalmente, importa conceber que qualquer mecanismo regulador que seja externo à lógica do capital em si, isto é, qualquer forma de jurisdição que diferencia as condições de reprodução de capital torna-se passível de contraposição à universalidade do funcionamento da acumulação de capital.

das macrounidades políticas e fornece substrato para um entendimento mais amplo da relação entre o desenvolvimento desigual e combinado e a acumulação de capital mundial.

4.1 Aspectos gerais sobre o Estado enquanto categoria de análise

Na *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx enunciou sua intenção de desenvolver uma teoria do Estado como parte integrante da explicação da dinâmica do capital, a qual não foi possível de ser realizada (MARX, 1982). Essa lacuna teórica legou às interpretações marxistas apenas algumas impressões dispersas acerca do papel desempenhado pelo Estado, que lograram produzir debates mais ou menos relacionados aos escritos originais de Marx. Não cabe a este trabalho uma revisão dessas correntes que, não obstante tenham sido fundamentais para a ciência política contemporânea, abordam apenas superficialmente a relevância do Estado em Marx sob uma perspectiva econômica ampla ².

Para que seja possível cumprir o objetivo de relacionar o Estado com o modo de produção capitalista, propõe-se aqui a retomada da concepção metodológica de “categoria de análise”, a qual tende a facilitar o entendimento da noção de Estado e reduzir as possíveis falhas em sua compreensão enquanto conceito³. Começemos, assim, pela consideração de Sweezy (1983) de que não é cabível excluir o Estado de qualquer análise que tenha como objeto as

² Importa, no entanto, ter em mente a dimensão e os avanços da teoria marxista do Estado. O primeiro conjunto de interpretações remonta ao início do século XX, quando o expansionismo do capital europeu atingiu seu apogeu. Nesse contexto, despontaram as teorias do imperialismo, nas quais os Estados capitalistas tinham um papel preponderante na defesa dos interesses da classe dominante (BREWER, 1994). Até 1960, duas visões concorrentes do Estado sob a perspectiva marxista dominaram as discussões teóricas. Uma delas era a concepção ortodoxa da imediata identificação do Estado com os interesses do capital. Em termos gerais, tal noção remetia à ideia de que as condições de evolução do capitalismo forçaram o Estado a assumir várias funções do capital. Nesse caso, todas as prerrogativas do Estado eram utilizadas de forma a manter a acumulação de capital e assegurar o interesse da classe dominante. Por outro lado, a interpretação concorrente era chamada de teoria estruturalista do Estado e tinha como foco a separação do Estado e da economia, dado o caráter institucional da autonomia política do primeiro. A separação entre o político e o econômico dessa forma abrupta fundamentava-se teoricamente no entendimento isolado das esferas da produção e da distribuição: a intervenção do Estado na tentativa de assegurar o crescimento da produção subordinava o ímpeto pelo lucro ao crescimento da renda nacional. A luta de classes despontava, no entanto, apenas na distribuição, através da taxaço e da política fiscal (CLARKE, 1991). Os anos 1970 reativaram as discussões acerca do Estado em Marx. Embora, Clarke (1991) discorra detalhadamente sobre essas novas perspectivas, elas se referem basicamente à explicação da realidade doméstica dos países naquele período histórico: como explicar o bem-estar social em um Estado dominado pela classe dominante? Pode-se resumir que, basicamente, os autores mencionados por Clarke (1991) buscaram em Weber, uma conexão entre a dominação, as questões de legitimidade e a noção de burocracia para complementar o Estado concebido por Marx. Ademais, buscaram também identificar o componente ideológico por trás do Estado, que uniria os eixos da política e da economia.

³ É importante ter em mente que o próprio Marx (1982) considerava o Estado uma categoria de análise e que diferenciava esta e outras categorias com relação ao seu grau de complexidade. Com efeito, se pensamos na própria estrutura de “O Capital” e no possível esboço da obra de Marx apresentado na “Introdução à Crítica”, o Estado aparece como um suplemento à proposta mercadoria-dinheiro-valor-capital, isto é, como categoria relevante cuja compreensão se dá apenas após o entendimento das relações capital-trabalho, mas que é necessária para conceber as “relações internacionais da produção”.

relações sociais de produção historicamente determinadas. Por um lado, a assertiva é relevante porque indica que qualquer forma concreta da produção social material tem como decorrência simultânea e interage dinamicamente com uma forma de organização política específica. Por outro lado, no entanto, Sweezy (1983) generaliza a figura do Estado como unidade política e torna possível uma associação apressada deste com diversos modos de produção históricos.

Tendo em vista tal ponto problemático, deve-se atentar aqui para a diferença entre Estado enquanto categoria e Estado enquanto forma concreta específica. Como categoria abstrata, o termo Estado é plenamente substituível pela concepção ampla de macrounidade política e remete às relações sociais de produção que o condicionam em primeira instância e que o sujeitam às contradições e às vicissitudes da história. Por essa ótica, pode-se considerar o Estado da mesma maneira que Marx (1982) entende o dinheiro, a mercadoria, o trabalho e outras categorias de análise, cuja existência enquanto abstração supera a sua forma concreta específica. Nesse sentido, é possível concluir que a forma específica representada pelo Estado nacional burguês consiste apenas em uma manifestação concreta dessa concepção de macrounidade política, a qual ascendeu a partir do século XVI e se desenvolveu em suas plenas capacidades, sustentando e sendo sustentado pela lógica de acumulação de capital (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1995)⁴.

Antes de considerar essa forma específica do Estado no modo de produção capitalista, todavia, deve-se discutir brevemente a essência da categoria de análise representada pelo Estado, que acabamos de associar à figura genérica da macrounidade política. De acordo com Thomas (1994), Marx concebe o Estado enquanto categoria a partir de uma dualidade representada pela contradição entre o individual e o geral. Percebe-se que há, por exemplo, na própria concepção de divisão social do trabalho, uma contradição nuclear que remete ao interesse individual (ou de cada grupo social) e ao interesse de todos os indivíduos: ao mesmo tempo em que nasce dos diferentes interesses individuais as tensões internas à sociedade, também resulta da interação entre esses interesses uma estrutura social completa e organizada, manifestada a partir da produção material social. Nesse sentido, verifica-se que o interesse geral realiza-se como consequência da divisão social do trabalho (ou da diferenciação material) em um determinado momento histórico específico, sendo ele uma negação dos interesses individuais, especificamente porque remete à geração de riqueza material de forma generalizada. Entretanto, é importante perceber que a divisão social do trabalho pode ser

⁴ Um exemplo emblemático desse caráter específico do Estado é verificado em Marx (1983a), quando se observa a transformação de um Estado opositor ao desmantelamento da ordem feudal a um Estado que passa a fornecer suporte à lógica burguesa de organização da produção material.

historicamente concebida a partir da produção de um excedente, o qual é apropriado por certa classe específica. Por tal razão, o interesse geral não é neutro ou universal, mas sim associado a uma classe social específica e proporciona, assim, condições para o exercício de uma dominação⁵:

É precisamente dessa contradição do interesse particular e do interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como *Estado*, uma forma autônoma separado dos interesses reais dos singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como uma comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [*realen*] dos laços existentes em todo o conglomerado familiar e tribal tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e, em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio os quais há uma classe que domina todas as outras (MARX; ENGELS, 2007, p. 37, grifos originais).

Em primeiro lugar, nota-se que o *Estado* concebido por Marx e Engels (2007) desponta como um mecanismo de representação dessa noção “ilusória” de comunidade, que reflete a divisão social do trabalho e ressalta a posição da classe dominante⁶. No entanto, importa compreender que o caráter “ilusório” do interesse comunitário se realiza, com efeito, como oposição aos interesses individuais, isto é, em uma contradição direta com a individualidade, mesmo que condicionada a certo interesse individual⁷:

A luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e de modo real aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessário a ingerência e a contenção prática por meio do ilusório interesse ‘geral’ como Estado. (MARX; ENGELS, 2007, p.37, grifo do autor).

Em segundo lugar, deve-se mencionar o que Marx e Engels (2007) procuram apontar como o caráter autônomo do Estado. Embora não seja objeto desse estudo a relação específica do Estado com a sociedade civil e, portanto, sua relação com a luta de classes, tem-se na questão da autonomia um importante debate acerca da capacidade do Estado de agir contrário aos

⁵ Marx e Engels (2007) concebem as classes sociais não como simples agrupamentos de pessoas, mas como grupos dotados de reconhecimento próprio como tal, isto é, que migram da consciência-de-si para uma consciência-para-si. Mais detalhes sobre o estudo das classes em Marx e Engels podem ser encontrados em Poulantzas (1977).

⁶ Aqui fica mais clara a relação com as “comunidades imaginadas” de Anderson (1993).

⁷ Em *A Questão Judaica*, Marx (2010a) discute a relação entre emancipação política dos judeus e a relação desta com a luta de classes na sociedade burguesa. Em um dos trechos desse ensaio, Marx (2010a, p.40) afirma que a essência do Estado político reside na oposição entre a vida do gênero humano e sua condição material, fazendo uma analogia da resignação do Estado político às práticas burguesas com a resignação da religião ao conceber a existência de um mundo não sagrado, isto é, profano: “A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado à reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela”

interesses da classe dominante⁸. Neste caso especificamente, assume-se que a relação entre a classe dominante e o interesse geral “ilusório” não necessariamente determina que o Estado aja diretamente em benefício da classe dominante. A ação autônoma do Estado expressa em Marx representa, de acordo com Lukács (1972), as alternativas possíveis de interação dos indivíduos com o ambiente e indica, deste modo, a existência de resultados imprevisíveis. Por exemplo, no modo de produção capitalista, para o Estado manter-se alinhado aos interesses burgueses, ele precisa estar em constante adaptação com relação a situações diversas e pode agir contra os interesses de uma parcela da classe dominante (BREWER, 1994). Essa conclusão encerra, para fins desse trabalho, a concepção geral do Estado sob a ótica de Marx⁹.

4.2 O Estado no modo de produção capitalista

Ao atentar para o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, no entanto, percebe-se que a realização da lógica universal do capital, assim como de qualquer outra abstração, é uma consequência das interações sociais passadas e uma das causas das interações sociais futuras. Nesse sentido, a compreensão do modo de produção capitalista, o qual tem sua essência resumida na lógica universal do capital, só é possível se aquele for considerado em sua totalidade, isto é, levando em conta a existência de uma realidade social complexa e dinâmica e das variáveis que agem sobre sua transformação. Dessa forma, não há dúvida de que o Estado enquanto experiência histórica específica cumpre um papel fundamental no entendimento da real manifestação da lógica universal do capital (MARX, 1983a; ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1995)¹⁰.

⁸ Para Marx e Engels (2007, p. 74), “a sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante ao exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado”. De certa forma, a definição de Marx e Engels (2007) lembra muito as condições acerca da relação entre multiplicidade social e política e relações intersociais discutidas no primeiro capítulo.

⁹ Longe de ser conclusiva, essa caracterização do Estado na visão marxista indica uma discussão ainda vigente. Importa enfatizar aqui, todavia, que é menos importante compreender em que consiste o Estado como abstração do que entender a maneira pela qual ele atua de forma a sustentar a acumulação de capital no modo de produção capitalista.

¹⁰ Como afirma Marx (2010a, p. 39-40), o Estado político pleno é o Estado burguês. Ele dissolve juridicamente as diferenciações sociais existentes que impedem a reprodução da propriedade privada e do trabalho assalariado, mas, para isso, as pressupõe e as conserva: “O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão

Todavia, importa não apenas reconhecer as principais funções desempenhadas nesse sentido, mas também compreender que reside na própria figura do Estado o resumo da contradição que caracteriza o capitalismo em um contexto de economia mundial: a lógica universal do capital é negada pela diferenciação e multiplicidade política que dá origem ao sistema interestatal. Essa negação aparece na figura do Estado, mas tem como base fundamental as condições desiguais de desenvolvimento de cada sociedade, as quais determinam que, diante de diferentes estágios de utilização da força produtiva social do trabalho, surjam diferentes condições de reprodução do capital, de capacidade de acumulação e de potencial de concentração e centralização. Uma vez concebido o mercado mundial capitalista a partir da prática concorrencial, tem-se que uma mesma classe social – os detentores dos meios de produção – insere-se nesse mercado a partir de condições distintas e, portanto, mais ou menos competitivas entre si. A negação desse fato é justamente a possibilidade de reverter, levando em consideração a estratificação em macrounidades políticas capazes de servir a esse propósito, essas condições desiguais de reprodução do capital no contexto de uma economia mundial capitalista.

4.2.1 Da lógica universal do capital à lógica dos capitalismo nacionais: a relevância do Estado

Para Bukharin (1984), o processo de formação dos Estados modernos como forma política determinada decorreu de necessidades relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. A discussão que se segue procura elencar as principais – porém não as únicas – funções desempenhadas pelo Estado no modo de produção capitalista. Estas garantem tanto o sucesso da experiência histórica do Estado, quanto as próprias vantagens que tal instituição confere à reprodução mundial do capital.

Em primeiro lugar, deve-se compreender a importância do Estado como instrumento de objetivação da norma jurídica legal aplicada a uma sociedade específica. De acordo com Wallerstein (1995), os Estados modernos adquiriram as condições legítimas de revogar ou emendar as relações sociais estabelecidas, as quais passam a figurar como regras ou convenções sociais a serem cumpridas, sob o risco de penalização. Nesse sentido, o Estado encarna a condição de representante do interesse geral ilusório, transformando certas normas específicas em premissas universais que regem certa ordem social. É relevante perceber que não há

somente sobre o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só se torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele.”

qualquer restrição externa à liberdade dos Estados em exercer essa prerrogativa, com exceção daquelas que eles mesmos se impõem. Como macrounidades políticas determinadas, frutos de um período histórico específico, os Estados se reconhecem entre si como tais, afirmam sua autodeterminação e confirmam a inexistência de uma autoridade política superior, legando uma condição anárquica àquilo que Waltz (1979) concebe como sistema político internacional, o que aqui é mais bem definido como sistema político interestatal¹¹.

De acordo com Sweezy (1983), as prerrogativas jurídicas que cabem aos Estados capitalistas lhes conferem a função de fazer valer o direito à propriedade privada, nesse caso, associada à figura dos detentores dos meios de produção e resolve, por meio da aplicação desse direito, as tensões que derivam dessa imposição pética¹². Ainda, a relação do Estado com a propriedade garante ao capitalismo as condições elementares para seu processo de desenvolvimento¹³. Considerando a experiência histórica do continente europeu, não apenas houve a utilização do poder repressivo do Estado – “[...] a violência concentrada e organizada da sociedade [...]” (MARX, 1983a, p. 286) – para promover o processo de acumulação primitiva de capital e forçar a transformação do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, como se utilizou da prerrogativa jurídica do Estado para forçar o processo de

¹¹ Essa condição de liberdade de ação estatal é o mecanismo ordenador reconhecido pelos governantes europeus em Vestfália (1648). Ao solidificar o Estado moderno como unidade política bem-sucedida, a Paz de Vestfália deu origem ao sistema interestatal europeu que seria amplamente difundido ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista nas periferias do globo. Nota-se que o sistema interestatal vestfaliano se baseia no equilíbrio de poder, isto é, na condição de liberdade que os outros Estados possuem em agir para confrontar abusos relacionados às cláusulas do contrato (ARRIGHI, 1994). Duas questões cabem aqui: primeiro, nota-se que os Estados passam a compor, a partir de então, unidades equivalentes, que têm direito à propriedade do território que lhe diz respeito e à defesa de seus interesses; assim, a ausência de uma autoridade superior a sua própria ação determina que a própria interação entre eles ocorra de forma anárquica. O sistema interestatal, portanto, não passa de um grande acordo político. Em seguida, é imprescindível reconhecer que Vestfália não é uma consequência apenas da vontade política dos governantes europeus, uma vez que esta não se encerra em si mesma. O sistema interestatal fundamenta-se em objetivos sociais claros, identificados com as relações de produção capitalistas em desenvolvimento: “à medida que os governantes legitimaram seus direitos absolutos de governos sobre territórios mutuamente excludentes, estabeleceu-se o princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os soberanos. A aplicação mais importante desse princípio deu-se no campo do comércio. Nos tratados que se seguiram ao Tratado de Vestfália, inseriu-se uma cláusula que visava restabelecer a liberdade de comércio, abolindo as barreiras comerciais [...]. Acordos subsequentes introduziram normas para proteger a propriedade e o comércio dos não combatentes.” (ARRIGHI, 1994, p.43).

¹² Contratos, letras de câmbio, venda de ações, entre outros elementos tipicamente capitalistas são fundamentados em um respeito à propriedade privada, a qual é assegurada pelo poder do Estado e sua ação enquanto representação jurídica.

¹³ A própria imposição do direito na sua forma burguesa como interesse comunitário ilusório reforça a afirmação da individualidade e da liberdade burguesa, isto é, todos os membros da sociedade adquirem o direito de trocar o que possuem e, mais ainda, de eleger quando e para quem fazê-lo, uma oposição clara às formas como as relações sociais se organizam, por exemplo, no modo de produção feudal. Contudo, a tais condições de liberdade e de individualidade, asseguradas pela Revolução Gloriosa e pela Revolução Francesa nos séculos XVII e XVIII, está latente o fato de que o seu exercício encontra-se determinado pelas condições materiais desiguais e pelas relações sociais que delas se estabelecem (HOBSBAWM, 2014; RODOLSKY, 1968; MARX; ENGELS, 2015).

proletarização da população, permitindo a liberação da mão de obra nos dois sentidos trabalhados anteriormente¹⁴.

Para além de sua ação enquanto facilitador das condições de reprodução da lógica universal do capital, o Estado esteve atrelado diretamente a sua realização e atuou inclusive na sua promoção. A primeira função desempenhada nesse sentido é a tributação, isto é, a cobrança de impostos. Conforme afirma Wallerstein (1995), antes uma atividade já praticada pelas macrounidades políticas, a taxação tornou-se, com o Estado capitalista, a principal fonte de renda dessas estruturas. Nota-se, ainda, que a questão da cobrança de impostos está relacionada à distribuição da riqueza que remete ao Estado: a possibilidade de redistribuição desses recursos indica não apenas um potencial à acumulação de capital privado por meio da promoção de vantagens a setores específicos, mas também uma disputa entre capitalistas e trabalhadores no que diz respeito ao destino dessa riqueza.

É nesse ponto específico que chama atenção a questão do crédito público¹⁵. A construção de um sistema de dívida pública permitiu que o Estado promovesse a valorização do capital ocioso sem que fosse necessário expô-lo aos riscos representados pelo investimento e empréstimo privados. O Estado passou a garantir, por meio da remuneração dos títulos da dívida, o processo de acumulação de vultosos montantes que antes se encontravam na forma de capital monetário improdutivo, em contrapartida de uma capacidade ampliada de financiamento a ser utilizado na sua própria gestão, principalmente no fazer da guerra¹⁶. O caráter altamente confiável destes títulos públicos, derivado da autoridade estatal referente à emissão de moeda, permitiu que eles fossem facilmente transferíveis e, portanto, promovessem a produção e a circulação de valor em maior escala (MARX, 1983a):

[...] a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. Desde seu nascimento, os grandes bancos, decorados com títulos nacionais, eram apenas sociedades de especuladores privados, que se colocavam ao lado dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. (MARX, 1983a, p. 288)

¹⁴ Livre de meios de produção e livre para escolher a quem vender sua força de trabalho. Marx (1983a, p. 275-280) descreve a sucessão de legislações outorgadas pelos monarcas ingleses e franceses entre os séculos XVI e XVIII no combate à “vagabundagem” e à “mendicância” da população.

¹⁵ De acordo com Marx (1983a), o sistema de dívida pública tem origem ainda na fase dominante do capital comercial, nas cidades-estado de Gênova e Veneza.

¹⁶ Rasler e Thompson (1983) oferecem um estudo detalhado da relação entre os ciclos sistêmicos de acumulação de capital e a evolução da dívida pública nos Estados em questão. Os autores concluem que as guerras globais estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos modernos sistemas de dívida pública, uma vez que envolvem a capacidade de um Estado de financiar os seus custos de ação. Importa também mencionar o trabalho de Tilly (1990), que discorre acerca da importância da violência institucional, isto é, das guerras, na formação dos Estados europeus.

O desenvolvimento do sistema de dívida pública também está relacionado ao surgimento de estruturas governamentais diretamente associadas à acumulação de capital, como por exemplo, os bancos centrais. O caso emblemático é representado pelo Banco da Inglaterra que, antes uma instituição privada, desempenhava um papel preponderante no financiamento do setor público. O banco adquiriu o direito de cunhar moedas e fornecê-las ao Estado por meio de empréstimos. Progressivamente, esse dinheiro de crédito fruto da atividade de um banco privado tornou-se a principal moeda por meio da qual o Estado pagava os juros da dívida pública. O Banco da Inglaterra passou a centralizar a riqueza metálica do país, tornou-se o centro de todo o sistema creditício, e assumiu, posteriormente, o papel de exclusividade sobre a emissão da moeda oficial da Inglaterra (MARX, 1983a; BANK OF ENGLAND, 1844).

Superada a elucidação do papel do crédito público, tratemos de uma terceira função. Como afirma Wallerstein (1995), uma extensão do exercício jurídico legítimo do Estado é justamente sua capacidade de estabelecer o controle dos movimentos de entrada e saída de bens e de indivíduos naquela área territorial a qual ele impõe sua jurisdição. Isto é, o Estado possui a capacidade de definir fronteiras e limites territoriais. Não é relevante para este trabalho identificar a essência das disputas territoriais na história das sociedades, embora não seja nenhum absurdo considerá-las, ao menos em parte, associadas à motivação proporcionada pela diferenciação material no que diz respeito ao acesso a recursos naturais e à força de trabalho. O que importa é perceber que as macrounidades políticas, ao estabelecerem limites fronteiriços e ao estipularem o controle de entradas e saídas em seus territórios acabam adquirindo capacidade de interferir na maneira pela qual se dá a divisão social do trabalho em termos mundiais, isto é, limitando o livre movimento de mercadorias, de dinheiro e de força de trabalho.

Quando a forma social de produção material não se encontra predominantemente associada às relações de troca, esse controle exercido pelas unidades políticas interfere moderadamente no que diz respeito à reprodução da força produtiva social do trabalho. Contudo, tal condição altera-se drasticamente com a generalização da economia capitalista, isto é, com a instauração da lógica universal do capital. A ampliação das trocas e o desenvolvimento da manufatura elevam progressivamente o grau de integração produtiva entre diferentes realidades sociais, que alimenta e é alimentado pela universalidade da lógica de acumulação de capital. A contradição, todavia, reside no fato de que qualquer restrição à livre circulação de mercadorias, de força de trabalho ou de dinheiro atua de forma a dificultar a reprodução universal do capital, isto é, realizam-se como entraves à necessidade fundamental de transferir o capital aos setores – e às regiões – cuja taxa de lucro encontra-se acima do nível médio. Importa perceber que este entrave político antecede a própria experiência original da ascensão da lógica do capital na

Inglaterra, ou seja, o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista decorre de rearranjos sociais que se deram sob uma forma específica de macrounidade política e, portanto, submetidos a regras específicas com respeito à mobilidade de mercadorias, dinheiro e indivíduos.

Mais relevante que isso, contudo, é reconhecer que esse entrave político constitui um problema apenas para a lógica universal do capital enquanto abstração, isto é, somente se concebermos o movimento do capital e não a realidade concreta na qual este se realiza. Uma vez considerado o fato de que a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas implica em diferentes níveis de produção material, em diferentes graus de exploração da força de trabalho e, portanto, em diferentes condições de acumulação de capital, as restrições que o Estado proporciona podem se tornar potenciais vantagens para a superação dessa condição de desigualdade em termos relativos. Mais especificamente, tem-se que a alienação do Estado à lógica do capital permite que a classe capitalista beneficie-se da condição limitadora da unidade política, mesmo que ela esteja em contradição à própria lógica universal do capital¹⁷. Isso ocorre porque, considerando um cenário de mercado mundial fundamentado na livre-concorrência, as condições desiguais de desenvolvimento das forças produtivas afetam a capacidade de competição de cada capitalista, os quais se inserem nesse ambiente com maior ou menor capacidade de competição. As prerrogativas do Estado, as quais, por essência, limitam as possibilidades de reprodução universal do capital, acabam despontando, nesta situação específica, como meios de restaurar a capacidade de competição daqueles capitalistas afetados pelas condições menos favoráveis de desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, os capitalistas encontram, em determinadas políticas estabelecidas pelo Estado, mecanismos de potencialização de sua capacidade de acumulação frente a outros capitalistas de outros Estados, que se beneficiam de condições mais favoráveis de reprodução da força produtiva social do trabalho¹⁸.

O Estado, por representar a delimitação do território econômico, institucionaliza em espaços físicos determinados a reprodução da força produtiva social do trabalho, isto é,

¹⁷ Tem-se, nesse caso, a manifestação do privilégio relacionada ao atraso, característica do desenvolvimento desigual e combinado abordada no primeiro capítulo.

¹⁸ O foco dado à classe capitalista nessa questão do Estado diz respeito à relevância que aquela adquire na formulação de políticas relacionadas à inserção internacional do capital. Sweezy (1983) afirma que a condição do trabalhador, que precisa vender sua força de trabalho para sua subsistência, diz respeito mais diretamente à questão da economia nacional e às tensões que podem se realizar nesse âmbito. Com relação à projeção externa dessa economia, uma vez que ela exige um alto grau de acumulação de capital somada à articulação com o Estado, entende-se que há uma vantagem da burguesia nesse sentido. É por isso que, para Sweezy (1983), o Estado tende a ser mais ativo na esfera internacional: as dificuldades com relação à determinação das ações do Estado na economia mundial estão muito mais relacionadas ao conflito de interesse entre partes diferentes da classe dominante do que a outras tensões de classes específicas.

promove a diferenciação entre “economia nacional” e “economia mundial” (BUKHARIN, 1984). Por um lado, ao poder controlar o fluxo de mercadorias, dinheiro e força de trabalho, o Estado impõe limites físicos à acumulação de capital os quais se encontram na fronteira interestatal; por outro lado, o próprio Estado serve para superar tais barreiras, uma vez que o capital passa a depender de suas prerrogativas para dar continuidade à promoção de sua lógica universal. O ponto determinante, no entanto, é que a síntese dessa contradição resulta na instauração da lógica dos capitalismo nacionais, isto é, na obrigação, derivada da diferenciação entre economias nacionais, de que a reprodução do processo de acumulação tem como objetivo final a nacionalização dos ganhos, isto é, a promoção da classe capitalista condicionada a um território econômico. Não é difícil perceber que, a partir disso, a noção de desenvolvimento desigual das forças produtivas do trabalho passa a ser condicionada às deliberações do Estado: este, ao tornar o fluxo de capital no mercado mundial dependente de sua figura, promove a lógica universal do capital, mas realiza tal ação a partir da instituição da lógica dos capitalismo nacionais, ou seja, da nacionalização dos ganhos com a acumulação. Muito embora o capital conserve sua tendência de realização universal, ele passa, no entanto, a ser identificado com os Estados e com as classes capitalistas nacionais. Nesse sentido, as classes capitalistas nacionais adquirem no Estado um instrumento capaz de sustentar sua reprodução e auxiliar na superação das condições de desigualdade relativa a outras classes capitalistas nacionais.

Tem-se assim uma condição dupla da classe capitalista. Como abstração, ela identifica-se diretamente com a lógica universal do capital e observa-se a total convergência de seus interesses: todos seus representantes visam à transformação de mais-valia em capital, isto é, a valorização progressiva do valor através da exploração de mais-trabalho. Essa máxima estende-se para todos os capitalistas porque foi assumido que, independentemente do tipo de lucro realizado (inclusive o juro enquanto quota-parte) ele só pode ter uma origem específica, a produção e a circulação de mercadorias (MARX, 1983c; HILFERDING, 1985). Todavia, é essa própria condição do lucro que mostra a outra face da classe capitalista. Sendo a parcela de lucro destinada a cada capitalista uma parcela do lucro mundial, isto é, dos ganhos mundiais com a produção e com a circulação de mercadorias, verifica-se a existência de um conflito distributivo fundamental representado pela ação concorrencial, mas que está então condicionado à realidade interestatal. Com relação a esse conflito, não é surpresa conceber, ao considerar as condições desiguais de desenvolvimento das forças produtivas, que certos capitalistas possuem maior capacidade de valorizar seu capital e, portanto, de concentrar e centralizar capital. Essa condição hierárquica da classe capitalista define, por conseguinte, o papel do Estado no modo de produção capitalista: através de determinadas políticas levadas a cabo pela figura do Estado,

torna-se possível ao capitalista nacional potencializar as condições de competição no mercado mundial, superando a desigualdade prévia que lhe foi imposta pelo estágio específico de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho (BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985)¹⁹. Tem-se assim, a explicação do que chamamos de lógica dos capitalismo nacionais, ou do que Bukharin (1984) chama de tendência à nacionalização do capital; a qual se opõe à tendência à monopolização do capital mundial, isto é, à lógica universal do capital.

Assume-se, portanto, a existência de um ambiente “doméstico” e de um ambiente “externo”, cuja diferenciação, conforme mencionada no capítulo primeiro, é uma decorrência política específica²⁰. O Estado, portanto, é justamente o espaço político de divisão entre essas duas realidades no capitalismo. Essa divisão, meramente política, tem como contrapartida – a partir da imposição do direito, do controle dos fluxos, do sistema de taxação, do sistema de dívida pública, entre outros – a capacidade de afetar diretamente as condições de reprodução da força produtiva social do trabalho nesse espaço econômico específico (BUKHARIN, 1984).

¹⁹ É relevante mencionar o debate acerca da real intenção da classe capitalista nacional em superar a desigualdade de desenvolvimento derivada das condições de reprodução do capital. Especialmente na literatura brasileira, a discussão em torno deste tema diz respeito à questão do desenvolvimentismo, isto é, de uma política de Estado orientada diretamente para a promoção dos interesses capitalistas nacionais (FURTADO, 1983, 2009). Nem sempre, como se verifica pela experiência histórica brasileira, parece ser identificável o interesse específico da burguesia nesse projeto nacional, isto é, a disposição da classe capitalista em atuar no sentido de liderar o processo de acumulação de capital interno a um território econômico. Como indica a hipótese de Cardoso e Faletto (1979) e Cardoso (1980), dependência e desenvolvimento não seriam fenômenos excludentes, isto é, os capitalistas de um país poderiam fomentar a acumulação de capital a partir da associação com o centro da economia global, isto é, vinculando-se ao capital internacional. De certa forma, ambas as abordagens parecem fazer sentido se considerada a oposição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais. Cabe questionar, no entanto, a razão pela qual uma ou outra abordagem prevalece em casos específicos. Nesse sentido, apresentam-se algumas hipóteses. Pode-se, por exemplo, partir da afirmação de Wallerstein (1995) de que há uma escolha a ser feita pelos capitalistas, que ao levar em consideração os custos de reprodução do capital, resume-se às seguintes opções: ou os capitalistas aceitam aumentar sua participação no mercado com uma margem menor ou aceitam uma participação menor no mercado cuja margem é maior. Isto é, a depender dos potenciais ganhos a serem obtidos, os capitalistas podem estar ou não dispostos ao projeto de desenvolvimento nacional. Outra opção diz respeito a quem o Estado responde em primeira instância: a depender da forma do capital dominante, as políticas governamentais divergem e as estratégias de inserção na economia mundial também.

²⁰ Uma vez que o Estado moderno está associado ao grau de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, tem-se que tanto o Estado quanto o capitalismo têm sua evolução associada às condições desiguais de desenvolvimento. Ou seja, visto que o modo de produção capitalista tende a expandir-se de modo gradativo por meio da reprodução das relações sociais específicas que o sustenta, o próprio Estado na sua forma moderna é decorrência desse processo gradual. Isso não significa que um seja causa ou consequência do outro. Novamente, as condições de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho em cada localidade são aquelas que determinam as especificidades do desenvolvimento capitalista e, simultaneamente, da estrutura do Estado moderno. Nesse sentido, pode-se entender a diferença entre desenvolvimento clássico e desenvolvimento não clássico na ontologia marxiana (LUKÁCS, 1972): pode-se conceber o desenvolvimento do capitalismo sob a forma de uma proto-unidade política ainda pré-capitalista (Inglaterra) ou como consequência direta da ação política desse Estado, que já se manifesta sob a lógica do capital (Alemanha, Estados Unidos). Ver nota nº21.

4.2.2 *Política comercial, exportação de capital e imperialismo*

Foi possível, a partir da argumentação anterior, esclarecer que o Estado no modo de produção capitalista atua na contraposição da lógica universal do capital ao mesmo tempo em que potencializa sua reprodução²¹. Parte-se desse ponto para analisar, a seguir, a manifestação da contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais na fase superior do modo de produção, isto é, sob a dominância do capital financeiro. A realização do capitalismo enquanto modo de produção mundial encontra no capital financeiro o seu motor principal, o que implica pensar no desenvolvimento da economia mundial capitalista como uma decorrência simultânea da dominância do capital financeiro.

Tanto Hilferding (1985), quanto Lenin (1984) e Bukharin (1984) tratam da importância da política comercial levada a cabo pelos Estados europeus a partir de 1870, quando se iniciou o processo de associação monopolista conectado ao capital financeiro no interior das economias nacionais. Originalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, o protecionismo estatal relacionava-se diretamente com a capacidade de superar a reduzida capacidade industrial nacional, por meio de barreiras tarifárias referentes aos produtos estrangeiros. Tendo como consequência a redução da concorrência externa, a ampliação da capacidade de acumulação de capital pelas empresas nacionais e, assim, da diferenciação das condições materiais, o protecionismo atuou no sentido não só de desenvolver a indústria nacional, mas também de acelerar o processo de concentração e de centralização do capital, criando condições prévias para a formação de associações monopolistas nacionais (HILFERDING, 1985). Quando se desenvolveu a sociedade anônima e as associações monopolistas nacionais foram aos poucos conquistando sua dominância, a relação do interesse do capital com a política comercial atingiu um novo patamar. Estando a demanda interna coberta e assegurada pelas associações monopolistas nacionais, as quais passam inclusive a deter condições de exportar mercadorias, a necessidade de proteção alfandegária desaparece. Esta, todavia, tornou-se um mecanismo útil para aumentar a acumulação de capital das empresas nacionais, agora no mercado mundial: o protecionismo, através de suas tarifas, permitiu que as associações monopolistas aumentassem o preço das mercadorias vendidas internamente como forma de potencializar uma baixa nos preços das mercadorias vendidas no

²¹ Essa dinâmica não é característica de uma fase específica do capitalismo, mas consiste em uma contradição essencial de seu funcionamento, o que pode ser justificado pelo fato de que o Estado enquanto unidade política já existir antes do desenvolvimento do capitalismo mesmo na Inglaterra. Tal afirmação, todavia, não impede que a contradição se realize de formas diferentes, mais ou menos complexas, na medida em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas.

mercado mundial. De política defensiva transformou-se em política ofensiva, capaz de fomentar capacidade de competição das empresas nacionais no mercado internacional (HILFERDING, 1985; BUKHARIN, 1984). Mais do que a política comercial na sua prática, importa conceber sua essência para o capitalismo financeiro monopolista e estatal. A política comercial é apenas umas das formas pelas quais o Estado transforma as condições de reprodução da força produtiva social do trabalho no capitalismo, internamente a um território específico. Ela consiste, essencialmente, em um ato político, que se direciona para a satisfação de um fim econômico da classe capitalista nacional no mercado mundial. Esse tipo de ação do Estado não é apenas representado pela política comercial; outras formas mais contemporâneas como a política cambial e os controles de capitais são, em essência, aspectos do mesmo fenômeno²².

O esclarecimento da importância do protecionismo permite que possamos retomar, finalmente, a questão da exportação de capital. Viu-se anteriormente que tal fenômeno é consequência da ação das associações monopolistas e do capital financeiro de um determinado espaço econômico que, a partir de agora, podemos chamar de economia nacional. A motivação do processo de exportação de capital origina-se na própria lógica universal do capital, isto é, na tendência crescente de acumulação de capital, a qual se dá por meio da alocação deste nas regiões e nos setores que apresentam as taxas de lucro acima da média. Como afirma Bukharin (1984), a exportação de capital resulta de uma superprodução de capital, que se encontra em estado ocioso, sendo incapaz de valorizar-se²³. Na busca por taxas de lucro superiores à média, esse capital é deliberadamente direcionado para fora do espaço da economia nacional e alocado em outro território, em outra economia nacional.

Com relação à experiência histórica europeia, essa tendência foi potencializada na medida em que a exportação de mercadorias encontrou dificuldades de se expandir. Viu-se que a lógica universal do capital prevê, em sua essência, a expansão do livre-comércio mundial, isto é, o livre fluxo do capital em sua forma dinheiro e em sua forma mercadoria. O Estado, todavia, ao associar-se à lógica universal do capital, fomentou a tendência à nacionalização dos ganhos com o capital, que desponta como barreira à instauração do livre-comércio mundial especialmente porque o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho em cada

²² Novamente, nota-se o condicionamento histórico das formas de atuação do Estado: a política comercial é fundamental quando o principal fundamento da economia mundial é o fluxo de valor na forma de mercadorias. Essa máxima altera-se na medida em que o fluxo de valor se dá na forma de capital-dinheiro.

²³ É importante enfatizar que, como se viu anteriormente, essa dificuldade de valorizar-se está relacionada às associações monopolistas e à tendência a queda da taxa de lucro; todavia, esse esgotamento da reprodução em um território não é um pré-requisito para a exportação de capital: esta se realiza não porque é impossível empregar o capital no país em questão, mas sim porque obedece à lógica universal do capital, que o direciona para as taxas de lucro mais elevadas, estando elas dentro ou fora do território delimitado pelo Estado (MARX, 1983c; HILFERDING, 1985, BUKHARIN, 1984).

localidade exige a proteção frente à concorrência advinda de outros capitais. Como síntese concreta dessa contradição tem-se que a lógica universal do capital encontra uma forma superior de continuar atuando: na impossibilidade de exportar as mercadorias já produzidas, exporta-se o próprio capital e o valoriza para além das fronteiras nacionais (HILFERDING, 1985, BUKHARIN, 1984 LENIN, 1984).

De acordo com Hilferding (1985), tal transação ocorre de duas maneiras específicas, ambas relacionadas ao papel preponderante que a sociedade anônima e o crédito desempenham na era de dominância do capital financeiro. Por um lado, a exportação de capital ocorre na forma de capital produtor de lucro industrial, a ser realizado no exterior²⁴. Por outro, ele ocorre na forma de capital produtor de juro, isto é, na forma de crédito ou capital monetário, o qual é empregado na economia exterior com a contrapartida de uma remuneração garantida ao prestador. É importante perceber que, diferentemente da dinâmica ocorrida com a mercadoria, cuja venda por dinheiro representa a troca de valor equivalente somada à transferência do direito de propriedade, a exportação de capital representa um acordo que garante a propriedade do capital exportado ao exportador. Embora, em termos concretos, ele seja exportado na forma de dinheiro ou de meios de produção, o seu valor nunca deixa as mãos de seu proprietário, estando ele assegurado por um contrato entre as partes (MARX, 1983b, 1983c). Nesse sentido, a definição de Hilferding (1985, p. 296), para quem a exportação de capital consiste na “[...] exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior [...]” carece de uma reconsideração, a qual se encontra latente na sua própria argumentação. Essencialmente, a exportação de capital consiste na exportação de formas específicas assumidas pelo valor – capital monetário e capital produtivo – com o intuito de gerar mais-valia no exterior; enquanto que o valor adiantado em si permanece expresso no título de propriedade ou no acordo que pressupõe tal transação²⁵.

É fundamental esclarecer que é a desigualdade das condições de reprodução da força produtiva social do trabalho que fomenta o movimento do capital acumulado das regiões com maior composição orgânica rumo a regiões com melhores condições de sua reprodução – baixo preço da terra, das matérias-primas e dos salários, tornando o desenvolvimento desigual, combinado. Decorre desse fenômeno não apenas a expansão do capitalismo em termos

²⁴ Investimento Direto Externo (IDE)

²⁵ É justamente por isso que o próprio Hilferding (1985, p.296) afirma que “somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro”. Mais ainda, é graças a tal noção de propriedade contratual que se faz a necessidade de contabilizar essa mais-valia gerada com relação ao capital adiantado: “Esse capital forma então uma partida no balanço da dívida ativa nacional, a mais valia anualmente vencível no balanço de pagamentos”. Juntam-se nesse ponto, a lógica universal de acumulação e as funções do Estado relacionadas ao direito e à garantia da propriedade.

mundiais, mas também a sua contrapartida: a adaptação de formas de produção social pré-capitalistas. O capital exportado carrega consigo a lógica universal do capital e a impõe a diferentes regiões, restabelecendo as relações sociais de produção desses territórios de forma a satisfazer os desígnios da acumulação (BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985; MANDEL, 1982; SWEEZY, 1983). Assim, o modo de produção capitalista vai gradativamente expandindo-se em termos geográficos, e cumprindo, com efeito, a sua natureza universal. Enquanto o capital comercial e o capital industrial foram responsáveis pelo desenvolvimento de linhas de comércio globais, isto é, pela universalização da circulação de mercadorias (MARX; ENGELS, 2007), o capital financeiro, através da exportação de capital, inaugura uma nova etapa: a universalização da produção de mercadorias sobre as bases capitalistas.

As condições desiguais de desenvolvimento, todavia, não deixam de existir. A presença de Estados que exportam capital e de Estados que recebem capital assegura não apenas a continuidade da reprodução do capital em escalas cada vez mais superiores, mas reduz a capacidade dos capitalistas dos Estados menos beneficiados de alcançar tamanha escala, na medida em que se concentra e se centraliza o capital. Por tal razão, o desenvolvimento dos países periféricos parece estar condicionado à disposição de capital que advém do centro dinâmico do capitalismo, muitas vezes associada a acordos políticos – comerciais, cambiais e até militares – que tendem a fortalecer a posição política de certos Estados frente a outros e, assim, a promover a continuidade da dependência econômica.

Por outro lado, no entanto, a exportação de capital indica o aumento da interdependência entre as relações sociais de produção, através da circulação de capital e da integração produtiva mundial. Nesse sentido, tem-se que, dado o grau crescente de interdependência, a ascensão de novos capitalistas já não ocorre de forma desconectada do processo mundial de acumulação, mas sim a partir da assimilação das técnicas de produção já desenvolvidas. Isso significa afirmar que, ao menos sob as condições abstratas do capitalismo em seu estágio mundial, há a possibilidade de que a interdependência inaugurada pela dominância da exportação de capital sirva às sociedades com menor grau de composição do capital como contrapartida à própria vantagem que a exportação de capital fornece às sociedades com maior grau (BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985; LENIN, 1984; WALLERSTEIN, 1995). Finalmente, compreende-se por que o desenvolvimento desigual torna-se necessariamente combinado no modo de produção capitalista. Assim como o desenvolvimento do comércio internacional, porém em maior escala, a exportação de capital aumenta o grau de interdependência da produção social. O fluxo mundial do capital força as relações sociais de produção em outras regiões a se adaptarem a sua lógica e, apesar de agir em favor dos capitalistas nacionais que o irradiaram,

permite, através da integração produtiva, que as sociedades receptoras assimilem as práticas mais avançadas de acumulação e pulem etapas do desenvolvimento capitalista. Isso não necessariamente elimina a desigualdade material – ela continua a ser fomentada pela própria oposição de classes sociais e pela disputa entre capitalistas nacionais e reflete-se, assim, em nível estatal –, mas abre a possibilidade de sua negação, no entanto, por tal mecanismo orgânico de contraposição representado pelo desenvolvimento combinado.

Como afirma Bukharin (1984), a conexão entre Estado, capital financeiro e associações monopolistas atinge o ponto máximo do desenvolvimento da concorrência: a projeção para o mercado mundial e a competição internacional entre os monopólios nacionais. Uma vez que as fronteiras impostas pelos Estados restringem a lógica universal do capital, ou seja, impedem o fluxo de mercadorias, de dinheiro e de força de trabalho que caracterizaria um mercado mundial baseado na livre-concorrência, a exportação de capital aparece como uma forma de alargar esse território restrito, de ultrapassar os limites geográficos impostos à lógica universal de acumulação. Nesse sentido, o alargamento do território nacional desponta como condição necessária para fazer valer a continuidade da acumulação de capital.

A relação entre os elementos mencionados acima resume, assim, o fenômeno do imperialismo. Ele aparece como a fase de dominância global do capital financeiro, na qual a concentração e a centralização de capital atingem níveis elevados, desenvolve-se a exportação de capital, expande-se a tendência à monopolização e, finalmente, partilha-se o território mundial visando à reprodução do capital (LENIN, 1984; SWEEZY, 1983). Todas as condições de caracterização do fenômeno do imperialismo já foram discutidas, com exceção da partilha territorial. O tema exige, em primeiro lugar, reconhecer que as macrounidades políticas dispõem de aparatos de violência mais ou menos organizados, os quais atuam no sentido de preservar os interesses das classes dominantes. O modo de produção capitalista encontra no Estado e no seu monopólio sobre o emprego da violência institucionalizada duas manifestações: com relação à economia nacional, o Estado garante o cumprimento do direito burguês e impede, com o exercício da violência, a violação dos princípios da propriedade privada; externamente, o Estado interfere na produção material de outra macrounidade política em prol do favorecimento da produção material nacional (WALLERSTEIN, 1995). Nota-se que essa interferência pode ocorrer não apenas por meio da violência, mas também por ações diplomáticas deliberadas ou imposições de direito internacional²⁶.

²⁶ É nesse ponto que importa considerar a indiferenciação das relações intersociais. Elas são, por sua natureza, totalmente relacionáveis e podem agir no sentido de promover um único objetivo específico, seja ele político, econômico, jurídico, ideológico, etc.

Em segundo lugar, deve-se ter em mente que, de acordo com Bukharin (1984), a guerra imperialista é apenas aquela guerra realizada como forma de beneficiar o capital. Nessas condições, a guerra imperialista manifesta-se como um dos métodos de competição intercapitalista, a qual se torna eminente na medida em que se acirra a concorrência internacional. Especificamente, portanto, a guerra imperialista consiste em uma forma de dar continuidade à acumulação de capital dos grupos monopolistas nacionais; o que implica concebê-la como um fenômeno associado à exportação de capital, recorrente na medida em que os interesses das burguesias nacionais se chocam ao longo do processo de expansão do território econômico (BUKHARIN, 1984)²⁷. Mais do que isso, porque o sistema interestatal moderno baseia-se na autodeterminação do Estado como autoridade política máxima, a possibilidade de recorrer ao uso da violência representa um mecanismo fundamental na garantia de que as trocas e as transferências de propriedade em termos mundiais sejam cumpridas. Ou seja, de que os lucros retornem de fato às mãos dos proprietários do capital, de que os acordos de crédito e de pagamento sejam cumpridos e de que a propriedade do capital exportado, o qual passa a encontrar-se em outra jurisdição, seja assegurada²⁸.

Pode-se, assim, argumentar que há certa associação necessária, ao menos no que diz respeito à inserção no mercado mundial, de fatores políticos e econômicos. Por exemplo, a exportação de capital refere-se diretamente à continuidade da lógica universal do capital, constituindo um fenômeno econômico em sua essência. Todavia, a exportação de capital só é concebível em termos conceituais e só é realizável em termos concretos com a presença do Estado. Nesse sentido, ela guarda uma especificidade política fundamental, a qual determina sua realização e está essencialmente conectada aos interesses capitalistas nacionais. De certa forma, essa combinação entre especificidade política e especificidade econômica parece ser uma característica imanente do funcionamento da economia mundial capitalista, consequência da oposição entre lógica universal do capital e lógica dos capitalismo nacionais²⁹.

A guerra, como expressão da violência organizada entre Estados, aparece como um ato político realizado por outros meios (CLAUSEWITZ, 2007). Em sua forma imperialista, no entanto, não é apenas uma guerra no sentido político, ela obedece às motivações da acumulação

²⁷ Uma vez que a guerra é um ato político cujo objetivo é fazer valer certos fins determinados por meio da violência (CLAUSEWITZ, 2007), não parece errôneo conceber que os fins da guerra imperialista são aqueles relacionados à acumulação de capital em escala mundial.

²⁸ Na ausência do cumprimento jurídico da reprodução do capital mundial, a possibilidade extra-econômica de fazê-la valer reside na violência organizada.

²⁹ Como foi possível perceber, os três elementos aqui mencionados – política comercial, exportação de capital e guerra imperialista – representam, por um lado, mecanismos facilitadores do desenvolvimento da acumulação, da concentração e da centralização universal de capital e, por outro lado, dada suas associações com o Estado, formas de nacionalizar os ganhos com o capital e, portanto, combustíveis da lógica dos capitalismo nacionais.

do capital. A guerra imperialista contém, portanto, fatores econômicos e políticos que a definem enquanto tal³⁰. Por um lado, tal reflexão vem a confirmar a conexão entre as diversas relações sociais existentes, a qual foi mencionada no primeiro capítulo: relações de trabalho (valor), de violência, política e jurídica. Por outro lado, fica claro que na economia mundial capitalista, tais relações manifestam-se de formas específicas: capital, guerra imperialista, diplomacia interestatal e direito internacional³¹.

É nesse sentido que se fundem a conclusão deste e do capítulo anterior: a lógica universal do capital representa as relações sociais expressas pelo valor na forma de capital. Ela é diretamente derivada das relações sociais de produção e, por tal razão, dispensa diferenciações. Todavia, em termos concretos, tal lógica está condicionada não apenas às condições desiguais de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, mas também à própria consequência política desse processo. Ela desenvolve-se, a partir de certo estágio, em associação com o Estado moderno, que cumpre um papel fundamental em sua internacionalização. Esse mesmo elemento, no entanto, assegura a existência de uma divisão política que paira sobre o mercado mundial capitalista, mais abstratamente, sobre as relações de valor universais. Nesse sentido, na medida em que as classes capitalistas identificam-se com seus Estados nacionais, o ambiente das relações intersociais no capitalismo assume a forma do internacional, isto é, de um sistema interestatal que se encontra em associação com a economia mundial capitalista. Este ambiente é separado, assim, da esfera nacional, mesmo que as relações de valor sejam as mesmas e reproduzam-se, essencialmente, de forma universal. O modo de produção capitalista é, portanto, internacional. E o internacional é, assim, a forma pela qual se dá a expressão do ambiente intersocial no modo de produção capitalista.

4.3 Uma síntese: a economia mundial capitalista e o desenvolvimento desigual e combinado

É possível conceber, a partir de então, a economia mundial capitalista enquanto expressão da totalidade das relações intra e intersociais de produção em um período histórico específico. Ela conecta-se, ainda, com todas as derivações sociais que advêm do processo de

³⁰ Essa lógica também se estende a outros fenômenos como o direito internacional e a diplomacia, quando analisados sob a vigência dominante do modo de produção capitalista.

³¹ Mais uma vez, importa enfatizar que tais elementos não são as únicas opções possíveis. São, no entanto, as manifestações dominantes. Por exemplo, a guerra imperialista é dominante porque é ela que define as mudanças que ocorrem na base da produção social. Podem ocorrer guerras majoritariamente por outros motivos e minoritariamente pelo capital, mas estas possuem efeitos reduzidos sob a alteração da estrutura da economia mundial capitalista.

desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, com a política, com o direito, com a violência organizada. Tal síntese parece estar de acordo com a definição apresentada por Arrighi (1994), para quem a economia mundial é consequência de uma longa trajetória de transição para o modo de produção capitalista, que envolve estruturas políticas diversas, tensões entre classes sociais e, finalmente, criação e destruição de redes de acumulação de capital mais ou menos complexas (ARRIGHI, 1994)³². Essa constatação também aparece em Bukharin (1984, p. 25), que resume a economia mundial no encerramento de “[...] todos os fenômenos econômicos que têm finalmente por base as relações entre as pessoas no processo de produção.”. Para Bukharin (1984), a economia mundial remete à consideração da totalidade das economias nacionais, o que implica a relevância de conceber uma divisão social do trabalho que transcende à realidade nacional, isto é, uma divisão internacional do trabalho. A partir desse ponto, também se pode somar a tais perspectivas a definição de Wallerstein (1995) acerca da economia-mundo capitalista, uma realização histórica específica fundamentada na generalização da lei do valor, na divisão internacional do trabalho e, portanto, dirigida no sentido de promover a acumulação de capital.

A convergência entre as abordagens apresentadas indica que a economia mundial capitalista consiste na realização concreta, em termos generalizados, das relações intersociais de produção em um determinado período específico. Tal consideração permite, portanto, que se possa diferenciar a economia mundial capitalista do sistema político interestatal, ou mesmo do conceito de internacional, embora todos os três estejam organicamente conectados e seja impossível dissociá-los em termos concretos. Observou-se que o internacional é a forma pela qual se manifesta o ambiente de relações intersociais no momento histórico específico de dominância mundial do modo de produção capitalista. Mostrou-se que não é necessária a especificação dos tipos de relações intersociais para que seja possível conceber a existência de um ambiente de interação intersocial; isto é, o próprio caráter socialmente determinado dessas relações, independentemente da forma que assumem, permite que elas sejam concebidas como partes de um mesmo todo. É por tal razão, portanto, que também se pode considerar a forma internacional a partir de uma concepção geral de relações internacionais, sem que seja necessário identificar seus tipos específicos.

³² Como já foi destacado ao longo deste trabalho, deve-se ter em mente que a lógica universal do capital discutida nas seções anteriores realiza-se historicamente como regra de funcionamento do modo de produção, mas que se manifesta em processos não-lineares, caracterizados por avanços e retrocessos pontuais no que diz respeito às formas de sustentação, embora sempre elevando-se em termos de potencial da força produtiva social do trabalho, isto é, em condições de produzir riqueza material.

Nesse sentido, a complexidade apresenta-se no nível de especificação dessas relações, ou seja, na tentativa de promover o estudo da totalidade a partir de suas partes determinadas. É, portanto, nesse nível, que se identifica a diferença entre a economia mundial capitalista e o sistema político interestatal. Viu-se que a economia mundial capitalista corresponde diretamente às relações sociais de produção e à forma pela qual está organizada a produção social material em um momento histórico específico. Observou-se, ainda, que o sistema político interestatal remete à organização entre macrounidades políticas específicas, que se realiza enquanto um acordo político entre as partes envolvidas. Esse acordo, todavia, não consiste em um fim em si mesmo, mas está relacionado, em primeira instância, com as transformações sociais que condicionam, em algum grau, o porquê de sua existência. Uma vez que as relações sociais de produção são o ponto de partida dos processos de transformação social, os quais aumentam de complexidade na medida em que se distanciam de suas bases fundamentais, não é possível conceber a existência de macrounidades políticas que não estejam condicionadas, em algum grau, por aquelas relações sociais de produção, o que significa afirmar que, em certo sentido, o sistema político interestatal está associado à forma como se organiza a economia mundial capitalista. Essa conexão, todavia, não ocorre de forma pré-determinada, mas realiza-se levando em consideração as contradições específicas causadas pelas condições históricas que se dispuseram em um momento determinado³³.

Finalmente, importa inserir nesse esquema teórico a noção de anarquia abordada no primeiro capítulo. Viu-se que a anarquia aparece em Rosenberg (2006) como condição geral de ausência de determinações hierárquicas capazes de controlar as causas e consequências dos processos sociais como um todo. A anarquia seria, portanto, uma abstração derivada das condições prévias em que se realiza o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho e, portanto, funcionaria como premissa desse próprio processo. Nesse sentido, tem-se que qualquer hierarquia verificável na realidade social só poderia ser originada como consequência do processo de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. O fato é que a economia mundial capitalista é marcada por hierarquias, não apenas internamente às economias nacionais como decorrência direta da existência de duas classes marcadamente distintas, mas também verificáveis na esfera do internacional, onde Estado e capital estão associados e condicionam a

³³ Pode-se, dessa forma, concluir que, por vezes, os tempos de realização de um sistema econômico específico e de um sistema político que reflete suas condições dominantes podem estar em desacordo. Isto é, um determinado sistema político vigente pode não corresponder ao estágio corrente do desenvolvimento das forças produtivas em um determinado momento histórico, mas sim àquele que o antecedeu ou aquele que virá a sucedê-lo.

divisão entre centro e periferia (WALLERSTEIN, 1995), a ocorrência dos ciclos sistêmicos (ARRIGHI, 1994) e de fenômenos como o subdesenvolvimento (FURTADO, 2009).

É nesse ponto que reside, portanto, o objetivo final deste capítulo. Resta compreender como a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais define, em associação com a concepção de desenvolvimento desigual e combinado, a realidade específica da esfera internacional composta pela economia mundial capitalista e pelo sistema político interestatal. Em primeiro lugar, deve-se reafirmar a premissa desenvolvida no primeiro capítulo, de que a desigualdade do desenvolvimento é uma condição fundamental que origina da própria transformação do ser humano em ser social, por meio de sua interação com condições naturais diversas.

Com relação especificamente ao modo de produção capitalista, partimos do que foi resumido na lógica universal do capital. A partir dela, tem-se que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no capitalismo representa a ocorrência de um processo ininterrupto de acumulação de capital por meio da exploração de mais-trabalho não remunerado. Esse processo de constante valorização do valor é liderado pela figura do capitalista, que apropria a mais-valia produzida e obtida através da circulação de mercadorias na forma de lucro. Tal lucro, se concebido em termos abstratos, representa a totalidade dos ganhos globais com a produção e a venda de mercadorias e, para cada capitalista, uma parcela desses ganhos. Nesse sentido, por refletir um dilema de distribuição, o lucro está condicionado aos sistemas de preços e à livre-concorrência entre os capitalistas. Como enfatizam Hilferding (1985) e Bukharin (1984), a livre-concorrência, isto é, o mercado em sua concepção mais abstrata, tem como característica fundamental a ausência de ordenação, a preponderância da anarquia.

Assim, em um modelo abstrato que determina o livre fluxo de mercadorias, de dinheiro e de força de trabalho, os capitalistas individuais atuam perseguindo as taxas de lucro que se encontram acima da média, o que torna possível conceber uma universalidade à lógica do capital: através do intercâmbio de mercadorias e de integração produtiva, forma-se um modo de produção que tende à máxima expansão. Decorre logicamente dessa concepção universal, portanto, a concentração e a centralização do capital, a formação de grandes estruturas monopolistas e, finalmente a “uniformização do capital” (HILFERDING, 1985, p.238), isto é, a interconexão entre todos os setores do capital industrial, comercial e bancário em termos globais, o qual se encerra, teoricamente, na figura do monopólio mundial, na existência de uma empresa e de um banco central global (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984).

Essa lógica, todavia, não se realiza exatamente como foi concebida em sua essência; sabe-se que sua contrapartida reside na lógica dos capitalismo nacionais. Porém cabe

identificar as forças que agem nesse sentido. O elemento determinante para a lógica dos capitalismo nacionais é o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo já nasce sob uma macrounidade política determinada. Viu-se que esse condicionamento a uma macrounidade política corresponde a uma limitação do livre fluxo de mercadorias, de dinheiro e de força de trabalho, o que contrapõe diretamente a lógica universal do capital. Essa contradição, todavia, deve ser resolvida em uma síntese, a qual se realiza na diferenciação entre a economia nacional e a economia mundial. Uma vez determinada tal divisão, o processo de acumulação de capital esbarra na autoridade representada pelo Estado capitalista e passa a ser, a partir de então, condicionado por este, fato que estabelece a necessidade da associação entre Estado e capital como premissa para ultrapassar o domínio da economia nacional. O capital financeiro e monopolista adquire, assim, a característica de ser associado a um Estado (SWEEZY, 1983; LENIN, 1984; BUKHARIN, 1984).

Visto que isso ocorre, portanto, não há como conceber que a projeção do capital para a esfera da economia mundial seja dissociável do funcionamento do sistema político interestatal³⁴. Diante desse condicionamento, a lógica dos capitalismo nacionais se realiza necessariamente como uma contraposição (a identificação do capital com a economia nacional nega a universalidade do processo de acumulação por meio da nacionalização dos ganhos) e como uma associação (a identificação do capital com a economia nacional é o que permite a continuidade do processo de acumulação em escala universal) à lógica universal do capital, e as dinâmicas próprias da economia mundial capitalista representam sínteses dessa associação contraposta.

Podemos supor, portanto, que a associação do capital financeiro monopolista com o Estado no mercado mundial representa uma dessas sínteses e, portanto, uma nova possibilidade de realização da contradição entre ambas lógicas. Vimos que Bukharin (1984, p.117) define a ação competitiva entre os capitais monopolistas associados ao Estado no mercado internacional como o momento no qual “a concorrência alcança seu paroxismo”, o que permite que, com efeito, seja possível conceber a restauração de melhores condições de concorrência e a possibilidade de se realizar o processo de acumulação, de concentração e de centralização do capital no mercado mundial, isto é, a ação da lógica universal do capital em um nível superior.

Exatamente por estarem dispostas condições semelhantes de realização da lógica universal do capital, decorre da sua própria reprodução a ação contraposta da lógica dos

³⁴ “Como na esfera internacional os interesses do capital são direta e rapidamente traduzidos em termos de política estatal, segue-se que tais antagonismos assumem a forma de conflitos entre Estados e, portanto, indiretamente, entre as nações como um todo” (SWEEZY, 1983, p. 235).

capitalismos nacionais. Viu-se que a tendência da lógica universal do capital em termos abstratos é justamente a realização de uma concentração total do capital, na figura de uma empresa e de um banco central global (HILFERDING, 1985; LENIN, 1984). A expansão para o mercado mundial indica, portanto, para as associações monopolistas nacionais, apenas a ampliação de seu espaço de atuação. A crescente concentração e centralização de capital leva ao mesmo acirramento da concorrência que se contrapõe aos interesses do capital financeiro, que teme o prejuízo que decorre das falências de grandes empresas.

Pode-se concluir, portanto, que a certo ponto e levando em consideração as condições conjunturais da reprodução do capital em termos globais, tem-se a formação de acordos entre associações monopolistas originárias de diferentes economias nacionais³⁵. Assim, como afirma Sweezy (1983), a criação de uma unidade empresarial ou bancária global faz-se improvável porque, uma vez garantida as suas sobrevivências no mercado mundial, as grandes empresas nacionais tendem a priorizar a concorrência pelos mercados e a maximização de seus lucros individuais. Nesse sentido, a formação de acordos entre os monopólios financeiros associados aos Estados consiste “[...] em um meio de estabilizar temporariamente uma determinada situação, de forma que todos os membros possam evitar perdas inúteis.” (SWEETZY, 1983, p. 230). Acordos como estes, conforme Sweezy (1983), podem ser rompidos assim que um dos signatários sintam-se suficientemente forte para rompê-lo.

Ademais, viu-se que a projeção do capital nacional para o mercado mundial está necessariamente associada às questões políticas e à figura do Estado. Dessa forma, tem-se a decorrência lógica de que um monopólio mundial deveria estar associado a um Estado mundial. Novamente realiza-se, agora pelo lado da política, a impossibilidade dessa condição. A formação do sistema interestatal moderno remonta a um acordo político realizado entre Estados e decorre desse acordo a limitação do território econômico nacional em termos jurídicos, isto é, da economia nacional. Esse acordo baseia-se em princípios de autodeterminação e assegura a ausência de autoridades políticas superiores, relegando aos Estados em si a garantia do cumprimento das cláusulas que eles mesmos se impõem (ARRIGHI, 1994; WALLERSTEIN, 1995)³⁶.

Dessa forma, na ausência da possibilidade real de uma empresa mundial, de um banco central mundial ou de um Estado mundial, confirma-se a validade prática da condição de

³⁵ O condicionamento à conjuntura – maiores ou menores potenciais de lucro determinam maiores ou menores graus de concorrência – ajuda a explicar alguns acordos relacionados à reprodução do capital em escala mundial. Um exemplo disso é justamente o caso de Bretton Woods.

³⁶ Nesse sentido, qualquer intenção de dominação política mundial torna-se sujeita às opções políticas que os próprios Estados têm de contrabalancear tais pretensões.

anarquia que age sobre a dinâmica intersocial. Essa condição anárquica, portanto, que se aplica à totalidade da realidade intersocial no capitalismo, é o que possibilita, como contrapartida, a manifestação de uma hierarquia entre Estados no que diz respeito à economia mundial capitalista. Importa perceber que tal hierarquia não se faz enquanto oposição à anarquia mencionada, mas sim enquanto complemento, enquanto sua própria negação. Como afirma Arrighi (1994), as condições pelas quais os Estados se relacionam na economia capitalista mundial são marcadas por uma diferença estrutural entre eles, que explica as dinâmicas de poder, isto é, a imposição de certos interesses específicos de alguns Estados sobre os outros. Essa hierarquia entre os Estados na economia capitalista mundial, por sua vez, tem relação fundamental com a noção de desenvolvimento desigual e combinado da força produtiva social do trabalho, a qual encerra a conexão entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais.

Como foi mencionado, qualquer estrutura social hierárquica deve ter origem nas condições impostas pelas relações sociais de produção. Se recuperarmos a ideia de desenvolvimento desigual, tem-se necessariamente que condições diferenciadas de reprodução da força produtiva social do trabalho implicam em diferentes estágios de desenvolvimento em diferentes sociedades, o que possibilita a concepção de uma hierarquia com relação ao grau alcançado pela produção material. Tomando como exemplo o próprio modo de produção capitalista em seu estágio superior, as condições desiguais de acumulação de capital implicam não apenas a concentração e na centralização de capital nas mãos de capitalistas específicos, mas também, se considerada a lógica dos capitalismo nacionais, em condições desiguais de riqueza gerada pelas economias nacionais. As economias nacionais que abarcam o centro dinâmico do capitalismo são aquelas mais capazes de produzir riqueza em seu território ou de garantir, através do Estado, mais condições de produção dessa riqueza em outras economias nacionais (WALLERSTEIN, 1995).

Tem-se, assim, uma hierarquia em que o topo corresponde à economia nacional cuja classe capitalista possui maiores condições de reproduzir tanto a lógica universal do capital quanto a lógica dos capitalismo nacionais. Sua classe capitalista figura, dentre seus pares, como a mais competitiva no mercado mundial e o Estado que a representa tende a atuar no sentido de promover a continuidade dessa condição. Da mesma forma, economias nacionais com menores condições de gerar riqueza tendem a garantir, por meio dos Estados que as representam, políticas direcionadas no sentido de aumentar a capacidade de concorrência dos capitalistas nacionais (HILFERDING, 1985; BUKHARIN, 1984; ARRIGHI, 1994). Como afirma Sweezy (1983), na segunda metade do século XIX, enquanto a Inglaterra, que liderava

o processo de acumulação, defendia o livre comércio generalizado, outros Estados procuravam proteger suas economias como forma de impor-se, em um momento ulterior, de maneira mais competitiva no mercado mundial. Esse foi o caso, por exemplo, da Alemanha e dos Estados Unidos.

O caso apresentado por Sweezy (1983) resume o fato de que se torna possível, por meio da contraposição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, superar as condições de desigualdade de estágios de reprodução da força produtiva social do trabalho que caracterizam certas economias nacionais em períodos históricos específicos. Esse processo, embora represente uma possibilidade, não é simples e tende a obedecer a certos padrões específicos. O exemplo mais emblemático de sua realização é a substituição do topo hierarquia na economia mundial capitalista com a emergência de um novo centro dinâmico de acumulação de capital, que se dá a partir das condições fornecidas pelo centro dinâmico anterior (ARRIGHI, 1994). A conceber o ciclo de acumulação D-M-D' também enquanto um fenômeno sistêmico da economia mundial, Arrighi (1994) propõe a compreensão da fase D-M como épocas de expansão da produção material e da fase M-D' como épocas de expansão financeira. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas fases alternam-se, indicando, respectivamente, períodos de ênfase no capital-mercadoria, isto é, no comércio e na produção, e no capital monetário, ou seja, na exportação de capital. A questão aqui reside no fato de que a fase M-D' corresponde ao momento em que o centro dinâmico do modo de produção, isto é, o topo da hierarquia da economia capitalista mundial, vê esgotar-se a capacidade de expandir os ganhos com a produção e a circulação de mercadorias frente às taxas declinantes de lucro e, assim, dá início a um deslocamento de seu capital para regiões e para setores que apresentem possibilidades mais adequadas de ganhos.

Uma vez que uma economia nacional que se encontra no topo da hierarquia atinge a fase superior de um processo determinado de acumulação de capital em termos mundiais, a tendência à exportação de capital transfere montantes de capital a outras economias nacionais, que podem beneficiar-se desse capital de forma a promover um novo ciclo de acumulação de capital mundial. Surge, ocasionalmente e de acordo com condições históricas específicas, assim, um novo ciclo de acumulação sistêmico que se realiza em outro território econômico, isto é, em outro Estado.

Nesse sentido, fica claro o caráter combinado do desenvolvimento desigual capitalista: o capital realiza sua lógica universal sob os limites que a lógica dos capitalismo nacionais lhe impõe, isto é, procurando dentro das economias nacionais as melhores condições de reprodução para instauração de seu centro dinâmico e, posteriormente, irradiando-se na tentativa de dar

continuidade a esse processo em outros locais. Quanto mais amplo é esse processo, ou seja, quanto maior o fluxo de capital e maior o território econômico que o capital atinge, maior o grau de combinação do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista.

Chega-se, assim, a duas conclusões. A primeira é que o desenvolvimento desigual e combinado encerra, no capitalismo, a sua própria contradição. A desigualdade material que se origina das diferentes condições de reprodução da força social do trabalho encontra, no estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo, sua possibilidade de superação graças à crescente interdependência da produção social, isto é, por meio do alto grau de combinação de padrões de desenvolvimento. Essa superação, não obstante esteja fundamentada a partir da lógica universal do capital, isto é, na necessidade de acumulação em escala mundial, também se encontra condicionada à lógica dos capitalismo nacionais e realiza-se, por conseguinte, com relação às economias nacionais. Nesse sentido, a própria possibilidade superação de diferentes estágios de desenvolvimento por meio de um alto grau de combinação, isto é, através da economia mundial capitalista, acaba promovendo, em última instância, a continuidade do processo de desenvolvimento desigual. Pode-se afirmar, assim, que o desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo é a expressão que resume a oposição entre a lógica universal do capital e da lógica dos capitalismo nacionais.

Em segundo lugar, tem-se que as formas assumidas pelo desenvolvimento desigual e combinado no primeiro capítulo podem, agora, ser qualificadas. O amálgama das estruturas sociais passa a remeter à coexistência de diferentes formas de capitalismo nacionais (e regionais), moldados pelas condições históricas específicas de sua realização em um determinado local. A partir da exportação de capital e do processo de integração mercantil e produtiva em termos globais, tem-se que o capital sai do centro dinâmico em direção às outras partes da economia mundial, entra em choque com as estruturas existentes naqueles locais e promove a instauração da lógica de acumulação de capital. Como resultado, formam-se economias nacionais que apresentam diferentes estágios de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, mas que se conectam a partir da lógica universal do capital³⁷.

A partir disso, o privilégio do atraso desponta exatamente como a contraposição das economias nacionais à hierarquia da economia mundial capitalista e às condições desiguais de

³⁷ Considera-se, aqui, a importância da crítica de Mandel (1982) ao entendimento de economia mundial capitalista defendida por Bukharin (1984). Não obstante ambos tenham visões similares, Mandel (1982) ressalta a importância de considerar a economia mundial capitalista não apenas por economias nacionais totalmente capitalistas, mas também tidas como semicapitalistas ou pré-capitalistas.

reprodução da força social do trabalho sob o capital. O privilégio do atraso deriva justamente da contradição que a exportação de capital carrega, qual seja, a possibilidade de certas sociedades apropriarem-se da trajetória de desenvolvimento realizadas por outras sociedades. Além de mostrar o processo de transformação das estruturas sociais a partir do contato com a fronteira do progresso técnico carregada pelo capital exportado, o privilégio do atraso também remete às condições que a exportação de capital proporciona no sentido de promover novos ciclos de acumulação de capital e está, portanto, associado a alterações na hierarquia da economia mundial (ARRIGHI, 1994).

Finalmente, pode-se conceber o chicote da necessidade externa como o atributo que remete diretamente às questões políticas da dinâmica global do capitalismo. No que diz respeito à acumulação de capital, a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais encerra-se no papel desempenhado pelo Estado. Nesse sentido, ele é não apenas fundamental para impor os interesses de uma economia nacional sobre as outras, mas também para garantir que, em termos universais, estejam asseguradas as melhores condições possíveis para a acumulação de capital. Por meio do Estado, portanto, o chicote das necessidades externas se realiza pelo dilema entre adequar-se às condições dominantes de reprodução do capital em escala mundial ou estar sujeito às pretensões de capitais estrangeiros e de seus Estados no sentido de ampliar a sua própria acumulação. Tem-se, assim, a relação do chicote das necessidades externas tanto com a prática da guerra imperialista, quanto com a generalização do Estado enquanto unidade política fundamental do modo de produção capitalista e, portanto, com a afirmação do sistema interestatal.

5 DINHEIRO E MOEDA EM MARX: A CONEXÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL

Se o dinheiro é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? (MARX, 2010, p. 159).

Identificou-se, nos capítulos anteriores, a economia mundial capitalista como a totalidade das relações intersociais de produção; o sistema político interestatal como a forma de organização das macrounidades políticas nesse contexto; o internacional como uma forma específica do espaço de relações intersociais; e o desenvolvimento desigual e combinado como o fundamento que conecta e fornece movimento a tais concepções. Assim sendo, da totalidade que representa a realização do modo de produção capitalista em termos mundiais associado à figura do Estado como macrounidade política, tem-se o ponto de partida para uma análise mais dirigida e racionalizada de certos elementos específicos que caracterizam a dinâmica internacional, isto é, para que seja possível analisar separadamente as partes desse todo, sem que seja necessário abstrair de sua existência enquanto tal. Este capítulo e o capítulo seguinte apresentam-se, portanto, como uma instrumentalização dos argumentos desenvolvidos até então no que diz respeito ao entendimento do sistema monetário internacional.

5.1 Prolegômeno: o sistema monetário internacional como objeto de estudo

Ao envolver interações entre diversas sociedades organizadas em diferentes Estados, o conceito de sistema monetário internacional (SMI) remete à diversidade das relações intersociais próprias ao modo de produção capitalista – política interestatal, acumulação de capital, direito internacional – que tornam o seu estudo relevante para o trabalho em questão. Em outras palavras, a escolha do SMI como o objeto de estudo não se dá por motivos casuais, mas sim porque se acredita que ele é uma representação emblemática da interconexão entre diversas formas das relações intersociais em um determinado período específico.

De certa forma, assim como se observou no primeiro capítulo, a própria literatura de EPI tende a reconhecer esse caráter complexo do SMI, inclusive endereçando a dificuldade de relacionar fatores políticos e econômicos como um dos problemas fundamentais da disciplina no que diz respeito a este objeto de estudo (COHEN, 1998, 2013; GILPIN, 2001). O problema é que, ao focarem seus esforços na discussão sobre a dinâmica de poder que emerge da interação entre Estados e agentes do capital, tais abordagens dificilmente respondem às questões de como

e por que a moeda também pode ser entendida como um instrumento analítico nessa perspectiva. Mesmo aquelas que a fazem, no entanto, acabam encontrando dificuldades nesse sentido. Por exemplo, ao associar o SMI ao exercício da soberania política, Cohen (1998, 2008a) omite ou ao menos reduz a conexão da moeda com a circulação de mercadorias. Por mais que haja o reconhecimento de que as bases para o entendimento da moeda reside nas relações sociais econômicas, não há em sua argumentação qualquer indicativo que associe a moeda às leis imanentes da circulação, isto é, ao funcionamento do mercado mundial, sem que haja necessariamente sua conexão com o Estado. É como se a moeda, quando projetada ao âmbito internacional, tivesse sua importância econômica reduzida frente à projeção da soberania política, mesmo que tenha rompido com a delimitação territorial representada pela figura do Estado.

É justamente a partir desse ponto que a argumentação aqui apresentada sustenta-se novamente como uma crítica às abordagens convencionais da EPI. Tendo como base a concepção de dinheiro em Marx (1982, 1983), sugere-se que o problema do argumento de Cohen (1998) é essencialmente teórico-metodológico. Ao considerar a moeda da forma como faz, o autor não identifica o caráter dual da categoria dinheiro, que se associa às leis imanentes da circulação enquanto medida dos valores, meio de circulação e dinheiro de fato, mas que também está conectado ao Estado, quando assume a forma de padrão dos preços, signo do valor e meio de pagamento. Ademais, não há em Cohen (1998), como não poderia deixar de ser, o reconhecimento da contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais como condicionante da circulação mundial de mercadorias e de dinheiro. No momento em que se considera a importância dessa contradição, tem-se que a figura do Estado não se encontra mais desconectada do funcionamento da economia mundial capitalista. Pelo contrário, ele aparece, como vimos nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo como promotor da lógica universal do capital – ao permitir a expansão mundial da acumulação – e da lógica dos capitalismo nacionais – ao atuar como limite ao fluxo de mercadorias e dinheiro e potencial instrumento de utilização para as classes capitalistas nacionais.

A explicação dos fundamentos e das consequências dessa hipótese consiste no objeto a ser tratado a seguir, o que torna inviável, portanto, uma apreciação detalhada do conceito de SMI de forma antecipada. Todavia, deve-se esclarecer que o termo empregado não se desconecta de toda a trajetória percorrida por este trabalho até então. Em primeiro lugar, tem-se que a adoção do termo “sistema” remete à interpretação proposta por Celso Furtado (1964, p. 15), para quem há uma diferença fundamental entre um todo e um sistema. Enquanto o primeiro representa a consideração empírico-dedutiva da interdependência de vários fenômenos

que antecede uma análise propriamente dita, o segundo remete à identificação exata do conjunto de relações que motiva a interdependência das partes em questão. Em certo sentido, Furtado (1964) procura apenas garantir a conexão do processo científico com as bases sociais previstas em Marx, fazendo a ressalva de que a confusão entre a totalidade e os sistemas que a constituem representa um erro metodológico considerável.

Decorre dessa definição o tratamento do termo “monetário”, o qual, como se verá posteriormente, diz respeito não apenas à forma moeda, mas à própria condição do dinheiro enquanto equivalente geral universal. Tendo por base a obra de Marx (1982, 1983), a expressão sistema monetário remete à metamorfose entre dinheiro e mercadoria como formas específicas do valor, ao ambiente em que se torna possível analisar esse fluxo de valor a partir dessas categorias específicas¹.

Por fim, tem-se o termo “internacional”, que, seguindo a discussão do primeiro capítulo, representa a forma do ambiente de relações intersociais que se manifesta sob o funcionamento do modo de produção capitalista. Assim, o termo indica que o SMI é um fenômeno cuja existência concreta é temporalmente definida pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Isso não significa que não tenha havido outros sistemas monetários anteriores à vigência do modo de produção capitalista, apenas que, ao ser considerado a partir desta forma e, portanto, com base em um momento histórico específico, o SMI diz respeito ao Estado nacional moderno e à acumulação de capital mundial. Ademais, porque remete ao Estado e ao capital, a forma do internacional já é resultado da conexão entre política e economia, a qual precisa ser entendida para a completa realização da reinterpretação proposta.

5.2 A categoria dinheiro e as suas funções

A primeira etapa rumo a uma reinterpretação lógico-histórica do SMI a partir do materialismo histórico passa necessariamente pelas considerações de Marx (1982, 1983) acerca da categoria dinheiro e de suas funções. Importa esclarecer que a intenção não é promover uma discussão teórica profunda acerca do dinheiro e da moeda em Marx, embora se tenha consciência de que o tema suscita divergências relevantes (BRUNHOFF, 1978)². Nesse caso, abre-se mão desses debates na tentativa de assimilar a questão do dinheiro e da moeda sob uma

¹ O capítulo mostra também a impossibilidade de separar a questão das finanças e do crédito no que diz respeito ao SMI. Esse ponto, todavia, mesmo que importante para compreender o SMI no modo de produção capitalista, não corresponde ao foco da discussão aqui desenvolvida.

² Para uma análise mais detalhada acerca do conceito de dinheiro em Marx, ver Paulani (1991).

perspectiva mais ampla, de compreensão das relações monetárias na economia mundial capitalista.

É preciso, no entanto, esclarecer de antemão a importância em se considerar dinheiro e moeda como termos fundamentalmente distintos, que não devem ser utilizados de maneira intercambiável. Enquanto o dinheiro pode ser entendido de maneira abstrata a partir de sua relação com o valor e sua existência como mercadoria, a moeda não passa de um signo, de uma institucionalidade que depende de regras impostas pelas macrounidades políticas (MARX, 1983). Adianta-se, assim, que as concepções de dinheiro e de moeda se amalgamam e aparecem, na realidade histórica, como partes de uma mesma estrutura, a categoria dinheiro. É por isso que o SMI, ao remeter às relações monetárias internacionais não pode, por conseguinte, ser entendido senão a partir dessa dualidade. Tal fato não é difícil de justificar: dinheiro e moeda remetem ambos à categoria valor; e as relações monetárias são, sob uma ótica específica, expressões da troca de mercadorias e logo de trabalho humano.

5.2.1 A dualidade dinheiro-mercadoria e a função medida dos valores e padrão dos preços

Assim como outros conceitos tratados neste trabalho, o dinheiro pode ser entendido em Marx (1982, 1983) como uma categoria de análise, uma abstração derivada das relações sociais concretas cuja compreensão completa só se torna possível diante de certas condições reais de desenvolvimento das forças produtivas, nesse caso, expressas no modo de produção capitalista³. Por isso, Marx (1983) menciona que o dinheiro já existia como componente real das interações que competem às sociedades humanas, mas que seu significado completo só ficou evidente no capitalismo, quando a troca se tornou a motivação da produção material e, conseqüentemente, quando a mercadoria passou a resumir a ação do trabalho social útil.

Não por acaso, portanto, a análise de Marx (1982, 1983) explica o dinheiro a partir da consideração da própria mercadoria. Resumidamente, tem-se que o dinheiro é uma mercadoria e, como mercadoria-dinheiro, nega seu caráter particular justamente para funcionar como forma equivalente de todas as outras mercadorias, ou seja, como dinheiro. A explicação desse processo, que permite identificar como uma mercadoria se torna equivalente geral, está associada à primeira função do dinheiro mencionada, a medida dos valores. Tratemos, então,

³ Justamente por isso – e, portanto, na contramão da ordem seguida por Marx (1983) – embora tenham sido feitas diversas referências ao dinheiro ao longo deste trabalho, evitou-se promover seu escrutínio. Assumiu-se, para tanto, que uma compreensão ampla de seu papel na economia capitalista – a qual se busca aqui – só seria possível após a assimilação do funcionamento do modo de produção em questão, bem como das contradições que o caracterizam.

de esclarecer simultaneamente a dualidade mercadoria-dinheiro e a função do dinheiro enquanto medida dos valores.

A análise do dinheiro em Marx (1983) se dá por meio do modelo da economia mercantil simples, isto é, do ciclo M-D-M. A condição básica que rege tal ciclo é que duas mercadorias de mesmo valor são trocadas, nesse caso, por intermédio do dinheiro. A partir de então, tem-se a venda (M-D) e a compra de mercadorias (D-M), que representam, respectivamente, a troca de mercadoria por dinheiro e a troca de dinheiro por mercadoria. Importa perceber que tais etapas remetem, essencialmente, a uma única ação - o intercâmbio de mercadorias (M-M) - em que se verifica a troca entre duas mercadorias de mesmo valor. Essa relação fica mais clara quando se retoma a questão do valor mencionada ao longo do primeiro capítulo. Viu-se que a troca ocorre na medida em que as mercadorias tornam-se comensuráveis a partir de seu valor, que, ao exprimir uma relação quantitativa, permite a equivalência de diferentes valores de uso que competem às diversas mercadorias. Nesse sentido, as mercadorias podem ser comparadas de forma generalizada, uma vez que são resultado de horas de trabalho abstrato objetivado. É somente a partir dessa possibilidade de equiparação entre as mercadorias que se torna possível derivar a categoria dinheiro.

Através de processos sociais específicos que remetem à circulação de mercadorias, uma dessas mercadorias assume a posição de medida dos valores referente a todas as outras. Isso significa que o conjunto das mercadorias de uma sociedade passa a ter seus valores expressos na figura de uma única mercadoria, que então nega seu próprio caráter de mercadoria, isto é, abre mão de seu valor de uso específico, para servir como representante dos valores de todas as outras mercadorias. Essa mercadoria particular deixa, portanto, de ser mercadoria para tornar-se dinheiro. O dinheiro é, assim, uma mercadoria (MARX, 1982, 1983).

Marx (1982, 1983) exemplifica esse processo ao considerar a função desempenhada pelos metais preciosos, em especial o ouro. Por suas especificidades naturais, o ouro é a mercadoria socialmente designada para cumprir a função de equivalente de outras mercadorias e, portanto, de medida dos valores de todas essas mercadorias multilateralmente. É importante perceber que tal condição do ouro só ocorre na esfera da circulação. Para além desse momento específico, a mercadoria-dinheiro pode retomar seu caráter real de mercadoria, seu valor de uso. Fora da circulação, por exemplo, o ouro continua garantindo a possibilidade de satisfazer valores de uso específicos, como a fabricação de artigos de luxo (MARX, 1983).

Conforme Marx (1982, 1983), todavia, o desafio não consiste em enxergar que o dinheiro é também uma mercadoria, mas sim compreender que, ao mesmo tempo, a mercadoria é dinheiro. Vimos que o dinheiro é mercadoria e que a mercadoria é uma forma específica do

valor. Tem-se, assim, que o dinheiro deve ser necessariamente uma forma específica do valor, o que permite compreender que mercadoria também é dinheiro. Sendo ambos portanto derivados do trabalho humano abstrato, tanto o dinheiro quanto a mercadoria realizam-se, dessa maneira, como formas de manifestação do valor. Por isso, não importando a forma concreta que assume, o dinheiro deve não apenas manifestar o valor das mercadorias e servir socialmente como expressão quantitativa dessas mercadorias, mas também, para que isso ocorra, deve ser fruto do trabalho humano abstrato e, portanto, ter um valor próprio. É só por isso que ele pode expressar sua grandeza de valor com relação a outras mercadorias⁴.

Pode-se afirmar, todavia, que dinheiro não é apenas uma mercadoria. Enquanto tal, ele é tempo de trabalho abstrato objetivado, possui valor, e assume a posição de equivalente geral de todas as outras mercadorias. Em termos concretos, no entanto, o dinheiro não pode servir como equivalente geral senão como uma forma abstrata que, para ser equivalente geral dos valores de todas as outras, nega seu próprio valor de uso enquanto mercadoria (MARX, 1982, 1983). Não é necessário que se tenha o dinheiro para que se possa imaginar o valor de uma mercadoria com relação a esse dinheiro. A equivalência de valores ocorre por meio da realização de uma “forma somente ideal ou imaginária”, a qual configura o preço, ou “a forma monetária das mercadorias” (MARX, 1983, p. 88). Como medida dos valores, portanto, o dinheiro é, simultaneamente, mercadoria e expressão ideal do valor, isto é, preço⁵:

O valor de ferro, linho, trigo, etc., embora invisível, existe nessas coisas mesmas. Ele é imaginado por sua igualdade com ouro, uma relação com o ouro que, por assim dizer, só assombra suas cabeças. [...] Como a expressão dos valores das mercadorias em ouro é ideal, aplica-se nessa operação também somente ouro ideal ou imaginário. Cada guardião de mercadorias sabe que ainda está longe de dourar suas mercadorias, quando dá a seu valor a forma de preço ou forma ouro imaginária e que ele não precisa de nenhuma migalha de ouro real para avaliar, em ouro, milhões de valores mercantis. Em sua função de medida de valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal (MARX, 1983, p. 88).

Essa condição imaginária do dinheiro indica que as mercadorias passam, a partir de então, a serem consideradas apenas como quantidades diversas de ouro em termos ideais. O peso do ouro determina grandezas de metal, que podem ser fracionadas ou concatenadas de

⁴ “Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro pode expressar sua própria grandeza de valor apenas relativamente em outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e se expressa naquele quantum de qualquer outra mercadoria em que está cristalizado o mesmo tempo de trabalho. Essa constatação de sua grandeza relativa de valor ocorre em sua fonte de produção, por meio da troca direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado” (MARX, 1983, p.84).

⁵ “O valor de troca das mercadorias assim expresso como equivalência geral e ao mesmo tempo como grau dessa equivalência em relação a uma mercadoria específica ou expresso ainda numa só equação ligando as mercadorias a uma mercadoria específica é o preço, O preço é a forma transformada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação.” (MARX, 1982, p.56).

forma a expressar diferentes quantidades, formando um padrão de medidas. Todavia, somente quando uma autoridade política – no caso, o Estado nacional – determina e impõe arbitrariamente uma quantidade fixa de ouro que passa a servir como unidade de conta de referência para todas as mercadorias, é que o padrão de medidas funciona efetivamente como padrão dos preços. Decorre, assim, da medida de valor, uma função associada que se diferencia dela mesma, o padrão dos preços:

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É a medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um quantum de ouro, e não o valor de um quantum de ouro no peso do outro. Para o padrão dos preços, determinado peso de ouro tem de ser fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandeza de mesma denominação, a estabilidade das relações de medida de grandeza torna-se decisiva. Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo quantum de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável. (MARX, 1983, p. 89).

Como afirma Brunhoff (1978), a diferenciação entre valor e preço não oferece prejuízo sobre a capacidade do dinheiro de servir como medida dos valores, tampouco como padrão dos preços. A explicação da validade do argumento reside na própria dualidade mercadoria-dinheiro: por um lado, há a comparação entre valores, a comensurabilidade relacionada ao tempo de trabalho socialmente necessário objetivado e, portanto, sua atuação enquanto medida dos valores; por outro, a mercadoria-dinheiro serve enquanto unidade de conta, convenção socialmente determinada de um padrão de preços que deve ser, ainda, sancionada oficialmente pelo Estado.

5.2.2 *A função meio de circulação: a metamorfose das mercadorias e a circulação do dinheiro*

Antes de tratarmos da função do dinheiro enquanto meio de circulação, importa atentar para o cuidado que se deve ter ao conceber as funções do dinheiro em Marx (1982, 1983). De acordo com Brunhoff (1978), o tratamento marxiano do dinheiro indica uma teoria própria acerca dessa categoria em sua totalidade, o que pressupõe que qualquer tratamento independente ou desconexo das funções do dinheiro apresenta riscos de negligenciar a

relevância de uma explicação lógico-histórica do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, seria possível identificar na descrição de Marx (1982, 1983) acerca das funções do dinheiro, uma conexão direta com as etapas de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Com efeito, a proposição de Brunhoff (1978) parece ter sentido na medida em que a apresentação das funções do dinheiro parece estar em consonância com a própria estrutura de *O Capital*: ao mesmo tempo em que uma economia mercantil simples transforma-se gradativamente em uma economia tipicamente capitalista, o dinheiro parte de sua simples compreensão enquanto medida de valores para ser entendido, posteriormente, como instrumento de entesouramento e meio de pagamento, relacionando-se, portanto, à produção, ao crédito e à acumulação de capital.

Essa reflexão aparece como ponto de partida para o entendimento da função de meio de circulação e das demais funções. O dinheiro, para realizá-las, depende das condições estabelecidas pela sua função de medida dos valores, que, ao mesmo tempo, precisa da ação do dinheiro como meio de circulação para realmente tornar-se efetiva. Em outras palavras, tem-se que mesmo estabelecido o potencial de atuação do dinheiro enquanto medida dos valores por meio de um padrão de preços específico, é apenas a troca de mercadorias que efetiva essa relação, isto é, ela ocorre somente se o dinheiro atua como intermediário real dessas mercadorias. A função de meio de circulação, dessa forma, só existe porque o dinheiro é equivalente geral, mas é ela quem realiza essa equivalência, isto é, torna-a uma experiência concreta verificável. Caso contrário, o dinheiro enquanto medida dos valores seria apenas uma condição abstrata (BRUNHOFF, 1978). Isso significa afirmar que, na medida em que ocorrem a compra e a venda de mercadorias em troca de peças de ouro, aquilo que antes constituía uma concepção ideal de equivalência expressa em preços torna-se realidade, uma transformação efetiva das mercadorias em pesos de ouro. Essa concretização dos preços no ato social da troca fornece condições para o desenvolvimento de uma economia mercantil.

É nesse sentido que se faz compreensível o processo de metamorfose das mercadorias. Tomemos um objeto qualquer que, por não satisfazer as necessidades de seu detentor, é lançado à esfera da circulação para satisfazer as necessidades específicas de outro indivíduo, tornando-se mercadoria. Ao invés da troca ocorrer a partir do choque direto entre dois valores de uso que serão imediatamente realizados fora da circulação através do consumo, o dinheiro enquanto representação geral dos valores das mercadorias permite que haja uma separação entre processos de venda e de compra de mercadorias. Nesse sentido, o dinheiro aparece sempre como meio de compra, equivalente geral universal detido pelos compradores; enquanto que a mercadoria aparece como objeto vendável, a ser trocada por dinheiro. Tem-se, assim, que todo

o detentor de mercadorias deve se confrontar com possuidores de dinheiro, ato que encerra, necessariamente, a contradição interna ao processo de circulação: no ato social da troca, pelo lado do vendedor, a mercadoria é vendida por dinheiro (M-D) e, pelo lado do comprador, o dinheiro é utilizado para comprar a mercadoria (D-M). A mercadoria, então, se transforma em dinheiro e, simultaneamente, o dinheiro também se transforma em mercadoria; o ato de vender consiste, assim, ao mesmo tempo, no ato de comprar. O dinheiro atua, portanto, no sentido de dinamizar os valores de uso das mercadorias e seu movimento se dá apenas como expressão desse processo de circulação (MARX, 1983).

Por um lado, a utilização do dinheiro não implica qualquer alteração essencial no objetivo do ato social do intercâmbio, uma vez que ele continua sendo a satisfação das necessidades dos detentores de mercadorias por meio dos valores de uso. Por outro lado, todavia, a circulação de mercadorias mostra a existência latente de uma circulação de dinheiro que decorre do próprio processo de metamorfose das mercadorias. Essa circulação de dinheiro, como se viu, permite a separação dos atos de compra e venda e concede ao valor materializado na forma dinheiro uma característica específica. Ele adquire capacidade de realizar um movimento particular de saída e de reentrada no processo de circulação, estando sujeito às circunstâncias apresentadas aos seus detentores: “A mercadoria, que nas mãos de seu dono não era valor de uso, existe agora numa forma perfeitamente utilizável, porque é uma forma permanentemente mutável [...] Seu estado de crisálida de ouro constitui um período autônomo de sua vida, no qual pode demorar-se um tempo maior ou menor [...]” (MARX, 1982, p.72). Tal prerrogativa indica, na análise de Marx (1982, 1983), o aparecimento do dinheiro não mais como medida do valor nem como meio de circulação, mas como dinheiro de fato (BRUNHOFF, 1978). Isso significa, em termos mais claros, a reconsideração do modelo até então trabalhado. Deixa-se de lado o ciclo da mercadoria – o processo M-D-M – para se considerar o ciclo do dinheiro, D-M-D, que apresenta as bases do funcionamento do modo de produção capitalista.

5.2.3 *A função meio de circulação: a moeda e a economia nacional*

Antes de analisar a função dinheiro de fato, é preciso atentar para a conexão específica entre dinheiro e moeda, que fica evidente a partir da ação do dinheiro enquanto meio de circulação. A moeda representa, em Marx (1982, 1983), um signo do valor expresso pelo dinheiro, uma forma específica assumida pelo dinheiro na circulação. Assim como acontece com a função de medida de valores, da qual decorre o padrão de preços fundamentado na figura do ouro; da função do dinheiro como meio circulante decorre a figura da moeda, uma forma do

ouro especificamente relacionada ao processo de circulação de mercadorias. Este exige que diferentes pesos de ouro – que vimos serem definidos pelo padrão de preços – assumam uma forma concreta em diferentes peças de ouro, as quais devem possuir denominação idêntica à quantidade de ouro que representam como prerrogativa para servir enquanto meio legítimo de circulação.

O problema central dessa obrigatoriedade é que, como afirma Marx (1983), ela encontra seu próprio esfacelamento no processo de circulação. Na medida em que uma moeda de ouro representativa de um peso específico entra em circulação, ela torna-se inevitavelmente sujeita ao desgaste material, tendo seu peso progressivamente reduzido, não obstante a representação fixada do peso em questão. Há, como decorrência desse processo, uma divergência entre o peso expresso nas moedas de ouro (uma libra, por exemplo) e seu peso de fato (2/3 de libra, por exemplo), que é reduzido em relação ao peso original como resultado do desgaste causado pela circulação efetiva. Tem-se, assim, o que Brunhoff (1978) trata como o início do processo de desmaterialização do dinheiro e o que Marx (1983, p. 108) indica como a dissociação do “conteúdo real do conteúdo nominal” da forma moeda, isto é, a progressiva transformação da moeda em um símbolo de valor, que é realizada a partir da substituição do peso de ouro por moedas representativas de outros metais quaisquer:

Uma moeda de ouro, que na circulação vale $\frac{1}{4}$ de onça, quando na realidade só pesa $\frac{1}{5}$, tornou-se de fato mero sinal ou símbolo para $\frac{1}{20}$ de onça de ouro, e desse modo, pelo próprio processo de circulação, todas as moedas de ouro ficam mais ou menos transformadas em mero sinal ou símbolo de sua substância. Mas uma coisa não pode ser seu próprio símbolo. [...]. Mas já que o ouro se transforma em símbolo de si mesmo, e, por outro lado, não pode ser símbolo de si mesmo, nas áreas da circulação em que se gasta mais rapidamente, isto é, nas áreas onde compras e vendas em pequenas proporções são constantemente renovadas, adquire um modo de ser simbólico, de cobre ou de prata, separado de seu modo de ser de ouro. [...] Esses meios de circulação subsidiários, fichas de prata ou de cobre, por exemplo, representam dentro da circulação determinadas frações da moeda de ouro. Seu próprio conteúdo em prata ou em cobre não é, por conseguinte, determinado pela relação de valor da prata e do cobre com o ouro, *mas é fixado arbitrariamente pela lei* (MARX, 1982, p. 84, grifo nosso).

Vejamos as implicações da argumentação realizada a partir de dois pontos relevantes. O primeiro diz respeito ao caráter inevitável da desmaterialização do dinheiro. Como afirma Marx (1982, 1983), não há como evitar que, ao longo do processo de circulação, o ouro que figura como padrão dos preços e equivalente geral das mercadorias deixe, a partir de sua própria atuação como meio circulante, de ser um equivalente verdadeiro das mercadorias das quais manifesta os preços. A moeda surge como representação direta e imediata dos pesos definidos pelo padrão dos preços, mas torna-se cada vez menos associada à figura do ouro inicialmente

concebida; transforma-se em um mero símbolo, seja a partir da substituição das peças de ouro por peças de outros metais, seja pela própria inserção de bilhetes de papel, que revelam plenamente, de acordo com Marx (1983, p. 108), “o caráter puramente simbólico” da moeda. É importante perceber, todavia, que esse caráter simbólico da moeda não existe a não ser por sua existência enquanto signo de ouro, isto é por sua relação, em primeira instância, com o valor real das mercadorias, idealizado nos preços:

A moeda papel é o signo de ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel. Somente na medida em que representam quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor (MARX, 1983, p. 109).

Dessa forma, a moeda em Marx (1982, 1983) não pode ser concebida como uma exterioridade do processo de circulação; ela deriva diretamente de sua conexão com o dinheiro enquanto meio de circulação, que encerra as funções do dinheiro enquanto medida dos valores e padrão dos preços. Como categoria específica, portanto, a moeda pode ser resumida por meio da seguinte contradição: por um lado, ela não possui valor, porque é um mero símbolo de representação do dinheiro; por outro lado, justamente por ser um símbolo do dinheiro, a moeda conecta-se a ele em primeira instância e, dessa forma, representa o valor ideal das mercadorias com relação ao ouro.

É importante explicar, todavia, porque o processo de circulação de mercadorias, apesar de estar na origem do caráter simbólico da moeda, não consegue endereçar a totalidade da existência de tal categoria no que diz respeito à realidade histórica. Marx (1982, 1983) destaca o fato de que, assim como o padrão dos preços é arbitrariamente imposto pelo Estado, a determinação da moeda enquanto forma do dinheiro na circulação passa pela cunhagem, uma atividade igualmente controlada pelas macrounidades políticas em geral. Isso não significa, no entanto, que a moeda surge a partir da ação do Estado moderno, muito embora seu caráter político e local possa ser historicamente percebido. Como Marx (1982) detalha a partir da experiência na Rússia Imperial, a ação do Estado se dá na centralização da cunhagem nas macrounidades políticas, o que aparece como um ato posterior ao desenvolvimento de uma mercadoria como equivalente geral e mesmo de sua própria substituição por símbolos de valor⁶.

⁶ “Na época em que couros e peles serviam de dinheiro neste país, a contradição desse material perecível e pouco manejável com sua função de meio de circulação criou o hábito de substituí-lo por pedacinhos de couro timbrados, que conforme as indicações eram pagáveis em couro ou peles. Mais tarde tornaram-se, sob o nome de copeques, meros sinais para as frações do rublo de prata, uso que manteve regionalmente até 1700, quando

Assim, à medida que se desenvolveu a circulação de mercadorias e, com ela, o processo de desmaterialização do dinheiro, as macrounidades políticas manifestaram pelo menos duas ações distintas com relação à circulação de moedas. Em primeiro lugar, pode-se destacar a imposição de um limite de desgaste para as peças de ouro, as quais eram impedidas de circular e declaradas ilegítimas de acordo com a lei: “[...] a legislação procura impedir que se perpetue como moeda, estabelecendo sua aposentadoria a partir de um determinado grau de falta de sua substância. Segundo as leis inglesas, por exemplo, um soberano que tenha perdido peso superior a 0,747 de grão não é mais um soberano legal.” (MARX, 1982, p. 84). Nesse ponto, Marx (1982) observa que o próprio desgaste das peças monetárias de ouro indica, em termos gerais, a necessidade de delimitação de espaços de circulação determinados, uma vez que esta restringe a rapidez com que esse desgaste ocorre. Tem-se, assim, a oficialização dos espaços nacionais de circulação monetária, submetidos a um território e a uma unidade política específica.

É complementar a isso, por conseguinte, a ação do Estado no sentido de assegurar a autoridade sobre a emissão do símbolo monetário, isto é, sobre a quantidade e o curso da moeda circulante, como fica claro na existência do papel moeda de curso obrigatório. Como afirma Marx (1982), tal prerrogativa do Estado aparenta representar, erroneamente, uma subversão do funcionamento das leis da circulação de mercadorias; isto é, aparece como uma preponderância da ação política sobre o próprio desenvolvimento das relações sociais de produção. Todavia, ao contrário do que parece, o Estado não conquista, a partir da restrição da circulação e da autoridade sobre a emissão e sobre o curso forçado da moeda, a capacidade de produzir dinheiro e de superar o comportamento imanente da circulação de mercadorias. Na verdade, as leis da circulação encarregam-se de cooptar a moeda de curso forçado no momento em que esta entra em seu domínio, fazendo valer os mecanismos sociais de reprodução do fluxo de mercadorias e de dinheiro:

É certo que pode lançar para a circulação a quantidade de notas que quiser, com os nomes monetários que lhe aprouver, mas todo seu controle termina nesse ato meramente mecânico. Uma vez absorvido pela circulação, o sinal de valor ou a moeda-papel cai sob o domínio de suas leis imanentes. Se a soma do ouro necessária para a circulação de mercadorias fosse de 14 milhões de libras esterlinas e o Estado lançasse à circulação 210 milhões notas com o nome de 1-libra-esterlina, esses 210 milhões seriam transformados em representantes de ouro num montante de 14 milhões de libras esterlinas (MARX, 1982, p. 89).

Tem-se, dessa forma, uma nova conclusão acerca da forma expressa pela moeda em sua manifestação concreta. Por um lado, ela remete ao dinheiro, à circulação de mercadorias e

Pedro, o Grande, ordenou sua substituição por pequenas moedas de cobre emitidas pelo Estado” (MARX, 1982, p. 87).

independe de qualquer condição política para existir. Por outro, entretanto, ela existe como símbolo juridicamente subjugado à autoridade política do Estado, que detém não apenas o poder de limitar a sua circulação, mas também de promover sua emissão. Assim como enquanto símbolo, a moeda enquanto objeto de ação política do Estado não existe organicamente, isto é, precisa das condições engendradas pelo processo de circulação e pela existência do dinheiro enquanto meio de circulação e medida dos valores. Isso não significa, todavia, que ela não desempenhe, como moeda, um papel político autonomamente manifestado a partir de sua relação com o Estado:

Tomemos: 1° a moeda: em sua origem, não é nada além de uma certa fração de peso de ouro; a sua cunhagem aparece como garantia, como denominação do peso, e, como tal, portanto, ainda não a modifica. É o mecanismo próprio da circulação que, de certa forma, metamorfoseia a substância desse traço que é a forma moeda, isto é, a indicação de seu valor – o signo, o símbolo promovido à autonomia em relação a este valor; aqui intervém o Estado, uma que vez que tal símbolo deve necessariamente ser garantido pelo poder que se tornou autônomo da sociedade: o Estado. Mas, na verdade, é enquanto dinheiro, enquanto ouro e prata, que o dinheiro tem um papel na circulação; ser moeda é, a princípio, simplesmente uma de suas funções. Nessa função, ele se distingue e pode se sublimar em puro signo de valor, que então tem necessidade de ser reconhecido legalmente e cujo reconhecimento deve poder ser legalmente imposto (MARX, 1972, p. 171, tradução nossa)⁷.

É nesse sentido, portanto, que Marx (1982, p. 82, 1983) caracteriza o dinheiro na forma moeda como um elemento de “caráter local e político”, conectado a esferas de circulação nacionais distintas. Estas, por sua vez, se distinguem “[...] da circulação geral do mundo das mercadorias”, que soa, nesse caso, como um fenômeno universal, independente das delimitações nacionais. Para Brunhoff (1978), portanto, é diante dessas pontualidades da teoria marxiana que se pode inferir, mesmo do pouco que foi tratado por Marx, uma relação entre moeda e poder social, isto é, enxergar a apropriação e a utilização do dinheiro na forma moeda como fonte de poder político. É importante ter em mente que é o caráter essencial do dinheiro que fornece à forma moeda um potencial político: como equivalente geral, ele emana um potencial econômico de estar sujeito à mobilização e à conversibilidade no que diz respeito a qualquer mercadoria; de poder ser entesourado e estar disposto à utilização em um momento

⁷ Esse trecho não se encontra na versão brasileira de *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1982). Do original: “*Prenons : 1° la monnaie: à l'origine, elle n'est rien d'autre qu'une certaine fraction de poids d'or; la frappe vient s'y ajouter en tant que garantie, dénominateur du poids, et, à ce titre, ne modifie donc rien encore. C'est le mécanisme même de la circulation qui, de forme, métamorphose en substance cette empreinte, qui est la façon de la monnaie, c'est-à-dire l'indication de sa valeur - le signe, le symbole promu à l'autonomie de cette valeur ; ici intervient l'État, puisqu'un tel symbole doit nécessairement être garanti par la puissance devenue autonome de la société : l'État. Mais, en fait, c'est en tant qu'argent, en tant qu'or et argent (métal) que l'argent joue un rôle dans la circulation ; c'est d'abord simplement une de ses fonctions que d'être monnaie. Dans cette fonction, il se particularise et peut se sublimer en pur signe de valeur, qui alors a besoin d'être reconnu légalement et dont la reconnaissance doit pouvoir être légalement imposée*”.

futuro. Todavia, é apenas como moeda, ou seja, como símbolo do valor em um determinado espaço social e em um determinado período de tempo, que o dinheiro pode garantir conexão com a ação política; do contrário, ele apenas remete à circulação de mercadorias em sua concepção abstrata.

Tal consideração se realiza de forma mais evidente justamente na figura do Estado, uma vez que este centraliza a autoridade sobre a circulação dos símbolos monetários. Viu-se, por exemplo, que a imposição forçada da circulação de papel-moeda nada altera as condições próprias de circulação do dinheiro nem subverte as leis do valor; no entanto, serve como instrumento específico “socialmente válido em razão da ação coercitiva pública” com relação à esfera nacional de circulação ou à esfera internacional, contrapondo outros Estados na economia mundial (BRUNHOFF, 1978, p. 46). Exemplos dessas ações consistem na própria imposição de um padrão monetário, na depreciação das espécies monetárias relativamente ao ouro ou mesmo na obtenção de vantagens que derivam das diferenças entre os pesos de ouro padronizados e a quantidade de moeda que circula (BRUNHOFF, 1978).

5.2.4 *A função dinheiro de fato: entesouramento e meio de pagamento*

O entendimento da função do dinheiro como dinheiro de fato fecha o ciclo de argumentação expresso em Marx (1982, 1983), que assim retorna a uma concepção real e complexa do funcionamento da categoria dinheiro. Essa transição final se desenvolve de maneira a restaurar os fundamentos sociais da categoria dinheiro que, levado ao simbolismo extremo na forma de moeda, perde sua própria identificação imediata com o valor. A partir de então, portanto, o dinheiro realiza-se concomitantemente como mercadoria, equivalente geral, medida dos valores, padrão dos preços, meio de circulação e símbolo monetário, figurando socialmente como a expressão da riqueza social universal.

A consideração do dinheiro como expressão da riqueza social universal indica não apenas a sua realização enquanto forma superior do valor frente à mercadoria, mas também, em termos analíticos, o ponto de partida para a inversão do ciclo M-D-M e para a compreensão do dinheiro no modo de produção capitalista. Não é preciso aqui retomar toda a abordagem que sustenta tal inversão, a qual está expressa na apresentação do ciclo D-M-D'. Importa apenas entender que Marx (1982) assume, a partir de então, o dinheiro como o ponto de partida da análise do modelo, sendo a mercadoria, portanto, apenas o mediador do próprio processo de transformação de dinheiro em dinheiro.

As seções anteriores mostraram que, independentemente do grau de simbolismo carregado pelas formas assumidas pelo dinheiro, elas sempre possuem correspondência com o valor da mercadoria-dinheiro de fato, isto é, uma identificação com certa parcela de ouro real. Por conseguinte, embora se apresente enquanto peça monetária simbólica, o ouro não deixa de ser dinheiro e, como tal, impõe que mesmo diante do processo de desmaterialização corresponda, com efeito, a ouro efetivo. Assim sendo, confirma-se que as mercadorias, por expressarem uma determinada quantidade de ouro em seu preço, tornam-se, todas elas, quantidade de ouro idealizado em mercadorias; da mesma forma que o ouro passa a representar a totalidade de seus valores na forma preço.

Contudo, a diferença é que, enquanto a forma mercadoria possui um valor de uso particular e específico, o ouro enquanto mercadoria-dinheiro age como equivalente geral dos valores de todas as outras mercadorias, isto é, guarda em si a capacidade de satisfação imediata de qualquer necessidade com relação aos valores de uso uma vez que possui conversibilidade total em qualquer mercadoria. Nesse sentido, na medida em que as sociedades produzem riqueza material, a forma dinheiro passa a apresentar vantagens de utilização frente à forma mercadoria como expressão geral da riqueza (MARX, 1982)⁸. O valor que é produzido e não é imediatamente consumido como valor de uso assume, preferencialmente, a forma de dinheiro⁹. O dinheiro torna-se, assim, “[...] *o modo de ser material da riqueza abstrata* [...]” e resume a condição de ser a “[...] encarnação imediata do trabalho geral, ao mesmo tempo em que é, por seu conteúdo, o agregado de todos os trabalhos reais.” (MARX, 1982, p. 92, grifos originais). É, portanto, enquanto expressão da riqueza social que o dinheiro torna-se objeto de entesouramento.

O entesouramento ocorre na medida em que se interrompe o processo de circulação do valor na forma de dinheiro. Explora-se, portanto, o potencial de separação entre as fases da metamorfose da mercadoria, isto é, a capacidade de vender sem que seja necessário comprar,

⁸ Nota-se aqui, abertamente, a substituição analítica da mercadoria pelo dinheiro como expressão da riqueza fundamental. Não há qualquer problema nisso, uma vez que ambos consistem em diferentes formas assumidas pelo valor. A grande questão é que, na medida em que se desenvolve o modelo de acumulação capitalista, o dinheiro passa a ter um papel analítico preponderante frente à mercadoria. Deve-se mencionar ainda, o detalhamento realizado no segundo capítulo acerca do processo de imobilização do capital, de sua transformação em capital fixo. Com efeito, podemos dizer que o valor que não é imediatamente consumido também assume a forma de capital fixo. De qualquer forma, a tendência é justamente a mobilização desse capital fixo e sua transformação em capital monetário, para que ele possa dar continuidade ao processo de acumulação.

⁹ Como se pode perceber, nada impede que as mercadorias, enquanto valores de uso, sejam elas próprias acumuladas como excedente da produção. O problema é que, nesse caso, o caráter particular de cada mercadoria continua presente e determina, por assim dizer, as condições de uso do excedente da produção. É por tal limitação imposta pelos valores de uso que o dinheiro acaba se tornando, ao longo do processo de circulação, o objeto de acumulação por definição.

fato que possibilita a interrupção do próprio processo de metamorfose. O objetivo consiste em reter o valor sob a forma de dinheiro, o qual deixa de funcionar como meio de compra para ser acumulado fora do processo de circulação. O entesouramento, assim, realiza o dinheiro como dinheiro de fato, isto é, como forma complexa que fornece condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como expressão da riqueza social abstrata, por exemplo, o dinheiro pode tornar-se propriedade privada individual e, assim, potencial capital monetário a ser adiantado no processo produtivo, ponto de partida para o ciclo D-M-D' (MARX, 1982, 1983).

Conforme Brunhoff (1978, p.58), é importante notar que uma vez funcionando como um interruptor do processo de circulação de mercadorias, o entesouramento atua como instrumento “desequilibrador e regulador” desse processo, estando associado ao grau de incerteza que advém do fato de que nem todos os indivíduos entesouram ao mesmo tempo. Para Marx (1983), o entesouramento prevê que alguns detentores de dinheiro vendam mercadorias sem comprar, o que implica no fato de que outros indivíduos devem compensar essa discrepância. Embora essa constatação abra espaço para várias discussões na teoria marxiana, importa aqui perceber apenas que ela remete à noção de equilíbrio e desequilíbrio entre a quantidade de mercadorias e de dinheiro em circulação, o que implica posições divergentes ocupadas por seus detentores em momentos específicos do processo de circulação.

O entesouramento permite, finalmente, que se possa derivar a condição de meio de pagamento. No momento em que o dinheiro se configura como expressão da riqueza social universal ele transforma as condições de realização do processo de circulação. Na verdade, é o próprio caráter social desse processo que, ao longo de seu desenvolvimento, promove mudanças no papel do dinheiro e, por conseguinte, condiciona-o a novas funções a serem cumpridas¹⁰. Em primeiro lugar, a expansão das relações mercantis exacerba a dependência das trocas às condições específicas que influenciam a sua realização – transporte de mercadorias, condições climáticas que incidem sobre a produção, tempo de produção de cada mercadoria – as quais passam, enfim, a regular os atos de compra e venda de mercadorias (MARX, 1982, 1983). Isto é, desenvolve-se como decorrência do processo de circulação mercantil a possibilidade de efetivação de um ato de compra de mercadorias sem que seja necessário seu pagamento

¹⁰ Para Paulani e Rotta (2009, p. 03, grifo do autor), inclusive, o dinheiro em sua forma fictícia, que caracteriza o período histórico vigente desde os anos 1970, pode ser compreendido como uma necessidade lógico-histórica desse processo social: “*O dinheiro inconversível é a forma ontológica que supera as inadequações da forma dinheiro com materialidade no ouro. Há, portanto, uma necessidade (onto)lógica de passarmos à forma dinheiro inconversível. Necessidade essa dialética.* Assim entendido, a decisão do governo de Nixon em por fim ao padrão-ouro está longe de ter sido mero resultado de um capricho humano ou de uma contingência histórica. Este movimento não é senão a realização necessária da essência do dinheiro.”

imediatamente, o qual fica condicionado a um contrato específico a ser saldado por uma quantidade de dinheiro futuro. Esse fenômeno, que expressa efetivamente a antecipação da compra frente à venda, transforma-se numa necessidade social motivada pela obrigação de saldar as dívidas das compras já realizadas. Ele transforma o vendedor em credor e o comprador em devedor e demonstra, por fim, a conversão do dinheiro em meio de pagamento – dinheiro a ser utilizado para saldar dívidas no futuro.

Assim, como meio de pagamento, o dinheiro nega seu próprio papel de meio de circulação. No momento em que o dinheiro adentra no processo de circulação ele não o faz como meio de circulação porque a mercadoria já se retirou dessa esfera através da compra realizada. Ele o faz, na verdade, como “[...] o único equivalente adequado da mercadoria, o modo de ser absoluto do valor de troca, a última palavra do processo de troca, em resumo, como dinheiro, e como dinheiro também na função de *meio de pagamento geral*.” (MARX, 1982, p. 102, grifo do autor). O dinheiro não passa do devedor para o credor porque é meio de pagamento, mas sim é meio de pagamento porque ambos haviam assinado, anteriormente, um contrato de alienação de mercadorias, e ele só entra em circulação quando o prazo fixado nesse contrato aproxima-se de seu esgotamento (MARX, 1982, 1983).

Nesse contexto, o dinheiro torna-se um meio de liquidar um contrato de pagamento e o próprio contrato de pagamento torna-se dinheiro, ao circular como uma representação da medida do valor das mercadorias alienadas enquanto letra de câmbio, por exemplo. Todavia, no momento em que os pagamentos devem ser realizados – em condições específicas determinadas pela existência um sistema de compensação de pagamentos artificialmente concebido – o dinheiro precisa apresentar-se como meio circulante, como forma específica do trabalho social abstrato objetivado (MARX, 1982). Na impossibilidade de isso ocorrer, apresentam-se, então, as crises monetárias e o dinheiro como meio de circulação emerge como a única forma possível de riqueza, ele passa a ser insubstituível por mercadorias quaisquer. É explicável, portanto, que a função meio de pagamento exija, por exemplo, a acumulação de dinheiro para saldar dívidas futuras, o que Marx (1982, 1983) define como fundos de reserva¹¹.

¹¹ Percebe-se uma contradição entre a criação de reservas em dinheiro e a própria função do entesouramento em uma economia capitalista, uma vez que a tendência à redução do tesouro a partir da utilização de tal dinheiro como capital produtivo coexiste com a necessidade de se possuir mais dinheiro para utilizar como meio de pagamento na circulação de mercadorias: “Se o entesouramento, em sua forma abstrata, que significa enriquecimento, diminui com o desenvolvimento da produção burguesa, o entesouramento diretamente exigido pelo processo de troca aumenta, ou melhor, uma parte dos tesouros que se constituem na esfera da circulação das mercadorias é absorvida como fundo de reserva de meios de pagamento.” (MARX, 1982, p. 106). Para uma discussão recente sobre o papel do dinheiro e as crises em Marx, ver Grazziotin (2015).

Finalmente, deve-se atentar para três pontos que remetem à função do dinheiro como meio de pagamento. Primeiro, o fato de que ela representa a origem do sistema creditício. Como afirma Marx (1983), o sistema de crédito se desenvolve a partir da condição do dinheiro como meio de pagamento porque indica que os próprios certificados de dívidas, isto é, os comprovantes de mercadorias vendidas, são postos em circulação como forma de servir à transferência de crédito. É nesse sentido que Brunhoff (1978) afirma que o sistema de crédito é apenas uma forma superior do sistema monetário, especificamente associado ao desenvolvimento da acumulação de capital em termos amplos. O sistema de crédito, que “[...] engloba portanto as duplicatas, as letras de câmbio, os bilhetes de banco e os cheques, ou seja, *todos os créditos*, quer sejam utilizados unicamente entre negociantes, quer sejam monetizados pelos bancos e utilizados como meio de circulação [...]” está necessariamente conectado com o dinheiro de fato e não pode ser dissociado dele (BRUNHOFF, 1978, p. 84, grifos originais). De certa forma, o sistema de crédito reflete uma etapa avançada de desmaterialização do dinheiro, em que os contratos entre credores e devedores funcionam como meios de troca.

Associada a tal fato encontra-se, em segundo lugar, a relevância desempenhada pela unidade política no que diz respeito à função meio de pagamento. Assim como ocorre com o dinheiro enquanto medida dos valores – a partir do padrão de preços – e enquanto meio de circulação – a partir do símbolo monetário – a função meio de pagamento também está associada a certas condições jurídicas impostas pela autoridade política do Estado (MARX, 1982). Da mesma forma que a moeda enquanto signo do valor relaciona-se ao curso forçado pelo Estado, a relação entre credor e devedor expressa nos contratos privados deve ter respaldo na garantia da lei, uma vez que os contratos precisam ter tanto legitimidade oficial quanto a vigência assegurada por meio da determinação do pagamento em dinheiro em algum momento específico¹². É por tal razão, portanto, que está associado a este papel desempenhado pelas macrounidades políticas o surgimento de instituições específicas, públicas ou privadas, que concentram os pagamentos e organizam métodos para sua compensação (MARX, 1982, 1983).

Enfim, na medida em que se desenvolve a produção capitalista fundamentada no sistema de crédito, a circulação de moedas passa a se referir majoritariamente às relações comerciais entre consumidores e pequenos produtores e varejistas, enquanto que as grandes transações comerciais passam a ser expressas fundamentalmente sob a forma de meio de pagamento (MARX, 1982). Essa constatação indica, como afirma Brunhoff (1978), que há uma relação

¹² De forma a retomar as funções do Estado discutidas no capítulo anterior, a importância da unidade política está não apenas em legitimar juridicamente as transações previstas nos contratos particulares, mas também em fazer valer o direito da propriedade em casos de incapacidade de solvência ou diante de não pagamento de dívidas.

entre as fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista e o papel que o dinheiro desempenha, sendo a função dinheiro de fato a representante de uma fase superior da circulação de mercadorias.

5.3 Dinheiro Mundial: a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais

É importante perceber que a trajetória do dinheiro até então descrita resume uma dinâmica específica da mercadoria-dinheiro, que carrega as contradições que a transformam em dinheiro de fato. O ouro enquanto mercadoria-dinheiro, medida dos valores e meio de circulação alcança seu paroxismo na moeda e na sua representação simbólica. Ao converter-se em dinheiro de fato, ele sai da esfera de circulação, onde é meio de circulação, para cumprir a função de entesouramento. Quando se reinsere naquela esfera, retorna como negação do meio de circulação, isto é, como meio de pagamento, completando o ciclo de suas funções. Esse processo, todavia, ilustra a circulação de mercadorias em um espaço delimitado, isto é, no que se refere à circulação interna (intra-social) ou doméstica (nacional) de mercadorias (MARX, 1982, 1983).

Quando se pretende considerar a circulação de mercadorias para além dessa limitação espacial, essa conexão entre as três funções do dinheiro cede espaço ao ouro como dinheiro universal ou mundial, expressão absoluta da riqueza social que dá forma ao mercado mundial (MARX, 1982, 1983). Contudo, antes de analisar especificamente esse processo de realização do ouro como dinheiro mundial, deve-se qualificar a hipótese que se apresenta a partir de então: a categoria dinheiro mostra uma dualidade em si que a associa à contradição entre a lógica do universal do capital e à lógica dos capitalismo nacionais.

Em primeiro lugar, é necessário reafirmar que tratamos aqui especificamente do modo de produção capitalista, no qual, como vimos, o dinheiro torna-se a expressão da riqueza social abstrata. De acordo com os capítulos anteriores, a realização mundial do modo de produção capitalista se dá a partir da contradição expressa entre lógica universal do capital e lógica dos capitalismo nacionais. A primeira desenvolve-se como expressão da condição essencial da lei do valor e da acumulação de capital em termos abstratos, a qual apresenta uma tendência de universalização. A segunda, por sua vez, não obstante origine-se da própria lógica de reprodução do capital, se realiza como contraposição a tal, na medida em que leva em consideração as condições impostas pelas realidades concretas específicas, em especial no que diz respeito ao Estado e a sua importância para a própria expansão do capital. Diante de tais

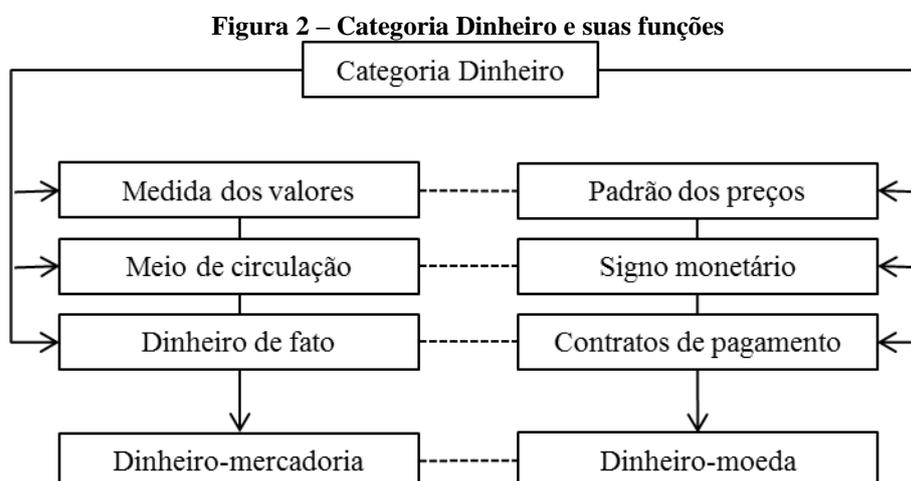
condições, tem-se não apenas a garantia da existência de uma esfera de circulação mundial e do papel do dinheiro como forma da riqueza social, mas inclusive da impossibilidade de separar Estado e capital quando se analisa o mercado mundial no modo de produção capitalista.

Uma vez afirmado o modo de produção capitalista como o contexto da análise em questão, pode-se reconsiderar a descrição realizada acerca das funções do dinheiro. Como foi possível observar, Marx (1982, 1983) sugere que cada uma das funções do dinheiro, ao realizarem-se na esfera de circulação interna, apresenta uma função paralela decorrente, que depende da garantia jurídica da unidade política em questão, no caso, o Estado. Por exemplo, como medida dos valores o dinheiro se realiza a partir do padrão dos preços determinado pelo Estado; como meio de circulação, o dinheiro se realiza como símbolo monetário a partir da cunhagem controlada ou regulada pelo Estado; como dinheiro de fato, o dinheiro se realiza a partir de contratos juridicamente legítimos, que garantem sua validade como meio de pagamento. Todas essas funções derivadas, que estão associadas à unidade política, não são essenciais à figura da mercadoria-dinheiro, isto é, não emergem diretamente da lei do valor - ao contrário das funções medida dos valores, meio de circulação e dinheiro de fato. Ao mesmo tempo, no entanto, elas não existem por si só: o padrão de preços deve sua existência ao dinheiro como equivalente geral e medida dos valores, a moeda como símbolo ao dinheiro como meio de circulação e os contratos à função de dinheiro de fato como meio de pagamento. São, portanto, em última instância, resultados da contradição entre a essência universal do processo de circulação de mercadorias e as características históricas específicas nas quais ele se realiza.

Essa dualidade parece resumir, na figura da categoria dinheiro, a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica particular dos capitalismo nacionais. Para tornar tal suposição mais clara, tomemos a dualidade que forma a categoria dinheiro a partir de duas expressões: por um lado, tem-se o que chamaremos, para fins de simplificação, de dinheiro-mercadoria, ou seja, a parte da categoria dinheiro que remete diretamente à lógica universal do capital e que mostra a conexão direta das funções do dinheiro com a lei do valor. As funções medida dos valores, meio de circulação e dinheiro de fato são realizações dessa lógica universal porque independem, em termos abstratos, de qualquer outra condição à sua existência que não as leis imanentes da circulação de mercadorias. Por outro lado, tem-se o que chamaremos de dinheiro-moeda, que ilustra o outro componente da dualidade, aquele que é condicionado pela política e pelas regras jurídicas, mas que, em primeira instância, também está conectado à noção de valor. O componente dinheiro-moeda indica que a manifestação concreta da categoria dinheiro não pode ocorrer apenas levando em conta as leis imanentes da circulação. Sua realização depende de certas condições específicas da realidade histórica, como, por exemplo,

a existência das macrounidades políticas e sua importância na determinação do padrão de preços, do fluxo de moeda, da restrição territorial da circulação e da validade dos contratos de pagamentos. O dinheiro-moeda, ao servir como termo que resume as funções derivadas do dinheiro – padrão dos preços, símbolo monetário e contratos de pagamento – está relacionado às realidades específicas em que se realiza a circulação capitalista, expressando assim a lógica dos capitalismo nacionais. Essas condições estão expressas na Figura 02.

Os componentes da dualidade da categoria dinheiro e sua conexão com as lógicas apresentadas neste trabalho podem ser entendidos a partir de uma simplificação grosseira, mas útil: dinheiro-mercadoria e dinheiro-moeda põem em contato, respectivamente, na totalidade da categoria dinheiro, fatores econômicos com fatores políticos. Enquanto dinheiro-mercadoria, a categoria dinheiro remete diretamente às relações de produção do modo de produção capitalista, à geração de valor por meio da ação do trabalho humano. Enquanto dinheiro-moeda, a categoria dinheiro associa a acumulação de capital às limitações que condicionam sua manifestação real, principalmente no que diz respeito aos limites políticos impostos pelo Estado. Isso não significa, todavia, que o dinheiro-moeda não esteja associado à reprodução da acumulação de capital: assim como se dá a relação da própria lógica dos capitalismo nacionais com a lógica universal do capital, o dinheiro-moeda existe em decorrência do dinheiro-mercadoria.



Fonte: Adaptado de Marx (1982, 1983).

Explicitada tal proposição, passemos à consideração da ideia de dinheiro mundial e às suas implicações analíticas. É só a partir da apreciação desse conceito que se torna possível conceber o dinheiro enquanto um elemento componente da economia mundial capitalista. Viu-se no primeiro capítulo que o ato do intercâmbio tem origem intersocial, isto é, despontou como relação social engendrada pelo contato entre diferentes sociedades (MARX, 1982). Assim

sendo, pode-se dizer que o próprio dinheiro, como instrumento capaz de efetivar essas trocas, também possui sua origem na dinâmica intersocial (MARX, 1982, 1983). Isso não significa, no entanto, que esse processo ocorra de forma desconectada da circulação interna. Pelo contrário, como se sustenta a partir da conexão imediata entre os âmbitos intersocial e intra-social, o dinheiro surge a partir da necessidade da troca intersocial, mas invade as esferas de circulação interna, encontrando neste ambiente as condições próprias para seu desenvolvimento, cujos efeitos incidem, novamente, sobre a esfera intersocial. É de maneira similar que Marx (1982) ilustra a efetivação do dinheiro mundial a partir de uma transição da esfera da circulação interna para a esfera da circulação externa. Nesse processo, o dinheiro retoma sua “[...] função primitiva de meio de troca [...]”, para atuar no mercado mundial na função de equivalente geral (MARX, 1982, p.107-108). Isso ocorre em detrimento de suas formas particulares expressas na circulação interna, ou seja, de sua ação específica e localizada enquanto “[...] padrão dos preços, peça de moeda, moeda divisionária e sinal de valor.”. Em outras palavras, o dinheiro parte para o mercado mundial novamente como dinheiro-mercadoria, dissociado de sua condição de dinheiro-moeda, isto é, desempenhando as funções que remetem diretamente às leis imanentes da circulação de mercadorias.

Em primeiro lugar, importa perceber que parece ser um paradoxo o fato de o dinheiro, que se origina na esfera intersocial, ter seu desenvolvimento na esfera de circulação interna para então ultrapassá-la e agir no mercado mundial, onde supostamente ele já se encontra desde o princípio. Na verdade, esse paradoxo não se configura; pelo contrário, possui latente a explicação para o processo de realização do dinheiro mundial. Quando Marx (1982) se refere ao mercado e ao dinheiro mundial, ele pretende ilustrar a realidade da circulação de mercadorias já condicionada ao modo de produção capitalista, isto é, em um estágio avançado de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, refere-se à afirmação completa do dinheiro enquanto categoria dominante, enquanto expressão social da riqueza universal (BRUNHOFF, 1978; GERMER, 2002). Uma vez que a concepção de Marx (1982, p.110) de mercado mundial remete à generalização do intercâmbio de mercadorias no globo terrestre, tal fenômeno só pode ser concebido a partir de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Nesse sentido, mercado mundial e, portanto, dinheiro mundial, são resultados da trajetória histórica das relações sociais de produção no capitalismo. Assim, a transição específica do dinheiro para a esfera mundial de circulação torna-se perfeitamente concebível se qualificada enquanto fenômeno específico do modo de produção capitalista. O dinheiro ascende, assim, enquanto forma da riqueza social abstrata dominante no modo de produção capitalista, que, ao desenvolver-se, assegura sua condição de dinheiro mundial.

Compreendida a transição específica realizada pelo dinheiro, importa notar que reside, neste ponto, a explicação de por que o dinheiro volta a atuar de acordo com suas funções primitivas, isto é, independentemente de suas formas locais específicas mais desenvolvidas. Segundo Marx (1982, 1983), o ouro e a prata, marcados pelos signos e pelas regras específicas das esferas de circulação interna, aparecem no mercado mundial e descartam a validade dos signos monetários. Expressam apenas a equivalência de todas as outras mercadorias; realizam-se enquanto tempo de trabalho abstrato objetivado de forma geral e transformam-se, assim, em dinheiro universal¹³. Podem, a partir de então, servir enquanto meio de troca internacional:

Do mesmo modo pelo qual as medidas gerais de peso dos metais preciosos serviram originalmente como medida de valor, os nomes de cálculo do dinheiro voltam a ter no mercado mundial os nomes de peso correspondentes a esses metais. Assim como o metal bruto, amorfo (*aes rude*), era a forma primitiva do meio de circulação, e a própria moeda cunhada apenas um sinal oficial do peso contido na peça metálica, igualmente o metal precioso, convertido em moeda universal, se despoja de sua figura e inscrição para retomar a forma indiferente de lingote; e quando moedas nacionais, como ‘imperiais’ russos, os ‘escudos’ mexicanos, e os ‘soberanos ingleses’ circulam no estrangeiro, seu título torna-se indiferente valendo apenas seu conteúdo (MARX, 1982, p. 107).

Como foi possível observar, a transformação do ouro e da prata não ocorre como consequência imediata das funções já desenvolvidas na circulação interna. O dinheiro universal desponta por meio de suas funções primitivas porque abre mão da marca que lhe foi fornecida pela limitação da circulação interna, isto é, pelas regras de circulação impostas pelo Estado. O ouro e a prata, ao adentrarem na circulação mundial capitalista, desvencilham-se de seu caráter nacional adquirido; negam a imposição da restrição política, mas continuam mantendo relação primária com os pesos dos metais. Inauguram, assim, o mercado mundial capitalista a partir de uma forma conectada apenas com as leis imanentes da circulação, as quais negam às condições históricas das realidades específicas de cada Estado¹⁴.

Atentando especificamente para essa ação, pode-se retomar o que foi desenvolvido acerca da oposição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais.

¹³ As dinâmicas monetárias internacionais no tempo de Marx (1982, p. 108) podiam ser resumidas a partir do ouro e da prata como equivalentes gerais: “no mercado mundial é válida uma dupla medida de valor, e o dinheiro duplica assim sua existência em todas as demais funções. A conversão dos valores das mercadorias de preços-ouro em preços-prata e vice-versa é determinada, em cada momento, pelo valor relativo desses metais, que varia continuamente e cuja fixação aparece assim como um processo contínuo. Os donos de mercadorias em qualquer esfera interna da circulação se veem obrigados a empregar alternadamente o ouro e a prata na circulação externa, a trocar assim o metal que serve de moeda no interior pelo metal que necessita empregar em suas relações com o estrangeiro. Daí utilizarem todas as nações os dois metais, o ouro e a prata, como dinheiro universal”.

¹⁴ E de certa forma, dialeticamente, também as confirmam. Tem-se a instituição de uma esfera de circulação efetivamente internacional, isto é, que leva em consideração a existência de várias economias nacionais.

Viu-se, na verdade, que esse contorno dos limites impostos pelas macrounidades políticas ocorre também com o processo de acumulação de capital. A lógica universal do capital, para realizar-se como tal, precisa superar os limites impostos pelas unidades políticas a sua expansão. Como observamos, a maneira pela qual esse processo se realiza é justamente a partir da associação do capital com o Estado, o que inaugura, na economia mundial, a oposição entre lógica universal do capital e lógica dos capitalismos nacionais. A partir de então, Estado e capital atuam necessariamente conectados, mas assegurando a continuidade da tensão entre ambas as lógicas: apesar da expansão e da interconexão mundial da acumulação de capital, verifica-se, como contrapartida, a nacionalização dos ganhos com este mesmo capital (BUKHARIN, 1984).

O mesmo parece ocorrer com o dinheiro mundial. Na obrigatoriedade de possibilitar a expansão da acumulação de capital e a validade universal do modo de produção capitalista, o dinheiro supera as restrições impostas pelo Estado nacional – padrão de preços, signo de valor e contratos – para poder atuar como meio de troca internacional, como expressão universal da riqueza social¹⁵. Volta, portanto, às suas formas primitivas, isto é, àquelas que não são condicionadas às realidades históricas específicas e que se conectam diretamente à lei do valor (GERMER, 2002). Agora, exclusivamente como dinheiro-mercadoria, a categoria dinheiro inaugura seu papel como dinheiro mundial e confirma a lógica universal do capital. O próprio Marx (1982) parece ilustrar tal realização:

Assim como o dinheiro se transforma em dinheiro mundial, o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. Na sua origem, as relações cosmopolitas entre os homens não são mais do que suas relações como possuidores de mercadorias. A mercadoria em si e para si é superior a qualquer barreira religiosa, política, nacional e linguística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade é o dinheiro. Mas com o desenvolvimento do dinheiro universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadorias transforma-se em credo da razão prática em oposição aos preconceitos tradicionais, religiosos e nacionais e outros que entravam o metabolismo da humanidade. Como o mesmo ouro, que chega na Inglaterra sob a forma de *eagles* americanas, e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados de Veneza, porém conservando sempre o mesmo valor, fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade *is but the guinea's stamp* (não é nada mais que a inscrição do guinéu). A ideia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a ideia de um mercado – do mercado mundial (MARX, 1982, p. 110).

O fato é que, no mercado mundial, o dinheiro não pode simplesmente parar sua própria transformação. Assim como no processo de circulação interna, o dinheiro, na medida em que

¹⁵ Essa superação remete ao conceito hegeliano de *Aufhebung*, a qual Paulani e Rotta (2009, p.04) traduzem como “negação-superação”.

intensifica sua circulação mundial, necessita de um padrão de preços, de signos de valor e de garantia nos contratos de pagamentos. Mesmo que, como afirma Marx (1982, 1983), o mercado mundial seja caracterizado pela atuação do dinheiro na função de meio de pagamento universal, a intensificação das transações internacionais desponta como consequência da crescente produção e circulação de mercadorias. Ela exige, assim, uma quantidade cada vez maior de metais preciosos que possam saldar essas dívidas em determinado momento, ou enfim, de signos de valores que remetam ao ouro e a prata. Todavia, talvez graças a sua própria experiência de observação histórica, essa consideração ficou incompleta em Marx (1982, 1983)¹⁶: não há indícios de que o dinheiro universal possa assumir formas específicas representadas por moeda nacionais; pelo contrário, ele mesmo seria a moeda universal. Sabe-se, todavia, que, na prática, são as moedas nacionais, que atuam na circulação mundial e que embora remetam, em última instância, ao valor da mercadoria dinheiro (ouro, nesse caso), também estão associadas à figura dos Estados (ASTARITA, 2003; GERMER, 2005).

A explicação para tal fato pode ser encontrada na proposta até então desenvolvida. Vimos que a negação da lógica universal do capital se dá por meio da lógica dos capitalismo nacionais e que o Estado atua, em associação com esta, tanto como fomentador da acumulação universal de capital quanto como instrumento fundamental de restrição do livre fluxo de mercadorias e de dinheiro, com o intuito de nacionalizar os ganhos com esta mesma acumulação. Com a dualidade dinheiro-mercadoria e dinheiro-moeda ocorre o mesmo fenômeno: ao não se verificarem autoridades políticas superiores no sistema interestatal, tem-se que a lógica universal do capital solidificada na figura do dinheiro mundial é negada pela lógica dos capitalismo nacionais solidificada na figura das moedas nacionais que se tornam internacionais. Assim como a transição do capital para a economia mundial depende da figura do Estado, a projeção da categoria dinheiro para a esfera de circulação mundial do capitalismo também deve estar associada a tal figura. A categoria dinheiro enquanto dinheiro mundial segue, assim, tanto uma tendência à acumulação universal de capital, quanto uma tendência à nacionalização. De certa forma, se considerarmos o dinheiro como uma das formas as quais o capital pode assumir, não é surpresa que essa relação exista.

Essa contradição permite que seja possível conceber a conexão da categoria dinheiro com as lógicas trabalhadas. Tal conexão não ocorre, no entanto, apenas com relação à

¹⁶ A *Contribuição à crítica da Economia Política* foi publicada em 1859 e o primeiro volume de *O Capital* em 1867. Hobsbawm (2014) afirma que a fundamentação de um sistema mundial de pagamentos fundamentado no padrão-ouro e na libra esterlina se deu gradativamente, ocorrendo de forma mais intensa a partir de 1872, quando a paridade entre o ouro e a prata tornou-se instável.

circulação de mercadorias e de dinheiro, tendo inclusive seus efeitos sobre a produção material e, conseqüentemente sobre o grau de desenvolvimento desigual das forças produtivas. Marx (1982, p. 109) parece reconhecer isso ao afirmar que a transformação do ouro e da prata em “mercadoria geral”, “dinheiro mundial”, “forma de existência correspondente à mercadoria universal” e, finalmente, “mercadoria multilateralmente alienável” indica, simultaneamente que, ao serem absorvidos esses metais do mercado mundial, o valor por eles expressado funciona para alimentar o desenvolvimento da indústria e do comércio a partir das esferas de circulação internas, ou seja, das economias nacionais. É nesse sentido, como se verá posteriormente, que o desenvolvimento desigual e combinado relaciona-se com o SMI.

6 REINTERPRETANDO O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: UMA NOVA CONCEPÇÃO LÓGICO-HISTÓRICA

Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito. [...] Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana. (POLANYI, 2000, p.33).

O capítulo anterior procurou mostrar que a realização do dinheiro mundial como a expressão universal da riqueza social é a premissa fundamental para conceber uma reinterpretação do SMI. Em termos abstratos, ela indica a generalização da circulação de mercadorias e a reorientação amplamente disseminada da produção material para o ato social do intercâmbio, ou seja, é resultado do processo de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no modo de produção capitalista e acompanha os movimentos de criação do mercado mundial e da economia mundial capitalista, servindo, inclusive, como processo útil às suas próprias efetivações.

Seria insensato, entretanto, sentenciar um momento histórico específico de realização desse complexo processo; ele é, na verdade, uma tendência própria do capitalismo, simultâneo ao seu desenvolvimento e sujeito às vicissitudes que ele mesmo engendra¹. É possível, todavia, supor que tal processo ocorre à medida que o capitalismo passa a se sustentar como modo de produção orgânico e transcende efetivamente a fronteira dos Estados, assegurando a lógica universal do capital. Assim, em certo sentido, economia mundial capitalista, mercado mundial e dinheiro mundial são manifestações superiores do modo de produção capitalista. Como Marx (1982) parece sugerir, os termos indicam o momento em que se verifica um elevado grau de interdependência da produção social material mundial, em que a totalidade do globo pode ser resumida em detentores cosmopolitas de mercadorias e em que o dinheiro é expressão da riqueza universal. Muito embora não seja possível reconstruir esse processo histórico linearmente, ele pode ser entendido na medida em que se identifica a existência concreta da interação entre dinheiro mundial, mercado mundial e economia mundial capitalista; levando em consideração não apenas a lógica imanente do modo de produção, mas também a sua contradição necessária, mediada pela macrounidade política. O objetivo da discussão que se

¹ É sempre importante ter em mente a não-linearidade do processo histórico na teoria marxiana. É nesse sentido que os fenômenos são inter-relacionados, mas não necessariamente tornam-se concretos no mesmo momento. A realização de uma economia mundial capitalista, por exemplo, é um processo dinâmico em construção e em destruição, e relativamente mais adiantado do que já foi, por exemplo, no século XVI com o desenvolvimento das cidades-estado italianas (ARRIGHI, 1994).

segue, portanto, é evidenciar a capacidade do SMI em servir a esse propósito, o que já pressupõe, dessa forma, uma reinterpretação de sua própria essência.

6.1 Dinheiro mundial, moeda territorial e Estado nacional

A discussão realizada no capítulo anterior mostrou que as trocas intersociais ocupam a posição de ponto de partida e de ponto de chegada da trajetória de realização do dinheiro mundial. Não é inconsistente afirmar, dessa forma, que o próprio desenvolvimento da circulação de mercadorias, isto é, das relações de intercâmbio de valores, pode ser entendido como uma manifestação social ampla e generalizada: o dinheiro nasce na esfera intersocial, é absorvido e condicionado pelas diferentes sociedades em diferentes macrounidades políticas e, no despontar da economia capitalista mundial, supera tais diferenciações por meio de sua manifestação como dinheiro mundial². Nesse sentido, identifica-se a teoria geral da circulação em Marx (1982, 1983), a qual indica que, em termos essenciais, não há diferença entre o que circula dentro e o que circula fora das fronteiras determinadas pelas macrounidades políticas³ (BRUNHOFF, 1978; GERMER, 2002). Assim, por um lado, a circulação de mercadorias pode ser fundamentalmente resumida em simples relações de troca, de intercâmbio de valores, que mesmo ocorrendo em períodos históricos específicos e repletos de condicionantes, guarda sua característica social imanente. Por outro lado, no modo de produção capitalista, divide-se entre esfera de circulação nacional e esfera de circulação mundial, termos que já carregam consigo o peso do processo histórico que as produziu.

Atentando especificamente para a categoria dinheiro, temos que ela deriva das relações intersociais; acaba sendo internalizada pelas macrounidades políticas e, então, é oficializada como padrão dos preços, símbolo monetário e contratos de pagamento, passando a ter sua validade expressa a partir de um território nacional. A macrounidade política, portanto, não é a

² A partir de então, se levarmos em consideração o processo de diferenciação social apresentado no primeiro capítulo, ele proporciona não apenas a manifestação de uma multiplicidade social que pode realizar-se como multiplicidade política, mas também necessariamente de uma multiplicidade monetária.

³ Nesse sentido, embora circulação nacional e circulação internacional de mercadorias correspondam, em essência, ao mesmo fenômeno (o processo de metamorfose de mercadorias), elas são formas específicas de relações intra-sociais e intersociais típicas do modo de produção capitalista. A diferença é que, no que diz respeito à circulação internacional, esse processo é necessariamente mediado pelo Estado: para ser equivalente geral universal, o dinheiro deve ultrapassar as fronteiras nacionais e possuir, em si, a capacidade de servir como meio de troca de todas as mercadorias existentes. As compras e as vendas internacionais são, a partir de então, mediadas pelas fronteiras nacionais: tornam-se D-(f)-M e M-(f)-D (GERMER, 2002, p.167). Isso não altera a essência fundamental da circulação, que continua sendo a metamorfose das mercadorias, no entanto, possui implicações concretas na consolidação de um SMI: a circulação mundial de mercadorias realiza-se enquanto fenômeno homogêneo e universal e, ao mesmo tempo, enquanto fenômeno segmentado em esferas nacionais marcadas pela existência do Estado.

responsável pela criação do dinheiro, mas apropria-se de sua existência na medida em condiciona sua existência a regras jurídicas determinadas. Mesmo assim, o dinheiro nunca abandona a sua condição de equivalente geral das mercadorias e, ao se generalizar em uma única mercadoria-dinheiro universal (ouro), reafirma sua presença como elemento de interação intersocial, agora predominantemente expressando a riqueza social advinda da ação do trabalho em termos mundiais.

Atentemos para esse processo sob uma perspectiva histórica. No período de transição rumo à instauração mundial da lógica capitalista, as trocas intersociais ocorriam por meio de moedas originárias de diversos locais, que eram utilizadas independentemente das fronteiras políticas (COHEN, 1998). Essa interação entre os valores produzidos em diferentes sociedades também tomava a forma de letras de câmbio, mais ou menos fáceis de serem conversíveis, a depender do seu local de emissão e do grau de circulação desses contratos (HELLEINER; GILBERT, 1999; ROWLINSON, 1999). Até o século XIX, portanto, essas redes de troca intersociais não apresentaram qualquer indicativo de associação exclusiva entre um território politicamente determinado e o símbolo monetário em circulação. De acordo com Cohen (1998), tal associação só ocorreu com a afirmação do Estado westfaliano, sendo engendrada pelos princípios da soberania estatal, da exclusividade territorial e apoiada em um robusto aparato jurídico sedimentado pela ação estatal⁴.

Embora a consolidação do aparato estatal moderno esteja, com efeito, associada à soberania monetária, as razões para tal processo, ao contrário do que parece propor Cohen (1998), parecem residir não apenas na ação política estatal, mas principalmente no próprio desenvolvimento das relações de produção que fundamentaram a construção do Estado nacional burguês. Como afirmam Helleiner e Gilbert (1999), o período que antecedeu a articulação do Estado com a moeda nacional foi marcado pela atuação de diversos agentes privados na atividade de emissão e de cunhagem de símbolos monetários, um fenômeno organicamente derivado da necessidade de circular as mercadorias. Esse cenário fragmentado, por exemplo, era uma característica própria da circulação monetária na Europa medieval e no Japão feudal, e representava uma potencialidade no sentido de desenvolver as trocas mercantis, muito embora sua manifestação descentralizada e, em certo sentido, caótica, aparecesse como dificuldade a ser superada à medida que os laços comerciais se intensificavam: além de os diversos símbolos monetários e letras de câmbio formarem uma complexa rede de conversibilidade entre moedas que nem sempre eram aceitas pelos agentes econômicos, circulava nos territórios nacionais uma

⁴ A soberania estatal, a exclusividade territorial e a consolidação do aparato jurídico na figura do Estado também dependiam, por sua vez, de uma moeda nacional exclusiva e homogênea (HELLEINER; GILBERT, 1999).

grande quantidade de moedas e letras de câmbio estrangeiras emitidas em outros territórios. Diante desse cenário, as autoridades políticas centrais muitas vezes tentaram impor o monopólio da emissão do símbolo monetário, mas tais atitudes revelaram-se ineficazes no controle da emissão privada e foram abandonadas na medida em que as necessidades imanentes da circulação não eram satisfeitas⁵ (ROWLINSON, 1999; MARUYAMA, 1999; ZELIZER, 1999).

Nesse sentido, é plausível propor que a identificação do símbolo monetário com o Estado só teria ocorrido na medida em que este último foi sendo incorporado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais do capitalismo. Como enfatizam Helleiner e Gilbert (1999), com a expansão da geração de riqueza e da circulação de mercadorias nas diferentes estruturas sociais, verificou-se a necessidade de homogeneizar a circulação monetária nos espaços econômicos específicos, isto é, de excluir taxas de câmbio internas, moedas estrangeiras, falsificações e símbolos monetários inconversíveis. De acordo com Helleiner e Gilbert (1999), essa necessidade se tornou primordial na medida em que o capitalismo industrial passou a ditar o movimento de desenvolvimento das forças produtivas:

O capitalismo industrial também criou amplos espaços econômicos em escala nacional que deixaram de ser beneficiados pelos antigos sistemas monetários. Agentes comerciais que operavam nos novos espaços econômicos, assim como as autoridades públicas interessadas em promover tal atividade, apresentaram uma crescente frustração referente aos custos de transação impostos pela oferta heterogênea de dinheiro dentro do território dos Estados (GILBERT; HELLEINER, 1999, p.06, tradução nossa)⁶.

A partir de então, o Estado apareceu como uma ferramenta importante ao possibilitar o ordenamento da circulação de mercadorias, beneficiando não apenas o desenvolvimento ulterior do capital, que viu na forma do dinheiro mundial uma possibilidade de universalizar a prática da acumulação, mas também atuando em favor dos próprios capitalistas nacionais, ao impor a restrição territorial à emissão e à circulação de símbolos monetários (GILBERT;

⁵ Maruyama (1999) descreve a mal-sucedida tentativa do governo Tokugawa de controlar a emissão dos *hansatsu*, notas emitidas pelos clãs feudais japoneses. Paradoxalmente, a articulação de um símbolo monetário nacional só foi possível na medida em que a utilização dos *hansatsu* generalizou-se nos governos locais japoneses e tornou-se um mecanismo de financiar as dificuldades financeiras que se apresentavam. Essa utilização desmedida possibilitou, de acordo com Maruyama (1999), o colapso do sistema de emissão dos *hansatsu*. Essa deterioração permitiu que o processo de afirmação do Estado Nacional japonês ocorrido durante a Era Meiji, que substituiu o governo Tokugawa, fosse acompanhado do estabelecimento de um sistema monetário centralizado no governo nacional.

⁶ Do original: “*Industrial capitalism also created larger economic spaces at a national scale that were no longer well served by the older monetary systems. Commercial actors operating across the new national economic space, as well as the public authorities seeking to promote such activity, became increasingly frustrated at the transaction costs created by the heterogeneous money supply within the territory of the state*”

HELLEINER, 1999). Não por acaso, portanto, esse processo fortaleceu-se com a formalização da união entre o capital bancário e o capital industrial, dando forma ao capital financeiro. Se atentarmos para o que foi descrito no segundo e no terceiro capítulos, temos que o despontar do capital financeiro como forma dominante indica o fortalecimento dos monopólios nacionais, os quais, associados ao Estado, passaram a promover a continuidade da acumulação de capital para além das fronteiras nacionais. O Estado tornou-se, a partir desse momento, instrumento necessário para a continuidade do processo de acumulação de capital, que se realiza por meio da exportação de capital e das práticas imperialistas, isto é, transpondo os próprios limites territoriais por ele impostos. Assim, as práticas monopolistas do capital financeiro não podem ocorrer alheias à ausência da autoridade política do Estado e, pela mesma razão, não podem ocorrer sem a institucionalização de uma soberania monetária nacional: há a necessidade crescente de unificação dos sistemas monetários e de crédito, capaz de garantir a conversibilidade das moedas (enquanto medida de valores e meio circulante) e a equiparação dos títulos de pagamentos internacionais (HELLEINER; GILBERT, 1999)⁷.

Com relação ao interesse específico do capital financeiro na identificação da moeda nacional com o Estado, ainda pode-se afirmar que o papel dos bancos centrais na centralização da emissão monetária fornece uma vantagem importante nesse sentido: a possibilidade de interferência nas taxa de juros de mercado, isto é, a capacidade imediata de garantir, por meio do controle da emissão da moeda doméstica, movimentos fundamentais para a acumulação de capital, que remetem não apenas à circulação monetária, mas também aos sistemas de crédito. A soberania monetária nacional torna-se, dessa maneira, um mecanismo útil à acumulação de capital (GERMER, 1998, 1999; HELLEINER; GILBERT, 1999; BRUNHOFF; FOLEY, 2008).

Dessa forma, o estabelecimento, no século XIX, do que Cohen (1998) chama de moeda territorial, não decorre apenas da consolidação do Estado westfaliano. Se considerarmos a totalidade do processo histórico e as premissas assumidas neste trabalho, temos que a consolidação de um sistema político interestatal fundamentado na soberania westfaliana, a realização de um mercado mundial e, por conseguinte, da economia mundial capitalista e, finalmente, a conexão do símbolo monetário com a figura do Estado, são fatos correlatos e

⁷ Se concebermos a história recente do capitalismo, isto é, o período que se seguiu ao fim de Bretton Woods e que evidenciou o caráter inconvertível da moeda, tem-se que, conforme Paulani e Rotta (2009), o Estado atinge a condição de ser "absolutamente necessário" à sustentação do capitalismo sob tal realidade específica. Isso ocorre porque o Estado garante a identidade da moeda, sua efetiva possibilidade de conversão em uma realidade de moeda que na verdade é inconvertível. Podemos propor, assim, a própria consideração do papel do Estado em um grau superior de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo.

concomitantes, os quais resultam do processo de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no modo de produção capitalista. Na medida em que esse processo se desenvolve, tem-se a efetivação do dinheiro mundial, isto é, a ressignificação das formas monetárias específicas na oficialização de um SMI, já previamente condicionado pela acumulação capitalista e pela associação desta com o Estado nacional. O que se verifica, por exemplo, como o padrão-ouro-internacional, vigente entre 1880 e 1914, não é nada além da manifestação concreta dessa interação complexa, “[...] expressão monetária da unificação da esfera mundial da circulação sob o impulso da expansão do capital industrial, que dissolve os particularismos regionais, da qual emerge o ouro como dinheiro mundial.” (GERMER, 1999, 2002, p. 176).

Nesse sentido, é curioso perceber que o século XIX parece evidenciar não apenas o início da era da soberania monetária nacional (COHEN, 1998) ou da ascensão do capital financeiro monopolista como forma dominante (BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985; LENIN, 1984), mas também da consolidação efetiva da ideia de autodeterminação política na figura dos Estados⁸ (HOBSBAWM, 1992, 2014a) e, finalmente, da inauguração do primeiro sistema internacional de pagamentos mundialmente articulado, o padrão ouro-internacional (GERMER, 1998, 1999, 2002; FIORI, 1999a).

6.2 Sistema monetário e sistema de crédito internacional

Temos, até aqui, que o SMI emerge como um fenômeno historicamente determinado, resultado não apenas da afirmação do dinheiro mundial na figura dos metais preciosos, mas também da expansão do capital financeiro, da consolidação do Estado nacional burguês e do surgimento da possibilidade de projetar a acumulação do capital para além das fronteiras nacionais. Tais condições específicas definem, portanto, em maior ou menor grau, as características de funcionamento do SMI. Nesse sentido, se considerarmos as características de reprodução do capital financeiro, isto é, a conexão entre capital bancário e capital industrial, a tendência à monopolização e à projeção mundial desse capital, o SMI concebido apenas como

⁸ De acordo com Hobsbawm (2014a, p. 224), o sentimento nacionalista floresce diretamente associado à necessidade de autodeterminação política por meio do Estado Nacional: “[...] no período de 1880 a 1914, o nacionalismo avançou dramaticamente e seu conteúdo ideológico e político transformou-se. [...] A palavra “nacionalismo”, embora originalmente descrevesse apenas uma versão de direita do fenômeno, provou ser mais conveniente do que o desajeitado ‘principio de nacionalidade’ que fora parte do vocabulário da política europeia desde 1830: e assim veio a ser utilizada igualmente para todos os movimentos que consideravam a ‘causa nacional’ como de primordial importância política: mais exatamente, para todos os que exigiam o direito à autodeterminação, ou seja, em última análise, o direito de formar um Estado independente, destinado a algum grupo nacionalmente definido. O número de tais movimentos ou, pelo menos, dos líderes que afirmavam falar por eles, e sua significação política aumentariam de modo impressionante nessa época”.

ambiente das relações monetárias intersociais no capitalismo torna-se uma definição demasiado simplista. Em outras palavras, tem-se que a circulação mundial capitalista, justamente por ser historicamente determinada, não pode ser resumida apenas pela lógica da economia mercantil simples (M-D-M). Estando vigente a acumulação de capital e a expansão do capital industrial em associação com o capital bancário, é insensato propor que o mercado mundial capitalista represente a simples troca de mercadorias para a satisfação de valores de uso. Ele consiste, na verdade, em uma expressão da lógica D-M-D', ou seja, relaciona-se com a expansão da produção capitalista em termos mundiais e funciona de forma a sustentar a concentração e a centralização de capital por meio da acumulação. Nesse sentido, o SMI que se encontra associado ao mercado mundial não pode representar apenas o fluxo internacional de dinheiro mundial, mas deve remeter também aos elementos específicos do modo de produção capitalista, nesse caso, o capital monetário, que se realiza na forma de dinheiro de crédito internacional na medida em que se desenvolvem os mecanismos de financiamento da produção capitalista (BRUNHOFF, 1978; MARX, 1983b, 1983c)⁹.

No caso, a realização do dinheiro mundial no modo de produção capitalista articula não apenas as formas mercadoria e dinheiro, mas também o crédito na forma de capital (BRUNHOFF, 1978; GERMER, 1999)¹⁰. Como decorrência, o SMI e o sistema de crédito internacional podem ser resumidos no mesmo fenômeno: são resultados da efetivação do dinheiro mundial e refletem a conexão entre a lei geral D-M-D', a circulação de mercadorias e a realização mundial dos pagamentos dessas mercadorias. Sob as condições de funcionamento da economia capitalista mundial e sendo o dinheiro a expressão universal da riqueza social, tem-se que, na medida em que se torna dinheiro mundial, ele realiza não apenas uma rede de conexões monetárias internacionais, mas também uma rede de crédito internacional¹¹ (GERMER, 1999; BRUNHOFF; FOLEY, 2008).

⁹ Sendo assim, o próprio crédito capitalista pode ser visto como uma forma desenvolvida das relações generalizadas de intercâmbio de valor, as quais dominam as interações intra-sociais e intersociais em uma etapa específica do processo histórico.

¹⁰ Como afirma Germer (1999, p.15): “Na teoria marxista ainda não se elaborou, com o rigor necessário, os conceitos de dinheiro de crédito e sistema de crédito, que é provavelmente uma das razões da sua impotência no confronto com as teorias concorrentes acerca da interpretação da evolução do sistema monetário internacional. Assim, o ‘padrão-ouro internacional’ poderia, eventualmente, constituir uma categoria concreta significativa de uma interpretação marxista deste processo, mas apenas como componente de uma teoria geral da evolução do sistema de crédito, em primeiro lugar no nível mais abstrato, e somente depois introduzindo sucessivamente as dimensões nacional e internacional, que são concretas.”

¹¹ “O sistema de crédito compõe-se de dois elementos fundamentais, o dinheiro (=ouro) e a relação de crédito mercantil e bancário. Esta última desenvolve-se, no capitalismo, em uma hierarquia ascendente de formas de dinheiro de crédito. A partir destes elementos, é possível sugerir uma configuração conceitual da estrutura material do sistema de crédito, como uma combinação do dinheiro (=ouro) com o conjunto ordenado das formas de dinheiro de crédito. Esta estrutura pode ser representada por uma pirâmide, na qual o dinheiro (=ouro) está presente nas duas extremidades, na base e no topo. Ele figura na base da pirâmide funcionando

Não há espaço aqui para uma análise detalhada dessa relação, mas devemos atentar para alguns pontos específicos que auxiliam a compreender a importância que ela possui na definição da dinâmica monetária internacional. Tendo como base a já mencionada existência de uma teoria geral da circulação em Marx, Germer (1999) propõe que o SMI acompanha a lógica de desenvolvimento dos sistemas de crédito nacionais. A base para tais sistemas seria a existência de uma única mercadoria-dinheiro (ouro ou prata) que atuava como equivalente geral e medida dos valores de forma a possibilitar a criação de títulos conversíveis e letras de câmbio cuja circulação tornou-se recorrente. Dessa forma, vislumbra-se uma pirâmide, cuja base é ocupada pela mercadoria-dinheiro, equivalente geral, e a estrutura por uma quantidade considerável de títulos de crédito recíprocos, cuja conversibilidade é assegurada pela mercadoria-dinheiro como meio de pagamento em última instância. Na medida em que esse sistema se desenvolve, o equivalente geral, em sua forma monetária, tende a ser entesourado como reserva e passa a ser substituído por símbolos monetários e contratos de pagamentos (GERMER, 1999). É somente por meio dessa associação entre o crédito e o dinheiro enquanto meio de pagamento que se torna possível garantir a conversibilidade dos títulos e o funcionamento integrado desses sistemas:

[...] o sistema de crédito peculiar ao capitalismo tem raízes monetárias indeléveis: uma unidade de conta que pressupõe um padrão monetário, reservas de ouro centralizadas no banco central do país. Tais elementos servem também para estabelecer o balanço de pagamentos internacionais. Em tempo de crise comercial ou industrial, a demanda por dinheiro perturba as redes de crédito/débito e o sistema de crédito regressa a um sistema monetário. Tal movimento, portanto, é inseparável da acumulação de capital e do ciclo dos negócios¹² (BRUNHOFF; FOLEY, 2008, p. 198, tradução nossa).

Como indicam Brunhoff e Foley (2008) esse processo também serve ao entendimento do SMI e, portanto, do sistema de crédito internacional. O ponto de partida aqui é a condição intersocial do ato de intercâmbio, que independe das fronteiras políticas dos Estados. Na medida em que a interconexão dos sistemas nacionais de crédito ocorre por meio da expansão da atividade industrial e bancária sob a lógica universal do capital, há a necessidade de uniformização da conversibilidade dos títulos de crédito, a qual passa a ser garantida pela

como medida de valor, e no topo, funcionando como meio de pagamento final. Entre ambos, formando o corpo da pirâmide, dispõe-se uma sucessão de níveis correspondentes às diferentes formas do dinheiro de crédito, em hierarquia ascendente.” (GERMER, 1999, p.18).

¹² Do original: “[...] *the credit system peculiar to capitalism thus has indelible monetary roots: a unit of account which presupposes a monetary standard, reserves of gold centralized in the central bank of the country. These serve also to settle the international balance of payments. In times of commercial or industrial crisis, the demand for ‘hard cash’ upsets the network of credits/debts, and the credit system regresses to a monetary system. It is therefore inseparable from capitalist accumulation and the business cycle.*”

realização do dinheiro mundial como forma universal da riqueza social (GERMER, 1999, 2002).

Em termos concretos, no entanto, as trocas que ocorrem entre detentores de mercadorias em um mercado mundial capitalista encontram-se limitadas pelas fronteiras estatais e a circulação monetária controlada (em maior ou menor grau) pela figura dos bancos centrais. Novamente, portanto, é possível observar que o dinheiro mundial, equivalente geral e forma universal da riqueza social tende a ser entesourado na forma de reserva e substituído, em termos de meio de pagamento, por representantes de seu valor. Tem-se, assim, a manifestação das chamadas “balanças de pagamento internacionais”, que exigem, dos próprios Estados, a geração de um fundo de reserva para a garantia da efetividade da circulação mundial, elevando a importância dos tesouros nacionais (MARX, 1982, p.108, 1983).

6.3 Sistema de pagamentos internacional: a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais

A relação entre o SMI e o sistema de crédito internacional expressa por Brunhoff e Foley (2008) permite identificar a premissa que determina a conversibilidade dos títulos e das letras de câmbio em dinheiro mundial: a necessidade de garantir os pagamentos internacionais, que deriva do papel do dinheiro mundial enquanto equivalente geral universal (AGLIETTA, ORLÉAN, 1990). Uma vez que o dinheiro mundial representa a forma universal da riqueza social, ele desponta como o único e último recurso que garante a segurança das trocas internacionais, isto é, a efetivação dos pagamentos e a transferência de títulos de propriedade entre os participantes do mercado mundial capitalista.

Em termos essenciais, a necessidade de garantir os pagamentos pode ser relacionada com a própria dinâmica que fundamenta as regras da propriedade privada, as quais são bastiões do funcionamento do modo de produção capitalista. A obrigação da garantia dos pagamentos emerge como demanda da crescente interrupção do processo de metamorfose das mercadorias, isto é, da separação entre as etapas de compra (D-M) e venda (M-D) de mercadorias e do desenvolvimento da função do dinheiro como meio de pagamento. Ela é a forma superior da condição que assegura a efetivação desses atos de compra e venda, possibilitando a real transferência de propriedades entre os detentores de mercadorias e de dinheiro. Não cabe aqui discutir a profundidade da relação entre propriedade privada individual e a necessidade de garantir os pagamentos como um fenômeno próprio do modo de produção capitalista, mas deve-se compreender que reside nessa questão a razão para a existência de um sistema mundial

ordenado de pagamentos, cuja forma se dá a partir da instituição de um padrão específico de equiparação entre moedas nacionais e de conversibilidade com relação ao dinheiro mundial (GERMER, 1999).

Todavia, um ponto fundamental é perceber que a necessidade de garantir a realização dos pagamentos internacionais não consiste em uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo, mas sim uma necessidade que emerge do alto grau de interdependência entre as economias nacionais, o qual se encontra determinado pela realização da economia mundial capitalista, do mercado mundial e do dinheiro mundial, a partir da associação entre Estado nacional e capital financeiro monopolista. Em outras palavras, como se verá a seguir, a necessidade de garantir a realização dos pagamentos internacionais torna o SMI um mecanismo específico que sintetiza os efeitos da contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, dadas as condições de dominância do capital financeiro em termos mundiais e da presença de um sistema interestatal que não possui, em tese, autoridade política superior. Essa garantia, portanto, está relacionada à gestão da acumulação de capital mundial, remetendo assim à questão das crises econômicas internacionais e apresentando-se como elemento nuclear daquilo que motiva o estabelecimento de formas específicas de ordenamento do SMI: a questão da estabilidade dos fluxos monetários e creditícios (MARX, 1983c; KEYNES, 1983).

Se reassumirmos a premissa de que a concorrência entre produtores privados é anárquica e desordenada, temos que a eliminação dos concorrentes, a centralização e a concentração de capital são as consequências dessa condição. Vimos, no entanto, que essa tendência à monopolização inaugura uma configuração concorrencial nociva, fundamentada na aniquilação entre grandes detentores de capital, a qual prejudica o próprio capital financeiro, que fornece combustível a esse processo. Nesse contexto, emergem os acordos monopolistas como uma amenização dessas forças concorrenciais, os quais possuem o objetivo de garantir, conjuntamente, lucros crescentes e riscos menores para as associações monopolistas principais. Finalmente, essas associações monopolistas atingem seu paroxismo a partir da associação com os Estados nacionais e reinauguram melhores condições de concorrência, agora para além das fronteiras estatais (BUKHARIN, 1984; LENIN, 1984; HILFERDING, 1985).

Uma vez que a circulação de mercadorias, de dinheiro e, portanto, de capital independe, na essência, das fronteiras políticas dos Estados, temos que as características do capital financeiro monopolista devem ser necessariamente conservadas à medida que este se projeta para a economia mundial. Em um cenário mundial em que as associações monopolistas somam-se aos Estados e competem entre si, não é absurdo propor, portanto, dadas as próprias

características do capital financeiro, que haja também uma alteração da dualidade livre-concorrência e monopólio na tentativa de reduzir os prejuízos derivados de falências e de crises, bem como de potencializar os lucros dessas entidades monopolistas em termos mundiais¹³ (BUKHARIN, 1984; SWEEZY, 1983).

Um ponto importante relacionado às falências e à própria lógica concorrencial é perceber que as associações monopolistas nacionais, por estarem limitadas pelas fronteiras estatais, garantem nos Estados a proteção que lhes convêm. Em outras palavras, se as transferências de propriedade em uma economia nacional não se realizam por meio do dinheiro como meio de pagamento, o Estado, que cumpre o papel fundamental de garantir a defesa da propriedade privada individual tanto por meio tanto do aparato jurídico-legal, quanto da potencialidade de uso institucionalizado da violência como forma de imposição da ordem social, detém o poder de garantir a possibilidade de apropriação (MARX, 1983a; SWEEZY, 1983; WALLERSTEIN, 1995). A questão, no entanto, é que, uma vez considerado um sistema político interestatal em que os Estados interagem como semelhantes e encontram-se em situação de inexistência de qualquer autoridade política superior, a garantia da defesa da propriedade privada individual entre eles se dá, em última instância, pela guerra e pela intervenção militar. Assim, se pensarmos em termos de economia mundial capitalista, temos, de acordo com o terceiro capítulo, que o uso da violência e da coerção política interestatal representa uma possibilidade real de efetivação das transferências da propriedade privada e, por conseguinte, também serve como alternativa no sentido de garantir a realização dos pagamentos internacionais.

O fato é que, pela própria necessidade de garantir a continuidade do processo de acumulação de capital, essa violência deve ser minimamente mediatizada, isto é, não pode servir como instrumento primário de efetivação das transferências de propriedade (AGLIETTA; ORLEAN, 1990). Em outras palavras, a guerra não pode ser o fundamento primário da garantia das transferências de propriedade em termos internacionais simplesmente porque ela pode promover a instabilidade e a desordem social e atuar, nesse sentido, contra a própria lógica de reprodução do capital¹⁴. Portanto, por mais que ação dos Estados garanta,

¹³ É importante ter em mente que o grau de interdependência do capital financeiro internacional é muito mais alto. Tal fato está relacionado ao grau de combinação do sistema propiciado pela integração produtiva e pela intensificação dos fluxos mundiais de mercadorias e dinheiro.

¹⁴ A lógica aqui é a mesma da violência extra-econômica na acumulação primitiva de capital. Assim como a garantia da própria propriedade privada individual, a necessidade de garantir os pagamentos não consiste em uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo, muito embora seja necessária na medida em que este se torna dominante. Como Marx (1983a) descreve no processo de acumulação primitiva de capital, a expropriação por meio da violência extra-econômica cumpre um papel fundamental no surgimento do capitalismo inglês, sendo força motriz para a imposição da propriedade privada individual e da lógica de

através do aparelho de guerra, a segurança última da propriedade privada individual na economia capitalista mundial, o desenvolvimento do modo de produção capitalista em termos mundiais deve ser mediado pelas mesmas regras que evitam a desordem social e a instabilidade na esfera interna¹⁵.

É por isso que, em última instância, a necessidade de garantir os pagamentos internacionais surge como um elemento que deriva da contradição entre as lógicas trabalhadas e serve aos interesses do capital financeiro monopolista em uma economia capitalista mundial em que os Estados representam o limite com relação às economias nacionais. Tem-se, assim, especificamente em função de o dinheiro mundial ser a forma da riqueza social universal, a instituição de um acordo monopolista financeiro internacional, cujo objetivo, dentre outros, é garantir a efetivação dos pagamentos internacionais como forma de potencializar as condições de acumulação de capital em termos universais. Esse acordo, que dá forma específica ao SMI, realiza-se a partir da instauração, por parte de alguns capitalistas e, em seguida, por parte dos Estados nos quais se localizam, de um padrão de ordenamento da utilização do dinheiro mundial, que, por definição, representa uma tentativa de evitar distúrbios e incertezas relacionadas à economia capitalista mundial (COHEN, 2008a; GILPIN, 2002; KIRSHNER, 2003).

Importa, a partir de então, perceber por que esses distúrbios e incertezas advêm da própria contradição entre a lógica universal do capital e da lógica dos capitalismos nacionais. Vimos que, na economia mundial capitalista, é assegurado ao Estado um papel dual: por um lado, ele serve à primeira lógica quando promove a internacionalização do capital, isto é, possibilita a continuidade da acumulação de capital para além das fronteiras nacionais. Por

acumulação. Em um segundo momento, essa mesma violência é reorientada no sentido não mais de promover a expropriação, mas de assegurar, via aparelho estatal e por meio de sua potencialidade, o estabelecimento da ordem social capitalista, isto é, o cumprimento de leis que impedem a reconsideração da propriedade privada individual como forma dominante. O mesmo pode ser concebido para a questão dos pagamentos internacionais. Deve-se reconhecer que nem sempre a guerra é desestabilizadora, podendo servir como alavancagem para a expansão do capital de um Estado sobre o outro. O fato, no entanto, é que como demonstram as experiências da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, quando a tensão ocorre entre os membros do centro dinâmico do capitalismo, os prejuízos à acumulação tendem a ser substanciais (POLANYI, 2000; EICHENGREEN, 2008).

¹⁵ A própria noção de imperialismo ajuda a esclarecer essa questão: conforme Lenin (1984) e Sweezy (1984), o imperialismo é representado pela partilha territorial entre os principais Estados capitalistas, sendo especificamente um fenômeno que se apresenta na fase de dominância do capital financeiro. Dessa forma, por um lado, a partilha territorial indica apropriação violenta dos territórios econômicos que se encontram à margem do desenvolvimento capitalista; por outro, todavia, indica um acordo entre os grandes expoentes do capital financeiro por meio de seus Estados, acordo que está sujeito às mudanças de conjuntura e à concorrência internacional e que pode, assim, ser desfeito na medida em que não serve mais às partes envolvidas. Nesse sentido, pode-se considerar a reflexão de Fiori (1999a, p. 63), segundo o qual a instabilidade está presente como elemento próprio do sistema, seja por meio da figura do dinheiro, seja pela própria ação militar da guerra: “o poder dentro do sistema capitalista ora assume sua forma mais abstrata, o dinheiro, ora retoma a face mais dura e visível das armas, sem que seja possível jamais alcançar uma estabilidade econômica ou equilíbrio político de longo prazo”.

outro lado, ele serve à segunda lógica, quando condiciona os ganhos obtidos com a acumulação mundial do capital às fronteiras nacionais e pode, assim, funcionar como instrumento de alavancagem das burguesias nacionais. Dessa forma, de acordo com o segundo capítulo, a tendência à concentração e à centralização inerente à acumulação de capital, cujo paroxismo pode ser abstratamente concebido na figura do monopólio mundial, é limitada pela tendência à nacionalização dos ganhos com a acumulação mundial de capital, isto é, a partir da afirmação das economias nacionais em última instância. Essa tensão da reprodução mundial do modo de produção capitalista promove as instabilidades e os distúrbios relacionados à acumulação de capital em termos universais e, dessa forma, tem o germe para suas próprias soluções. Vejamos como isso pode ser concebido no caso do SMI.

6.4 Sistema Homogêneo e Sistema Fragmentado

O SMI expressa a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais não apenas porque é um produto da associação entre Estado e capital financeiro monopolista, mas principalmente porque, como já descrevemos, a própria categoria dinheiro guarda em si uma relação com essa contradição. Por um lado, temos que a universalização do ouro como dinheiro mundial representa a realização efetiva do equivalente geral, a fundamentação do mercado mundial capitalista e cosmopolita e a homogeneização da circulação de mercadorias na figura de uma única mercadoria-dinheiro. Nesse sentido, ele torna-se forma universal da riqueza social no modo de produção capitalista, mas garante a realização de apenas uma das partes da dualidade da categoria dinheiro; ele é apenas dinheiro-mercadoria, isto é, cumpre exclusivamente os papéis de equivalente geral, medida dos valores e meio de pagamento internacional. Isso significa dizer que, para sua consideração, importam apenas os valores das mercadorias, universalmente comparáveis a partir da noção de trabalho abstrato (MARX, 1982, 1983).

Essa concepção do dinheiro enquanto dinheiro-mercadoria pode ser entendida em analogia à proposição de Aglietta e Orléan (1990) acerca do sistema monetário homogêneo, uma abstração que, ao considerar a universalidade do dinheiro, indica o potencial unificador e esterilizador deste, no que diz respeito às tensões sociais fundamentais¹⁶:

¹⁶ É necessário enfatizar que o modelo de Aglietta e Orléan (1990) acaba se afastando da necessidade de interação com o concreto proposto pela dialética marxiana, o que apresenta certas dificuldades para o argumento aqui apresentado, que se sustenta na crítica aos tipos ideais e às categorias puramente abstratas. No entanto, ao invés de dispensar a dinâmica entre sistema homogêneo, sistema fragmentado e sua síntese no sistema hierarquizado, a abordagem aqui proposta procura associá-la à relação entre a lógica universal do capital e a lógica dos

A moeda homogênea é o conceito que [...] considera, portanto, a unificação do espaço econômico como ponto pacífico, sobre o qual não é necessário questionar. Nesse contexto, a moeda aparece como princípio construído, em sua mais triunfante arquitetura. [...] Nessas condições, a coerência das decisões privadas é assegurada. [...] De uma maneira reveladora, a moeda aparece sob a forma ingênua do último bem, que liquida o conjunto dos mercados (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990, p.90).

De certa forma, o sistema monetário homogêneo aproxima-se da própria noção apresentada por Marx (1982), para quem o dinheiro mundial possibilita a criação de um mercado mundial cosmopolita, em que não importam as divisões políticas, culturais ou de qualquer outra natureza específica; apenas a interconexão entre detentores de mercadorias. Podemos perceber, ainda, que essa abstração está atrelada à lógica universal do capital: ela representa a validação das leis imanentes do valor na totalidade da economia mundial capitalista, o que caracteriza, por exemplo, o fato de o sistema monetário homogêneo ser definido como uma “[...] organização monetária na qual o financiamento é assegurado exclusiva e diretamente pela instituição central.” (AGLIETTA, ORLÉAN, 1990, p. 88). Há aqui uma analogia direta com a concepção de monopólio mundial e de banco central mundial trabalhada no segundo e no terceiro capítulo (LENIN, 1984). A concepção abstrata de sistema monetário homogêneo representa a realização do processo de monopolização que decorre da concentração e da centralização do capital e caminha, não por acaso, no sentido de uma “[...] mitologia da estabilidade, da universalidade, *do consenso coletivo* [...]” que, por definição, elimina a concepção de concorrência e, assim, remete à possibilidade de efetivação da lógica universal do capital em sua máxima potencialidade. (AGLIETTA; ORLÉAN, 1990 p. 92, grifo do autor).

O fato é que, assim como a própria lógica universal do capital encontra sua contradição na lógica dos capitalismo nacionais e a noção de dinheiro-mercadoria encontra sua contradição na noção de dinheiro-moeda, a concepção de sistema monetário homogêneo choca-se com a sua oposição – o sistema monetário fragmentado – que pode ser concebido a partir da própria lógica de homogeneização. Se partirmos da premissa de que a categoria dinheiro também é necessariamente representada pelo outro lado de sua dualidade, o dinheiro-moeda, temos que ela identifica-se como tal não apenas devido a sua conexão com a macrounidade política, mas principalmente com as condições específicas de reprodução da força produtiva social do

capitalismos nacionais, tornando-a uma consideração analítica relacionável às manifestações específicas da realidade histórica. Nesse sentido, mais do que um arcabouço de análise, o modelo de Aglietta e Orléan serve de analogia para a manifestação da dinâmica entre as lógicas mencionadas, especificamente no que diz respeito ao papel cumprido pelo dinheiro e pela moeda. Assim sendo, abandona-se a importância que os autores fornecem à questão da violência mimética no entendimento dos sistemas monetários em favor de sua associação ao desenvolvimento da força produtiva social do trabalho e de suas peculiaridades concretamente verificáveis em um sistema monetário internacional historicamente datado.

trabalho internamente a um território delimitado: a riqueza produzida em determinada sociedade circula, a partir de meios de circulação e meios de pagamento, de acordo com os preços especificamente denominados em moedas locais ou nacionais, legitimadas pelas macrounidades políticas. Novamente, a macrounidade política aparece como elemento condicionante das próprias contradições que emanam do desenvolvimento orgânico do modo de produção capitalista.

O mesmo dilema entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais pode ser transferido, portanto, para a questão do dinheiro mundial. Vimos que como equivalente geral universal, o dinheiro mundial representa apenas a condição dinheiro-mercadoria da categoria dinheiro, isto é, sua relação com as leis imanentes da circulação. Assumimos também que, no entanto, a categoria dinheiro não pode ser dissociada da macrounidade política, a qual, por sua vez, está associada à figura do dinheiro-moeda. Concebe-se, a partir disso, o sistema monetário fragmentado como a contrapartida do sistema monetário homogêneo, concepção abstrata cuja denominação também foi importada de Aglietta e Orléan (1990). O sistema monetário fragmentado pode ser definido pela divisão monetária associada aos Estados e aos seus bancos centrais respectivos. Ele expressa, abstratamente, a exacerbação da lógica dos capitalismo nacionais no que diz respeito à circulação mundial de mercadorias e de dinheiro, uma vez que remete à própria necessidade de internalização nacional da riqueza produzida em termos mundiais. Em sua essência, ele pode ser considerado como a manifestação na qual a tensão da concorrência entre as associações monopolistas nacionais é tamanha que a ação dos Estados por meio das moedas nacionais prejudica a própria utilização do dinheiro mundial e, portanto, a reprodução universal da acumulação. Pode-se propor, por exemplo, que um período histórico em que essa concepção abstrata evidenciou fortemente seu caráter foi o entre-guerras mundiais, quando o controle sobre o fluxo de capitais e a manipulação por meio das moedas nacionais por parte dos Estados foi tão intenso que incidiu negativamente sobre o volume da circulação de dinheiro e de mercadorias em termos mundiais. Esse momento sucedeu um período de exacerbada liberdade dos fluxos de dinheiro, mercadorias e capital, mais especificamente, o período compreendido entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (POLANYI, 2000; EICHENGREEN, 2008).

Se a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais impossibilita a realização do monopólio mundial e do Estado mundial, temos que a condição do dinheiro mundial enquanto dinheiro-mercadoria e, simultaneamente, enquanto dinheiro-

moeda impede que seja possível conceber um banco central mundial¹⁷. Isso significa afirmar que o dinheiro-moeda, por representar a própria limitação da economia nacional, impede que haja a real consideração de um sistema monetário homogêneo, em que as tensões competitivas entre os capitalistas se dissolvem na direção do monopólio de emissão monetária e, portanto, de equilíbrio dos pagamentos. O dinheiro-moeda impede, assim, desconexão da categoria dinheiro da contradição entre lógica universal do capital e lógica dos capitalismo nacionais, não podendo o dinheiro mundial em sua forma moeda ser emitido por uma autoridade mundial de emissão simplesmente porque a unidade política superior da economia mundial capitalista é o Estado nacional¹⁸ (FIORI, 2014).

Uma vez então assumida a inevitabilidade das contradições “lógica universal do capital e lógica dos capitalismo nacionais” e “dinheiro-mercadoria e dinheiro-moeda”, temos que a contradição entre sistema monetário homogêneo e sistema monetário fragmentado segue a mesma trajetória e que, dessa forma, precisa apresentar uma síntese que indica a efetivação dessas tensões no que diz respeito à realidade social concreta. Essa síntese representa, na prática, a melhor solução que o capital financeiro monopolista, associado com os Estados nacionais, encontra para garantir a realização dos pagamentos mundiais, ou seja, a ordem monetária internacional:

A ordem monetária internacional é o arcabouço legal e convencional segundo o qual esse mecanismo de intercâmbio opera. O controle é exercido por meio de políticas implementadas no nível nacional, mas que interagem no nível internacional. Ao especificar quais os instrumentos da política nacional que podem ser utilizados e quais alvos dessa política são considerados legítimos, a ordem monetária estabelece tanto um cenário para o sistema monetário internacional quanto o entendimento do ambiente por todos os seus participantes (COHEN, 2008a, p.22, tradução nossa)¹⁹.

¹⁷ Para Aglietta e Orléan (1990) um banco central mundial impede qualquer possibilidade de transferência de propriedade efetiva, uma vez que o limite para a compensação dos pagamentos é infinito. O contrário ocorre quando o limite é imediato, isto é, quando a necessidade de realizar os pagamentos se dá no momento do ato social da troca e, portanto, não há como desenvolver qualquer sistema de crédito nesse sentido. Dessa incongruência entre sistema homogêneo e sistema fragmentado surge a necessidade de ordenamento.

¹⁸ O caso da existência de uniões monetárias não contraria o argumento aqui proposto. Mesmo que haja uma autoridade supranacional de emissão, esta não pode ser compreendida sem as condições reais da economia, isto é sem considerar os benefícios e os prejuízos que uma moeda comum pode trazer para Estados que têm condições desiguais de reprodução da força social do trabalho. Se atentarmos especificamente para o caso da Zona do Euro, observa-se uma tensão clara entre os membros do acordo com relação à política cambial e à política monetária, o que pode ser evidenciado, por exemplo, pelos contínuos superávits por parte da Alemanha e déficits no caso de Portugal ou Grécia.

¹⁹ Do original: “*The international monetary order, by contrast, is the legal and conventional framework within which this mechanism of interchange operates. Control is exerted through policies implemented at the national level and interacting at the international level. By specifying which instruments of national policy may be used and which targets of policy may be regarded as legitimate, the monetary order establishes both the setting for the monetary system and the understanding of the environment by all of the participants in it.*”

Esta aparece, assim, como solução para o dilema central que compete ao SMI: “[...] a dificuldade em prover estabilidade para as relações monetárias externas enquanto se assegura, simultaneamente, para cada membro desse sistema, uma autonomia local adequada sobre sua taxa doméstica de juros e outras políticas macroeconômicas.” (KIRSHNER, 2007, p. 648)²⁰.

Tem-se, portanto, que para além do resultado de um acordo monopolista financeiro mundial, a ordem monetária internacional é a forma assumida pelo SMI em um determinado período histórico específico. Ela deve incluir um acordo político-jurídico fundamentado e garantido pelos Estados nacionais, dada a condição indissociável do capital com o Estado no que diz respeito à economia mundial capitalista. Por um lado, há a condição homogênea do dinheiro mundial enquanto dinheiro-mercadoria, enquanto forma universal da riqueza social, medida dos valores e meio de pagamento em última instância. Por outro lado, há a condição fragmentada das formas do dinheiro mundial – padrão dos preços e contratos de pagamentos - que se expressam nas figuras de determinadas moedas nacionais. A síntese resultante deve lidar com tal contradição porque é expressão da associação do capital financeiro monopolista com os Estados e apresenta-se, dessa forma, como um padrão monetário internacional, no qual a mercadoria-dinheiro escolhida como equivalente geral universal serve como dinheiro-mercadoria e as moedas nacionais servem como dinheiro-moeda conversível, como demonstram, por exemplo, o padrão ouro-libra e o padrão ouro-dólar²¹ (ASTARITA, 2003; GERMER, 1998, 1999, 2002, 2005).

Assim, com relação a sua dinâmica, a ordem monetária internacional expressa, na prática, diferentes graus de tensão entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, a depender das condições específicas de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no capitalismo. Por um lado, o limite é o sistema homogêneo, onde a lógica universal do capital se realiza em todas suas potencialidades e, portanto, não há qualquer espaço para as manobras políticas das burguesias nacionais frente aos representantes do centro

²⁰ Do original: *the difficulty in providing both stability in external monetary relations while assuring ‘at the same time an adequate local autonomy for each member over its domestic rate of interest’ and other macroeconomic policies.*

²¹ A configuração do sistema monetário após a dissolução dos acordos de Bretton Woods representa um desafio conceitual nesse sentido. Pode se propor, por exemplo, que o dólar estadunidense é tanto dinheiro-moeda quanto dinheiro mercadoria, o que indica a dissolução da diferenciação dessa dualidade. Mesmo assim, ela continuaria existindo e promovendo os efeitos esperados: a ordenação do SMI em certas condições específicas. Nesse caso, é interessante perceber que tais condições específicas podem remeter à capacidade das taxas de juros instituídas pela Reserva Federal dos Estados Unidos de promover a retomada de ciclos de crescimento econômico naquele país (TAVARES, 1997). Não é surpresa conceber que tal cenário, em que o ordenamento monetário internacional encontra-se fortemente condicionado a um capitalismo nacional específico, seja pensado como um não-sistema monetário, isto é, como um sistema monetário sem ordem alguma (GILPIN, 2001).

dinâmico da acumulação de capital mundial. Por outro, o limite é o fim absoluto do que Kirshner (2007, p. 648) chama de cooperação monetária “[...] essencialmente, esforços em uma ou outra forma no sentido de coordenar o gerenciamento das taxas de câmbio (que) podem [...] estabelecer entendimentos, normas, procedimentos e mecanismos concebidos para aliviar o peso dos ajustamentos inerente a qualquer sistema de pagamentos internacional.”²²

Em termos práticos, todavia, nenhuma dessas situações se faz concretamente viável, o que explica porque as ordens monetárias internacionais tendem a representar diferentes graus de oposição entre tais sistemas abstratos²³. A explicação para tal ponto reside nas próprias características dos acordos entre associações monopolistas financeiras: eles estão sujeitos às condições conjunturais de reprodução do capital e podem, dessa forma, ser alterados na medida em que o acordo já não serve às partes integrantes (SWEEZY, 1983)²⁴.

6.5 Hierarquia monetária e relações de poder na ordem monetária internacional

A despeito das próprias concepções de sistema monetário homogêneo e sistema monetário fragmentado, o ponto fundamental dessa contradição reside na identificação da essência da síntese que dela decorre, a qual explica porque, independentemente da ordem monetária internacional vigente, o SMI possui certas características estruturalmente definidas. Se reconstruirmos brevemente a trajetória até então percorrida, temos que o sistema monetário homogêneo remete à categoria dinheiro enquanto dinheiro-mercadoria. Associado à reprodução

²² Do original: “*essentially, efforts in one form or another to coordinate exchange rate management (that) can establish understandings, norms, procedures and mechanisms designed to help ease the burdens of adjustment inherent in any international payments system.*”

²³ Há, dessa forma, uma crítica à concepção de Keynes (1942) acerca da viabilidade de um *clearing union* mundial, conforme o autor propôs nas discussões que antecederam a instituição dos acordos de Bretton Woods (BOUGHTON, 2002). Para Keynes (1942, p. 04), o *clearing union* mundial baseava-se necessariamente em um sistema de ajuste similar ao dos sistemas bancários nacionais, que, em última instância, teria os efeitos de limitar o potencial de competição das burguesias nacionais via impossibilidade de apresentar contínuos superávits nos balanços de pagamentos: “*No country need be in possession of a credit balance unless it deliberately prefers to sell more than it buys (or lends); no country loses its liquidity or is prevented from employing its credit balance whenever it chooses to do so; and no country suffers injury (but on the contrary) by the fact that the balance, which it does not choose to employ for the time being, is not withdrawn from circulation. In short, the analogy with a national banking system is complete. No depositor in a local bank suffers because the balances, which he leaves idle, are employed to finance the business of someone else. Just as the development of national banking systems served to offset a deflationary pressure which would have prevented otherwise the development of modern industry, so by extending the same principle into the international field we may hope to offset the contractionist pressure which might otherwise overwhelm in social disorder and disappointment the good hopes of our modern world.* Como afirmam Aglietta e Orléan (1990), sistemas de pagamentos como os propostos por Keynes (1942) tornam inexistentes ou reduzem consideravelmente a circulação dos direitos de propriedade privada entre os detentores de capital.

²⁴ A dissolução do acordo de Bretton Woods parece indicar exatamente essa situação específica (BORDO, 1993; BELLUZZO, 1995).

do modo de produção capitalista, o sistema monetário homogêneo possui seus fundamentos determinados pela lógica universal do capital, ou seja, pela universalização do processo de acumulação de capital, que caminha rumo ao monopólio mundial.

Assumiui-se, todavia, que as próprias condições desiguais de desenvolvimento, embora atuem favoravelmente à concentração e à centralização do capital, agem também no sentido de se contrapor a lógica universal do capital na medida em que ela se realiza. Assim, uma vez que os Estados constituem-se em macrounidades políticas que fornecem limites territoriais a sociedades com diferentes graus de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho; e que o capital, para projetar-se na economia mundial, precisa associar-se aos Estados como forma de romper a própria barreira que eles representam, apresenta-se uma divisão da economia mundial capitalista em economias nacionais, que tendem a receber, em maior ou menor grau, os ganhos com a acumulação de capital mundial. Une-se a tal fato o processo já discutido de identificação do símbolo monetário com o Estado nacional, que ao mesmo tempo fomenta e é fomentado pela dinâmica que acabamos de mencionar. Como resultado, o sistema monetário fragmentado constitui-se a partir da inevitabilidade da associação da categoria dinheiro com o Estado nacional no modo de produção capitalista, a qual se manifesta a partir da noção de dinheiro-moeda.

No entanto, a dualidade da categoria dinheiro não pode, de forma alguma, realizar-se separadamente. É, assim, diante da obrigação do dinheiro mundial, no modo de produção capitalista, de ser dinheiro-mercadoria – e estar relacionado à lógica universal do capital – e de ser dinheiro-moeda – e estar relacionado à lógica dos capitalismo nacionais – que a síntese da contradição entre sistema monetário homogêneo e sistema monetário fragmentado se realiza em um sistema monetário hierarquizado. No âmago da questão, tem-se que a circulação de mercadorias se dá a partir de uma mercadoria-dinheiro que assume o papel de dinheiro mundial (ouro, até meados de 1970), equivalente geral e forma da riqueza social, a qual permite a estruturação dos preços, a conversibilidade dos símbolos monetários e a garantia universal de pagamento dos contratos. Na superfície, tem-se que a inevitabilidade do sistema político interestatal condiciona a adaptação das moedas nacionais à mercadoria-dinheiro que serve como dinheiro mundial, as quais se estabelecem hierarquicamente conforme o grau de sua utilização enquanto meio de pagamento internacional e por meio da conversibilidade mútua, que, em primeira instância, está associada ao dinheiro mundial²⁵ (AGLIETTA; ORLEAN,

²⁵ Uma questão importante é o debate acerca de qual mercadoria-dinheiro cumpre o papel de equivalente geral internacional após o fim de Bretton Woods. Mais especificamente, a discussão remete à continuidade da existência de uma mercadoria-dinheiro (antes o ouro) que funciona como medida dos valores e meio de

1990; COHEN, 1998; GERMER, 1999, 2008). Tem-se, assim, que o SMI, pela própria realidade que o condiciona – economia mundial capitalista e sistema político interestatal – apresenta uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que o dinheiro mundial serve à universalização e à totalidade do sistema enquanto dinheiro-mercadoria, ele contrapõe essa condição ao servir enquanto dinheiro-moeda, estando dependente dos Estados e das economias nacionais.

A estrutura hierárquica do SMI é, assim, uma decorrência necessária da contradição entre sistema homogêneo e sistema fragmentado. É válido perceber, no entanto, que ela encontra sua essência na condição de desenvolvimento desigual das forças produtivas. Mais especificamente, tem-se que, independentemente da forma apresentada por essa hierarquia, isto é, independentemente da ordem monetária internacional, o caráter hierárquico do SMI é organicamente derivado dos diferentes graus de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, que afetam diferentemente a produção de riqueza em cada sociedade e, dessa forma, as condições e as possibilidades de utilização e de aceitação de cada moeda nacional em âmbito internacional²⁶. Assim sendo, temos historicamente o que Cohen (1998) apresenta como a pirâmide monetária. Ela apresenta, partindo do topo em direção à base, uma hierarquia de moedas, cuja parte superior contém aquelas moedas mais aceitas e utilizadas em transações internacionais e, a parte inferior, aquelas que são menos empregadas no mercado mundial capitalista²⁷. É possível, nesse esquema, identificar uma moeda principal, que ocupa o cume da pirâmide e que corresponde ao símbolo monetário majoritariamente utilizado para todos os tipos de transações internacionais de mercadorias, de dinheiro e de capital. Este símbolo específico – representado pela libra esterlina entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial e pelo dólar estadunidense a partir de 1945 – tem a característica específica de ser quase universalmente aceito como meio de pagamento internacional, isto é, aproxima-se da condição de equivalente universal; de dinheiro-mercadoria.

Não obstante o fato de que a estrutura do SMI é essencialmente hierárquica graças às condições orgânicas do desenvolvimento desigual das forças produtivas no modo de produção

pagamento internacional. Uma hipótese é que os próprios títulos da dívida do Tesouro dos Estados Unidos, que são aproximações do dinheiro-moeda, passaram a cumprir este papel (TAVARES; BELLUZZO, 2004).

²⁶ Não é a toa que, por exemplo, Brunhoff (1978) defende que as questões relacionadas ao balanço de pagamentos dependem de fatores econômicos, determinados pela produção social material e não de questões especificamente monetárias ou financeiras, isto é, associadas exclusivamente à esfera da circulação de mercadorias.

²⁷ Como tratamos do dinheiro mundial e das formas que ele assume, já pressupomos aqui a utilização das moedas nacionais para além das fronteiras nacionais (COHEN, 1998). Isso não é, de forma alguma, um paradoxo com relação à associação da moeda nacional com o Estado nacional – na economia capitalista mundial, por mais que a circulação de certa moeda não esteja restrita ao território ao qual pertence, ela sempre remete ao monopólio de emissão garantido pelo banco central nacional (FIORI, 2014).

capitalista, a ordem monetária internacional, isto é, a forma pela qual essa estrutura está organizada, embora seja também fruto do processo de desenvolvimento material, só pode ser explicada se são levadas em consideração as consequências desse processo em sua totalidade. Por exemplo, podemos inegavelmente afirmar que as condições materiais específicas de desenvolvimento permitiram aos capitalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos liderar a acumulação de capital mundial em períodos históricos determinados e, assim, devido ao grau de concentração da riqueza material, instituir suas moedas nacionais como meios de pagamentos internacionais amplamente utilizados (ARRIGHI, 1994; FIORI, 2014). Belluzzo (2000) descreve resumidamente essa trajetória no caso específico da Inglaterra do século XIX:

Na passagem do Oitocentos pro Novecentos, o auge do comércio internacional expressou-se no crescimento espetacular do volume e do valor das exportações mundiais, bem como na diversificação das mercadorias envolvidas no intercâmbio 'global' e na incorporação de novas áreas periféricas, especializadas na produção de alimentos e matérias-primas. Esse auge foi impulsionado, no centro, por importantes inovações nos métodos de produção e pelo surgimento de novos produtos, acompanhados de significativas alterações nas escalas de produção. Essas transformações foram amparadas por uma forte expansão das transações financeiras internacionais, o que engendrou um intenso processo de concentração bancária na Inglaterra e, ao mesmo tempo, suscitou o aparecimento de novos centros financeiros dispostos a concorrer com Londres. [...] Em seu desenvolvimento, porém, o sistema financeiro internacional liderado pela Inglaterra foi ampliando suas demais funções, como as de emissão e negociação de títulos de dívida, soberanos ou privados, concessão de avais e recebimento de depósitos de governos estrangeiros. Londres manteve, até as vésperas da Primeira Guerra a sua posição de liderança na emissão de títulos dos países da periferia (BELLUZZO, 2000, p. 92-93).

O problema, todavia, é que, a despeito da correlação entre o principal centro dinâmico do capitalismo mundial e a principal moeda nacional utilizada como meio de pagamento internacional, nem sempre a ordem monetária internacional, isto é, a forma a qual a hierarquia inerente ao SMI assume, reflete as capacidades de cada sociedade de gerar riqueza²⁸. Isso significa dizer que a ordem monetária internacional expressa não apenas o grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho em cada sociedade, mas também outros fatores que acabam por condicionar a sua estrutura.

A explicação para esse fenômeno é simples: para além de um acordo financeiro monopolista que procura potencializar a acumulação de capital em termos mundiais e, dessa forma, impedir que outros competidores adquiram a capacidade de competir com os representantes do centro dinâmico da economia mundial capitalista; a ordem monetária

²⁸ Um exemplo contemporâneo é o caso da China, que evidencia um descompasso entre a importância da economia chinesa para a acumulação de capital mundial e a utilização do Renminbi como meio de pagamento e reserva internacional, muito embora essa tendência venha se invertendo (HELLEINER; KIRSHNER, 2014).

internacional também é um acordo jurídico-político, uma vez que o Estado não pode estar dissociado do capital em sua condição mundial (FIORI, 1999, 1999a, 2014). Nesse sentido, ela amalgama o sistema político interestatal com a economia mundial capitalista, o que só é possível porque a categoria dinheiro contém, em sua essência, a dualidade que a relaciona, simultaneamente, com o poder político e com as relações sociais de produção (MARX, 1972; BRUNHOFF, 1978).

É nesse ponto que reside a importância do SMI enquanto objeto de estudo em EPI: a dualidade específica do dinheiro não subverte a preponderância das relações sociais de produção sobre a dinâmica do processo histórico, embora garanta em si, contraditoriamente, a relação tanto com o processo de geração de valor por meio da noção de equivalente geral, quanto com a figura da macrounidade política. Não é difícil identificar a razão dessa característica peculiar: em primeira instância, o dinheiro, como forma da riqueza social é, como dinheiro, elemento da circulação e, como capital, elemento da produção, manifestadamente na forma de crédito, remetendo, portanto, à totalidade da produção material no modo de produção capitalista. Além disso, o dinheiro é, como dinheiro-moeda, a realização concreta e contraditória das leis de circulação mundial, a qual é condicionada pela inevitabilidade da existência de macrounidades políticas e, portanto, caracterizada pela presença das moedas nacionais. À medida que se desenvolve a força produtiva social do trabalho no modo de produção capitalista, o dinheiro articula os diferentes processos endógenos de desenvolvimento econômico ao expor suas decorrências materiais em uma circulação que, em última instância, torna-se mundial. Este fenômeno, apesar de ser essencialmente independente das macrounidades políticas, realiza-se condicionado pelos limites que elas impõem, o que confirma, dessa forma, a possibilidade da ação política de um Estado no sentido de interferir no processo de desenvolvimento das forças produtivas de outros Estados (WALLERSTEIN, 1995)²⁹. Tem-se, assim, que o dinheiro é também, especialmente no que diz respeito à economia mundial capitalista, um instrumento específico de poder³⁰.

²⁹ Se concebemos a dualidade da categoria dinheiro como um fenômeno inerente a sua existência, ela guarda uma conexão quase que historicamente definida com a política. Isso possibilita considerar que as relações de troca de valores e de poder político estão historicamente conectadas, muito antes do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Quando este se realiza em sua forma dominante, a forma dinheiro do valor assume também um caráter dominante e, portanto, exacerba a relação entre política e relações de troca de valores.

³⁰ Assim, portanto, pode-se pensar em poder monetário internacional. Este seria uma característica associada à dualidade da categoria dinheiro, considerando o caráter da moeda enquanto instrumento de poder político já previsto em Marx (1972), o qual, como vimos, é demonstrado pela autoridade dos Estados e dos bancos centrais com relação à emissão monetária (BRUNHOFF, 1978). A dificuldade de conceber o conceito de poder monetário, um problema fundamental na EPI, reside no fato de que não se consideram todos os elementos que mencionamos até então: economia mundial capitalista, sistema político interestatal e contradição entre as duas

Pode-se compreender, assim, a partir da ação política prática e da associação entre Estado e capital, que a ordem monetária internacional funciona como uma estrutura de poder historicamente determinada. Esse poder, que se manifesta por meio das moedas graças à dualidade da categoria dinheiro e condicionado pelos níveis desiguais de desenvolvimento, é exercido do topo em direção à base da hierarquia monetária, na tentativa de preservar, por meio da instrumentalização monetária, as condições de acumulação favoráveis ao cume da pirâmide, mas não sem ignorar as tensões entre os membros desse topo no que diz respeito às cláusulas do acordo que dá forma ao padrão monetário. Por exemplo, com relação ao padrão ouro-libra, os únicos países que efetivamente garantiam a conversibilidade eram Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, os quais não por acaso constituíam os centros de maior dinamismo da reprodução do capital na época. Mesmo assim, com exceção da Inglaterra, a utilização da libra esterlina como moeda de reserva era crescente à medida que o acordo de pagamentos se estendia para a periferia do sistema. Essa periferia ficava condicionada não apenas à paridade com o ouro, mas também à necessidade de recorrer a empréstimos em libra esterlina para garantir o equilíbrio nos balanços de pagamentos. Muito embora, com relação aos países do centro dinâmico, o padrão ouro-libra tenha sido um instrumento de apoio mútuo a situações de crises de escassez de ativos líquidos, na medida em que a competição por mercados e a disputa imperialista aumentou, essa cooperação transformou-se em tensão, acarretando o fim do acordo, não por acaso, no despontar da Primeira Guerra Mundial (BORDO, 1993; EICHENGREEN, 1996; FIORI, 1999a; POLANYI, 2000).

É interessante notar, todavia, que mesmo enquanto estrutura de exercício de poder, a ordem monetária internacional não nega a sua essência, que é a contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais. Nesse sentido, as diferentes ordens

lógicas apresentadas. Em princípio, podemos compreender o poder monetário internacional a partir da lógica dos capitalismo nacionais, como uma forma de instrumentalização da categoria dinheiro – uma vez que os Estados são responsáveis pela condição de dinheiro-moeda – para maximizar a internalização dos ganhos com a acumulação de capital mundial. Para tanto, todavia, a moeda nacional deve ser relevante para a economia mundial capitalista como um todo, deve então estar associada à noção de equivalente geral, à quantidade de riqueza social acumulada e, portanto, às próprias condições de reprodução social do trabalho, que determinam a emergência de uma ou outra moeda nacional como principal meio de pagamento internacional. Essa dupla condição, que está associada à própria dualidade da categoria dinheiro, é o que soluciona a discussão sobre quem são os principais agentes do poder monetário internacional: não são nem os Estados, nem os detentores de capital, mas sim a sua associação. É nesse sentido, portanto, que o poder monetário internacional está consensualmente relacionado à capacidade de resistir aos ajustes no balanço de pagamentos (ANDREWS, 2006; COHEN, 2011; KIRSHNER, 1997; WEBB, 1994): as moedas servem de meio de pagamento internacional; funcionam, portanto, de forma a permitir a transferência de propriedade privada. Quanto mais a efetivação dessa transferência é adiada, melhor para o comprador, pior para o vendedor. Em última instância, essa condição se conecta diretamente com o poder político e militar: a dívida pode ser absorvida pela apropriação pura e simples, pela violência extra-econômica e, por outro lado, a negociação da dívida pode servir como barganha para a coerção interestatal.

monetárias que se estabelecem na economia mundial produzem efeitos dúbios. Por um lado, por exemplo, o padrão ouro-libra, o qual estava fundamentado fortemente no liberalismo econômico, impedia, por meio da ênfase no livre fluxo de capitais e na paridade cambial fixa, a internalização efetiva dos ganhos com a acumulação de capital no que dizia respeito aos países mais periféricos do sistema. Qualquer descumprimento do compromisso com o equilíbrio macroeconômico e com o câmbio fixo, especialmente no caso de Estados com moedas nacionais fracas, era punido pela fuga de capitais (FIORI, 1999a). A regra era, portanto, potencializar a lógica universal de acumulação de capital, o que, de acordo com Fiori (1999a), teve como efeito o aumento da desigualdade na distribuição da riqueza mundial. Mesmo assim, por outro lado, algumas economias nacionais encontraram condições, nessa estrutura histórica específica, para romper com a situação de atraso com relação à Inglaterra, inserindo-se progressivamente no centro da economia mundial capitalista:

Foi a hora dos primeiros ‘milagres econômicos’ e da industrialização acelerada dos ‘capitalismos tardios’ alemão, norte-americano e japonês e do enriquecimento de algumas ‘colônias de povoamento’, ou *dominions* ingleses, como foi o caso do Canadá, Nova Zelândia e Austrália, mas também da Argentina e do Uruguai. [...] Neste mesmo meio século, o resto do mundo incorporado à economia europeia, como colônias ou semicolônias, não conseguiu escapar à camisa-de-força de um modelo econômico baseado na especialização e exportação de alimentos e matérias-primas, e viveu um período de baixo crescimento econômico intercalado por crises cambiais crônicas. Em síntese, entre 1830 e 1914, a riqueza mundial cresceu, mas de forma extremamente desigual, ao mesmo tempo em que se expandia o poder político do núcleo europeu do sistema interestatal no qual foram incorporados os Estados Unidos e o Japão (FIORI, 1999a, p. 16).

Outra contradição de mesmo tipo se verifica no caso da ordem de Bretton Woods, a qual, diferentemente do padrão ouro-libra, refletia predominantemente uma visão econômica fundamentada no *welfare state* e no keynesianismo. Pelas próprias condições propiciadas pela ordem – ajustamento controlado das taxas de câmbio e utilização de controle de capitais – nota-se uma maior potencialidade da lógica dos capitalismos nacionais, isto é, da possibilidade de internalizar os ganhos com o processo de acumulação de capital (HEILNER, 2006; BELLUZZO, 1995)³¹. Mesmo assim, no entanto, a ação política das economias centrais agiu

³¹ As diferenciações entre a ordem do padrão-ouro e a ordem de Bretton Woods sob a perspectiva teórica proposta trazem à tona uma discussão importante no que diz respeito às abordagens econômicas convencionais. É sabido que, em se considerando as relações específicas entre taxa de câmbio e taxa de juros, tem-se que torna-se inevitável aos Estados e seus bancos centrais a escolha de apenas duas das três condições relacionadas à esfera de circulação mundial: livre mobilidade de capitais, estabilidade cambial e autonomia da política monetária nacional. Essa é a trindade impossível da macroeconomia aberta. Se pensarmos de acordo com o modelo aqui proposto, temos que a livre mobilidade de capitais reflete, em essência, a manifestação da lógica universal do capital, uma vez que fornece as condições para a criação de um mercado mundial capitalista e supera as barreiras políticas estatais. Em seguida, tem-se que a autonomia da política monetária não é nada além do que

de maneira a contrabalançar os efeitos nocivos que a prática keynesiana poderia ter sobre a acumulação de capital no centro dinâmico da economia mundial capitalista. Helleiner (2006) expressa como essa dualidade moldou a relação entre Estados Unidos e América Latina em um período em que alguns países da região passavam pelo processo de substituição de importações³²:

Desde o início, a ideologia também procurou casar o internacionalismo liberal com as novas prioridades “desenvolvimentistas” que se tornaram influentes na América Latina (e outras regiões mais pobres) durante os anos 1930. Esse foco mais amplo ajuda a explicar porque tantos países subdesenvolvidos apoiaram os acordos de Bretton Woods na conferência de 1944 [...]. Com a investida da Guerra Fria e começando com o famoso discurso inaugural de Truman em 1949, eles (um grupo de oficiais do governo [...] que destacaram sua oposição ideológica ao ‘vírus do nacionalismo econômico’ na América Latina) começaram a promover uma concepção de ‘desenvolvimento’ nos países mais pobres que estaria baseada em políticas mais ortodoxas de livre mercado e livre comércio. Banqueiros de Nova York foram indicados para dirigir o Banco Mundial e eles passaram a aprovar empréstimos apenas quando estes apresentavam taxas de juros próximas à taxa de mercado e quando os países chegavam a um acordo com relação as suas dívidas passadas, da década de 1930, com os detentores de títulos estrangeiros (HELLEINER, 2006, p. 963, tradução nossa)³³.

uma expressão da lógica dos capitalismo nacionais direcionada exclusivamente para a questão monetária: a garantia da autoridade sobre a política monetária nacional permite utilizar a moeda como instrumento de potencialização da internalização dos ganhos com a acumulação de capital mundial. Finalmente, temos a estabilidade cambial que, em certo sentido, não passa do objetivo central da própria ordem monetária internacional: a existência de um sistema de conversibilidade que facilite e garanta, em última instância, a realização dos pagamentos internacionais. A partir disso, pode-se contrariar a relação entre duas variáveis da trindade: a taxa de câmbio, isto é, a questão da estabilidade cambial, é o fiel da balança entre livre mobilidade de capitais e autonomia em política monetária. O câmbio é o instrumento que pondera a tensão entre as duas condições opostas. Nesse sentido, se pensarmos em poder monetário, temos que a instrumentalização da moeda nacional é fundamental para contrapor a lógica dos capitalismo nacionais à lógica universal do capital. Sob um câmbio fixo, a autonomia da política monetária só é possível com controle de capitais, o que contraria a lógica universal do capital. Sob um regime de livre mobilidade de capital, a autonomia da política monetária só é possível de ser garantida por meio do câmbio flutuante, o que acaba por contrariar a lógica dos capitalismo nacionais (OBSTFELD; SHAMBAUGH; TAYLOR, 2005).

³² A ordem proposta por Bretton Woods nasceu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial como uma tentativa de assegurar a estabilidade monetária entre as principais economias do mundo, sendo assim uma resposta à instabilidade dos fluxos monetários do período entre guerras. Para além das taxas de câmbios fixas mas ajustáveis que foram se tornando rígidas, da possibilidade de controle de capitais e da conversibilidade do dólar em ouro, a ordem de Bretton Woods contou com a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que se apresentaram como instrumentos de financiamento dos países devedores e de garantia de aplicação das leis, especialmente com relação à periferia do sistema. A atuação desses órgãos era limitada na medida em que não servia às intenções dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, os centros dinâmicos dessa nova ordem. Nesse contexto, o dólar estadunidense servia como reserva de valor mundial e, principalmente com relação à Alemanha e Japão, como instrumento de alavancagem para a realização dos processos de *catch-up* produtivo. Como consequência, na década de 1970, enquanto a convertibilidade do dólar em ouro se encontrava em risco graças aos grandes déficits estadunidenses na balança de pagamentos, acirrou-se a competição capitalista entre Estados Unidos, Alemanha e Japão, o que acarretou o rompimento da ordem, com o decreto do fim da convertibilidade em 1971, o que daria espaço para uma ordem de flutuação livre, onde o dólar estadunidense passaria a cumprir um papel ainda mais preponderante (BELLUZZO, 1995; TAVARES, 2000; BORDO, 1993; HELLEINER, 2006).

³³ Do original: “*From the very start, the ideology also sought to marry liberal internationalism with the new developmentalist priorities that had become influential across Latin America (and other poorer regions) during the 1930s. This wider focus helps to explain why so many poorer countries gave their support to the Bretton Woods Agreements at the 1944 conference. [...] With the onset of the Cold War and beginning famously with Truman’s 1949 inaugural address, they (a group of officials [...]) who highlighted their ideological*

Toda essa estrutura construída a partir de Bretton Woods, inclusive no que diz respeito ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional apresenta, portanto, uma condição dúbia: por um lado, apresentam-se como instrumentos estabilizadores, mecanismos garantidores da realização dos pagamentos e asseguradores dos fluxos monetários e de mercadorias internacionais. Por outro lado, todavia, através dessa estrutura, que impõe regras que afetam a reprodução do capital nos países periféricos – paridade cambial, pressão pelo ajuste no balanço de pagamentos, condicionalidades de financiamento, obrigatoriedade dos pagamentos em moedas amplamente aceitas como reservas internacionais – concentram o capital nos países que lideram a acumulação, isto é, onde o grau da força produtiva social do trabalho sob o capital é mais desenvolvido. Em termos gerais, como acabamos de ver, essa situação dos países periféricos não é irreversível, mas encontra mais dificuldades à medida que estruturas de dominação como estas são forjadas por meio do acordo entre o capital e os Estados do centro dinâmico (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

Tem-se, em suma, que as diferentes ordens monetárias internacionais, por resultarem dos acordos temporários entre associações monopolistas internacionais, indicam, por um lado, a potencialização da lógica universal do capital. Sabemos, no entanto, que a contradição desta com a lógica dos capitalismo nacionais determina, como contrapartida, a nacionalização dos ganhos com a acumulação de capital mundial. O ponto fundamental, todavia, é que a instituição das regras e práticas a partir das ordens monetárias ocorre do centro para a periferia da economia capitalista global, uma vez que reflete as condições desiguais de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. As ordens monetárias agem, portanto, no sentido de potencializar os efeitos positivos da contradição entre as lógicas sobre os capitalismo nacionais das economias centrais, impondo, como contrapartida, uma maior restrição às economias periféricas e semiperiféricas no que diz respeito à internalização dos ganhos com a acumulação de capital mundial (WALLERSTEIN, 1995; FIORI, 1999, 1999a; POLANYI, 2000)³⁴. O que

opposition to 'the virus of economic nationalism' in Latin America [...] began to promote a conception of 'development' in poorer countries that would be based on more orthodox free market and free trade policies. New York bankers were appointed to run the World Bank and they approved lending only when it was at near-market rates and when countries had reached settlements on their past debts from the 1930s with foreign bondholders."

³⁴ Assim como Hilferding (1985) previu com relação aos acordos monopolistas, as ordens monetárias apresentam-se como tentativas de obter estabilidade monetária, mas que, no entanto, encontram inúmeras dificuldades nesse sentido. São vários os exemplos de dificuldade de cooperação monetária entre Grã-Bretanha e França durante o padrão ouro-libra e entre Estados Unidos, Japão e Alemanha durante o regime de Bretton Woods (BORDO, 1993). Como ilustra Fiori (1999a, p.59): "O sistema-ouro não era neutro, mesmo com relação aos países do 'núcleo central', que competiam entre si nos campos econômico e colonial, favorecendo, em última instância, o poder financeiro da City, a peça essencial da supremacia ou hegemonia britânica. Esta característica foi uma outra fonte geradora de instabilidade do padrão ouro, não tendo relação direta com a desigualdade entre as classes, e sim com a distribuição desigual da riqueza entre as nações.

se pode retirar dessa reflexão é que, em termos gerais, parece haver uma contínua reorganização da contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais no que diz respeito às ordens monetárias internacionais. Essa reorganização expressa não apenas as condições históricas específicas de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no capitalismo mundial, mas também as consequências destas para a fundamentação da práxis econômica no centro dinâmico do capitalismo mundial, o qual procura impor as regras de gerenciamento da economia mundial (HELLEINER, 2006). É, portanto, devido a tais condições, que algumas ordens monetárias seriam mais ou menos favoráveis à potencialização de uma lógica frente à outra, levando em consideração a síntese conjuntural da contradição entre ambas.

6.6 O elo final: dinheiro, SMI e desenvolvimento desigual e combinado.

A discussão anterior mostrou que mesmo com as restrições que as ordens monetárias internacionais impõem sobre a potencialidade da periferia do sistema de contrapor a lógica universal do capital, é possível, em casos específicos, que algumas associações entre Estado e capital superem a condição periférica e passem a fazer parte do centro dinâmico da economia capitalista (FIORI, 1999; FURTADO, 2009). Esse tipo de movimentação, que evidencia o caráter dinâmico da economia mundial capitalista, traz de volta a consideração do fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado.

Busca-se aqui, portanto, a conexão imediata da dinâmica característica do SMI com a trajetória desigual e combinada de desenvolvimento no modo de produção capitalista. Em certo sentido, isso só é possível porque se argumentou, ao longo do capítulo, que o SMI representa a totalidade das relações intersociais de troca de valor, especificamente expressa em uma forma: o dinheiro. Tem-se, assim, que o SMI emerge a partir da conexão de certos elementos específicos e historicamente determinados: a associação entre capital financeiro monopolista e Estado nacional; o desenvolvimento do sistema de crédito e do uso do dinheiro como capital monetário; e a expansão dos laços comerciais que fundamentam a ideia de mercado mundial cosmopolita e exigem um sistema organizado de pagamentos. Em outras palavras, o SMI representa a realização efetiva do dinheiro mundial, do dinheiro enquanto forma da riqueza social universal, cuja dualidade entre dinheiro-mercadoria e dinheiro-moeda remete não apenas ao processo de circulação de mercadorias, mas também à conexão histórica desta com as macrounidades políticas.

No caso específico do modo de produção capitalista, o dinheiro é o elemento dinâmico da interação social, isto é, a forma dominante pela qual ocorre não apenas a troca intersocial, mas o próprio fluxo de crédito e de capital. Assim sendo, o SMI costura os elementos que, no primeiro capítulo, vimos ser evidências do caráter desigual e combinado do modo de produção capitalista: a circulação mundial de mercadorias e a integração/especialização produtiva. Tal articulação ocorre porque o dinheiro conecta os diferentes processos endógenos de desenvolvimento da produção ao expor suas decorrências materiais em uma circulação mundial. Na medida em que o valor expresso na forma dinheiro entra e sai do mercado mundial, garante-se que a riqueza gerada nas fronteiras de um Estado possa ser utilizada como capital no processo de produção material e de acumulação de outro Estado.

O que parece estar latente aqui é que, por mais que o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista possa ocorrer, em sua forma clássica, por motivações endógenas, ele dificilmente pode ser concebido sem a articulação prévia e posterior a outras realidades sociais, justamente porque a circulação de mercadorias é premissa fundamental para seu desenvolvimento e efetivação. Quando essa circulação é mundial e se dá na forma da riqueza social universal, ela garante que a trajetória da economia capitalista mundial seja combinada³⁵. A troca intersocial figura como elemento primário do dinamismo que promove o desenvolvimento das forças produtivas sociais do capitalismo e, ao mesmo tempo, também encerra esse movimento, por meio da condição universal da forma da riqueza social circulante.

Assim, porque o SMI existe apenas com a afirmação do dinheiro mundial, ele é a realização da interdependência completa, do mercado mundial enquanto elemento universal, da troca enquanto ato social generalizado, da acumulação universal de capital. Esse é seu caráter combinado. Por outro lado, ele conserva seu caráter desigual expresso na hierarquia, que, como vimos, remete à diferenciação e a multiplicidade social e política, à segmentação, à lógica dos capitalismo nacionais.

De certa forma, como se observou, é o desenvolvimento desigual e combinado que condiciona a capacidade das trocas intersociais de promoverem um modo de produção em escala mundial, mas é somente quando isso ocorre, e quando se expressa na figura do dinheiro mundial, é que fica evidente a relação do desenvolvimento desigual e combinado com a produção e a circulação de mercadorias. O desenvolvimento desigual e combinado, por

³⁵ De certa forma, tal afirmação não contradiz a ideia de que a exportação de capital é o elemento fundamental da combinação no modo de produção capitalista, apenas a expande para considerá-la sob uma perspectiva mais geral – a partir do dinheiro, que não por acaso é uma das formas assumidas pelo capital.

consequente, está expresso no dinheiro mundial porque acompanha o ciclo de metamorfose das mercadorias, a saída do e a entrada no processo de circulação e, finalmente, a transformação de dinheiro em capital. Assim, o caráter combinado do modo de produção capitalista é função do grau de universalização da circulação de mercadorias sob a perspectiva do dinheiro mundial e o SMI, por representar a real efetivação do dinheiro mundial, apresenta a perspectiva mais adequada para analisar essa condição³⁶.

Lembremos aqui que Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013) procura utilizar o desenvolvimento desigual e combinado como instrumento capaz de explicar não apenas a dissolução entre esfera nacional e internacional a partir de uma concepção sociologicamente derivada, mas também articular, na realidade concreta, a relação entre política e economia nas relações internacionais. Como observamos no segundo e no terceiro capítulo, se atentarmos para o fluxo de capital internacional a partir do conceito de exportação de capital, temos a confirmação do caráter desigual e combinado das forças produtivas especificamente no que diz respeito às forças econômicas. Por outro lado, no entanto, vimos que a análise do imperialismo nos fornece a capacidade de perceber que o desenvolvimento desigual e combinado também está expresso no fazer da guerra com relação à apropriação territorial de espaços econômicos, remetendo à ação política no modo de produção capitalista. O fato é que ainda assim, em ambos os casos, essa conexão entre política e economia se realiza ora como apropriação territorial, ora como exportação de capital, o que dificulta uma articulação efetiva dos fatores em questão. A análise a partir da categoria dinheiro parece, pelo contrário, equiparar fatores econômicos e políticos no tratamento da realidade intersocial do modo de produção capitalista. O principal motivo para isso é que a categoria dinheiro guarda conexão direta não apenas com as relações sociais de produção, a partir da contradição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais, mas também afirma sua condição diretamente relacionada à macrounidade política³⁷. Esta deixa de ser uma variável interveniente na lógica do capital, responsável por possibilitar sua contradição, para assumir uma posição igualmente determinante para o processo³⁸: o dinheiro mundial só se realiza concretamente depois de ser

³⁶ Uma proposta analítica é que a produção material define o caráter desigual, enquanto que a circulação de mercadorias define o caráter combinado. Nesse sentido, somente quando a circulação de mercadorias torna-se dominante, isto é, no modo de produção capitalista, é que a categoria do desenvolvimento desigual e combinado efetiva-se em sua totalidade.

³⁷ Em certo sentido, essa relação está justificada e fundamentada na própria concepção ontológica de Rosenberg (2006, 2009, 2010, 2013) desenvolvida no primeiro capítulo, segundo a qual as relações sociais apresentam caráter indiferenciado, isto é, que independentemente de seu âmbito (intersocial e intra-social) e de sua forma (econômico-produtiva, política, jurídica, cultural, etc.) as interações humanas são interações sociais.

³⁸ Um caso emblemático da relação entre poder monetário, ordem monetária internacional e as imposições do chicote das necessidades externas pode ser conferida no caso da nacionalização do Canal de Suez por Gamal Abdel Nasser, no Egito. Essa ação teve efeitos diretos sobre o valor da libra esterlina e sua capacidade de

moeda nacional, de estar sujeito a uma regra política que garanta um sistema de preços, um símbolo monetário e contratos de pagamentos legítimos³⁹.

convertibilidade em relação ao dólar, implicou uma situação de guerra imperialista e ainda demonstrou tensões entre o centro dinâmico do sistema, com a relutância dos Estados Unidos em aceitar uma invasão franco-britânica no Egito. Essa relutância envolveu medidas monetárias práticas por parte dos Estados Unidos, como a restrição deliberada do crédito do Fundo Monetário Internacional à Grã-Bretanha (KLUG; SMITH, 1999; SCHENK, 2010).

³⁹ Por tal razão, de forma a garantir a conexão da categoria dinheiro com o desenvolvimento desigual e combinado, as formas do SMI precisam evidenciar os três elementos que possibilitam a verificação prática do fenômeno em questão: o privilégio do atraso, o amálgama das forças e o chicote das necessidades externas. Com efeito, embora não haja espaço para uma análise mais detalhada, podemos identificar tais elementos em casos particulares de estudo das ordens monetárias internacionais. Vimos que tanto o padrão ouro-libra quanto o padrão ouro-dólar possibilitaram, a despeito da contínua manutenção da capacidade desigual de acumulação das economias centrais sobre as economias periféricas, alguns casos de elevação não apenas da capacidade produtiva, mas inclusive de níveis de renda em certos países da periferia do sistema. Se atentarmos para o caso específico da ordem de Bretton Woods (1945-1973) com relação à economia brasileira, temos que isso de fato foi verificável, uma vez que o processo de substituição de importações iniciado nos anos 1930 continuou de forma efetiva, marcadamente elevando o grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no Brasil. Conforme Fonseca (2010), os desafios à continuidade do processo de substituição de importações nos anos 1940 foram em parte devidos às regras impostas por Bretton Woods, uma vez que este determinou a necessidade de taxas fixas de câmbio em relação ao dólar. Nesse contexto, o cruzeiro, moeda nacional brasileira, fora fixado em Cr\$ 18,50 por dólar, uma cotação que se assemelhava àquela que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. O fato é que a adoção dessa convertibilidade fixa representou uma valorização real do cruzeiro brasileiro, que, juntamente a um cenário de inflação crescente e de inconvertibilidade das divisas acumuladas pelo Brasil, colocaria em risco a situação do balanço de pagamentos nacional ao incentivar o crescimento das importações e a redução das exportações. Diante desse cenário, a retomada não poderia acontecer via setor externo, porque o câmbio era desfavorável, nem via substituição de importações, porque as importações irrestritas de bens teriam efeitos nocivos sobre a recente indústria nacional. A solução para esse dilema foi a adoção, em 1948, do “contingenciamento de importações”, uma medida tomada pelo Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) que “mantinha a taxa cambial fixa e administrava a escassez de dólares condicionando as operações de importação à obtenção de ‘licenças prévias’, as quais eram concedidas pelo critério de essencialidade” (FONSECA, 2010, p. 26). Em termos resumidos, o critério de essencialidade possibilitou escalar o grau de importância dos produtos importados, garantindo a continuidade do processo de industrialização a partir da compra de bens de capital estrangeiros, mas restringindo os efeitos do câmbio valorizado sobre os bens de consumo produzidos internamente. No Segundo Governo Vargas (1951-1954) essa condição de essencialidade foi aprimorada com um sistema que burlava as regras do câmbio fixo impostas por Bretton Woods, onde desvalorizações cambiais determinavam faixas de essencialidade dos bens. Assim, na prática, a política cambial estabelecia-se por meio de um sistema de taxas múltiplas, que “buscava compatibilizar uma saída para a crise do balanço de pagamentos com o crescimento econômico, pois privilegiava a importação de bens de capital e insumos essenciais, administrando ganhos e perdas decorrentes da crise cambial segundo um critério nitidamente político e pró-desenvolvimento” (FONSECA, 2010, p. 45). Na prática, essa situação apresenta-se, a partir da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, da seguinte maneira: em termos gerais, o regime de Bretton Woods age como um chicote das necessidades externas, ao estabelecer as condições pelas quais os Estados-membros da economia mundial capitalista devem promover o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Com relação ao Brasil e aos países periféricos, essas condições atuam no sentido de associar a trajetória desses países ao desenvolvimento dos países centrais. A questão é que sob a força desse chicote e na tentativa de reverter à subjugação, os governos brasileiros forçam o processo de industrialização, contornando as restrições impostas pelo regime de Bretton Woods por meio da flexibilização “não oficial” do câmbio. Essa flexibilização garantiu o benefício do privilégio do atraso, expresso no foco em priorizar a importação de bens de capital produzidos pelas economias centrais para utilizá-los na promoção do desenvolvimento da acumulação de capital nacional. Como resultado estrutural desse processo, tem-se o amálgama das estruturas sociais que caracteriza o caso brasileiro: uma industrialização tardia, que combina elementos arcaicos com elementos modernos no que diz respeito à totalidade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e que condiciona a posição de inserção internacional do Brasil, em um contexto hierárquico e, portanto, desigual (RANGEL, 1981, 1999; FURTADO 2009).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória realizada ao longo dessa pesquisa procurou endereçar três questões fundamentais. Em primeiro lugar, a essência e a dinâmica da economia mundial capitalista, seu caráter totalizante, suas contradições fundamentais e sua relação com as realidades intra-social e intersocial – o que permite concebê-la como um objeto de estudo a ser explorado pelas abordagens teóricas de relações internacionais. Em segundo lugar, a relevância do desenvolvimento desigual e combinado não apenas como ponto de partida analítico para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento material que culmina na economia mundial capitalista, mas também como fator que resume o funcionamento do modo de produção capitalista em seu estágio superior. Finalmente, a questão do dinheiro e da moeda e a possibilidade de se considerar o SMI como uma síntese adequada da relação entre fatores econômicos e políticos no contexto de uma economia mundial capitalista, a qual reflete, por meio de formas específicas, as suas contradições. Todas essas três questões concatenaram-se a partir de uma única abordagem, o materialismo histórico, que foi retomado tanto a partir de suas premissas teóricas fundamentais, quanto, principalmente, por uma consideração da apreciação dialética e do potencial explicativo das categorias de análise, tendo como foco a reconstrução de uma trajetória lógico-histórica não linear de desenvolvimento das condições sociais materiais.

Dessa forma, se atentarmos para o objetivo geral e para os objetivos específicos expostos na introdução deste trabalho, pode-se afirmar que a iniciativa de procurar compreender a totalidade da economia mundial capitalista a partir do desenvolvimento desigual e combinado e da oposição entre a lógica universal do capital e a lógica dos capitalismo nacionais possibilitou enxergar, por meio da categoria dinheiro e de sua condição de equivalente geral universal, uma concepção alternativa do SMI, a qual vai além daquelas tradicionalmente produzidas pelas abordagens em EPI. No primeiro capítulo, a apreciação do conceito de desenvolvimento desigual e combinado e a associação deste com a teoria do valor-trabalho fundamentou as bases para uma interação entre capital e Estado que fosse entendida a partir de uma noção de totalidade social e que reduzisse os riscos de se incorrer em determinismos políticos ou econômicos. Ao partir da revisão da condição internacional e propô-la como uma forma específica do ambiente intersocial, foi possível propor que a multiplicidade política característica do sistema político interestatal moderno é apenas uma condição histórica adequada ao período de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho sob o

comando do capital. Nesse sentido, sugeriu-se igualmente a necessidade de superação da divisão entre esfera doméstica e internacional, que nos capítulos posteriores foi postulada como resultado do estabelecimento de uma “economia nacional”, e da impossibilidade de relacionar as relações econômicas e políticas no que diz respeito a este ambiente intersocial, uma vez que elas – enquanto relações sociais – derivam, em primeira instância, do processo de desenvolvimento material desigual e da ação do trabalho humano sobre a natureza.

No segundo capítulo, a apreciação da teoria do capital de Marx permitiu fundamentar a existência de uma lógica universal do capital, a qual representa a essência do processo de acumulação, cujo objetivo é valorizar cada vez mais o valor. Esta lógica, que pode ser compreendida a partir das leis imanentes do processo de produção e de circulação de mercadorias no capitalismo, possibilitou compreender que, por meio da dinâmica que ela impõe sobre a dualidade livre-concorrência e monopólio, o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo tende à expansão mundial e à monopolização, apoiado nas concepções de concentração e de centralização do capital. O problema, expresso no terceiro capítulo principalmente com base nas teorias clássicas do imperialismo, é que a despeito dessa condição lógica de expansão do capital, é impossível desconsiderar a existência das macrounidades políticas ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo. Nesse sentido, o modo de produção se desenvolve sob uma forma específica de macrounidade política e a transforma no Estado nacional burguês, que se torna então instrumento essencial para a própria expansão mundial do capital, ou melhor, para a prática imperialista e para a exportação de capital. Tem-se, finalmente, a instituição de uma lógica oposta àquela universal do capital, a lógica dos capitalismo nacionais, que resume a diferença entre a economia nacional e a economia mundial capitalista. Essa lógica articula, em nível superior, a contradição dinâmica da economia mundial capitalista e, mais ainda, o que entendemos por desenvolvimento desigual e combinado: ela determina a impossibilidade de dissociar o Estado e o capital no que diz respeito à acumulação de capital mundial. Nesse sentido, o caráter combinado do desenvolvimento das forças produtivas explicitado pela generalização do intercâmbio e pela integração e especialização da produção material passa a considerar a ação política do Estado como componente fundamental e insuperável.

O quarto e o quinto capítulos promovem, a partir disso, uma reinterpretação do SMI tendo como ponto de partida a questão do dinheiro e da moeda em Marx. O ponto fundamental de articulação entre esses capítulos com os anteriores consiste na identificação de que a categoria dinheiro possui um caráter dual expresso por sua condição enquanto dinheiro-mercadoria – associada exclusivamente às leis imanentes da circulação – e enquanto dinheiro-

moeda – que indica o papel necessário do Estado na efetivação concreta da circulação de dinheiro e mercadorias. A categoria dinheiro, assim, associa-se não apenas ao Estado e ao capital enquanto elementos opostos, mas também à contradição dinâmica entre ambos, isto é, à lógica universal do capital e à lógica dos capitalismo nacionais. Tem-se, por conseguinte, que o SMI é o resultado da efetivação de um dinheiro mundial, isto é, da utilização universal do dinheiro como equivalente geral, a qual define, a partir da esfera da circulação, a dinâmica da economia mundial capitalista. Nesse sentido, dadas a condição dual da categoria dinheiro e sua relação com todo o processo de efetivação da economia mundial capitalista que envolve a dominância do capital financeiro e a afirmação do Estado nacional, é também possível conceber as formas assumidas pelo SMI, isto é, a ordem monetária internacional, como expressão da contradição entre um sistema homogêneo – associado à lógica universal do capital e ao dinheiro-mercadoria – e um sistema fragmentado – associado à lógica dos capitalismo nacionais e ao dinheiro-moeda. Como estes não podem ser concebidos isoladamente, tem-se que o SMI apresenta-se inerentemente hierárquico, e suas formas, isto é, as ordens monetárias internacionais, mostram-se sujeitas às condições que definem o processo de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho no capitalismo, ou seja, ao desenvolvimento desigual e combinado.

Como se mencionou na introdução deste trabalho, a tarefa de revisitar o materialismo histórico na tentativa de compreender mais detalhadamente alguns aspectos da economia mundial capitalista exige tratar da complexidade que emana desse objeto de estudo. Nesse sentido, por mais que tenhamos percorrido a trajetória descrita, é inevitável que algumas questões importantes tenham sido preteridas ao longo deste esforço. É interessante, todavia, considerá-las não como lacunas, mas como potenciais temas a serem desenvolvidos como continuidade dessa pesquisa, o que nos leva a retomar a própria consideração feita por Engels (2015) de que a economia política é uma ciência em constante transformação.

A primeira destas questões é a discussão acerca do fenômeno do internacional. A partir da análise do desenvolvimento desigual e combinado, dilui-se a concepção tradicional de internacional, de forma a enxergá-la não como uma característica inerente à existência social humana, mas como uma forma específica e historicamente determinada do ambiente de relações intersociais, este sim conectado ao processo fundamental de diferenciação e multiplicação das sociedades. Uma vez apresentada essa nova interpretação, cabe questionar o que antecede e o que pode vir a suceder à forma específica do internacional. Em outras palavras, se a realidade intersocial é trans-histórica, mas o internacional não é, pode-se entender a forma internacional da realidade intersocial como função da existência do modo de produção capitalista? Essa

reflexão permite endereçar a questão do Estado nacional antes da dominância do capitalismo, e em uma possível falência das capacidades reprodutivas desse modo de produção. No caso, a pergunta a ser feita é: o Estado nacional pode existir sem o capitalismo?

A segunda questão diz respeito à exploração da capacidade explicativa do desenvolvimento desigual e combinado como ferramenta analítica. Viu-se, ao longo dos capítulos, que tal conceito pode ser relacionado com o processo geral de desenvolvimento do modo de produção capitalista, inclusive a partir de diferentes perspectivas analíticas desta realidade. Enfatiza-se aqui, portanto, que a riqueza imbuída no conceito contrasta com a ausência de tentativas de promover uma apreciação mais detalhada de suas nuances. Como foi possível verificar no último capítulo, o termo pode ser utilizado para analisar processos de transição de ciclos sistêmicos de capital e até de industrializações tardias na periferia do sistema capitalista. Com relação a estas últimas, este trabalho reconhece que, dado o potencial analítico que o desenvolvimento desigual e combinado oferece ao estudo dos países em desenvolvimento, a principal lacuna aqui deixada consiste na ausência de uma apreciação mais detalhada e historicamente fundamentada nesse sentido.

A terceira questão remete à interação entre a lógica universal do capital e à lógica dos capitalismo nacionais. Não se tratou especificamente da condição de exclusividade do Estado nacional, isto é, da possibilidade de a lógica dos capitalismo nacionais ocorrer não apenas com relação a um país específico, mas a um arranjo de países, a uma união aduaneira ou a um mercado comum. Embora não se acredite que a essência da contradição mude diante dessas situações, ela precisa ser explorada mais detalhadamente em casos específicos. Outra questão relacionada é a interação entre Estado e mercado, cujo tratamento é interpretado pela EPI como opositivo, tensionado e irresolúvel. De certa forma, o que este trabalho nos mostra é que não necessariamente esta oposição existe. Pelo contrário, o que parece estar latente entre a contradição das lógicas é uma dualidade que, dadas as condições de efetivação das relações intra-sociais e intersociais, define, em cada uma dessas dimensões, movimentos de aproximação e afastamento entre mercado e Estado.

Por último, deve-se enfatizar o potencial analítico que a categoria dinheiro pode apresentar a partir da abordagem aqui conduzida. Ao ser entendida como a categoria que resume, em termos de totalidade, a complexa interação entre Estado e capital na economia mundial capitalista, tem-se que ela passa a apresentar não apenas a condição de objeto de estudo, mas também de instrumento analítico. Isso significa propor que o dinheiro torna possível reconstruir a trajetória percorrida ao longo deste trabalho na direção contrária, isto é, assumindo desde o princípio a interação orgânica entre Estado e capital. Mais precisamente, tem-se que o

Estado e o capital deixam de ser ponto de partida analítico e passam a corresponder elementos associados à figura do dinheiro. Essa mudança de viés, aparentemente discreta, desponta como uma possível solução para entender que a interação entre Estados, que dão forma à esfera internacional da economia mundial capitalista, não envolve apenas a busca por vantagens econômicas individuais ou gerais, ou o uso da força e da coerção política, mas a combinação desses elementos de maneira não linear e por vezes contraditória, em prol da continuidade do processo de acumulação de capital em termos mundiais e sujeita à vontade dos atores políticos que se apresentam nesse domínio.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **A Violência da Moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ALLINSON, Jamie; ANIEVAS, Alexander. The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept. **Cambridge Review of International Affairs**, v.22, n.1, p. 47-67, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDREWS, David M. (Ed.). **International monetary power**. New York: Cornell University Press, 2006.
- ARONSON, Jonathan David. **Money and power: banks and the world monetary system**. Beverly Hills: SAGE, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- ASHMAN, Sam. Capitalism, uneven and combined development and the transhistoric. **Cambridge Review of International Affairs**, v.22, n.1, p.29-46, 2009.
- ASTARITA, Rolando. El oro y su rol monetario desde una perspectiva marxista. **Realidad Económica**, n. 199, p. 36-59, 2003.
- BANK OF ENGLAND. **Bank Charter Act 1844: An Act to regulate the Issue of Bank Notes, and for giving to the Bank of England certain Privileges for a limited period**. 1844. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101203090327/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 87-117.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 4, n. 4-5, p. 11-20, 1995. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Moral and Legislation (1781)**. Kitchener: Batoche Books, 2000. Disponível em: <<http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bentham/morals.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BIANCHI, Álvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. **Outubro**, v.5, n.5, p.101-115, 2000.
- BORDO, Michael. The gold standard, Bretton Woods and other monetary regimes: an historical appraisal. **Federal Reserve Bank of St. Louis Review**, v.75, n.2, p. 123-191, 1993. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4310.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

- BOUGHTON, James M. **Why White, Not Keynes?** Inventing the Postwar International Monetary System. Washington: International Monetary Fund, 2002. (IMF Working Paper, 02/52). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2002/wp0252.pdf>> Acesso em: 11. jul. 2017.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BREWER, Anthony. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. New York: Routledge, 2002.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BRUNHOFF, Suzanne de; FOLEY, Duncan K.. Karl Marx's theory of money and credit. In: ARESTIS, Phillip; SAWYER, Malcolm (Ed.). **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2006. p.188-204.
- BUKHARIN, Nikolai I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history: remaking the study of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CALLINICOS, Alex. Does capitalism need the state system?. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 20, n. 4, p. 533-549, 2007.
- CALLINICOS, Alex; ROSENBERG, Justin. Uneven and combined development: the social relational substratum of 'the international'? An exchange of letters. **Cambridge Review of International Affairs**, v.21, n.1, p. 77-112, 2008.
- CARDOSO Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A Dependência Revisitada. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **As Idéias e seu Lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 57-87.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, peoples, and languages**. London: Penguin, 2001.
- CLARKE, Simon (Ed.). **The State Debate**. New York: Palgrave, 1991.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- COHEN, Benjamin. **International Political Economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008
- COHEN, Benjamin J. **Global Monetary Governance**. New York: Routledge, 2008a.

- COHEN, Benjamin Jerry. **Currency and state power**. Santa Barbara: POLSCI, jan. 2011. Disponível em: <http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen/working/pdfs/Krasner_Rev_1-11.pdf> Acesso em: 09 jul. 2016.
- COHEN, Benjamin J. **The Geography of Money**. New York: Cornell University Press, 1998.
- COHEN, Benjamin Jerry. **Money, power, authority**. Santa Barbara: University of California, Jul. 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/727c6f68-1528-4441-b0f-7-98a5adc82ab2.pdf>> Acesso em: 09 jul. 2016.
- COLANDER, David (Ed.). **Complexity and the history of economic thought**. New York: Routledge, 2002.
- CORAZZA, Gentil. Dinheiro, Crédito e Finanças: Uma introdução à teoria monetária e financeira de Marx. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.32, n.4, p. 665-688, 2002.
- COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- DAVIDSON, Niel. Putting the nation back into ‘the international’. **Cambridge Review of International Affairs**, v.22, n.1, p. 9-28, 2009.
- DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. São Paulo: Record, 1997.
- EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital: a history of international monetary system**. Princeton, Princeton University Press, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Düring**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- EINSTEIN, Albert. Why Socialism? (May 1949) **Monthly Review**, v.61, n.1, p.55-61, 2009. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2009/05/01/why-socialism>> . Acesso em: 11. jul. 2017.
- FIORI, José Luís. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.10-48.
- FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.49-83.
- FIORI, José Luís. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo** [online], n.28, v.14, p.19-58, 2010.
- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FRÖHLICH, Nils. Labour values, prices of production and the missing equalisation tendency of profit rates: evidence from the German economy. **Cambridge journal of economics**, v. 37, n. 5, p. 1107-1126, 2013.

GERMER, Claus M. A gestação dos elementos do ‘padrão ouro-câmbio’ antes de I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 4, 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Cidade: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999.

GERMER, Claus M. Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional. **Análise Econômica**, n.31, v.2, p.164-185, 2002.

GERMER, Claus M. O conceito de “padrão-ouro” e os equívocos da economia política. In: EEA ANNUAL CONFERENCE, 1998, Boston. **Anais...** Disponível em: <<http://copejournal.com/wp-content/uploads/2015/12/Germer-O-Conceito-de-%E2%80%98Padr%C3%A3o-ouro%E2%80%99-e-os-Equ%C3%ADvocos-da-Economia-Pol%C3%ADtica-1999.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2017.

GERMER, Claus M. The commodity nature of Money in Marx’s theory. In: MOSELEY, Fred. (Ed.). **Marx’s theory of money: modern appraisals**. New York: Palgrave Macmillan, p. 21-35, 2005.

GILBERT, Emily; HELLEINER, Eric. Introduction: nation-states and money. In: GILBERT, Emily; HELLEINER, Eric (Ed.). **Nation-States and Money: The past, present and future of national currencies**. New York: Routledge, 1999. p. 01-21.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
GRAZZIOTIN, Henrique de Abreu. **Sistema de crédito, ciclos industriais e institucionalidade financeira: uma sistematização da teoria monetária e financeira de Marx**. 2015. 245 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

HEINRICH, Michael. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx’s Studies in the 1870’s. **Monthly Review**, v.64, n.11, 2013.

HELLEINER, Eric. Reinterpreting Bretton Woods: International Development and the Neglected Origins of Embedded Liberalism. **Development and Change**, n.37, v.5, p. 943-967, 2006.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Nations and Nationalisms since 1780**: Programme, myth, reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

KAVALSKI, Emilian. The fifth debate and the emergence of complex international relations theory: notes on the application of complexity theory to the study of international life. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 20, n. 3, p. 435-454, 2007.

KEYNES, John M. Proposals for an International Currency (or Clearing) Union. In: HORSEFIELD, J. K. (Ed.). **The International Monetary Fund (1945-1965): Twenty Years of International Monetary Cooperation**. Washington DC: International Monetary Fund, 1969. p. 03-36. (Documents, 3).

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KIRSHNER, Jonathan. Money is politics. **Review of International Political Economy**, n.10, v.4, p. 645-660, 2003.

KIRSHNER, Jonathan. **Currency and coercion: the political economy of international monetary power**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KLUG, Adam; SMITH, Gregor W. Suez and sterling, 1956. **Explorations in Economic History**, v. 36, n. 3, p. 181-203, 1999.

LEHMANN, Kai E. Unfinished transformation: The three phases of complexity's emergence into international relations and foreign policy. **Cooperation and Conflict**, v. 47, n. 3, p. 404-413, 2012.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. Lisboa: Editorial Progresso, 1984. (Obras Escolhidas, 2). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso em 12 fev. 2017.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, v.18, n.8, p. 73-80, 1995. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

LUKÁCS, Georg. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p.11-171.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARUYAMA, Makoto. Local currencies in pre-industrial Japan. In: GILBERT, Emily; HELLEINER, Eric (Ed.). **Nation-States and Money: The past, present and future of national currencies**. New York: Routledge, 1999. p. 67-80.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Éditions sociales, 1972. Disponível em:
<http://classiques.uqac.ca/classiques/Marx_karl/contribution_critique_eco_pol/critique_eco_pol.pdf> Acesso em: 08 abr. 2017.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Salário Preço e Lucro. O Rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARX, Karl. O Processo de Produção do Capital. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, livro 1, tomo 1.

MARX, Karl. O Processo de Produção do Capital. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983a. V.1, livro 1, tomo 2.

MARX, Karl. O Processo de Circulação do Capital. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983b. V.2, livro 2.

MARX, Karl. O Processo Global da Produção Capitalista. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983c. V.3, livro 3, tomo 1.

MARX, Karl. O Processo Global da Produção Capitalista. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Abril Cultural, 1983d. V.3, livro 3, tomo 2.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Crítica ao Programa de Gotha (1875): comentários à margem do programa do Partido Operário Alemão. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 87-131.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2015a.

MATIN, Kamram. Uneven and Combined Development in World History: The International Relations of State-formation in Premodern Iran. **European Journal of International Relations**, v.13, n.3, p. 419-447, 2007.

MCNAMARA, Kathleen R. A rivalry in the making? The Euro and international monetary power. **Review of International Political Economy**, v. 15, n. 3, p. 439-459, 2008.

MEDEIROS, Carlos. A Economia Política da internacionalização sob liderança dos Estados Unidos: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSELEY, Fred. **Money and Totality: A Macro-Monetary Interpretation of Marx's Logic in Capital and the End of the 'Transformation Problem'**. Leiden: Brill, 2016.

NOVACK, George Edward. **Understanding History: Marxist essays**. New York: Pathfinder Press, 1972.

OBSTFELD, Maurice; SHAMBAUGH, Jay C.; TAYLOR, Alan M. The Trilemma in History: tradeoffs among exchange rates, monetary policies, and capital mobility. **The Review of Economics and Statistics**, MIT Press, v.87, n.3, p.423-438, 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10396>> Acesso em: 08 abr. 2017.

PAULANI, Leda Maria. **Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito**. 1991. 203 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <[http://200.144.182.150/itcp/sites/default/files/Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito - Leda Maria Paulani.pdf](http://200.144.182.150/itcp/sites/default/files/Do%20conceito%20de%20dinheiro%20e%20do%20dinheiro%20como%20conceito%20-%20Leda%20Maria%20Paulani.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PAULANI, Leda Maria; ROTTA, Tomas Nielsen.. A teoria monetária de Marx: Atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo. **Revista Economia**, v. 10, n. 3, p. 609-633, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POTTS, Nick; KLIMAN, Andrew. **Is Marx's Theory of Profits Right?** New York: Lexington Books, 2015.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. v.1, n.4, p.05-34,1981.

RANGEL, Ignácio. Dualidade Básica da Economia Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1999.

RASLER, Karen. THOMPSON, William. Global Wars, Public Debts, and the Long Cycle. **World Politics**, v.35, n.4, p. 489-516, 1983.

RIOUX, Sébastien. Mind the (Theoretical) gap: On the poverty of international relations theorising of uneven and combined development. **Global Society**, v. 29, n. 4, p. 481-509, 2014.
RODOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1968.

ROSENBERG, Justin. Basic problems in the theory of uneven and combined development, Part II: unevenness and political multiplicity. **Cambridge Review of International Affairs**, v.23, n.1, p.165-189, 2010.

ROSENBERG, Justin. Basic problems in the theory of uneven and combined development: a reply to the CRIA forum. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n.1, p. 107-110, 2009.

ROSENBERG, Justin. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of uneven and combined development. **International Politics**, v. 50, n. 2, p. 183-230, 2013.

ROSENBERG, Justin. Why is there no international historical sociology?. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 307-340, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade** (1754). 2001.

Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desigualdade.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

ROWLINSON, Matthew. "The Scotch hate gold": British identity and paper money. In: GILBERT, Emily. HELLEINER, Eric (Ed.). **Nation-States and Money: The past, present and future of national currencies**. New York: Routledge, 1999. p. 45-66.

SCHENK, Catherine R. **The Decline of Sterling: Managing the Retreat of an International Currency 1945-1992**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SHAIKH, Anwar. Political economy and capitalism: notes on Dobb's theory of crisis. **Cambridge Journal of Economics**, v. 2, n. 2, p. 233-251, 1978.

SHAIKH, Anwar. Marxian competition versus perfect competition: further comments on the so-called choice of technique. **Cambridge Journal of Economics**, v. 4, n. 1, p. 75-83, 1980.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London: Continuum, 1994.

STEPHEN, Matthew D. Rising powers, global capitalism and liberal global governance: A historical materialist account of the BRICs challenge. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 4, p. 912-938, 2014.

SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. (Org.). **Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luís Gonzaga de Mello. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luís. **O Poder Americano. Petrópolis: Vozes**, 2004.

TESCHKE, Benno. IR Theory, Historical Materialism and the False Promise of International Historical Sociology. **Spectrum Journal of Global Studies**, v.6, n.1, p. 1-66, 2014.

THOMAS, Paul. **Alien Politics**: marxist state theory retrieved. New York, Routledge, 1994.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital and European States, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

TROTSKY, Leon. A queda do tzarismo. In: TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v.1.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Kairós, 1985.

VAN DER LINDEN, Marcel. The 'law' of uneven and combined development: Some underdeveloped thoughts. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 145-165, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy**: The states, the movements and the civilizations. Cambridge University Press, 1984.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

ZELIZER, Viviana. Official standardization vs. social differentiation in America's uses of money. In: GILBERT, Emily; HELLEINER, Eric (Ed.). **Nation-States and Money**: The past, present and future of national currencies. New York: Routledge, 1999. p. 81-96.